

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUFOS COMPARADOS DE  
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA CUADRADO PROENÇA

**O LEGADO DA NOSSA MISÉRIA EM COMUM: REPRESENTAÇÕES  
DA MISÉRIA PESSOAL E NACIONAL EM *O ESPLENDOR DE PORTUGAL*,  
DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES, E EM *LEITE DERRAMADO*, DE CHICO  
BUARQUE**

Versão Corrigida

São Paulo  
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUFOS COMPARADOS DE  
LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

**O LEGADO DA NOSSA MISÉRIA EM COMUM: REPRESENTAÇÕES  
DA MISÉRIA PESSOAL E NACIONAL EM *O ESPLENDOR DE PORTUGAL*,  
DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES, E EM *LEITE DERRAMADO*, DE CHICO  
BUARQUE**

**Versão Corrigida**

PEDRO AUGUSTO DE OLIVEIRA CUADRADO PROENÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de  
Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em Letras.

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. APARECIDA DE FÁTIMA BUENO

São Paulo  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P9621 Proença, Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado  
O legado da nossa miséria em comum: representações da miséria pessoal e nacional em "O esplendor de Portugal", de António Lobo Antunes, e em "Leite derramado", de Chico Buarque / Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado Proença; orientador Aparecida de Fátima Bueno - São Paulo, 2022.  
190 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa.

1. Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. 2. Literatura Brasileira. 3. Literatura Portuguesa. I. Bueno, Aparecida de Fátima, orient.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE****Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a):** Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado Proença**Data da defesa:** 15 / 03 /2022**Nome do Prof. (a) orientador (a):** Aparecida de Fátima Bueno

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/04/2022



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

PROENÇA, Pedro Augusto de Oliveira Cuadrado. **O Legado da Nossa Miséria em Comum:** representações da miséria pessoal e nacional em *O Esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, e em *Leite Derramado*, de Chico Buarque. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em Letras.

Aprovado em: 15 de março de 2022.

Banca Examinadora

Profª. Drª. Aparecida de Fátima Bueno

Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Presidente (não-votante)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Vima Lia de Rossi Martin

Instituição: FFLCH-USP

Julgamento: Aprovado

Assinatura: \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Edimara Lisboa

Instituição: UNESP

Julgamento: Aprovado

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Pedro Schacht Pereira

Instituição: Ohio State University

Julgamento: Aprovado

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Dedico este trabalho à minha Amora, que, ao nascer, se tornou o feminino do substantivo amor e o infinito do verbo amar.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma longa trajetória pessoal e acadêmica da qual participaram muitas pessoas. Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, que lia para mim quando eu ainda era um bebê e foi me ensinando a tomar gosto pelas práticas letradas. Graças a ela, descobri que conhecimento e afeto poderiam andar de mãos dadas. Em segundo lugar, agradeço ao meu pai, que, embora nunca leia nada, sempre incentivou de todas as formas esse hábito. Também sou grato à minha irmã.

Além disso, agradeço à Daniela de Brito, minha professora de Literatura no terceiro ano do Ensino Médio, no distante ano de 2006. Até essa época, conquanto, de fato, eu gostasse de ler, as obras dessa disciplina não eram exatamente as minhas favoritas. No dia em que ela pisou na sala de aula, porém, sem que ela enunciasse dessa forma, comecei a conceber a Literatura como um direito e como uma disciplina basilar para a formação de qualquer ser humano. Era como se a Daniela seguisse os passos de Drummond, ensinando os alunos a penetrarem surdamente no reino das palavras, a contemplarem as faces ocultas sob a face neutra desse maravilhoso artefato e, se alguém perguntasse, “trouxeste a chave?”, a resposta seria sim.

As aulas dela foram tão importantes que o desejo de cursar Letras, de alguma forma, ficou ecoando em meu íntimo por muito tempo. Finalmente, em 2013, depois de formado em Jornalismo, decidi prestar o curso. Foram necessários, salvo engano, cinco minutos da aula do saudoso professor Eduardo Vieira Martins para eu perceber que era a graduação que eu deveria ter feito quando concluí do ensino médio. Tive, depois, tantos outros professores bons: Fabio Cesar Alves, de Literatura Brasileira; Paulo Martins, de Introdução aos Estudos Clássicos; Marcelo Módolo, de sintaxe; Vima Lia, de Atividades de Estágio; Daniel Ferraz, de Língua e Cultura; Aparecida de Fátima, de Literatura Portuguesa, e muitos outros. Cada um deles, à sua maneira, com um equilíbrio entre rigor, afeto e entusiasmo, contribuiu para minha formação acadêmica. Todos têm minha gratidão eterna. Quero crer que, após essas aulas, eu não seja apenas um leitor com um olhar mais apurado, mas também um ser humano melhor.

Devo, ainda, agradecer à Camila, minha esposa, e, à época do vestibular para Letras, minha namorada. Ela foi uma grande entusiasta da decisão de cursar uma segunda graduação e me apoiou em todas as etapas do processo, mesmo quando eu ficava muito nervoso com as demandas e os prazos. Ela me ajudou a me organizar melhor e a fazer diversas atividades ao mesmo tempo. Com o suporte dela, prestei o mestrado e o conciliei

com a graduação. A mesma situação se aplica ao doutorado. Agradeço o amor, o companheirismo e a cumplicidade. Sem ela, esta tese não existiria.

Ao falar em amor, não posso deixar de mencionar a Amora. Ela também merece um agradecimento. Afinal, embora tenha tornado os últimos meses um pouco mais atribulados, também trouxe um pouco mais de doçura e de vida para a reta final da tese. Se ela quiser, um dia poderá ler este trabalho.

Tenho de citar também Marlene e Lobo, meus sogros. Eles me ajudaram de diversas formas: fosse cuidando da Amora nesta reta final, para que eu pudesse me concentrar no trabalho; fosse dizendo palavras de incentivo. Obrigado.

Preciso, também, mencionar a Pamela e o Diego, padrinhos da Amora, e o meu amigo Alexandre Tanimoto. O apoio, as risadas, o companheirismo e as diversas garrafas de vinho que sorvemos juntos tornaram esse período muito mais prazenteiro.

Devo, ainda, citar minhas orientadoras: as professoras doutoras Giséle Manganelli Fernandes, do mestrado, e Aparecida de Fátima Bueno, do doutorado. Embora não se conheçam pessoalmente, elas partilham algumas características: a sensibilidade, a doçura, a autonomia que conferem a seus orientandos e a disponibilidade em ajudar. Fico muito honrado em poder dizer que são duas amigas que fiz.

É pena, aliás, que meus últimos dois anos de doutorado tenham coincidido com a pandemia, pois isso impediu que eu pudesse marcar cafés com a minha orientadora e reuniões presenciais com o grupo de pesquisa “Colonialismo e Pós-Colonialismo em português”, a cujos colegas também sou grato. É muito profícuo quando pessoas competentes dedicam um tempo para comentar uma pesquisa.

Nesse sentido, devo agradecer, também, às professoras doutoras Salete de Almeida Cara e Rita Chaves, pelas pertinentes observações feitas no exame de qualificação.

Por fim, peço perdão à banca por ter sido tão prolixo nos agradecimentos. Ocorre que nenhuma trajetória pode ser feita de modo solitário. Sem a interlocução e os diversos tipos de ajuda do outro, não há caminho nem chegada. Nesse sentido, sou grato aos professores deste país que, mesmo em tempos tão sombrios, insistem em conduzir os estudantes pelas veredas do reino das palavras.



*Dessa terra e desse estrume é que nasceu essa flor*

(Machado de Assis)

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo estudar a representação literária da miséria pessoal e nacional nos romances *O esplendor de Portugal* [1997], de António Lobo Antunes, e *Leite derramado* [2009], de Chico Buarque. Partimos da hipótese de que essa miséria é causada por uma derrocada familiar que ocorre em sociedades marcadas por fortes vícios coloniais (Brasil, Portugal e Angola) e que passam por traumáticas experiências autoritárias. Os narradores dos romances – Isilda e seus filhos, Carlos, Rui e Clarisse, em *O esplendor de Portugal*; e Eulálio, em *Leite derramado* – começam como personagens situados em uma condição privilegiada na pirâmide social, bastante confortáveis para perpetrar comportamentos violentos, racistas e patriarcais; porém, vão, gradativa ou subitamente, perdendo poder, dinheiro e capacidade de mando, até se verem no outro lado da moeda das sociedades desiguais que ajudaram a construir. Aliados dos círculos de poder, sobretudo Isilda e Eulálio, veem seus países passarem por experiências violentas e traumáticas, a Guerra Civil de Angola e a Ditadura Militar no Brasil, respectivamente. Ao contemplarem a dissolução do mundo em que cresceram tentam encontrar no passado um abrigo para o desalentador cenário que os cerca, sem, porém, serem capazes de identificar sua cota de culpa na realidade em que estão inseridos. Com isso, queremos demonstrar como essas obras trazem a miséria pessoal e nacional interligadas, sendo ambas as misérias tributárias de sociedades pós-coloniais, que não elaboraram criticamente o passado e não deixam qualquer arremedo de esperança no futuro.

**Palavras-chave:** Literatura Portuguesa; Literatura Brasileira; Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa; Lobo Antunes; Chico Buarque; Pós-Colonialismo.

## ABSTRACT

This research aims to study the literary representation of personal and national misery in the novels *The Splendour of Portugal* [1997], written by António Lobo Antunes, and *Spilt Milk* [2009], by Chico Buarque. Our hypothesis considers that this misery is caused by a personal downfall which takes place in societies permeated by strong colonial defects (Brazil, Portugal and Angola) and that experienced traumatic authoritarian periods. The narrators – Isilda and their children, Carlos, Rui and Clarisse, in *The Splendour of Portugal*, and Eulálio, in *Spilt Milk* – start the plots as characters who live in a privileged social condition, very comfortable when perpetrating violent, racist and patriarchal behaviours, however, gradually or suddenly, lose power, wealth and the capability of ruling, until when they discover themselves on the other side of the unequal societies they helped to build. Distant from power cycles, mainly Isilda and Eulálio, they see their countries live violent and traumatic experiences, the Angolan Civil War and the Military Dictatorship in Brazil, respectively. When they observe the dissolution of the world in which they reach adulthood, they endeavour to find solace in the past to the disheartening scenario that surrounds them, without, however, being capable of identify their guilt share in the reality they live. Having said that, it is our purpose to demonstrate that these books bring personal and national miseries deeply connected, being both subordinated to post-colonial societies which have not critically elaborated its past and do not offer a single sort of hope to the future.

**Keywords:** Portuguese Literature, Brazilian Literature; Comparative Portuguese Language Literatures'; Lobo Antunes; Chico Buarque; Pós-Colonialismo.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>FADO TROPICAL</b> .....	18
Considerações Iniciais.....	18
Um quadro de amarguras.....	19
Favorecidos e favorecedores.....	22
O xadrez da abolição.....	25
Guerra do Paraguai, conjuntura internacional e movimento abolicionista.....	28
O dia seguinte: liberdade negra, mas igualdade branca.....	34
<b>COMO BEBER DESSA BEBIDA AMARGA?</b> .....	39
Considerações iniciais.....	39
Antepassados ilustres.....	40
Mandonismo envernizado e esvaziado.....	46
Balbino: da subcidadania à sub-humanidade.....	50
Dubosc: portas fechadas, servilismo e explicitação do racismo.....	53
Matilde: violência e racismo.....	59
Tenebrosas transações.....	63
Café amargo.....	65
Alijamento do poder.....	70
Desgraça atrai desgraça.....	74
O peso do chumbo.....	75
O que não tem decência nem nunca terá.....	82
Cálice!.....	88
<b>CONHECIMENTO DO INFERNO</b> .....	95
Considerações iniciais.....	95
Do protagonismo à irrelevância.....	97
Causas da decadência.....	101
Entre o futuro e o passado.....	103
Uma casa decadente.....	105

Relações incivis.....	109
Capitalismo, Colonialismo e violência.....	112
Mitologia imperial.....	114
A dissolução do mundo que o português criou.....	118
<b>QUE FAREI QUANDO TUDO ARDE?.....</b>	<b>124</b>
Considerações iniciais.....	124
Uma jornada dantesca.....	125
24 de julho de 1978.....	126
5 de julho de 1980.....	127
21 de junho de 1982.....	128
4 de dezembro de 1984.....	131
26 de fevereiro de 1986.....	132
1 de setembro de 1987.....	133
6 de janeiro de 1988.....	134
10 de maio de 1988.....	135
13 de agosto de 1989.....	138
11 de outubro de 1990.....	139
25 de março de 1991.....	140
10 de abril de 1993.....	142
14 de novembro de 1994.....	145
27 de setembro de 1995.....	146
24 de dezembro de 1995.....	147
A persistência da memória.....	149
<b>A OUTRA MARGEM DO MAR.....</b>	<b>152</b>
Considerações iniciais.....	152
Retornados no nome, exilados de si, apátridas na alma.....	153
Contraponto, rotação e giro em falso.....	158
<b>DAS NEGATIVAS.....</b>	<b>166</b>

Poder e propriedade.....	166
Vastas feridas.....	171
Narradores traumatizados e melancólicos.....	174
<b>O LEGADO DA NOSSA MISÉRIA.....</b>	<b>178</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>179</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo comparar as formas (SCHWARZ, 2012a) de representação da miséria pessoal e nacional nos romances *O esplendor de Portugal* (1997), do escritor português António Lobo Antunes (1942 - ), e *Leite derramado* (2009), do brasileiro Chico Buarque (1944 - ).

A primeira obra, grosso modo, versa sobre a segunda e a terceira gerações de uma família de portugueses que fez fortuna com o plantio de algodão na Angola colonial. No entanto, após a luta de libertação que levou o país africano à independência e a posterior Guerra Civil que flagelou a nação angolana até 2002 (data posterior à publicação do livro), essa família vê seu poderio e sua influência diminuírem. Insegura e aflita, a matriarca (Isilda) envia os três filhos (Carlos, Rui e Clarisse, nessa ordem de idade) a Lisboa, a um pequeno apartamento no bairro da Ajuda. Lá, os três, juntamente com Lena – esposa de Carlos – precisam começar uma vida nova no Portugal recém-saído da Revolução dos Cravos. Isilda, por seu turno, fica em Angola; ela parece não ser capaz de abandonar a fazenda onde nasceu, cresceu e aprendeu uma verdadeira pedagogia da opressão do mundo colonial.

Essas quatro personagens supracitadas são também as vozes narradoras do romance, que está dividido em três partes. O relato de cada filho – começando com Carlos, seguindo com Rui e terminando com Clarisse – é intercalado com o de Isilda. Dessa forma, na primeira parte, temos um capítulo narrado por Carlos e outro pela mãe. Os capítulos não possuem títulos, mas datas, sendo o dos herdeiros sempre a da véspera de natal de 1995, quando o primogênito convida os irmãos para a ceia e ouve da esposa que eles simplesmente não virão, uma vez que o dono da casa os expulsou de lá e não os encontra pessoalmente há 15 anos. Já os capítulos de Isilda começam na data de 24 de julho de 1978 e avançam até o dia 24 de dezembro de 1995, quando, já destituída de poder que outrora possuía, é fuzilada pelas tropas do governo, do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA).

Os capítulos versam sobre episódios do passado dessa família, envelhecido e fermentado em barris de ódio e ressentimento. Eivada de opressões, violências, racismos e preconceitos (inclusive entre os próprios membros do núcleo familiar), a história dessas pessoas é uma tragédia individual e nacional forjada em uma sociedade colonial.

Já *Leite derramado* é um monólogo do moribundo Eulálio d'Assumpção. Figurão da elite arruinado, aos cem anos, ele agoniza em um precário hospital, onde divide o leito da enfermaria com outros pacientes com quem partilha a miséria e o abandono. Ao narrar

suas memórias, ele cita as suntuosas e ricamente mobiliadas casas em que viveu; os antepassados importantes no xadrez político da sociedade colonial e do Império (como o avô, descrito como um comensal de Dom Pedro), o prestígio do pai, senador na República Velha; as viagens com este até Paris; o assassinato do genitor; a crise de 1929 e as fracassadas tentativas de comercializar armas superfaturadas; as tórridas cenas de paixão por Matilde, sua esposa; o momento em que a mulher o abandona e todas as teorizações sobre um suposto adultério entre ela e Dubosc, engenheiro francês; as adversidades da vida e as rasteiras que algumas pessoas lhe passaram; as trágicas mortes do neto e do bisneto; e a situação de pobreza e desesperança em que se encontra. Todos esses acontecimentos vão correndo paralelamente a momentos marcantes da história do Brasil, sobretudo (mas não apenas) a Revolução de 1930, o Golpe de 1964 (junto à Ditadura Militar que o seguiu) e os anos (contados?) de vigência da ordem democrática.

Todo esse relato, envernizado por uma sintaxe cuidadosa e um vocabulário pernóstico, também está contaminado por preconceito, machismo, violência, mandonismo, patrimonialismo e, principalmente, pela absoluta ausência de constrangimento ao narrar episódios que explicitem esses comportamentos degradantes.

Como se pode notar pela alusão a eventos históricos decisivos, os contextos que permeiam as obras literárias terão bastante importância para a análise desses romances. Não se trata de pensar as formas artísticas como redutíveis ao processo histórico-social, mas de concebê-las como uma generalização ficcional da experiência (CARA, 2014, p.112). Nesse sentido, o comparatismo literário que aqui adotamos vai examinar as relações e contradições entre conteúdos e formas de obras que possam ter experiências sociais particulares, mas estejam inseridas em uma dinâmica histórico-literária comum (CARA, 2014, p.112).

Este trabalho escrutina obras cujos eixos comuns não advêm meramente do fato de serem romances de língua portuguesa, mas livros produzidos em (e sobre) países que gestaram vícios oriundos de diferentes formas do colonialismo português, vivenciaram formas de trabalho compulsórias, passaram experiências políticas autoritárias (o Salazarismo e a Ditadura Militar) e sofreram diversas formas de violência, característica que permeia esses eventos supracitados. Além disso, os protagonistas, embora em diferentes graus, eram figuras proeminentes em suas respectivas sociedades e viveram uma experiência de derrocada socioeconômica, sem que seus respectivos alijamentos dos círculos de poder ensejasse a formação de nações mais justas ou menos violentas. Após



perderem o poder, esses narradores passam por experiências traumáticas e têm enorme dificuldade de analisar criticamente o passado e até mesmo de organizar suas memórias.

É preciso salientar que, embora os contextos histórico-sociais tenham grande importância e esta pesquisa se preocupe em fornecer informações pertinentes ao tema, nossos objetos de pesquisa são os romances, o que significa que os conteúdos oriundos de outras áreas aqui mobilizados sempre servirão para salientar a construção estética e a amplitude crítica dessas obras. Afinal, conforme sugere o professor Benjamin Abdala (2014):

Se “acessamos o mundo” através da literatura, isso significa que o modo de conhecimento da realidade para quem se situa nesse campo pode se abrir à política, sociologia, história, linguística etc., para nos ater às esferas das Humanidades, mas também às áreas das chamadas ciências duras, biológicas e da saúde. Não podemos, entretanto, nos deixar colonizar por critérios dessas áreas, como muitas vezes ocorre. A atividade crítica deve partir do e voltar para o próprio objeto literário que está sendo analisado, que é um modo de conhecimento da realidade afim das áreas das ciências humanas e sociais (ABDALA, IN: \_\_\_\_\_ 2014, p.140).

Para empreender essa jornada interdisciplinar, mas sempre retornando aos nossos objetos de estudo (os textos literários em análise), dividimos a tese em nove capítulos. O primeiro vem a ser esta introdução. O segundo, “Fado Tropical”, trata de alguns vícios legados pelo colonialismo português ao Brasil. O terceiro, “Como beber dessa bebida amarga?”, investiga a forma do romance *Leite derramado*, estabelece relações entre a obra e o contexto histórico-social que a circunda, escrutina como o livro aborda o desaparecimento do neto, justamente no período da Ditadura Militar (1964-1985), investiga o funcionamento da memória de Eulálio e expõe eventuais (e propositais) lacunas no relato de Eulálio. O quarto, “Conhecimento do Inferno”, aborda o colonialismo português na África, mais especificamente em Angola, bem como a luta pela libertação do país e a subsequente guerra civil. O quinto, “Que farei quando tudo arde?”, analisa a forma do relato de Isilda e o uso que a narradora faz do passado como um mecanismo de proteção contra o caótico cenário em que está inserida. O sexto, “A outra margem do mar”, aborda a condição de retornados dos irmãos em Lisboa e a força imobilizadora das lembranças que carregam do mundo colonial. O sétimo, “Das negativas”, estabelece uma comparação entre os principais aspectos analisados nos capítulos anteriores e ainda traz uma reflexão sobre os traumas individuais e coletivos que marcaram as vidas de Eulálio e de Isilda. Por fim, o oitavo, “Considerações finais;” retoma os tópicos mais importantes da análise.

Abdala (2012, p.47) também explica que o crítico deve levar em conta a necessidade de escritores e estudiosos saberem “por onde têm o pé e onde circulam suas cabeças” (p.47). Essas obras foram produzidas por autores que, em maior ou menor intensidade, vivenciaram o horror de Estados de exceção<sup>1</sup>. Além disso, em Brasil e em Portugal, a literatura ajudou a romper o silenciamento que paira sobre a Ditadura Militar e o a Guerra Colonial respectivamente.

Já este crítico acessa o mundo de múltiplos lugares. O primeiro a se destacar é o de alguém que, angustiadamente, vê uma escalada autoritária e intolerante em seu país, o Brasil. Foi com tristeza que, durante a graduação, a ilusão de que havia um regime verdadeiramente democrático nesta nação foi desfeita. Na esteira dessa escalada autoritária, este pesquisador é uma pessoa surpresa com a ignorância que ronda a sociedade acerca Ditadura Militar e que busca, ao longo de sua trajetória pessoal e acadêmica, entender como um período tão bárbaro possa ser tratado com orgulho por alguns cidadãos. Outra informação importante é que este crítico é filho de um português e tem ainda parentes em Portugal, alguns dos quais tecem comentários como “na época do Salazar é que era bom”. Se a literatura, conforme pontua Abdala (2012, 2014), é uma forma de conhecimento de mundo, esta tese, subjetivamente, tenta, ainda que indiretamente, responder esta pergunta: por que muitas pessoas em Brasil e Portugal ainda louvam regimes autoritários?

Não é exagero pensar que esses lugares possam ser partilhados com os autores dos romances analisados. Não fosse essa dúvida pessoal, esta tese não existiria. Não houvesse um contexto de tamanha intolerância aqui no Brasil, este crítico teria continuado a pesquisar algum autor de língua inglesa, como já estudara no mestrado.

Mas este pesquisador também acessa o mundo de uma universidade pública, um lugar em cujos corredores, durante a graduação, aprendeu a observar as relações entre obras literárias e processo social, sem nunca perder de vista que, conforme ensinou Antonio Candido, a literatura vem a ser uma ferramenta de humanização. Nesse sentido, cabe conceber os livros não como objetos inócuos, usados como passatempo. Mas como instrumentos que podem desvelar aos seres humanos as atrocidades cometidas pelo próprio homem, o que permite aos leitores aquela abertura ao mundo e ao semelhante preconizada por Antonio Candido.

---

<sup>1</sup> António Lobo Antunes, aliás, compulsoriamente, serviu o Exército Português durante a Guerra de Independência de Angola, no início da década de 1970. Já Chico, enquanto músico, foi um dos grandes opositores à Ditadura Militar no Brasil.

Mais especificamente, este crítico acessa o mundo a partir de um programa de pós-graduação jovem e combativo, um programa que insta seus pesquisadores a formular:

...um comparatismo prospectivo, pautado por relações comunitárias, um comparatismo da solidariedade, da cooperação, que se dispõem a comparar diante de problemáticas que nos envolvem a todos para nos conhecer naquilo que temos de próprio e em comum. Sugerimos enlaces comparatistas em que as particularizações do passado devem ser reconfiguradas em termos prospectivos e tendendo a ações de reciprocidade, não admitindo mais a histórica relação sujeito/objeto, mas sim a relação sujeito/sujeito, que se comparam em aproximações e fricções, tendo em conta desafios que se colocam em termos de atualidade sociocultural” (ABDALA, IN: \_\_\_\_\_, 2014, p.145-146).

Para lograr adequadamente essa comparação da forma mais completa possível, de modo a conhecer melhor essas sociedades, as reflexões acerca da história do Brasil partirão, principalmente, das obras: *Brasil: uma biografia*<sup>2</sup> (2015) e *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), de Lilia Schwarcz; *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2003), de José Murilo de Carvalho; *Racismo e antirracismo no Brasil* (2009), de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães; e *Que resta da Ditadura?* (2010), organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles. Já o colonialismo português será estudado, sobretudo, à luz de *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo* (2004), de Margarida Calafate Ribeiro; *Era dos Impérios: 1875-1914* (2015), de Eric Hobsbawm; e *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal* (2006), de Kenneth Maxwell. A análise da forma dos romances se inspirará nas reflexões Roberto Schwarz (1987, 1991, 2004, 2009, 2012a, 2012b). Além disso, duas pesquisas de pós-graduação desta faculdade contribuirão significativamente para a análise dos romances: “Peso flutuante de uma fala: o Brasil narrado em *Leite derramado*, de Chico Buarque” (2018), de Maria Luísa Rangel De Bonis; e “Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo: uma releitura de *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes” (2016), de Fernanda Fátima da Fonseca Santos. A bibliografia sobre memória e trauma advirá das reflexões de “Crítica em tempos de violência” (2010), tese de livre-docência de Jaime Ginzburg, e de Jeanne Marie Gagnebin (In: SAFATLE, TELES, 2010). É evidente que outras referências serão mobilizadas conforme a necessidade.

---

<sup>2</sup> Esta obra foi escrita em parceria com Heloisa M. Starling.

## FADO TROPICAL

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo, cujo objetivo é traçar o panorama histórico que circunda o romance *Leite derramado*, apresenta um grande desafio: qual panorama traçar? Afinal, a personagem Eulálio d'Assumpção viveu cem anos (1907-2007) e sua história se confunde com parte significativa da do Brasil ao longo do século XX. Logo, “bastaria” aludir aos principais eventos e mudanças desse período temporal?

A resposta é não.

Assim como o do Brasil, o presente de Eulálio anda cheio de passado<sup>3</sup>. Ele lembra de cada fio da barba do avô que não chegou a conhecer, mas cujo retrato a óleo admirava, menciona que esse ancestral foi um comensal de Dom Pedro II e que elaborou um projeto para mandar os negros de volta para a África. Entretanto, o bisavô, sempre de acordo com o relato de Eulálio, tomou justamente o rumo oposto: foi um traficante de escravos que fizera fortuna trazendo negros de Moçambique. Já o pai do narrador intermediava o comércio de café com países europeus e de armas (em escusas negociatas), notadamente com a França.

A família de Eulálio era muito rica e sempre mantivera relações próximas com os detentores do poder e quase fisiológicas com o Estado. Tanto que, embora o avô e o bisavô do narrador fossem monarquistas, o pai deste é descrito como:

(...).um republicano de primeira hora, íntimo de presidentes, sua morte brutal foi divulgada até em jornais da Europa, onde desfrutava imenso prestígio e intermediava comércio de café. Tinha negócios com armeiros da França, amigos graúdos em Paris, e na virada do século, ainda muito jovem, fez sociedade com empresários ingleses. Espírito prático, foi parceiro dos ingleses na Manaus Harbour, e não na aventura africana de seu pai, igualmente vítima de ciúmes e maledicências. Fique sabendo que meu avô já nasceu muito rico, não iria macular seu nome por se locupletar com dinheiro público. Mas com o fim do Império, teve de buscar asilo em Londres, onde morreu amargurado (BUARQUE, 2009, p.52).

E não era apenas no Estado que a família de Eulálio mandava e desmandava. O clã, muito rico, também tinha imenso poder sobre os corpos de outras pessoas, mesmo depois de acabada a escravidão. Tanto que o narrador, quando jovem, chega a cogitar “enrubar o Balbino”<sup>4</sup> (BUARQUE, 2009, p.19), descendente dos escravos que eram do avô do narrador. Note-se, pois, que a extensão do poder dos Assumpção era incomensurável.

---

<sup>3</sup> Lilia Schwarcz (2019, p.224), em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, afirma que o presente do Brasil ainda é repleto de marcas do passado.

<sup>4</sup> Esse episódio será retomado com maior detalhe em capítulo posterior.

Portanto, antes de propriamente mencionar os principais acontecimentos históricos que ocorrem durante a longa existência de Eulálio, é preciso investigar como a formação da estrutura social brasileira, desde a época colonial, permitiu a existência de famílias com tamanho poder tanto nos espaços públicos quanto nos privados. Para tanto, mais do que tecer algumas palavras sobre fatos e episódios que marcaram a trajetória do Brasil, será preciso rememorar algumas características e práticas que remetem à nossa colonização e acabam por moldar o nosso comportamento (e, conseqüentemente, o discurso de Eulálio) até os dias de hoje.

Nesse sentido, existe uma questão absolutamente incontornável a respeito da qual não é possível deixar de tecer alguns comentários: a escravidão. Será preciso investigar a dimensão do enraizamento desse modo de produção no país. Além disso, também será necessário olhar para o modo como tal regime foi abolido e para a posterior ausência de políticas públicas de integração dos negros à sociedade. Afinal, apesar de a tese não ter como questão central discutir a escravidão e as sequelas da exploração escravocrata na nossa sociedade, esse é um ponto fundamental de ser mencionado, haja vista a importância que essa herança do sistema colonial impacta as sociedades herdeiras desse passado.

Ademais, irmanada à escravidão, existe uma lógica patrimonialista a regular as relações sociais (HOLANDA, 2014) em decorrência da precária e distante presença da Coroa Portuguesa nos primórdios da colonização. Com isso, mandonismo e patrimonialismo<sup>5</sup> encontraram terreno fértil para florescer, em um local no qual as fronteiras entre aquilo que é público e o que é privado não são exatamente claras.

## **UM QUADRO DE AMARGURAS**

Esse sistema não chegava a ser uma novidade no mundo. Houvera escravos na Antiguidade Clássica, no Egito, no extremo Oriente e em grande parte do mundo antigo. O Império Romano, por exemplo, chegou a registrar um montante de 2 a 3 milhões de pessoas escravizadas, o que correspondia a algo entre 35 a 40% de sua população.

---

<sup>5</sup>Patrimonialismo é definido como: "resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. Ou, dito de outra maneira, trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, "patrimônio" de quem detém o poder" (SCHWARCZ, 2019, p.65) Ela ainda acrescenta que o conceito de patrimonialismo foi cunhado por Webber e que sugere a importância do lugar patrimonial, a prática em que espaço individual se impõe diante das causas públicas. Com isso, as fronteiras entre público e privado se tornam difusas.

Entretanto, esses escravos não eram a principal força produtiva daquela sociedade (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.79).

Já no final da Idade Média, ilhas mediterrâneas que produziam açúcar, se valiam de mão de obra escrava. De um modo geral, na Europa, porém, os cativos não costumavam ser empregados na agricultura, mas na execução de tarefas artesanais. Tal situação só se modificaria no século XV, quando os portugueses chegaram à Costa da Guiné. Eles intensificaram o tráfico humano primeiramente para abastecer as plantações açucareiras em ilhas nos arredores da Europa e/ou da África, como Ilha da Madeira, Cabo Verde e São Tomé. Depois, para trabalharem em condições precárias na nova colônia: o Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.80-81).

Esse comércio trouxe ao nosso território 4,8 milhões<sup>6</sup> (de um total de 10,7 milhões) de negros para serem escravizados (SCHWARCZ, 2019, p.23). Uma vez aqui, se fossem para um latifúndio, poderiam vivenciar uma verdadeira pedagogia da violência: tinham de enfrentar uma jornada de trabalho de até 18 horas, com direito a uma muda de roupa por ano e a uma alimentação à base de farinha de mandioca com carne seca e peixe – galinha e carne fresca somente para os que estivessem adoentados. A escassez alimentar era tamanha que até mesmo os ratos que infestavam as plantações poderiam virar alimentos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, 2019).

Se labutar na agricultura, com alimentação precária, sob o sol escaldante do Nordeste já seria suficientemente exaustivo e cruel, mais ainda sofriam os que ficavam nas moendas, fornalhas e caldeiras produzindo o açúcar. O risco de perderem mãos e braços era enorme, tanto que há relatos informando a existência de um objeto (uma machadinha) para cortar o membro ferido e evitar prejuízos nas máquinas e no produto. Além disso, devido às altas temperaturas, também havia o risco de queimaduras (SCHWARCZ, 2015, p.93). Submetidos a tal rotina e sujeitos a tais castigos, não chega a ser surpreendente que a expectativa de vida de escravos que trabalhassem na agricultura fosse de apenas 25 anos, 10 anos a menos do que os cativos dos Estados Unidos (SCHWARCZ, 2019, p.28).

Naturalmente que um sistema dessa natureza está ancorado em enorme dose de violência<sup>7</sup> para sobreviver. Afinal, para que se consiga submeter uma grande quantidade

---

<sup>6</sup> A afluência de escravos chegou a ser tão grande, pois a taxa de crescimento dos escravos era negativa, devido, conforme veremos, às árduas condições de trabalho (SCHWARCZ, 2019).

<sup>7</sup> Esse sistema, conforme nos lembra Roberto Schwarz (2012b, p.14), na esteira do raciocínio de Fernando Henrique Cardoso, estava muito mais ancorado na autoridade do que na produtividade. Afinal, não se

de seres humanos a tal rotina, era preciso um aparato legal<sup>8</sup> e ideológico que assegurasse o controle sobre aqueles corpos. Assim, a Igreja Católica fazia sua parte defendendo o trabalho nas plantações como uma atividade disciplinadora e civilizadora. Também pulularam manuais de como assegurar a servilidade dessas pessoas e como castigá-las quando desobedecessem (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em caso de fugas, punições públicas eram permitidas e estimuladas pela legislação e pelo costume, conforme é possível observar no conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, no qual o narrador faz um pequeno inventário dos objetos de punição e tortura usados contra os escravos:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras (ASSIS, 2007, p.466).

Além dessas punições, os escravos recapturados poderiam ser açoitados diante de todos, para que os demais não seguissem seu exemplo. Tal castigo deveria ser doloroso o bastante para que o fugitivo não tornasse a planejar nova escapada, mas não mortal, para que o dono não perdesse seu “bem”. Por sua vez, no caso de o cativo não ser apanhado com vida, sua cabeça poderia ficar exposta, a título de lembrete do risco que incorria quem tentasse a fuga (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Mesmo assim, como a rotina era demasiado desumana, muitos escravos tentavam empreender a fuga. Entretanto, essa não foi a única forma de resistência adotada. A formação de quilombos, o assassinato de senhores e o suicídio<sup>9</sup> também fizeram parte das diversas formas de resistência. E mesmo os que ficavam nas plantações encontraram

---

tratava de fazer o máximo de trabalho no menor tempo possível, mas sim de manter o escravo ocupado o maior tempo possível.

<sup>8</sup> Conforme relata Keila Grinberg (In: GOMES, SCHWARCZ, 2018, p.145), os castigos a que os escravos eram submetidos eram prerrogativas dos senhores. Estes, ao impor punições, estavam amparados pelos costumes e pelas leis. Fora da propriedade, era a Coroa Portuguesa quem cuidava de destruir quilombos e reprimir fugas. O principal documento legal que legislava sobre os crimes na Colônia era o livro V do Código das Ordenações Filipinas, de 1603. O título 95 desse Código determinava que “...os senhores poderiam prender, castigar e emendar seus escravos, porém não discriminava a pena específica, deixando a eles o poder de decidir quantos e como seus escravos seriam açoitados”. Ou seja: a legislação colonial ainda favorecia o arbítrio e o capricho dos grandes proprietários de escravos.

<sup>9</sup> Esta vem a ser uma forma de resistência um tanto quanto ambivalente. Afinal, se por um lado o cativo cometia a suprema violência contra si, ao tirar a própria vida, por outro, sendo ele uma propriedade de seu senhor, matando-se, dilapidava o patrimônio de seu proprietário.

modos sutis, mas extremamente significativos, de afrontar a ordem vigente – ainda que não de maneira direta:

Resistir demandava também criatividade, sorte, barganha e malícia: por isso, muitas vezes a estratégia foi indireta, buscando não apenas atacar, mas, sobretudo, desgastar o inimigo – a sabotagem era o mais famoso desses métodos. Tal forma de ação foi usada de maneira recorrente na agroindústria do açúcar, especialmente em Pernambuco e no Recôncavo baiano. A sabotagem representava um perigo constante e seu êxito dependia de muito pouco: uma chispa de fogo no canavial, o limão cortado em pedaço e esquecido nos tachos de cobre onde se cozia o caldo da cana para produção do melado, um dente quebrado nos cilindros dentados da moenda – as gigantescas rodas para extração do caldo de cana, movidas a água ou por uma junta de bois. Qualquer interferência, por insignificante que fosse, era danosa ao fabrico do açúcar e podia pôr a perder toda a produção do engenho, provocando um prejuízo irreparável ao seu proprietário (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.104-105).

### FAVORECIDOS E FAVORECEDORES

Outro aspecto a se levar em conta é a abrangência da escravidão: religiosos, militares, pequenos comerciantes, viúvas, grandes proprietários, pessoas mais pobres e até libertos<sup>10</sup> possuíam seus cativos (SCHWARCZ, 2019, p.27). Em alguns casos, eles (os escravos) chegavam a ser uma fonte de renda para mulheres idosas cujos maridos já tivessem morrido: elas alugavam seus escravos na rua e sobreviviam com o provento que eles trouxessem para casa. As negras também estavam sujeitas à locação, mas de uma forma ainda mais cruel: poderiam ser obrigadas a se prostituir e entregar a renda resultante disso à família a que pertenciam (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.95). Tão presente na vida cotidiana estava a escravidão que, em 1849, o *Almanaque Laemert* indicava que o Rio de Janeiro possuía 110 mil escravos em uma população de 266 mil habitantes, a maior concentração de escravos urbanos desde a Roma antiga (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.279).

Com tamanha penetração e permeabilidade na sociedade, fica a pergunta: como sobreviviam homens livres que não eram grandes proprietários, uma vez que escravos compunham parte significativa da nossa força de trabalho? Roberto Schwarz, em “As ideias fora do lugar”, quando reflete sobre a literatura da recém-independente nação brasileira do século XIX, tem uma hipótese: essa classe sobrevivia graças ao mecanismo do favor:

Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social depende materialmente do favor, indireto ou direto de um grande. O agregado é a sua

---

<sup>10</sup> É celebre a cena de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* em que Prudêncio, ex-escravo do narrador, já liberto fustiga um cativo de sua propriedade com chibatadas, em praça pública. O castigo só é interrompido quando Brás Cubas ordena que Prudêncio, que sofrera inúmeros maus-tratos nas mãos do antigo dono, pare.



caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes, envolvendo também outra, as dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício da sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (SCHWARZ, 2012b, p.16).

Afinal, uma vez que o colonialismo português nos legara três classes, grandes proprietários, escravos e homens livres pobres, e que a relação entre as duas primeiras era óbvia (uma era detentora dos meios de produção e a outra era a classe laboral), a que vigorava entre a primeira e a última era de algum modo mais complexa, pois estava ancorada em mecanismos de lealdade e proteção que não poderiam ser mensurados racionalmente (SCHWARZ, 2012b). Ora, isso, evidentemente, fortalecia o poder dos senhores e dos mais ricos, capazes de conceder favores que trouxessem algum alento aos mais pobres, mas também de cobrar-lhes a paga, conforme a conveniência e a necessidade.

Os grandes proprietários eram capazes de atender a solicitações de diversas ordens não apenas por serem muito ricos, mas porque a própria estrutura da colonização portuguesa contribuiu para a ampliação dos poderes daqueles que detinham imensas quantidades de terra. Afinal, como o território brasileiro era demasiado vasto, a Coroa Portuguesa, no início do processo de ocupação/invasão do nosso litoral, delegou poderes políticos a um grupo de colonos que logo se tornaram detentores de grandes domínios. Foi, portanto, um processo de associação entre o Estado Português e particulares – e estes detinham imenso poder. Já a Coroa exercia apenas e tão somente o poder dentro dos limites do governo geral, criando uma relação de dependência entre o governo lusitano e a administração do país (SCHWARZ, 2019, p.69).

José Murilo de Carvalho (2003), ao analisar esse sistema, adverte que não se deve cometer o erro de pensar que a norma fosse o conflito entre os interesses do Estado e o dos colonos: o que havia era conluio. Até porque, em diversas ocasiões, membros da

aristocracia rural poderiam exercer cargos públicos e valer-se deles para obter ganhos pessoais, gerando enorme distorção nas funções da administração pública <sup>11</sup>.

Ora, com isso, nosso modelo colonial trazia uma nefanda combinação: latifúndio monocultor, trabalho escravo, frouxidão na vigilância estatal e enorme força dos grandes senhores (SCHWARCZ, 2019, p.41-42). As consequências, evidentemente, não foram das melhores:

Como os colonos concentravam o exercício do poder, e guardavam para si grande autonomia política, uma série de consequências se avolumaram. Em primeiro lugar, eles passaram a acreditar que suas instituições públicas eram irrelevantes diante do gigantismo de seu mando pessoal. Também julgaram que deviam pouca lealdade ao monarca português, já que a administração externa era realizada de modo errante e sem eficiência. Por fim, sentiam-se desobrigados de prestar contas de seus atos à metrópole, até porque esta não detinha instrumentos capazes de vigiá-los (SCHWARCZ, 2019, p.68-69).

Assim, foi criada uma elite extremamente poderosa e pouco preocupada com o poder estatal, o qual terminava nas portas das grandes fazendas (CARVALHO, 2003, p.21). Os proprietários desses latifúndios ocupavam as lacunas deixadas pelo Estado, obtendo, então, prestígio, lealdade e obediência, principalmente junto à população mais pobre, que tinha duas opções bem claras: recorrer à proteção de um latifundiário ou ficar ao Deus-dará, o que impossibilitou a existência de um poder que se pudesse chamar de público (CARVALHO, 2003, p.22).

Essa mistura de escravidão, patrimonialismo e latifúndio foi nefasta para a formação de futuros cidadãos, afinal:

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais. Entre escravos e senhores, existia uma população legalmente livre, mas a que faltavam quase todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação. Ela dependia dos grandes proprietários para morar, trabalhar e defender-se contra o arbítrio do governo e de outros proprietários (CARVALHO, 2003, p.21).

---

<sup>11</sup> A respeito da força das relações privadas nas instâncias públicas (bem como das consequências da recorrência de tais práticas para o país, já no século XX), Sérgio Buarque de Holanda tece as seguintes considerações: “No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos dessa supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas” (HOLANDA, 2014, p.175-176).

Já os latifundiários tampouco se consideravam cidadãos, uma vez que não lhes fazia muito sentido a noção de igualdade perante a lei: eles se julgavam acima dela (CARVALHO, 2003, p.21). Afinal, o que era um código legal perante a extensão e a magnitude do mando pessoal de um grande senhor de terras?

Muito pouco.

Há, ainda, outra pergunta a se fazer. Se a colonização e o Império Brasileiro estiveram tão fortemente ligados ao tripé escravidão, grande propriedade e patrimonialismo (com uma enorme ingerência de interesses particulares regulando a burocracia estatal), como esse regime de trabalho chegou ao fim?

### **O XADREZ DA ABOLIÇÃO**

A Abolição no Brasil ocorreu de modo conservador, tardio, em um processo permeado por diversos movimentos contraditórios que tentavam acomodar pressões externas a interesses internos (SCHWARCZ, 2019). Serão examinados alguns desses aspectos nas próximas linhas.

Um dos primeiros motivos que levam a Abolição vem a ser a pressão externa, notadamente a exercida pela Inglaterra. Afinal, esta nação abolira o tráfico de escravos em 1807 e, após isso, voltou seus esforços para lograr o mesmo feito em outras nações. E a economia do Brasil, como demonstram os números apresentados anteriormente, dependia bastante desse comércio (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Quando Dom Pedro I proclamou a independência do Brasil, Portugal não reconheceu a soberania de sua antiga colônia de imediato e até tentou reaver esse território. Foi a Inglaterra que intermediou as negociações para que a outrora metrópole aceitasse nossa independência. Com isso, a Grã-Bretanha (e também graças ao seu poderio econômico de nação industrializada) se viu em posição privilegiada para, como cláusula de reconhecimento da independência do Brasil, exigir que o jovem país se comprometesse a acabar com o tráfico transatlântico de escravos, proibição que valeria a partir de 1830 (BUENO; CERVO, 2011).

O temor que esse tratado gerou nos traficantes pode ser observado em alguns números apresentados por Sidney Chalhoub (2010), no artigo “O problema do tráfico africano de escravos na Independência e na formação do Estado (Brasil, décadas de 1820 a 1840)”: o país recebeu mais de 60 mil negros para serem escravizados em 1826 e 1827; 58.581 em 1828; quase 73 mil em 1829; e cerca de 51 mil em 1830, quando o tráfico já

contrariava um tratado internacional entre Brasil e Inglaterra (CHALHOUB, 2010, p.53). Os números representam um robusto aumento, pois, conforme ressaltam Beatriz Mamigonian e Keila Brinberg (In: SCHWARCZ, GOMES, 2018), as estatísticas anuais de entrada de negros da primeira metade da década indicam um montante que não chegava a 40 mil pessoas.

Na legislação brasileira, após a assinatura, ratificação e entrada em vigor do tratado internacional, o tráfico passou a ser, teoricamente, proibido com a lei de 7 de novembro de 1831. Essa lei considerava livres aqueles negros que tivessem vindo de fora do Império Brasileiro depois de 1831 e punia os envolvidos em seu tráfico (seriam assim considerados o comandante do navio, os investidores e até mesmo os compradores finais).

Com isso, esse ano apresentou uma drástica queda no número de negros contrabandeados para o Brasil: 6.178 (CHALHOUB, 2010, p.53). Contudo, o montante viria a crescer nos anos seguintes: 9.013 em 1832; 12.901, em 1833; 18.100, em 1834; 37.134, em 1835; 52.837, em 1836; e quase 57 mil, em 1837 (CHALHOUB, 2010).

Como se vê pelos números apresentados por Chalhoub (2010), não bastaram tratados internacionais ou leis para coibir o tráfico. O historiador ainda destaca que, mesmo com essa legislação, o fluxo do tráfico não sofreu grandes abalos, haja vista que, “(...) no primeiro quartel do século XIX (1801-1825) entraram 1.012.762 africanos [no Brasil]; no segundo quartel (1826-1850), 1.041.964” (CHALLOUB, 2010, p.46). Ou seja: depois de assinado o tratado com a Inglaterra, o fluxo de escravos ainda sofreu um ligeiro aumento. Ademais, recorda o pesquisador, esses números sugerem que mais de 42% dos 4,8 milhões de escravos que vieram para estes tristes trópicos chegaram na primeira metade do século XIX.

Não por acaso a lei de 1831 ficou conhecida como “lei para inglês ver”. O problema em si, porém, não era a letra fria da legislação, mas a sua aplicabilidade. Afinal, conforme foi mostrado, previa punição a todos os envolvidos e, ainda, o reenvio do africano ao continente de origem. Além disso, o artigo 9º do decreto de 12 de abril de 1832, que regulamentava a lei de 1831, ainda instruía as autoridades competentes a aferir: se o escravo em questão entendia a língua portuguesa; havia quanto tempo ele estava no país; em qual barco chegara; em qual porto desembarcara; e por quais lugares passara. No entanto, as perguntas acabavam, quase sempre, por ficarem restritas ao domínio do idioma, por isso “(...) caso balbuciassem algumas palavras em português, seriam considerados escravos e ficariam à espera do aparecimento de senhores que os reclamassem” (CHALHOUB, 2010, p.60). Ademais, era recorrente, quando a situação

ficava um pouco mais complicada, que uma documentação fosse forjada para assegurar que o dito escravo estava no país desde antes de 1831 (CHALHOUB, 2010, p.69). O que se tem, portanto, é uma predominância do arbítrio dos senhores, com o fito de manter o trabalho escravo, amparada pela deliberada miopia estatal, sobre as normas da legislação. Tanto que, no início dos anos 1850:

(...) quiçá a metade da população escrava em idade produtiva existente no país fosse constituída por africanos ilegalmente escravizados e seus descendentes; essa taxa de ilegalidade da escravidão era decerto muito mais alta nas fazendas de café do Vale do Paraíba, para onde afluíram em massa os africanos chegados após lei de 1831. Não custa meditar por um momento no que se acaba de enunciar: a riqueza e o poder da classe dos cafeicultores, que se tornaria o símbolo maior da propriedade imperial ao longo do Segundo Reinado, viabilizaram-se ao arrepio da lei, pela aquisição de cativos provenientes de contrabando (CHALHOUB, 2010, p.47).

Assim, a escravaria que muitos aristocratas ostentavam, àquela época, não era apenas imoral, mas também ilegal.

É evidente que a Inglaterra não ficou nada contente com a atitude dúbia do governo brasileiro. A gota d'água para o descontentamento britânico, porém, veio em 1845, quando o governo brasileiro decidiu que o tratado celebrado com a Inglaterra estava extinto e que a Marinha britânica não tinha mais competência para apresiar navios negreiros com a bandeira do Brasil. Diante disso, Lord Aberdeen, secretário de assuntos estrangeiros da Inglaterra persuadiu o Parlamento britânico a aprovar, em 1845, uma resolução unilateral que permitia à Marinha inglesa aprisionar navios negreiros brasileiros em qualquer ponto do Atlântico – inclusive em águas territoriais brasileiras – e a acusar tais embarcações de pirataria em tribunais ingleses. Tal ação não foi bem aceita pelo Brasil não apenas porque a escravidão estivesse entranhada em cada rincão de nossa sociedade, mas porque era, também, uma afronta à soberania nacional (ARAÚJO, 2018).

Essa afronta ficou mais aguda em julho de 1850, quando o navio britânico *Cormorant*, ancorado em Paranaguá (PR), examinou todas as embarcações do porto, com o fito de apreender barcos que transportassem escravos. Quatro navios estavam nessa situação e três dos quais estavam sendo rebocados (o outro foi afundado pela própria tripulação, a fim de não ser capturado), quando os canhões do forte de Paranaguá abriram fogo contra a embarcação britânica, matando um marinheiro inglês e deixando leves danos no navio. A resposta foi dada pelo comandante britânico, que, diante das autoridades brasileiras, queimou dois dos navios e ainda levou o terceiro a julgamento (ARAÚJO, 2018).

Uma guerra contra a Inglaterra era iminente. No entanto, o Brasil sabia que não teria condições de sustentar um confronto armado com essa potência. Assim, para evitar o conflito, bem como maiores constrangimentos, o Brasil se viu na contingência de ter de abolir definitivamente o tráfico de escravos. Foi nesse contexto que foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós. Mesmo assim, entre 1850 e 1856 o número aproximado de escravos que entrou no país foi de 38 mil, cerca de 6,3 mil ao ano (ARAÚJO, 2018).

## **GUERRA DO PARAGUAI, CONJUNTURA INTERNACIONAL E MOVIMENTO ABOLICIONISTA**

Se o tráfico estava extinto, o regime escravista ainda sobreviveria mais algumas décadas – embora a manutenção desse modo de produção fosse extremamente danoso à imagem do Brasil no exterior, uma vez que Dom Pedro II gostava de vender o país como uma monarquia ilustrada nos trópicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Ora, como poderia um imperador dito esclarecido permitir o cativo e as sevícias impostas a tantos seres humanos?

Ocorre que, para a legislação brasileira, escravo não era considerado um ser humano, mas um bem, uma riqueza. Isso era particularmente problemático para a questão da Abolição. Afinal, sendo um Estado que respeitava a propriedade privada, abolir a escravidão seria o equivalente a depauperar, furtar propriedades de seus cidadãos. Muitas pessoas perderiam seus bens e isso geraria enorme descontentamento. Segundo Celso Furtado (2007, p.199), essa linha de raciocínio explica um importante motivo por que diversos membros da elite não gostariam que a Abolição ocorresse: “Prevalecia então a ideia de que um escravo é uma riqueza e que a Abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela geração de riqueza no país”.

Há, pois, a partir da segunda metade do século XIX um quadro de desgaste do sistema escravista até o seu derradeiro término. Contribuíram para esse desgaste dois eventos históricos: a Abolição da escravidão na América Espanhola (gradual, ao longo do século XIX) e nos Estados Unidos (após o fim da Guerra de Secessão, em 1865), e o desgaste gerado pela Guerra do Paraguai (1865-1870). O constrangimento internacional aumentava, pois (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A Guerra do Paraguai foi um conflito cuja crueldade das batalhas acabou por macular a imagem que o imperador gozava de homem ilustrado e pacífico. Com isso, passado o fervor patriótico do primeiro ano de guerra, o governo se via em uma

contingência de precisar arregimentar braços para as fileiras do exército. Por isso, em 1866, foi estabelecido um recrutamento compulsório. Contudo, para evitar a ida à guerra, os senhores mandavam os seus escravos. Alguns defendiam que era necessário colocar os negros no Exército, pois isso evitaria a morte dos brancos, como o parlamentar Pimenta Bueno, para quem era “preferível poupar a classe mais civilizada e moralizada” Por outro lado, havia o temor de que os negros iniciassem uma insurreição (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.296). Acabou pesando, porém, a necessidade de reforçar as fileiras do exército e de impedir que os filhos das elites lutassem no confronto. Imbuído desse propósito, foi publicado, em 06 de novembro de 1866, o decreto número 3.725, que concedia a liberdade aos escravos que lutassem na Guerra do Paraguai e, caso fossem casados, o benefício era estendido às suas esposas (MIRANDA, 2017).

Importa mencionar que, embora o confronto tenha desviado um pouco o foco do debate em torno da Abolição, acabou por contribuir para a futura emancipação dos escravos. Afinal, finda a guerra, havia um grande número de escravos alforriados, considerados, teoricamente, cidadãos brasileiros. Utiliza-se o termo teoricamente, pois, conforme recorda Lilia Schwarcz: “A liberdade era troféu difícil de ganhar; quase impossível de manter” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.299).

Se a Guerra do Paraguai não foi decisiva e até afastou um pouco o tema da agenda pública, como entender o fim do cativo? Ângela Alonso (2014) sugere examinar o próprio movimento social abolicionista dentro do espaço público – mas não unicamente restrito às instituições. Essa autora pondera que a Abolição tem sido, desde a década de 1960, via de regra, interpretada de três formas distintas.

A primeira seria uma leitura marxista, que lança luz sobre as estruturas e os processos sociais e econômicos que permeiam o fim da escravidão, dando ênfase à incompatibilidade entre o modo de produção capitalista e o escravista. “A Abolição é explicada a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria um mercado de trabalho livre. A contradição estrutural capitalismo-escravidão selaria a necessidade da Abolição, que se imporia aos nossos agentes” (ALONSO, 2014, p.118). A segunda privilegiou os mecanismos de resistência dos escravos e demonstrou como os questionamentos ao sistema foram mais comuns e variados do que normalmente se imaginava. Já a terceira linha interpretativa reforça a preponderância das instituições políticas, das lideranças parlamentares e dos conflitos entre as regiões acerca do tema, reforçando que a Abolição foi um evento institucional e sugerindo que o abolicionismo

fosse mais forte no Norte, em decorrência da decadência da economia açucareira, o que teria feito o trabalho escravo perder força (ALONSO, 2014).

Embora essas três linhas interpretativas até registrem manifestações no espaço público contra o escravismo, nenhuma delas examina mais detalhadamente o tópico e foi exatamente isso que a autora tentou fazer, em sua tese de livre docência: estudar detidamente o movimento social abolicionista e demonstrar sua relevância no processo que consolidou o fim da escravatura no Brasil (ALONSO, 2014). Em sua pesquisa, Alonso frisa o caráter relacional do movimento, ou seja, as interações e tensões entre os que defendiam a Abolição da escravidão e aqueles que lutavam pela manutenção do regime, bem como o contato com outras estratégias de movimentos abolicionistas de outros países, uma vez que a manutenção do regime escravista ia ficando cada vez mais constrangedora à medida em que cada vez mais países extinguíam essa forma de trabalho.

Apenas a título de exemplo: Nova Granada (Colômbia) aboliu em 1851; Havaí, em 1852; Argentina, em 1853; Peru e Venezuela, em 1855; Guiana Holandesa, em 1862; Portugal nas colônias africanas, em 1869; Cuba, em 1886, dentre outros exemplos. (ALONSO, 2014) A existência de outras experiências abolicionistas no mundo é importante pois acabou por permitir um certo intercâmbio de experiências, estratégias e discursos entre diferentes ativistas de diferentes países e também conferiu respaldo político internacional ao movimento. No caso brasileiro, ainda segundo Ângela Alonso (2014, p.124), o contato com experiências de outras plagas significou inspiração para formas de organização, espaços de expressão e estratégias de ação, mas com peculiaridades regionais. Por exemplo: nos Estados Unidos, muitos templos Quaker foram utilizados para que abolicionistas difundissem suas ideias. Aqui, por outro lado, como a Igreja Católica era vinculada ao Estado, os ativistas amealhavam seguidores nos espaços dos teatros. Isso permitiu aos abolicionistas dramatizar a escravidão e teatralizar a política.

Em sua análise sobre o movimento abolicionista no Brasil, o primeiro aspecto mencionado pela autora é a definição de movimento social<sup>12</sup>, entendido como:

(...) maneira extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. Forma de ação que

---

<sup>12</sup> Ela ainda pondera que movimentos sociais são: “(...) uma rede de interações sociais que se constrói no curso de um conflito e que alinhava uma pluralidade de indivíduos, eventos e associações (Diani, 2003). Rede em contínuo rearranjo, com posicionamentos que mudam ao longo do processo político, conforme as constelações de forças. Ao contrário das instituições, com seus membros fixos e fronteiras claras, movimentos têm limites fluidos e participantes voláteis, que entram e saem. (...) movimentos são heterogêneos, não formam coro, mas orquestra. Sua unidade só se configura clara ante adversários, isto é, só existe um movimento abolicionista no confronto com os que não o são” (ALONSO, 2014, p.120).



se caracteriza por campanha de pressão sobre autoridades, sob forma de manifestações públicas; uso do mesmo repertório de confronto, isto é de formas semelhantes de organização, expressão e ação; e envolve grande número de pessoas, cujo compromisso perdura ante adversidades (sobretudo repressão) (ALONSO, 2014, p.120).

Ora, o que é possível constatar acerca do movimento abolicionista é a sua amplitude. Pesquisando em 35 jornais de nove províncias, ela registrou 1446 eventos de protesto<sup>13</sup> entre 1868 e 1888, o que, em tese, daria uma média de um a cada cinco dias. Portanto, nossa mobilização, na avaliação de Ângela Alonso, foi “grande, estruturada e duradoura” (ALONSO, 2014, p.121).

A retórica desse movimento incorporou (sem copiar, mas adaptando ao contexto brasileiro) a de outros abolicionistas que surgiam ao redor do mundo, sendo os argumentos mais fortes: do direito, da compaixão e do progresso.

A do direito se associou aqui ao topo da Abolição como nova Independência. A da compaixão, de origem religiosa, sem poder contar com a base católica, ganhou o matiz laico do romantismo, o que reforçou o teor artístico e laico da propaganda. A do progresso granjeou coloração cientificista, que não se vira em abolicionismos precedentes. Juntas, redefiniram a escravidão – antes socialmente naturalizada – como injustiça, indignidade e atraso. E indicaram a possibilidade de mudança por meio da ação política coletiva. Contribuição capital para a mobilização.

(...)

Na retórica, a ênfase no secular e no científico deu ao movimento brasileiro caráter mais moderno do que teve o anglo-americano, de fundamentação religiosa. A mesma coisa se passou no uso do teatro em vez da igreja, que forçou ajustes de retórica, estratégias e espaços de enunciação pública. De modo que a *apropriação* da experiência estrangeira culminou numa reinvenção, num estilo particular de ativismo (ALONSO, 2014, p.125).

Já o governo e os que eram favoráveis à escravidão também se inspiraram em retóricas e procedimentos de alhures para justificar a manutenção do regime. Dentre as justificativas, estavam os efeitos nocivos para a economia, risco à ordem social e política e uma certa inutilidade do movimento. O romancista José de Alencar chegou a enviar uma correspondência ao Imperador ponderando que ainda não era o momento de dar o passo decisivo da Abolição. Já o Estado, aos poucos, ia adotando leis que avançavam

---

<sup>13</sup>Dentre esses eventos, Alonso cita: ação institucional (lobby, ações judiciais, ações parlamentares, candidaturas, dentre outras); manifestação pública em espaço fechado (conferências, eventos artísticos, homenagens, dentre outros); manifestações públicas em espaços abertos (passeatas, marchas, desfiles, dentre outros); ação de difusão (publicação de cartas abertas, artigos, organização de associações, entre outros); ações simbólicas (boicote à publicação de anúncios de escravos fugidos, caricaturas, hinos, entre outros); ação direta (coleta de fundos para a campanha, fechamento de portos que recebiam embarcações de escravos; libertações coletivas de escravos, entre outros); ações de confrontação (desobediência civil, auxílio em fugas de escravos, enfrentamentos com a polícia ou capitães do mato). Segundo a autora, os recursos mais comuns foram as manifestações públicas em espaço fechado e as ações de difusão.

recuando<sup>14</sup>. A autora conclui, portanto, que a perspectiva comparada pode ser útil para estudar os movimentos dos abolicionistas, escravagistas e do Estado (ALONSO, 2014, p.125).

Para além da relação com os movimentos estrangeiros, Alonso ressalta a interação confrontacional entre movimento, Estado e contramovimento escravista (composto por figuras que gozavam de posições de prestígio dentro do Estado). O que estava em jogo, portanto, não eram apenas os ideais dos abolicionistas, mas os movimentos que faziam o governo e os opositores. “As escolhas dos abolicionistas entre linhas de ação se orientaram por essa tensão com os adversários e com os governos. Suas estratégias de ação – como as retóricas de legitimação – se definiram em relação a iniciativas de governo e como contraponto a ações dos escravistas” (ALONSO, 2014, p.126). Houve, pois, uma seleção e adoção de estratégias situacional<sup>15</sup>.

A autora divide a interação em três fases: gênese (1868-1871), nacionalização (1878, pois no ano seguinte a Lei do Ventre Livre entraria em pleno vigor e também um ano de saída dos conservadores do poder) e confronto.

Alonso (2014, p.127) pondera que movimentos sociais surgem em contextos de alterações na balança de poder, ou seja, quando há divisões na coalizão política que comanda o Estado. Ela vê três fatores que contribuíram para a gênese do movimento. O primeiro, conforme já aludido panoramicamente, é a conjuntura internacional. Afinal, com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (e a consequente Abolição da escravidão por lá) e com a maior parte da América Latina já tendo posto termo ao cativo, o tema entra na agenda brasileira “a fórceps” (ALONSO, 2014, p.127); não seria mais aceitável postergar uma resolução para o assunto, como vinha fazendo a elite brasileira. O segundo seria o da crise política, em parte motivada pela dificuldade de lidar com o tema, razão pela qual o Partido Liberal, em 1868, protestou contra o governo Conservador e passou a demandar reformas modernizadoras, dentre as quais a Abolição. Para tanto, em lugar dos canais institucionais, foram utilizados conferências e veículos de

---

<sup>14</sup>Exemplo disso é a Lei do Ventre Livre, que considerava libertos todos os descendentes de escravos nascidos a partir de 28 de setembro 1871. Entretanto, o proprietário poderia conservar esta criança sob seu poder até que ela fizesse oito anos, quando aquele precisaria decidir se a entregava ao Estado e recebia uma indenização ou se ficava com os serviços do jovem até que ele completasse 21 anos (SCHWARCZ, 2015). Tal lei foi inspirada na Lei Moret, aplicada em Cuba.

<sup>15</sup> “Diferentes conjunturas políticas, grau de abertura do sistema econômico à agenda da Abolição; disponibilidade ou não de aliados; força dos escravistas e disposição do Estado para cooptar, tolerar ou reprimir, empurraram os ativistas para arenas distintas: manifestações no espaço público, política parlamentar, ações clandestinas” (ALONSO, 2014, p.126).

imprensa, levando o debate à arena pública (ALONSO, 2014, p.127). O terceiro foi uma reforma modernizadora realizada pelo Partido Conservador, tentando refrear a crise supracitada, mas que teve o efeito de expandir ainda mais a força do movimento: “A reforma expandiu o acesso ao ensino superior e as possibilidades de criação de jornais, ampliando os participantes e espaços de debate público no Brasil” (ALONSO, 2014, p.127). Nessa época, o Estado adotou uma conduta tolerante para com o movimento abolicionista.

Já a segunda fase, a nacionalização, ocorreu em 1878, com a iminência da plena vigência da lei do Ventre Livre e com a chegada dos liberais ao poder. Embora não tenha sido capaz de implementar a Abolição no curto prazo, o governo liberal trouxe o debate à agenda parlamentar. Além disso, nesse período, a geração que se aproveitou da reforma do ensino dos anos 1870 engrossou o coro pelo abolicionismo. Há ainda que se mencionar a criação de jornais, distribuição de panfletos e manifestações no espaço público pela Abolição. Como as mobilizações eram pacíficas, acabaram tendo grande aceitação do público nas maiores cidades do país e ainda sofreram uma expansão geográfica. Tamanho foi o apoio e a força que, em março de 1884, uma província inteira aboliu a escravidão: o Ceará. Nesse mesmo ano, Manuel de Souza Dantas, chefe de Governo, se comprometeu a pôr em curso uma agenda abolicionista. O movimento ganhava contornos institucionais (ALONSO, 2014, p.128).

E então o governo e os escravagistas se viram obrigados a agir.

A oposição à união movimento-governo foi enorme. Resistência social difusa dos escravocratas, cuja atividade se baseava na mão de obra escrava, e reação política organizada, na forma de contramovimento em favor da manutenção da escravidão, o escravismo. O cativo sobreviveu tão longamente no Brasil por ser assunto inominável, fora da pauta de deliberação. Quando afinal alcançou a agenda, a Abolição foi obstada por resistência política escravista, que lutou por sua conservação no espaço público e nas instituições políticas (ALONSO, 2014, p.129).

A situação ficou ainda mais desfavorável em agosto de 1885, quando o Partido Liberal deixou o poder e entrou uma coalizão do Partido Conservador, capitaneada pelo barão de Cotegipe. Estava iniciada a terceira fase, a do confronto. Esse período foi marcado por prisões aos abolicionistas, ameaças e medo. Alijado do espaço público, o movimento passou a se valer de táticas como a desobediência civil e a organização de fugas. Os escravagistas responderam com truculência, pagando milícias privadas para caçar grupos que ajudavam escravos a escapar. A violência aumentava cada vez mais.

Diante da iminência até mesmo de uma guerra civil, setores da elite<sup>16</sup> que até então não haviam se manifestado se posicionaram favoravelmente à Abolição (ALONSO, 2014, p.130). Até que, em maio de 1888, a princesa Isabel assinou a lei que pôs fim ao cativeiro de cerca de 700 mil negros.

O imperador, que não estava no país no momento da assinatura, ao saber do fato, simplesmente suspirou: “Graças a Deus” (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Embora esse alinhamento tenha acelerado o processo da Abolição, a medida foi aprovada sem o acompanhamento de qualquer política pública que facilitasse a subsistência dos negros – que dirá a ascensão social deles (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Além disso, conforme já mencionado, a retórica da Abolição salientava a indignidade do cativeiro, a necessidade de compaixão e os progressos que a libertação traria. Contudo, a ideia de que brancos e negros eram iguais encontrava pouco eco entre os abolicionistas. (CARVALHO, 2003). Pelo contrário, pululavam teorias pseudocientíficas que diziam ratificar a superioridade dos brancos frente aos negros e naturalizar desigualdades sociais (SCHWARCZ, 2015, 2019).

### **O DIA SEGUINTE: LIBERDADE NEGRA, MAS IGUALDADE BRANCA<sup>17</sup>**

Após a Abolição e a Proclamação da República, as esperanças de novas possibilidades para os ex-escravos não demoraram muito a murchar. Isso porque, conforme demonstram Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), não foram adotadas políticas públicas para, de alguma maneira, inserir o grande número de libertos no mercado de trabalho. Dessa forma, o que aconteceu foi que esse contingente populacional acabou por ficar ao relento. Em verdade, o país parecia querer esquecer que um dia houvera a escravidão em seu território, pois, conforme afirmou o barão do Rio Branco, era preciso acabar com o passado negro (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.342).

Além da falta de políticas públicas, ainda havia as teorias raciais, poderosos instrumentos de ratificar desigualdades sociais. Essas teorias, que propalavam um darwinismo social, faziam sucesso entre a elite e o governo brasileiro. Apregoavam que

---

<sup>16</sup> Não apenas parte da elite, como também diferentes instituições se posicionaram. O Exército, por exemplo, se alinhou ao movimento em outubro de 1887, algo que comprometeria a repressão estatal. Na sequência, temos a Igreja e o Judiciário. Em fevereiro de 1888, foi a vez da Coroa e de uma ala do Partido conservador.

<sup>17</sup> “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca” era um ditado popular que circulava no Rio de Janeiro, durante a época posterior à Abolição da escravatura (SCHWARCZ, 2015, 2019).

os brancos estavam no topo da pirâmide social e os negros na base. Ademais, havia ainda outro problema: a mestiçagem. Segundo Nina Rodrigues, médico da Faculdade de Medicina da Bahia, os mestiços eram mais propensos à criminalidade e à loucura. Rodrigues, em 1894, chegou a publicar o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, no qual defendia a existência de dois códigos penais no Brasil, um para brancos, outro para negros. Os códigos deveriam ser “adaptados aos graus de evolução de cada grupo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.329). Já o antropólogo brasileiro Roquette Pinto, presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, previa que, em 2012, a população brasileira seria composta por 80% de brancos e 20% de mestiços – sem negros ou índios:

A entrada conjunta e maciça dessas escolas fez com que o debate pós-Abolição fosse deslocado da questão jurídica do acesso à cidadania e igualdade, para argumentos retirados da biologia. A ciência naturalizava a história e transformava hierarquias sociais em dados imutáveis. E o movimento era duplo: de um lado, destacava-se a inferioridade presente no componente negro e mestiço da população; de outro, tentava-se escamotear o passado escravocrata e sua influência na situação atual do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.343).

Essas teorias raciais, portanto, defendiam que a miséria em que viviam muitos negros era decorrente de características físicas e morais deles, dadas pela biologia – e não de um processo histórico bárbaro, violento e vil. Os negros conviviam em uma dupla subcidadania: tinham de lidar com os preconceitos oriundos do passado escravista e com os da Biologia (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Estava, pois, posto um sistema racista<sup>18</sup> que teria nefastas consequências para o país.

Ao longo do século XX, multiplicaram-se exemplos de como esse estigma tornou as vidas dos negros mais penosas. Afinal, embora raça possa ser um conceito biológico errôneo e fartamente refutado pela ciência, mostrou-se bastante eficiente na missão de manter distâncias e privilégios (GUIMARÃES, 2009, p.69). Nas próximas linhas, serão apresentados alguns exemplos do funcionamento do racismo que ocorreram em um meio no qual os negros gozam de relativo prestígio, o futebol.

Hilário Franco Júnior, em *A dança dos deuses – futebol, cultura e sociedade* recorda-nos do fato de que o primeiro negro a presidir um clube de futebol foi Cândido

---

<sup>18</sup> Guimarães concebe o racismo da seguinte maneira: “O que designo pelo termo ‘racismo’ denota, sempre, três dimensões: uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral em tratar de modo diferente membros de diferentes raças; e uma posição estrutural de desigualdade social entre as raças. Ora, é claro que a negação da existência das raças pode subsistir, *pari passu*, com o tratamento discriminatório e com a reprodução da desigualdade social entre as raças, desde que se encontre um tropo para as raças. Foi o que aconteceu no Brasil” (GUIMARÃES, 2009, p.65-66)

de Araújo, em 1904, dirigente do Vasco da Gama. Essa instituição que, por aceitar abertamente jogadores negros e ter sido campeã com eles em 1923, foi, no ano seguinte, impedida de participar da Associação Metropolitana de Esportes Amadores, composta por Fluminense, Flamengo, Botafogo, Bangu, América e São Cristóvão. Ou então o fato de que, em 1914, no dia 13 de maio (26 anos após a Abolição da escravidão), o atleta negro Carlos Alberto, que atuava pelo Fluminense, em um duelo contra o América-RJ, com o propósito de branquear a pele, ter passado pó-de-arroz no rosto. A torcida notou e passou a bradar: “É pó-de-arroz!”. (FRANCO JR, 2007).

Nada, porém, mais simbólico do que o episódio da derrota da Copa do Mundo de 1950, cujos maiores culpados teriam sido três atletas negros: o zagueiro Juvenal, o lateral-esquerdo Bigode e, principalmente, o goleiro Barbosa:

O problema da raça brasileira reaparecia de forma aguda, reforçando o complexo de inferioridade existente. Para muitos discursos racistas, a composição étnica havia definido a sorte de nossa seleção assim como definia a sorte de nossa sociedade. Mesmo sabendo que Obdúlio Varela, o grande capitão uruguaio e destaque do jogo final, era mulato (FRANCO JR, 2007, p.91).

Mesmo com um agudo preconceito contra os negros, havia (e há) quem negasse (negue) a existência de um racismo aqui no Brasil. Em verdade, o tema, até recentemente, era (quicá ainda seja, em alguns círculos) um tabu, pois o brasileiro gosta de se pensar como uma democracia racial. Existe até a pretensão a um antirracismo institucional. Os estudos de Gilberto Freyre e, seguindo a linha deles, muitos antropólogos e sociólogos tentaram demonstrar que vigorava essa dita democracia racial no Brasil, onde, diferentemente de outros países, as raças conviveriam harmoniosamente (GUIMARÃES, 2009).

No entanto, o racismo aqui operou de modo singular e um tanto mais complexo. É diferente, por exemplo, do racismo nos Estados Unidos ou na África do Sul, onde a discriminação<sup>19</sup> racial era institucionalizada através de leis segregacionistas<sup>20</sup>. No Brasil desde a Abolição, não existiram leis que impedissem negros de frequentar determinados restaurantes, de receber educação formal, de acumular bens ou de ascender socialmente. Não era preciso.

---

<sup>19</sup> Guimarães diferencia preconceito de discriminação. Aquele estaria ligado ao âmbito privado, já este funcionaria no espaço público.

<sup>20</sup> Nos Estados Unidos, essas leis, que foram muito recorrentes nos estados do Sul do país, ficaram conhecidas como Leis Jim Crow, que se baseavam no seguinte princípio: “separados, mas iguais”, estabelecendo afastamento entre negros e brancos nos trens, estações ferroviárias, cais, hotéis, barbearias, restaurantes, teatros, entre outros” (KARNAL, 2015, p.145).

Em termos materiais, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre uma cidadania definida, por um lado, de modo amplo e garantida por direitos formais, e, por outro, uma cidadania cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana. O racismo se perpetua por meio de restrições formais à cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e educação, por meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas.

(...)

Assim é o racismo brasileiro: sem cara. Travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como antirracismo, e negando, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para este racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele é o racismo do vizinho (o racismo americano) (GUIMARÃES, 2009, p.59-60).

Florestan Fernandes, em “Aspectos da questão racial no Brasil” ([1966], 2007), pondera que existiria uma ambiguidade axiológica, pois os valores vinculados à ordem tradicional seriam repelidos no plano ideal, mas perpetrados nas ações concretas do cotidiano. O sociólogo pondera que o preconceito de cor seria considerado degradante para quem o pratica e ultrajante, para quem o sofre (FERNANDES, 2007, p.41-42).

Ora, a consequência para esse tipo de racismo acabou por limitar o exercício da cidadania e por tornar invisível a discriminação racial (GUIMARÃES, 2009, p.70), uma vez que atitudes racistas podem ser dissimuladas, perversas e nem sempre fáceis de identificar:

Tais práticas racistas são, quase sempre, encobertas para aqueles que as perpetuam por uma conjunção entre senso de diferenciação hierárquica e informalidade das relações sociais, o que torna permissíveis diferentes tipos de comportamentos verbais ofensivos e condutas que ameçam direitos individuais. Trata-se de um racismo às vezes sem intenção, às vezes “de brincadeira”, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos (GUIMARÃES, p.70).

Se tais práticas podem ser invisíveis institucionalmente, elas se mostram bastante visíveis no que tange a algumas estatísticas sociais. Basta lembrar que, conforme Lilia Schwarcz (2019) apresenta, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que o percentual de pessoas negras em situação de pobreza é de 35%, já o de pessoas brancas, 16,6%. Além disso, ao olhar para a questão educacional, é possível notar que, no Brasil, brancos apresentam uma média de nove anos escolares; já negros, apenas 7,1 anos. No mercado de trabalho, segundo dados do IBGE para 2016, os negros ganhavam apenas 59% do rendimento dos brancos. No entanto, nenhum dado é mais chocante do que o da mortandade: em 2010, a taxa de homicídios foi da ordem de

28,3 para cada 100 mil jovens brancos (o que já é uma cifra assustadora), mas entre os negros foi de 79,1 para cada 100 mil.

Como se pode ver, embora muitas vezes invisível aos olhos da lei<sup>21</sup>, o racismo legado pela escravidão ceifa vidas, inviabiliza oportunidades, restringe o acesso à cidadania e à renda e se naturaliza no cotidiano.

É exatamente esse tipo de prática racista – junto a enormes doses de patrimonialismo e distribuição de favores – que será observada nas atitudes de Eulálio no próximo capítulo. A personagem tem um comportamento que nega não apenas a cidadania, mas também, em muitos casos, a humanidade de Matilde e Balbino. Tais ações não seriam possíveis sem esse sistema colonial e escravista sob o qual foi forjado o Brasil. E esse não é o único problema de Eulálio ou do país.

---

<sup>21</sup>Somente a Constituição de 1988, com o artigo 5º (inciso XLII) “finalmente incluiu no corpo da lei a existência da discriminação no Brasil, tornando a prática de racismo um crime inafiançável e imprescritível” (SCHWRACZ, 2019, p.37)



## COMO BEBER DESSA BEBIDA AMARGA?

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo, grosso modo, está dividido em três grandes eixos. O primeiro versa sobre o ponto de vista narrativo e as possíveis aproximações e diferenças entre Eulálio e dois famosos narradores machadianos, Bentinho e Brás Cubas. O propósito dessa parte será o de investigar como o recurso da autoexposição involuntária, que desnuda as veleidades de classe, contribui para que enxerguemos algumas mazelas sociais brasileiras e vícios da nossa elite (SCHWARZ, 2004, 2009, 2012). Assim, observaremos algumas semelhanças entre Brás Cubas e Bentinho, à luz de *Um mestre na periferia do capitalismo* (2012), “A viravolta machadiana” (2004) e de “A poesia envenenada de Dom Casmurro” (1991), “Brincalhão, mas não ingênuo” (2009), todos do crítico literário Roberto Schwarz. Além disso, debruçados sobre a tese de Maria Luísa De Bonis, *Peso flutuante de uma fala – o Brasil narrado em Leite derramado, de Chico Buarque*, veremos como, com a perda do lastro financeiro, Eulálio pode se diferenciar dessas duas personagens.

Na sequência, ressaltaremos como algumas características e legados do colonialismo português se manifestam no discurso do narrador Eulálio d’Assumpção. Será, pois, necessário escrutinar como a personagem, ao narrar suas memórias, articula uma perversa combinação de mandonismo esvaziado, violência, patrimonialismo e racismo – características de uma sociedade extremamente desigual –, mesmo depois de ter perdido todo o seu poderio financeiro. É necessário enfatizar que, não raro, os temas se entrelaçam e será possível identificar mais de uma dessas características em diversos episódios. Cumpre ainda frisar que muitas das reflexões que foram apresentadas ao longo do capítulo anterior estarão presentes aqui, ainda que subjacentes, e ajudarão a entender melhor o comportamento de Eulálio.

No terceiro eixo, nos deteremos nas peripécias e percalços da trajetória de Eulálio e da do Brasil, examinando, mais pormenorizadamente os seguintes episódios: a crise de 1929, a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. O historiador Eric Hobsbawm, em *Era dos Extremos*, e o economista Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*, nos ajudarão a entender o impacto devastador do primeiro evento e como a elite brasileira elaborou seus mecanismos de defesa. Já os dois últimos acontecimentos serão estudados à luz de Lilia Schwarcz. Ademais, no que tange ao Golpe e à Ditadura, as reflexões de Marcos Napolitano em *1964: história do Regime Militar Brasileiro*, diversos artigos presentes no livro *Que resta da Ditadura?*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle

(2010), e o ensaio “Cultura e política: 1964-1969”, de Roberto Schwarz (2014) também serão de imensa valia para entender a terrível dimensão desse período. Outras referências podem aparecer ao longo do capítulo.

Com reflexões das três partes presentes no capítulo, teceremos algumas considerações sobre a forma do romance.

### **ANTEPASSADOS ILUSTRES**

*Leite Derramado* é um romance em que o moribundo narrador, um centenário arruinado da elite, Eulálio d’Assumpção, destila suas memórias a quem queira ouvir, em um leito de um precário hospital. Sem o prestígio e o dinheiro de outrora, o narrador rememora os revezes e dissabores de sua vida, o breve casamento no qual foi feliz e antiga opulência da qual desfrutou plenamente em seus primeiros 22 anos de vida – e da qual é tão saudoso.

Essa fortuna e esse poder agora só conseguem ser debilmente restaurados por seu discurso. Conforme frisa De Bonis, através da narração de suas memórias, Eulálio vai tentar, desesperada e inutilmente, reconstruir algum arremedo de poder:

A tentativa de manter os fiapos desse poder dos Assumpção é o cerne da narração de Eulálio. Tentativa falha, esmolambada, pois o descolamento entre a realidade na qual o narrador se encontra e seus feitos de outrora nos faz perceber que seu prestígio se esvaiu. Afinal, o poder econômico e o lugar social dessa oligarquia antiga a que pertencia Eulálio esvaneceu: o Brasil se transformou, se deformou em novas alianças, novas realidades, novas violências, mesmo que sempre com elas arrastando o passado. O próprio narrador nos apresenta isso em marcos temporais que deixa escapar em seu falatório: 1929 e 1964 (DE BONIS, 2018, p.10-11).

No início do romance, observa De Bonis, antes de se apresentar formalmente, Eulálio arrola seus ancestrais influentes, bem como as posses que tivera. No entanto, os antepassados ilustres não estão apenas na família de Eulálio, mas é possível encontrar alguns contraparentes na linhagem mais nobre (ou ignóbil, a depender do ponto de vista) da Literatura Brasileira, notadamente em Machado de Assis. Afinal, no romance de Chico Buarque, segundo Roberto Schwarz, estamos em águas machadianas, uma vez que a crítica social não se faz de modo direto, mas através da autoexposição involuntária de um figurão da elite, conforme ocorre em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*: “Como ele mesmo [Eulálio] é o narrador, temos uma situação literária

machadiana, em que a crítica social não se faz diretamente, mas pela autoexposição involuntária de um figurão” (SCHWARZ, 2009<sup>22</sup>).

Para Roberto Schwarz (2004), o recurso de escolher como narrador um ilustre membro da elite, empregado pela primeira vez em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, representa uma reviravolta na produção literária de Machado de Assis e, também, na nacional. Afinal, ainda segundo esse crítico, as obras da literatura brasileira que precederam as *Memórias* costumavam ter narradores respeitáveis, com notáveis elogios à nossa natureza. Já nos anteriores de Machado, embora a problemática social da (má) sorte dos homens e mulheres livres e pobres estivesse presente – relegando-os a um estado singular de privação ou quase exclusão, sendo sempre necessária a proteção de um grande proprietário, isso aparecia como assunto – e não como forma. Schwarz destaca que, nos romances machadianos que antecederam *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, da mesma maneira que o figurão abastado poderia estender a mão a um desvalido, este estava submetido aos arbítrios daquele “que por sua vez pode mas não precisa cumprir o que prometeu num momento de *capricho*” (p.27, grifo do autor). Schwarz ainda frisa que, nesses romances, ainda havia a ilusão de uma futura “modernização do paternalismo” (p.22) ou quiçá uma “compreensão entre as classes” (p.23). Já em *Memórias Póstumas*, a mudança do ponto de vista narrativo, agora nas mãos do grande proprietário Brás Cubas, contribui para a exposição mais crua e aguda das veleidades e crueldades de nossa elite<sup>23</sup>, não deixando possibilidade de reconciliação ou de superação de tais dificuldades:

Sai de cena o narrador constringido dos primeiros romances [machadianos], cujo decoro obedecia às precauções da posição subalterna, e entra a desenvoltura característica da segunda fase, “a forma livre de um Sterne ou de um Xavier de Maistre”, cujo ingrediente de contravenção sistemática reproduz um dado estrutural da situação de nossa elite. No caso há vínculo evidente entre as questões de forma literária e classe social: o ponto de vista troca de lugar, deixa a posição de baixo e respeitosa pela de cima e senhorial, mas para instruir o processo contra esta última. Machado se apropriava da figura do adversário de classe, para deixá-lo mal, documentando com exemplos na primeira pessoa do singular as mais graves acusações que os dependentes lhe pudessem fazer, seja do ângulo tradicional da obrigação paternalista, seja do ângulo moderno da norma burguesa. Depois do proprietário visto da perspectiva ressabiada do

---

<sup>22</sup> Resenha originalmente publicada no jornal *Folha de S.Paulo* de 28 de março de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2803200908.htm>. Acesso em 29/11/2019.

<sup>23</sup> Schwarz (2004, p.33) também pondera que a figura do dependente, embora não seja mais o narrador, adquire notável importância nesses romances de segunda fase: “Nos romances da segunda fase, invertido o ângulo, toca aos pobres figurar no espelho subjetivo dos proprietários, em que os prismas do individualismo burguês e da dominação paternalista se revezam segundo a desfaçatez da conveniência egoísta. A essa luz, a figura do dependente adquire relevo extraordinário. São retratos do desvalimento que não conta com o reconhecimento do valor do trabalho, com a proteção do direito ou com as compensações da providência divina. Trata-se do vácuo social armado pela escravidão moderna para a liberdade sem posses, outro tema que, *mutatis mutandis*, não se esgotou.”

dependente, temos o dependente visto da perspectiva escarminha do proprietário, que se dá em espetáculo. (SCHWARZ, 2012a, p.227-228)

Nesse espetáculo, é possível observar a atuação de um narrador capaz de mobilizar em seu discurso referências como a *Bíblia*, Homero, Xavier de Maistre, Sterne, Shakespeare, dentre muitos outros, que, congrega toda essa erudição e conhecimentos com características da malformação local, mas que não abdica de seus privilégios, sua disposição de mando e das heranças coloniais:

Ora, basta juntar as duas metades para que o caso mude de figura, quando então observaremos que na vida real (de ficção) o virtuoso das fintas literário-filosóficas é um proprietário à brasileira, senhor de escravos, enfronhado em relações de clientela, adepto dos progressos europeus e sócio do condomínio pós-colonial de dominação (SCHWARZ, 2004, p.19).

Dito de outro modo, poder-se-ia pensar que o comportamento de Brás Cubas concilia polos inconciliáveis: o grande conhecimento oriundo de filósofos, escritores e pensadores europeus com a desonra da escravidão, algo que mimetiza um comportamento da elite brasileira, capaz de permitir a contiguidade entre as ideias liberais e o cativo<sup>24</sup>. Temos, pois, uma vida social que irmana a norma burguesa com raízes coloniais, não obrigando os membros da elite a escolher entre uma e outra: “O narrador integralmente sofisticado e livre, quase se diria emancipado, dono de seus meios e da tradição, reitera em pensamento e conduta os atrasos de nossa formação social, em vez de os superar.” SCHWARZ, 2004, p.31).

Além disso, ainda cumpre frisar que há, na prosa de Brás Cubas, um profundo contraste entre o desenho gramatical elegante, com uma sintaxe apuradíssima, e o absurdo daquilo que é dito (SCHWARZ, 2012a, p.26). Pode-se notar que, na de Eulálio, também existe algo correlato: o vocabulário rebuscado e o gosto por expressões pouco usadas a contrastar com construções moralmente condenáveis, conforme veremos ao longo de toda a análise.

Há ainda que se considerar, por fim, no que tange às *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que a fórmula do romance romântico da autorrealização do indivíduo (alguém que enfrenta os percalços de uma sociedade burguesa e, graças a algum tipo de talento, consegue triunfar na vida) é esvaziada pelo privilégio de classe. Com isso, o fato de ter se formado em Coimbra e de ter sido deputado nada contam, pois Brás Cubas não teve a

---

<sup>24</sup> Schwarz (2012b, p.12) vai analisar esse tópico mais detidamente em “As ideias fora do lugar”, quando reflete sobre a originalidade no modo como as ideias liberais eram falsas no Brasil. Se na Europa seriam falsas por encobrirem a exploração do trabalho, no Brasil o seriam simplesmente porque os escravos eram a principal força de trabalho daqui.

boa fortuna de não comprar o pão com o suor do seu rosto (SCHWARZ, 2012a). Ele é uma nulidade que nada realizou. Assim como Eulálio, que não alcançou qualquer tipo de celebridade, não logrou entrar para a política, não se recuperou do trauma de ter sido abandonado em seu casamento e a quem também coube “a boa fortuna” de nunca ter comprado o pão com o suor do seu rosto, enquanto durou o dinheiro da família, que ele tão pateticamente desperdiçou.

Se formos comparar com *Dom Casmurro*, temos uma relação de ciúme que se alimenta da desigualdade de classe (como no romance de Chico) e de cor (SCHWARZ, 2009). Afinal, Bento Santiago escreve suas memórias com o fito de condenar a esposa (SCHWARZ, 1991), uma personagem em que muitos dos traços de seu comportamento e grande parte de suas atitudes poderiam, na visão do narrador, ser, pelo menos, indícios de predisposição ao adultério.

Com isso, Bento Santiago ressalta a pobreza da mobília da casa de Capitu, salientando a diferença entre classe social e deixando nas entrelinhas que o casamento poderia ser vantajoso para ela; menciona que as mãos da personagem não eram lavadas com sabonetes caros, mas com sabão simples e água de poço; interpreta alguma desesperança na expressão de Pádua (pai de Capitu) quando este fica sabendo que o filho de Dona Glória irá para o seminário, sugerindo, sub-repticiamente, que a família da moça também se satisfaria com a união entre os dois. Além disso, enfatiza o caráter meticoloso, astucioso e calculista de Capitu quando a moça insta o narrador a fazer o agregado José Dias a persuadir Dona Glória (mãe de Bentinho) a não mandar o filho para o seminário e ainda quer saber os mínimos detalhes acerca das reações do agregado.

Ademais, Bento, sutilmente, indica que é Capitu quem toma a iniciativa do flerte, segurando-lhe a mão, chamando-o bonito ou mocetão; fazendo a inscrição “Bento e Capitolina” em uma árvore (nessa ocasião, ao ser surpreendida pelo pai, tem a presença de espírito de dizer que estavam jogando o siso); e sobretudo criando uma situação propícia ao primeiro beijo do casal (novamente, ao ser surpreendida, desta vez pela mãe, que entra no ambiente instantes depois que as bocas das personagens se haviam separado, Capitu disfarça, comentando a imperícia de Bentinho para realizar uma trança). Esses dois últimos episódios indicariam uma mulher capaz de mentir sem se sentir vexada. Uma dissimulada, pois. Tal característica, no entanto, não aparece na boca de Bentinho, mas na do agregado José Dias, que descreve Capitu como uma moça com olhos de ressaca, oblíqua e dissimulada.

Com Matilde, veremos algumas similaridades (algumas das quais exploraremos mais detidamente em momento posterior). Eulálio parece escrever com o mesmo propósito: o de condenar a esposa. Como não há resposta para a suposta infidelidade conjugal (SCHWARZ, 2009), o narrador vai procurar indícios de predisposições ao adultério no comportamento da consorte. Assim, vai expor a volúpia do casal, sempre com uma nota nada lisonjeira para Matilde, conforme veremos mais adiante, vai condenar o modo como a esposa dança maxixe, como aprecia o samba, como não se sente envergonhada em amamentar em público, dentre outros episódios.

Embora Matilde<sup>25</sup> talvez não tenha o protagonismo de Capitu<sup>26</sup> – orientando aquilo que o narrador deva fazer para que lograssem o casamento e contornassem a renitência daqueles que não desejavam a união –, foi dela o lance decisivo para que o matrimônio com Eulálio se concretizasse, ao anunciar uma falsa gravidez<sup>27</sup>.

Tudo isso poderá ser interpretado como indício de adultério. No entanto, como veremos mais para frente, o principal ponto que incomoda Eulálio é a cor da pele da esposa. Descrita por outras personagens como “mulata” ou “escurinha”, na boca do narrador, ela tem “pele quase castanha, fruto de sua ascendência mourisca”.

Logo, poderíamos pensar em Eulálio pura e simplesmente como um herdeiro distante de Brás Cubas e de Bento Santiago. A resposta não é tão simples assim. Poderíamos talvez conceber, com a licença de remeter a Machado, o narrador de *Leite derramado* como uma taça que pode ter lavores de tais personagens, mas leva outro vinho. Afinal, embora existam semelhanças entre Brás, Bentinho e Eulálio, há, dentre outros pormenores, um ponto nevrálgico que os diferencia: o lastro econômico, que inexiste no fim da vida desta personagem (DE BONIS, 2018).

Sem os recursos financeiros de outrora, o mando de Eulálio é esvaziado, soa ridículo, não tem efeito ou força alguma<sup>28</sup> – e é incapaz de livrá-lo da situação de penúria em que se encontra – impedindo Eulálio de ocultar qualquer coisa e existindo apenas como uma lembrança, conforme frisa De Bonis:

Sem lastro, sem poder, o que resta? Embora traga ecos dos narradores machadianos – e, assim, ecos dos comportamentos e posicionamentos daquela

---

<sup>25</sup> Schwarz (2009) a descreve como “uma garota incrivelmente desejável feita de quase nada”.

<sup>26</sup> Para Roberto Schwarz (1991, p.95-96), o brilho de Capitu se deve ao fato de ela ter designios próprios e uma opinião crítica a respeito de seus protetores, características que são ainda mais luminosas, quando contrastadas com a subserviência e a bajulação de outras personagens, notadamente o agregado José Dias.

<sup>27</sup> Matilde mente para o pai, doutor Vidal, afirmando que está grávida, embora tenha feito questão de casar-se virgem.

<sup>28</sup> Para Schwarz (1991, p.33-34), em *Dom Casmurro*, o mando decorre da propriedade e o momento em que o ciúme adquire uma força devastadora (deixando de ser uma abstração infantil) no romance é justamente aquele em que Bentinho se torna um proprietário.

mesma elite, da mesma ligação ao poder – Eulálio não é o perfeito narrador volúvel da contemporaneidade brasileira. Suas palavras não são capazes de ocultar o que quer que seja; seu discurso não é ilustrado, muito menos se vale das artimanhas da inteligência para se aproximar ou desdenhar, ao seu bel-prazer, dos que estão ao seu lado (ou daqueles que o leem). A realidade, a emergência, a pobreza, tudo está ao seu redor – o que o protege são apenas palavras que, ao mesmo tempo, não o tiram de lá, nem deixam de expor sua decadência. Não há cinismo, não há manejos virtuosos: o que restou foram a matéria bruta do preconceito, deslavado, e o discurso desse Eulálio, que fica, como o corpo imaginado do narrador, flutuando como massa amorfa pelo romance.

Eulálio, assim, escapa a Brás Cubas e Bentinho, ou, melhor dizendo, os torna contemporâneos sem os transformar em modelos estanques. Se tenta carregar os mesmos “ares de fidalgo”, Eulálio lida justamente com o declínio de tal nobreza sem estirpe no hoje. Enquanto Brás Cubas conseguia triunfar sobre o leitor, “brilhar sempre duas vezes”, nas palavras de Roberto Schwarz, Eulálio sequer consegue manter sua pretensa classe na discussão com um motorista de táxi (DE BONIS, 2018, p.66-67).

Sobre o comentário de De Bonis acerca de um episódio de falta de ilustração do discurso de Eulálio, vale acrescentar que a erudição desta personagem não possui concretude específica, ficando restrita a um vocabulário pernóstico. Afinal, diferentemente de Brás Cubas ou Bentinho, o narrador de Chico Buarque não é capaz de citar ou fazer alusões a outros escritores/pensadores. Sempre que quer fazer referências a outros autores (Sterne, Xavier de Maistre, Cavour, Sêneca, dentre outros), Brás Cubas os cita. Já Eulálio não é capaz de especificar nenhum escritor ou pensador: pede que a filha lhe leia romances russos (p.11), mas não menciona um único autor, comenta que vai selecionar “livros sérios” (p.29) para uma das enfermeiras ler, mas não nomeia alguma obra. Suas únicas referências mais concretas são breves alusões aos compositores Mozart e Chopin, mas não cita nenhuma obra deles. O que temos, pois, é um canastrão, um embusteiro. Alguém que simplesmente enverniza o modo de falar sem sequer ter o refinamento intelectual de seus contraparentes literários.

Esse impostor, embora note que o mando esteja perdendo força na realidade, ainda tenta sustentar essa característica em seu discurso e suas recordações, o que soa patético (DE BONIS, 2018). Ninguém se importa com Eulálio no hospital. As enfermeiras não querem saber de suas origens, os demais pacientes não estão interessados em saber da linhagem do narrador e não creem em suas histórias:

Quando saísse daqui, pretendia pedi-la em casamento, mas ela não me quer mais. Passa ao largo da minha maca, não atende às minhas súplicas, deve estar farta de me ouvir trocar seu nome. Talvez ela não creia que eu ainda volte para casa, ouço rumores de que estou na fila para uma vaga em hospital público. Ou quem sabe já se engraçou lá dentro com outro, algum canalha que a engambela forjando memórias mais fabulosas que as minhas. O resultado são estas noites em claro, não tenho quem me dê soníferos, analgésicos, cortisona. No início, me revoltei contra os maqueiros por me largarem assim no corredor, na certa estavam em greve outra vez. Mas com os dias me convenci de que no meio

deste trânsito não fico pior que na enfermaria, onde a televisão vivia ligada no futebol, eu não conseguia me concentrar nos meus assuntos. O ambiente ainda se degradava à medida que recebíamos os excedentes do pronto-socorro, pacientes com o rosto desfeito, queimaduras, perna amputada, bala na cabeça. Eram jovens, em geral, e malcriados, nem bem eu abria a boca e já se manifestavam: não fode, vovô, conta outra (BUARQUE, 2009, p.183-184)!

O fragmento “forjando memórias mais fabulosas que as minhas” pode ser lido de duas maneiras: como um indício de que o relato do narrador é parcial ou totalmente forjado – e, portanto, sua narrativa não seria confiável –, ou como a pretensão de que nenhum pretendente de uma enfermeira de um precário hospital poderia ter tido uma vida *mais fabulosa* do que a de Eulálio (não teria conhecido Paris, cheirado boa cocaína, se deitado com prostitutas francesas e brincado nos corredores do Senado). Forjadas ou reais, essas memórias do poderio que Eulálio teve (ou teria tido) um dia não o impedem de ser largado por dias no corredor do hospital ou no do pronto-socorro; não lhe asseguram o recebimento de medicamentos adequados ou a agilização de sua transferência a um hospital particular. Entretanto, ainda assim, o narrador continua a repeti-las obstinadamente, em uma tentativa de conservar um arremedo daquele mando. Nas próximas páginas, veremos como ele tenta manter esses fiapos de poder (DE BONIS, 2018, p.10) e leva, a reboque, o nefasto legado colonial.

### **MANDONISMO ENVERNIZADO E ESVAZIADO**

Logo na primeira sentença, o narrador mostra as garras da sua disposição de mando:

Quando eu sair daqui, vamos nos casar na fazenda da minha feliz infância, lá na raiz da serra. Você vai usar o vestido e o véu da minha mãe, e não falo assim por estar sentimental, não é por causa da morfina. Você vai dispor dos rendados, dos cristais, da baixela e do nome da minha família. Vai dar ordens aos criados, vai montar no cavalo da minha antiga mulher. E se na fazenda não houver luz elétrica, providenciarei um gerador para você ver televisão” (BUARQUE, 2009, p.5).

Note-se que o mandonismo é sutil, envernizado com um tom cavalheiresco, sem verbos no imperativo. De Bonis (2018), na esteira de Sérgio Buarque, classifica esse mando de Eulálio<sup>29</sup> como “cordial”. No entanto, nem por isso é menos forte, afinal não é apresentada à moça nenhuma outra opção senão a de aceitar os desígnios do narrador – ou ignorá-lo, enquanto checa o celular e tem a cabeça distante em outros pensamentos.

---

<sup>29</sup> Não o deste excerto especificamente, mas o de toda a narração.



No fragmento, ele se encarregaria da gentileza de prover um pequeno conforto (um gerador) em troca da companhia da mulher, uma troca de favores bem brasileira.

Além disso, é sintomático (e até irônico) que ele, um centenário arruinado da elite, cuja família, em outros tempos, dava as cartas na política nacional, comece seu relato com uma oração subordinada adverbial temporal que aponta para o futuro. É como se Eulálio quisesse ainda mandar no tempo, mas não fosse mais capaz de fazê-lo.

Outro momento em que ele emprega a subordinada adverbial temporal é no início do capítulo seis, quando tenta seduzir a enfermeira com aquilo que poderia proporcionar a ela:

Quando eu sair daqui, vamos começar uma vida nova numa cidade antiga, onde todos se cumprimentam e ninguém nos conheça. Vou lhe ensinar a falar direito, a usar os diferentes talheres e copos de vinho, escolherei a dedo seu guarda-roupa e livros sérios para você ler. Sinto que você leva jeito porque é aplicada, tem meigas mãos, não faz cara ruim quando me lava, em suma, parece uma moça digna apesar da origem humilde (BUARQUE, 2009, p.29).

O excerto é de uma crueldade quase indescritível: em apenas sete linhas, ele deprecia os conhecimentos que a mulher tem da língua portuguesa; pressupõe que ela não saiba usar diferentes talheres; não saiba ou não tenha condições de comprar roupas caras e elegantes; e ainda pressupõe que ela não leia boa literatura. A disposição de mando é tão grande – mas envernizada com um pretense cavalheirismo – que ele sequer deixa a mulher escolher o que vestir e o que ler. Ademais, quando utiliza o verbo “ensinar”, dá a entender que ele é o detentor desses conhecimentos: diferentemente dela, Eulálio distingue qual talher é apropriado a cada tipo de refeição e qual taça é adequada a cada tipo de vinho; é capaz de vestir-se com elegância e tem suficiente refinamento para escolher peças de roupa e obras literárias de primeira qualidade para a pretensa consorte. Ele ainda finaliza sua sentença com outra oração subordinada adverbial (tipo de oração que emprega frequentemente), desta vez concessiva: “parece uma moça digna apesar da origem humilde”. Aqui, sorrateiramente, sugere que haja uma incompatibilidade entre a dignidade e a pobreza.

Acerca dos dois fragmentos supramencionados ainda é necessário frisar que, pela forma como o narrador compõe seu relato, é possível que essa enfermeira não seja a mesma do primeiro capítulo. Afinal, ele está acamado no hospital, local em que os funcionários trabalham em regime de turnos. De qualquer modo, é sintomático e bastante revelador que o narrador não se preocupe em informar (talvez porque não saiba) o nome das enfermeiras. Claramente, ele não as vê como seres humanos, mas como serviçais que estão lá ao seu dispor, atendendo suas vontades e atenuando-lhe a dor. Em verdade, salvo

algum engano, os únicos personagens pobres<sup>30</sup> que são nomeados no livro são o escravo Balbino (bem como os ascendentes deste) – a respeito do qual discorreremos com mais vagar posteriormente – e sua irmã caçula, chamada de Balbina (e não sabemos se esse é, de fato, o nome dela ou se o narrador opta por chamá-la assim por estar habituado ao fato de ter um vasto número de serviçais negros na família, todos chamados Balbinos).

Em outro excerto, ainda no início do livro, o narrador dá a entender que o motivo pelo qual não ficou bom é o fato de estar em uma habitação coletiva, o que obrigaria a enfermeira a dividir o seu tempo entre ele e os demais doentes. Eulálio sente-se incomodado em uma enfermaria coletiva e, mais ainda, com a ideia de dividir a atenção de alguém, mostrando um pensamento pouco ou nada republicano: “Na fazenda, você tratará de mim e de mais ninguém, de maneira que ficarei completamente bom” (BUARQUE, 2009, p.6). Novamente, apesar de não empregar o verbo no imperativo, o narrador não dá à enfermeira possibilidade de escolha.

Esse modo verbal, porém, aparece quando Eulálio quer acentuar o único vestígio de poder que ainda possui: o nome da família (DE BONIS, 2018).

Antes de exibir a alguém o que lhe dito, você me faça o favor de submeter o texto a um gramático, para que seus erros ortográficos não me sejam imputados. E não se esqueça que meu nome de família é Assumpção, e não Assunção, como em geral se escreve, como é capaz de constar aí no prontuário (BUARQUE, 2009, p.18).

Neste fragmento<sup>31</sup>, de saída, Eulálio pressupõe que a enfermeira não será capaz de empregar a norma padrão da língua portuguesa e que, eventualmente, cometerá erros. Por isso, utiliza o modo imperativo, ao ordenar que ela mostre o texto a um revisor (gramático), para que não haja nenhum desvio em relação à Gramática Normativa. É bem verdade que ele suaviza o uso do imperativo com um leve mecanismo de polidez: “você me faça o favor”, para que a ordem se disfarce de pedido. Entretanto, quando o que está

---

<sup>30</sup> Talvez pudéssemos pensar, também, no pastor Adelton. Entretanto, mesmo que essa personagem tenha nascido pobre, lucra com a subserviência e a exploração da população mais miserável (a exemplo do que fazia a família de Eulálio). Ademais, quando ele conhece o narrador, é para tomar o último imóvel que restara aos Assumpção.

<sup>31</sup> Ao mencionar esse trecho, De Bonis pondera: “O tom de ordem de Eulálio é até colocado com certo cuidado (“você me faça o favor”) que, entretanto, só faz aumentar o mando, tanto pela desvalorização da interlocutora, posta sem disfarces, como pelo teor do que vem em seguida: a exigência da grafia correta de seu nome que guarda, em uma única letra, a capacidade de o diferenciar de toda uma sorte de populares – aqueles que, como o escravo Balbino, poderiam pedir “licença para entrar na família sem sapatos”. Em poucas frases o narrador (que não deixa de estar inválido em uma cama de hospital público, sabemos disso) constrói um poderoso distanciamento dos demais: da enfermeira, de quem o lê, de todos os indiferenciados ao redor. A esses, aqui iguálados, basta o desprezo, mas há de se considerar que até servem para distrair: escrever suas ideias, ensinar a soltar pipa, fazer arapucas, coisas à toa de quem tem “a índole prestativa”, que se agrada por cumprir qualquer “favor à-toa”. Mando, preconceito e certo lamento sedutor ficam elencados nesta fala de Eulálio” (DE BONIS, 2018, p.21).

em jogo é a distinção social que vem a reboque do nome da família, consubstanciada na letra P do sobrenome, o narrador não hesita em se valer do modo imperativo, sem qualquer modalização de polidez, como se quisesse defender sua posição de privilégio da forma mais enfática e autoritária possível: “E não se esqueça que meu nome de família é Assumpção, e não Assunção como em geral se escreve”. Mesmo que o P, sequer pronunciado, em termos práticos, não lhe baste para que sua dor seja aliviada, seu bife venha sem nervo ou até para que limpem as fezes de sua fralda.

Se com a enfermeira ele se permite falar dessa maneira, permeando quase todas as ordens com modalizações de polidez, em uma interação que tem com o médico, o narrador procura adulá-lo um pouco, para conseguir aquilo que deseja:

Por falar nisso, eu amaria dar uma olhada nas minhas fotos particulares, e o doutor, que tem um ar polido, se não se importar dê um pulo na minha casa. Peça à minha mãe que lhe indique a escrivaninha barroca de jacarandá, cuja gaveta central é abarrotada de fotografias e me traga uma foto do tamanho de um cartão-postal, com um janeiro de 1929 escrito à mão no verso, que mostra uma pequena multidão no cais do porto, com um navio de três metros ao fundo. Da multidão veem-se apenas as costas das vestes e copas de chapéus, porque todo mundo estava virado para o Lutétia na baía. Mas não me deixe de trazer também a lupa, que está sempre na gaveta menor, e vou lhe mostrar uma coisa. Num exame minucioso, pode-se notar na foto um único rosto, de um único homem voltado para a objetiva, e lhe asseguro que esse homem de terno preto e chapéu-coco sou eu (BUARQUE, 2009, p.24).

Nesse fragmento, vê-se como Eulálio demonstra estar ciente da hierarquia social de um hospital e, embora também tente seduzir o médico para conseguir aquilo que deseja, o modo como dá as ordens é um pouco diferente. No primeiro período, utiliza o futuro do pretérito (“amaria”) e a única subordinada adverbial, que emprega – desta feita uma condicional – é, na verdade, um mecanismo de polidez (“se não se importa”), suavizando posteriormente o uso de verbos no imperativo (“dê”, “peça”, “procure”, “traga”, “não me deixe”).

Além de adular os médicos e seduzir depreciativamente as enfermeiras, Eulálio também se julga superior aos seus colegas de enfermagem. Ciente de que está em um hospital decrépito, sobre o qual passam baratas, servem bifés com nervo e pessoas ficam amontoadas nos quartos e corredores, ele deprecia os demais ocupantes do local:

Estou neste hospital infecto, e aí não vai intenção de ofender os presentes. Não sei quem são vocês, mal posso virar o pescoço para ver que cara têm. Ouço suas vozes, e posso dizer que são pessoas do povo, sem grandes luzes, mas minha linhagem não me faz melhor que ninguém. Aqui não gozo de privilégios, grito de dor e não me dão meus opiáceos, dormimos todos em camas rangedoras. Seria até cômico, eu aqui, todo cagado nas fraldas, dizer a vocês que tive berço (BUARQUE, 2009, p.49-50).

Não deixa de ser irônico o desconforto do narrador, com a fralda suja, em conviver com o cenário de desamparo aos pobres que sua família ajudou a perpetrar (DE BONIS, 2018). Pelo excerto, podemos ver que ele próprio tem consciência de que essas lembranças, embora eventualmente tragam algum alento para ele (dado que a personagem tem recordações muito precisas do passado e que costuma sonhar em preto e branco, uma imagem de múltiplas interpretações<sup>32</sup>) não são capazes de alterar a situação dele. (DE BONIS, 2018).

Por fim, como último comentário acerca da vivência dele no hospital, é possível identificar outro momento em que o mandonismo de Eulálio – desta vez com algumas pitadas de patrimonialismo – se insinua: quando ele reclama que a filha não lhe tenha trazido os charutos: “E pelo visto, mais uma vez você veio sem os meus cigarros, que dirá os charutos. Que é proibido fumar aqui dentro eu sei, mas dá-se um jeito, também não estou lhe pedindo para entrar no hospital com cocaína” (BUARQUE, 2009, p.35). Aqui, o poder do narrador, ao menos aos olhos dele, deveria parecer tão grande que a legislação nacional e as normas do hospital não passariam de meros inconvenientes – facilmente contornáveis com um jeito, ou quiçá um jeitinho – segundo a sua vontade.

### **BALBINO: DA SUBCIDADANIA À SUB-HUMANIDADE**

Saindo do espaço do hospital e entrando na barafunda de lembranças, é possível observar como o mandonismo de Eulálio se manifesta em outras relações que teve ao longo da vida, notadamente com Balbino, descendente dos escravos que trabalharam para o avô do narrador, Matilde, a ex-esposa, e Dubosc, o engenheiro francês.

Com o primeiro, evidentemente que o mando era mais agudo e permeado por uma fortíssima dose de violência, explicitada de modo cruelíssimo no seguinte fragmento:

Só o reencontrava [Balbino] nas férias de julho, e então volta e meia lhe pedia um favor à toa, mais para agradar a ele mesmo, que era de índole prestativa. (...) Durante um período, para você ter uma ideia, encasquetei que precisava enrabar o Balbino. Eu estava com dezessete anos, talvez dezoito, o certo é que já conhecia mulher, inclusive as francesas. Não tinha, portanto, necessidade daquilo, mas do nada decidi que ia enrabar o Balbino. Então lhe pedia que fosse catar uma manga, mas tinha de ser aquela manga específica, lá no alto, que nem madura estava. Balbino pronto me obedecia, e suas passadas largas de galho em galho começaram de fato a me atiçar. Acontecia de ele alcançar a tal manga, e eu lhe gritar uma contra-ordem, não essa, é aquela mais na ponta. Fui tomando gosto por aquilo, não havia dias em que eu não mandava o Balbino trepar nas mangueiras uma porção de vezes. E eu já desconfiava que ele também se movia ali no alto com malícias, depois tinha um jeito meio feminino de se abaixar com os joelhos juntos, para recolher as mangas que eu

---

<sup>32</sup> Para além da referência ao passado, pode sugerir um período em que a realidade fosse mais inteligível aos olhos deste narrador. Ou talvez um tempo em que as hierarquias sociais fossem mais discerníveis.

largava no chão. Estava claro para mim que o Balbino queria me dar a bunda. Só me faltava a ousadia para a abordagem decisiva, e cheguei a ensaiar umas conversas de tradição senhorial, direito de primícias, ponderações tão acima de seu entendimento, que ele já cederia sem delongas. Mas por esse tempo felizmente aconteceu de eu conhecer Matilde e eliminei aquela bobagem da cabeça. No entanto, garanto que a convivência com Balbino fez de mim um adulto sem preconceitos de cor (BUARQUE, 2009, p.19-20).

Excerto perversamente genial, em que convergem mandonismo, grandes doses de violência e um mal escamoteado racismo. A condição de subcidadania de Balbino era tão aguda que o autoritarismo do narrador pôde se insinuar sem o menor constrangimento. Afinal, o avô de Balbino (que também tinha esse nome), com o fim da escravidão, continuou na fazenda do avô de Eulálio, pois, devido à ausência de políticas públicas que permitissem a integração do contingente de escravos à sociedade, os negros se viram à própria sorte (SCHWARCZ; STARLING, 2015). E Balbino (avô) achou mais seguro ficar com a família de Eulálio<sup>33</sup>, adotando o sobrenome Assunção, sem o P<sup>34</sup>. Já o filho deste, segundo informações do narrador, havia sido cavaleiro do senador Eulálio. Por fim, Balbino Assunção Neto, a quem Eulálio cogitou “enrabar”, vivia na fazenda da família. Existe, portanto, uma forte relação de dependência; se saísse da fazenda dos Assunção, uma vez que não tinha um distintivo P em seu sobrenome, ele provavelmente ficaria ao deus-dará. É inegável que uma hierarquia social e uma disparidade econômica gigantescas permitiam o afloramento do mandonismo. Note-se que não há qualquer menção a salário ou à função que o jovem ocupe na fazenda. Na ótica do narrador, portanto, parece que os únicos papéis a que o descendente de escravos poderia se prestar eram agradá-lo e servi-lo – e justamente por isso, Eulálio, quando podia exercer seu mando cordial sem peias, se via no direito de dispor dele como lhe conviesse.

Por isso, mesmo reconhecendo que não precisava ter relações sexuais com o descendente de escravos, se acha no direito de abordá-lo para impor-lhe a vontade. Ao refletir sobre como faria isso, Eulálio depreciou Balbino ao ponderar que o escravo sequer entenderia a abordagem da tradição senhorial e que logo cederia. Assim, como pensava que Balbino existia para agradá-lo, Eulálio julgava que o rapaz pudesse entrever seus

---

<sup>33</sup> Quando descreve essa situação, o narrador relata um cenário difícil de acreditar: “O Balbino nem era mais escravo, mas dizem que todo dia tirava a roupa e se abraçava num tronco de figueira, por necessidade de apanhar no lombo. E vovô batia de chapa, sem malícia na mão, batia mais pelo estalo que pelo suplicio. Se quisesse lanhar, imitaria seu pai, que quando pegava nego fujão açoitava em grande estilo. O golpe mal estalava, era um assobio no ar o que se ouvia, meu bisavô apenas riscava a carne do malandro com a ponta da correia, mas o vergão ficava para sempre” (BUARQUE, 2009, p.102).

<sup>34</sup> A respeito desse fato, o narrador, maldosamente, comenta: “...como a pedir licença para entrar na família sem sapatos” (BUARQUE, 2009, p.18).

pensamentos e fosse capaz de antever que o narrador desejava ter relações sexuais com ele. Somente assim, quando a vontade de Balbino fosse convergente com a de Eulálio, é que aquela personagem poderia gozar de um arremedo de livre-arbítrio. Já o narrador, embora soubesse que faria algo errado e desnecessário (os termos “ousadia” e “bobagem” indicam isso), não temia qualquer tipo de punição, pois seu poder não conhecia limites. A quem Balbino o denunciaria? Quais seriam as consequências se este se recusasse? Provavelmente ficaria ao deus-dará. Vê-se, pois, como a subcidadania roubava a humanidade de Balbino, transformando-o em um mero instrumento a serviço dos caprichos do narrador. Portanto, é bastante significativo notar que, mesmo que a lei não considerasse mais os negros escravos, a situação de Balbino pouco mudara em relação a antes da Abolição. Afinal, Eulálio não o considerava um igual e tinha, de fato (embora não de direito), poder sobre o corpo do descendente de escravos. Este estava abaixo da lei; aquele, acima.

Nessa cena é impossível deixar de notar a semelhança no modo como Eulálio e Brás Cubas tratam os descendentes de escravos e escravos, respectivamente. Afinal, esse narrador de Machado, quando criança, usava o escravo Prudêncio de montaria. Ainda no mesmo capítulo (“O menino é pai do homem<sup>35</sup>”), Brás também narra a ocasião em que, aos seis anos, quebrou a cabeça de uma escrava porque esta lhe negara uma colherada do doce de coco. Para completar, jogou um punhado de cinzas na sobremesa e contou à mãe que a cativa estragara a iguaria “por pirraça” (ASSIS, 2014, p.62). É curioso que Brás saiba que aquilo que fez não era certo, ao caracterizar como “malefício” (p.62) sua atitude para com a escrava, e admitir um “gênio indócil” (p.63), no tratamento concedido a Prudêncio. Entretanto, nada disso era ilegal. Pela lei da época do narrador de Machado, ele não cometera um crime – afinal o escravo poderia ser usado pelo seu senhor como este bem entendesse –, mas apenas uma travessura, talvez censurável – a ponto levar o pai a lhe dar leves pancadinhas na face e, entre risos, comentar: “Ah! Brejeiro!” (p.63) – mas não uma infâmia ou um crime condenável.

---

<sup>35</sup> Marta de Senna e Marcelo Diego, responsáveis pelas notas da edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* publicada pela Companhia das Letras e pela Penguin Books em 2014, observam que o título deste capítulo remete a um verso do poeta inglês William Wordsworth, “the child is father of the man”, presente no poema “My heart leaps up when I behold”. Mais um indício da materialidade do refinamento intelectual de Brás Cubas, algo que não está presente de modo concreto em Eulálio, conforme indicado anteriormente.

## DUBOSC: PORTAS FECHADAS, SUBSERVIÊNCIA E EXPLICITAÇÃO DO RACISMO

Já com Dubosc o comportamento de Eulálio foi um tanto diferente. Aqui, podemos ver como o narrador assumiu, com uma ponta de descontentamento, um papel de coadjuvante. Afinal, ele fora designado pela empresa de armamentos Le Creusot, onde seu pai, o senador Assumpção, trabalhara<sup>36</sup>, para assessorar o engenheiro francês Dubosc. Se o mandonismo se retraía, o patrimonialismo e a lógica do favor mostravam as garras, que, contudo, pareciam menos afiadas do que outrora.

O primeiro contato com o engenheiro francês foi, para Eulálio, vexatório. Afinal, tendo chegado ao porto do Rio de Janeiro em 1929, Dubosc esperava ser recepcionado pelo embaixador francês – ou, ao menos, pelo cônsul –, na pior das hipóteses, pelo adido militar. Mas quem estava lá era Eulálio, que, prestativo, em francês, lembrou dos encontros em Paris de que haviam participado os dois mais o senador Assumpção. Em vão: o engenheiro só queria saber das autoridades políticas francesas no Rio de Janeiro. Nesse dia, ainda, um fotógrafo registrou o encontro entre Eulálio e Dubosc, de um modo nada lisonjeiro para o narrador:

Eu estou ali embaixo à esquerda, ao lado de um sujeito mais alto, de terno cinza ou bege, com uma palheta meio torta na cabeça. Estou de novo olhando para a câmera, mas dessa vez contrariado por aparecer quase como um lacaio, carregando um sobretudo e uma pasta de couro alheios (BUARQUE, 2009, p.25).

É curioso notar que o que incomodava Eulálio não parecia ser o fato de se mostrar subserviente a um estrangeiro que ficaria pouco tempo no país, mas de haver algum registro desse comportamento. Uma vez que o mandonismo também era baseado em aparências, a comprovação da posição subalterna poderia macular a imagem e o poder do jovem Eulálio. Mesmo assim, ele continuaria a tratar o visitante estrangeiro com cortesia e amabilidade – talvez porque estivesse certo de que fosse, com o tempo, reverter a primeira impressão que havia causado no francês.

---

<sup>36</sup> O pai de Eulálio havia trabalhado na mesma companhia. O narrador, ao falar do cargo que ocupa, afirma que o herdou do genitor. A função do senador Assumpção na empresa era intermediar o comércio de canhões franceses – um tanto ultrapassados – com o governo brasileiro. Temos, portanto, uma situação eticamente, no mínimo nebulosa: um político trabalhando para uma empresa que vendia armas superfaturadas para o Exército. Em lugar de servir ao Estado como político, o senador Assumpção *se servia* dele para aumentar seu poder e seu pecúlio. Somente em uma condição de debilidade das instituições e de precariedade da cidadania tais práticas poderiam ocorrer sem maiores constrangimentos.

Cabe salientar que o momento da chegada do engenheiro tenha sido janeiro de 1929<sup>37</sup> e que o navio Lutétia, onde Dubosc viera, tenha aparecido “de modo meio teatral, ao irromper de denso nevoeiro<sup>38</sup>” (p.29), como houvesse algum mau agouro para Eulálio e para o Brasil. E, de fato, havia. A economia mundial estava prestes a enfrentar uma grande tormenta. Afinal, sabe-se que o mundo estava na iminência de sofrer os efeitos da quebra da Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929 (cujo gatilho foi a especulação no mercado de ações<sup>39</sup>), e da consequente Grande Depressão, classificada pelo historiador Eric Hobsbawm como “o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos” (HOBSBAWM, 1994, p.91).

Antes mesmo do cataclismo econômico, Eulálio já sentia na pele o prestígio de sua família se esvaír e via os êxitos dele, de Dubosc e da Le Creusot comprometidos. Afinal, após o assassinato do senador Assumpção, não era fácil desembaraçar as mercadorias na alfândega ou contornar a burocracia que travava as negociatas. Se seu pai resolvia imbróglis dessa natureza com um telefonema ou, no máximo, um despachante, Eulálio agora se via em uma conjuntura em que era obrigado a ir até o porto, mostrar o cartão de visitas, mas voltar sem ter conseguido solucionar o problema. A situação e os insucessos deixavam o engenheiro irritado. Nada, no entanto, que abalasse a confiança de Eulálio. O jovem acreditava que, por ser filho de um finado senador com uma mulher cuja família era dona de metade das terras de Minas Gerais, seu nome abriria portas e a lógica do favor – com o perdão da redundância – lhe favoreceria:

Dissimulado, pérfido, incompetente, indolente, impontual, e até mau motorista, muitos impropérios ouvi calado, por saber que em verdade não

---

<sup>37</sup> De Bonis (2018) observa que essa é a primeira data especificamente citada no texto. Em verdade, a primeira seria 1947, mas sem certeza. O narrador pensa que foi, provavelmente, esse o ano em que o Governo desapropriou a fazenda para construir uma rodovia.

<sup>38</sup> Antes da cena que descrevemos em que o fotógrafo captura o momento em Eulálio aparece carregando as malas do francês, o mesmo fotógrafo fizera uma imagem da multidão. Pouco antes do flash, o narrador se virou para a câmera, de modo que seu rosto foi o único nítido naquela fotografia. A reação de Eulálio foi de imenso contentamento: “Então presumi, não sem vaidade, que ao se revelar aquele instantâneo, eu seria o único a figurar para a posteridade frente a frente” (BUARQUE, 2009, p.25). A presunção e a arrogância do narrador, julgando que nada seria capaz de abalar seu prestígio, parecem incomensuráveis.

<sup>39</sup> Acerca das causas da crise de 1929 e da Grande Depressão, Sean Purdy, no capítulo “Décadas da discordância: 1920-1940” (p.197-213), em *História dos Estados Unidos* (Karnal et al, 2015, p.206) pondera: “Analistas como Alan Brinkley [*The Unfinished Nation – a Concise History of the United States*, 2004] apontam três causas principais para a Grande Depressão. Primeiro, à economia americana dos anos 1920 faltava diversificação. O crescimento econômico dependia desproporcionalmente de poucas indústrias, como a automobilística e a da construção civil. Quando as vendas nesses setores diminuía, o resto da economia não conseguiu compensar. Segundo, a distribuição altamente desigual na renda significava um mercado de consumo truncado. Terceiro, bancos dependiam de muitos empréstimos feitos por fazendeiros, negociantes e países estrangeiros e, quando a economia tombou, os devedores não conseguiram pagar causando uma reação em cadeia de falências econômicas. A especulação selvagem na Bolsa de Valores foi a faísca que ateou fogo no barril de pólvora de uma economia fundamentalmente exuberante, mas frágil”.



eram endereçados à minha pessoa, mas aos meus patrícios de modo geral. Dubosc vez por outra exagerava, era um engenheiro nervoso. Mal tinha chegado ao país e queria encontrar todas as portas abertas, ou senão explodi-las com dinamite. Já eu sabia que as portas estavam apenas encostadas, meu pai passara por elas outras vezes. Por ser um jovem inexperiente, como o francês pela aparência me julgava, talvez amanhã eu me visse eventualmente perdido num labirinto com setecentas portas. Mas eu não tinha dúvida de que, para mim, a porta certa se abriria sozinha. De trás dela, me chamaria pelo nome justamente a pessoa que eu procurava. E esta me anunciaria à pessoa influente, que desceria as escadas para me buscar. E me abriria seu gabinete, onde já me aguardariam várias chamadas telefônicas. E pelo telefone, poderosas pessoas me soprariam as palavras que desejava ouvir. E de olhos fechados, eu molharia pelo caminho as mãos que meu pai molhava. E pelo triplo do preço tratado, me comprariam os canhões, os obuses, os fuzis, as granadas e toda a munição que a Companhia tivesse para vender. Meu nome é Eulálio de Assumpção, não por outro motivo a Le Creusot & Cie. me confirmou como seu representante no país (BUARQUE, 2009, p.43-44).

O último período do fragmento é muito significativo: Eulálio demonstra a certeza de que foi o seu sobrenome – não sua capacidade – que o colocou lá. Afinal, o próprio narrador confessa que seu noviciado e sua inexperiência no ramo talvez tenham sido impeditivos de alcançar maior sucesso. Dubosc tem convicção similar: o engenheiro logo percebeu que Eulálio era inábil em realizar as negociatas que o senador Assumpção fazia, e passou a criticar duramente o narrador, que, subserviente, ouviu muitos improperios calado, porém, arrogante, não se deixava afetar por eles.

A estadia do visitante, que duraria um mês, acabou se prolongando por um ano. Nesse período, como Eulálio também se viu encarregado de cuidar da vida social do francês, teve de levá-lo a bares e a casas de dança. Em uma dessas ocasiões, Matilde os acompanhou<sup>40</sup> e, quando começou a tocar maxixe, Dubosc instou o casal a se aventurar na pista de dança. Como Eulálio somente sabia valsar, sugeriu que o engenheiro e Matilde formassem um par e bailassem. Depois, profundamente enciumado ao ver a dança, ele se arrependeria da sugestão:

No meio do salão os dois se abraçaram e assim permaneceram, a se encarar. Súbito ele a girou em meia-volta, depois recuou o pé-esquerdo, enquanto com o direito Matilde dava um longo passo adiante, e os dois estacaram mais um tempo, ela arqueada sobre o corpo dele. Era uma coreografia precisa, e me admirou que minha mulher conhecesse aqueles passos. O casal se entendia à perfeição, mas logo distingui o que nele foi ensinado do que era nela natural.

---

<sup>40</sup> Antes dessa ida, Dubosc perguntara a Eulálio por que este não levava a esposa – que todos diziam ser charmosa – aos passeios. O engenheiro ainda observou que Matilde, ao telefone, tinha voz cálida e um ótimo domínio do francês. Eulálio comenta que não tem ideia de como o engenheiro poderia saber da beleza da consorte, uma vez que, no círculo do narrador, ninguém a conhecia. Aqui, o narrador deixa no ar um indício de adultério, uma ponta solta: Se ele não apresentara formalmente a cônjuge aos amigos, como eles a conheciam? Em quais circunstâncias? Como poderia o francês saber da beleza dela? Além disso, Eulálio não perde a chance de ponderar que o comentário acerca dos atributos linguísticos da esposa fora feito apenas para adulá-lo, uma vez que os conhecimentos dela no idioma eram bastante rudimentares (BUARQUE, 2009, p.44-45).

O francês, muito alto, era um boneco de varas, jogando com uma boneca de pano. Talvez pelo contraste, ele brilhava entre dezenas de dançarinos, e notei que todo o cabaré se extasiava com a sua exibição. Todavia, olhando bem, eram pessoas vestidas, ornadas, pintadas com deselegância, e foi me parecendo que também em Matilde, em seus movimentos de ombros e quadris, havia excesso. A orquestra não dava pausa, a música era repetitiva, a dança se revelou vulgar, pela primeira vez julguei meio vulgar a mulher com quem eu tinha me casado (BUARQUE, 2009, p.65-66).

É curioso que, ainda neste episódio, Dubosc tenha se referido ao maxixe como “o ritmo dos negros” (p.65). O narrador, ao mencionar esse comentário, e, ao mostrar que Matilde dominava natural e instintivamente o ritmo, frisa a cor da pele da esposa. O procedimento de ressaltar a pigmentação da pele da consorte através de falas de outras personagens será empregado exaustivamente ao longo do romance. Tal recurso é similar ao que Bentinho emprega em *Dom Casmurro*, quando coloca os supostos principais defeitos de Capitu nas falas de outras personagens, notadamente do agregado José Dias. Convém, ainda, enfatizar que o comportamento de Eulálio para com o ritmo é antiquado até mesmo para os padrões da época. Afinal, segundo o jornalista e biógrafo Ruy Castro, no livro *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*, em 1919 (dez anos antes do episódio narrado) já “ia longe o tempo em que dançá-lo [o maxixe], no Brasil, podia render uma excomunhão<sup>41</sup>” (CASTRO, 2019, p.28). A atitude não deve causar surpresa, uma vez que Eulálio não parece ser uma personagem plenamente sintonizada com o tempo presente (seja o presente da narração ou o da narrativa)

Pouco depois de terminada a dança, o engenheiro quis ir embora e pediu carona até o hotel, deixando o carro sem despedir-se adequadamente de seus cicerones: sequer beijou a mão de Matilde. Esse detalhe notado pelo narrador, com um comentário maldoso: “Talvez tenha concluído, ao longo da noitada, que ela era mulher para dançar maxixe, e não beijar a mão” (BUARQUE, 2009, p.66). Na sequência da cena, Eulálio agrediu Matilde, concretizando a violência física, extremo a qual Bentinho nunca chegou. Note-se que a violência perpetrada contra a esposa é diretamente tributária de um ciúme racista e que a personagem parece sentir prazer sexual ao agredir a esposa, como demonstram as duas últimas linhas:

Então me vi tomado de um sentimento obscuro, entre a vergonha e a raiva de gostar de uma mulher que vive na cozinha. Eu seguia Matilde, que falava sozinha, que meio cantarolando perguntava pelo chá de boldo, e de repente não sei o que me deu, agarrei-a com violência pelas costas. Joguei-a contra a parede

---

<sup>41</sup> Castro ainda acrescenta que, em 1919, esse ritmo já estava em vias de sair de moda e que: “O único a ainda vê-lo como coisa do demônio era o jornalista, escritor e ex-padre mineiro Antonio Torres, que falava da sua ‘canalhice bárbara’ e dizia que a visão de um casal entregue ao seu ‘enlace impudico’ bastava para revelar a ‘fisionomia reles’ do povo brasileiro” (CASTRO, 2019, p.28).

e ela não entendeu, começou a emitir gemidos nasais, o rosto achatado nos ladrilhos. Prendi seus punhos na parede, ela se debatia, mas eu a controlava com meus joelhos atrás dos seus. E com meu tronco eu a apertava, eu a espremia a valer, eu quase a esmagava na parede, até que Matilde disse, eu vou, Eulálio, e seu corpo tremeu inteiro, levando o meu a tremer junto (BUARQUE, 2009, p.66-67).

Não demorou muito para o narrador começar a fantasiar um adultério entre Matilde e Dubosc<sup>42</sup>. Chega a ser curioso que Eulálio, tão orgulhoso de suas poses e poses, tenha se prostrado diante do engenheiro, colocando-o alguns degraus acima de si e quase relevando o fascínio que o francês poderia despertar na esposa. O fragmento é longo, mas vale a transcrição:

Nem sei onde cabia tanto leite, não eram grandes os seus seios. Mas mesmo cobertos, numa mirada dava para adivinhar seu viço, Dubosc que o diga. Na praia, ele não tirava os olhos do busto da minha mulher, nem se acanhava de segui-la sempre que ela entrava em casa com a menina. Era uma urgência urinária, era um reforço na bebida, tudo era pretexto para ele contemplar os seios redondos de Matilde, que amamentava sem cerimônia no meio da sala. Aposto que o caso começou assim. Dubosc embevecido com a surpreendente alvura dos seios de Matilde, brotando de um colo tão moreno. Daí suas visitas ao chalé à minha revelia, quando a abordaria com louvores e atrevimentos. Não lhe daria trégua, julgaria uma birra infantil ela lhe ocultar o par de joias que ele já havia apreciado noutras circunstâncias. Para dar um basta na aperreação, suponho que um dia Matilde tenha afinal concedido em lhe abrir a blusa num canto da sala. E pronto, não lhe custou tanto assim satisfazer aquele francês meio sem-vergonha, com idade para ser seu pai, que por alguns segundos fitou com exclusividade seus seios cândidos, redondos e viçosos. Matilde era vaidosa deles, e não veria menor inconveniente em mostrá-los mais uma ou outra vez, nem pôde evitar que ocasionalmente ele os tocasse de leve, para confirmar sua consistência. E quando deu por si estava palpitando de medo, espremida contra a parede debaixo da escada, sendo beijada ao redor dos seios, tentando preservar a honra de seus bicos enrijecidos. Mas depois de cedê-los, não teve mais como recusar convites para visitas mais íntimas ao Palace Hotel. Dubosc andara pelo Oriente, frequentou bordéis da Birmânia e do Sião, certamente bulia em seios com artes que eu ignorava. Assim viciou minha mulher, que já não esperava convites para escapar de casa esbaforida, a fim de mais encontros vespertinos (BUARQUE, 2009, p.158-159).

Ora, existe uma razoável dose de racismo aqui. Afinal, na visão de Eulálio, o que fascinaria Dubosc nos seios de Matilde – para além do viço, formato e consistência – seria o contraste entre a pele morena descoberta pela roupa e a alvura da que ficava guardada pelo soutien. Poderia haver qualquer coisa de exótica para o francês em ter uma amante de pele escura, conforme indica a elucubração “Dubosc embevecido com a surpreendente alvura dos seios de Matilde, brotando de um colo tão moreno”. Por outro lado, o comportamento da esposa oscilava entre uma passividade acrítica – permeada por algum

---

<sup>42</sup> Principalmente, depois de saber que, em uma sexta-feira, Dubosc vai à casa de Eulálio e Matilde não diz nada ao marido. Quando indagada, afirma que o francês tão somente usara a casa para trocar de roupa após uma ida à praia e que ela mal o havia visto (p.110-111).

grau de subserviência – e uma lascívia incontrolável. Afinal, na visão do narrador, Matilde era vaidosa de seus seios e não poderia ter impedido que Dubosc os tocasse uma vez ou outra. Porém, depois não teria sido capaz de frear abordagens mais ousadas e, ávida, teria se apegado a qualquer pretexto para mais encontros furtivos com o francês. Ora, aqui, subjazem aquelas teorias raciais que estavam muito em voga no Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX que retratam os negros como seres moralmente inferiores – sendo que as mulheres negras seriam mais predispostas a dar vazão à sensualidade sem maiores constrangimentos (SCHWARCZ, 2015, 2019).

Há ainda que se mencionar que Eulálio se rebaixa diante do engenheiro, ao supor que este, por ser mais viajado, saberia brincar com os seios das mulheres de modos que o narrador desconhecia. Temos, pois, uma postura de resignação subserviente perante o francês. Afinal, na visão do narrador, talvez fosse compreensível que a esposa se deleitasse com um amante mais hábil – e essa falta ele está disposto a perdoar, conforme dão a entender os seguintes excertos:

Minha pequena filha crescerá cercada do bom e do melhor, e mais bonança terá minha mulher, se algum dia voltasse para casa (BUARQUE, 2009, p.59).

Porque quando Matilde voltasse ao nosso chalé, o bairro inteiro ouviria os maxixes e sambas da sua vitrola. Levaria ela mesma a filha à praça, a amamentaria sentada no balanço, com o peito de fora daria bom-dia às babás e às mamães, riria à toa. Na praia de Copacabana andaria ao meu lado para que todos a vissem de maiô, adúltera, vá lá, mas saudável e irrepreensível de corpo (BUARQUE, 2009, p.187).

No entanto, o que Eulálio acaba descobrindo era que Dubosc, em verdade, se envolvera com a esposa de um médico francês, amigo dele e do narrador. Em outra ocasião, na qual imaginava flagrar Matilde e o engenheiro francês em um encontro sexual, o narrador acabou surpreendendo a esposa a dançar um samba com Balbino:

A porta da sala estava escancarada, e na sala deparei com Matilde de maiô, dançando com o preto Balbino. Sim, o preto Balbino, eu não acreditei, mas era ele. Não reagiram ao me ver, os dois continuaram a dançar como se nada fosse. Balbino vestia uma calça roxa muito justa, sua bunda maior que a da irmã, e ver minha mulher nos braços daquele crioulo foi para mim a pior infâmia (BUARQUE, 2009, p.115-116).

Temos aqui, pois, mais um indício do mal-escamoteado racismo de Eulálio. Ora, seria aceitável receber de volta uma esposa infiel com um branco estrangeiro, mas considerava pior infâmia ter visto Matilde dançar samba com “aquele crioulo”. Certos de que não faziam nada de errado, os dois sorriram para o narrador, que, cego de raiva, deu

um pontapé na vitrola, desta vez dando vazão à violência contra o objeto que tocava o samba.

### **MATILDE: VIOLÊNCIA E RACISMO**

No início deste capítulo, afirmamos que Eulálio, assim como Bentinho faz com Capitu, vai tentar trazer indícios do comportamento de Matilde que corroborem a ideia da traição, mesmo que o narrador não tenha qualquer prova concreta do adultério. No tópico acima, vimos que Eulálio trata a habilidade da esposa no samba e no maxixe, uma ida de Dubosc à casa do narrador, um elogio do engenheiro à beleza de Matilde e ao domínio que ela tinha de francês, bem como uma suposta (mas não provada) perícia do francês em brincar com os seios de mulheres como indícios de infidelidade conjugal. Eulálio não é capaz de oferecer uma única prova concreta da traição de Matilde, mesmo assim, demonstra enorme disposição para condená-la.

Acresce-se a isso que, conforme mencionamos panoramicamente em tópico anterior, o que mais incomoda Eulálio é a cor da pele da esposa. Para descrevê-la, o narrador se vale de toda a sorte de eufemismos (“pele quase castanha”, “ascendência mourisca”, “longínquo sangue indígena”, “tez acastanhada”), a fim de sugerir que a tonalidade escura da pele dela seja proveniente de ancestrais mouros ou indígenas – e não de pessoas escravizadas. No entanto, enquanto o narrador refuta a tese de que Matilde seja mulata, outras personagens acentuam ainda mais a suposta ascendência africana dela, conforme podemos ver no seguinte excerto:

Mas por esse tempo felizmente aconteceu de eu conhecer Matilde e eliminei aquela bobagem [ter relações sexuais com Balbino] da cabeça. No entanto, garanto que a convivência com Balbino fez de mim um adulto sem preconceitos de cor. Nisso não puxei ao meu pai, que só apreciava as louras e as ruivas. Nem à minha mãe, que ao me ver arrastando asa para Matilde, de saída me perguntou se por acaso a menina não tinha cheiro de corpo. Só porque Matilde era de pele quase castanha, era a mais moreninha das congregadas marianas que cantaram na missa do meu pai (BUARQUE, 2009, p.19-20).

E não era apenas a mãe de Eulálio que fazia comentários dessa natureza. A de Matilde, um dia, revelou à do narrador que a garota não era sua filha biológica, mas o fruto de uma traição do marido:

E um dia a gorda da mãe de Matilde deixou escapar que a menina não era filha sua, mas fruto de uma aventura do deputado, lá para as bandas da Bahia. Mamãe não tardou a me chamar ao casarão, e me fez a revelação na biblioteca do meu pai, onde se tratavam temas graves. Deve ter outras, ela disse, o traidor deve ter outras famílias por lá. E depois de um suspiro acrescentou, é essa gente do norte (BUARQUE, 2009, p.73).

Doutor Vidal, por sua vez, se referiu a ela como “uma escurinha que criamos como se fosse da família” (p.192).

Já Maria Eulália, filha de Eulálio e Matilde, ao comentar a tonalidade da pele de seu neto (bisneto de Eulálio), afirmou que a cor provinha da “mãe mulata”. O narrador não poderia ter ficado mais estarecido:

O pequeno fazia tudo para chamar sua atenção, mas ela não se impressionou nem quando ele começou a pretejar. Da noite para o dia os cabelos se encrespavam, o nariz de batata engrossou mais ainda, e quanto mais o menino escurecia, mais me perturbava a sensação de conhecer sua cara de algum lugar. Era curioso porque, tirante o preto Balbino e um ou outro criado, eu não tinha muita gente de raça nas minhas relações, nem nunca avistei a mãe do menino, a dos nomes fictícios. E a cor do menino provinha dela, logicamente, eu não poderia esperar de um neto comunista que se juntasse com uma moça de pedigree. Mas ora, ora, papai, disse Maria Eulália, está na cara que esse aí puxou minha mãe mulata. Não sei quem abastecia minha filha com tantas maledicências, Matilde tinha a pele quase castanha, mas nunca foi mulata. Teria quando muito uma ascendência mourisca, por via de seus ancestrais ibéricos, talvez um longínquo sangue indígena (BUARQUE, 2009, p.148-149).

Embora publicamente afirme não ter preconceitos, na prática temos um narrador extremamente preconceituoso, como podemos notar pelos termos usados: “pretejar”, “nariz de batata”, “maledicências” e, finalmente, “pedigree”. É muito sintomático que o narrador, além de rechaçar terminantemente a possibilidade de a pele escura ser proveniente de um membro da própria família, utilize um termo comumente empregado para se referir a raças de cães e de cavalos para descrever um ser humano; ele animaliza a mãe de seu neto.

Há ainda que se mencionar que Eulálio *escolhe* contar esses comentários feitos por outras personagens. Ele poderia talvez os omitir, uma vez que é o narrador, como quando alguém não menciona ponderações racistas feitas por algum membro da família, para evitar a vergonha de expor o parente. Eulálio não: ele quer que todos saibam que Matilde tem a pele escura, mas não admite que ninguém lhe impute a pecha de preconceituoso. Com similar intensidade, assegura que não seja racista e que não tenha se casado com uma mulher de pele escura, valendo-se de eufemismos nos quais permite entrever seus preconceitos.

Note-se, pois, que o movimento da narrativa de Eulálio, sobretudo quando descreve Matilde e Balbino, oscila entre a negação do racismo no discurso e a confirmação do crime ao relatar episódios e diálogos com Matilde, Balbino, policiais, motoristas de táxi, dentre outras personagens com diversas ocupações, quase sempre subalternas. Esse movimento imita nossa estrutura social, que nega o racismo na letra da

lei, mas permite que a prática continue a grassar nas ruas, delegacias, empresas e em diversas instâncias no país.

Essa oscilação não acontece apenas quando se pensa o racismo no Brasil, mas também quando analisamos os próprios fundamentos do Estado Democrático de Direito. Afinal, como vimos, formulamos uma Constituição pródiga em direitos sociais e que nos garante uma aparência de democracia, mas que mantém inalterado o legado autoritário da Constituição de 1967, no que concerne às Forças de Segurança e às Forças Armadas (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010). Assim como a narrativa de Eulálio, nosso país está estruturado em uma dissonância entre discurso e prática, fator que enseja toda sorte de ameaças às incipientes conquistas sociais do país.

Ademais, como dissemos no capítulo anterior, na esteira de Guimarães, o racismo se perpetua por meio de diferenças de renda e de educação. E, embora Matilde pudesse gozar dos mesmos privilégios de classe de Eulálio, ele nunca perdia a chance de depreciar os conhecimentos da esposa (conforme já mencionamos anteriormente), acentuando a distância entre os dois:

Imagino que os franceses esperassem de um homem na minha posição uma esposa mais circunspecta, com certos atributos intelectuais. Mas Matilde quase não participa das nossas conversações, e ainda costuma trazer Eulalinha à mesa do almoço, para meu desconforto. Também é possível que eu a iniba com minhas risadas, nas raras vezes em que se mete a falar francês. Apresso-me a corrigir sua pronúncia, desculpo-me por suas faltas gramaticais, e com isso não é raro ela se reprimir no meio de uma frase (BUARQUE, 2009, p.109-110).

Ora, como ela não estava mais com ele, temos aqui uma dupla violência simbólica<sup>43</sup>, expressão que deve ser entendida como:

(...) violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p.8-9).

Essa violência que acontece no momento da ação e no da enunciação. Ou seja: quando Eulálio corrige a esposa e quando relata essa correção com termos depreciativos.

---

<sup>43</sup> O autor ainda frisa que não se deve entender o adjetivo simbólico como antônimo de real (BOURDIEU, 2012, p.45-46).

Depois, quando ela não está mais com ele, o narrador continua a dar vazão a esse tipo de violência, fazendo questão de expor, quase acidentalmente, o comportamento libidinoso da esposa quando estava com ele, como quando comenta a sintonia do casal: “(...) e a empregada sabia que era hora de sair para o armazém, ao pressentir nosso bulício. A gente se agarrava na cozinha, na sala, na escada, horas e horas no banho, podíamos passar todo um fim de semana na cama” (BUARQUE, 2009, p.63). Além disso, em outro momento pondera que, se fosse julgar as mulheres por aquilo que falavam na cama, Matilde tampouco era santa (p.150-151).

É curioso notar que a violência (ora física, ora simbólica) permeia o modo de Eulálio amar e de se relacionar com Matilde. É muito significativo que, quando a viu pela primeira vez, não tenha pensado em conhecê-la, cortejá-la, descobrir suas preferências, distrações ou comidas favoritas. Em verdade, Eulálio não queria cativá-la, mas atacá-la, invadi-la: “Então, não sei como, em plena igreja me deu grande vontade de conhecer sua quentura. Imaginei que abraçá-la de surpresa, para ela pulsar e se debater contra o meu peito, seria como abafar na mão o passarinho que capturei na infância” (BUARQUE, 2009, p.21).

Não chega a ser surpresa, portanto, que Eulálio tenha sido abandonado por Matilde em circunstâncias que não estejam claras. O narrador relata um entrevamento da esposa, uma frieza no casamento e no leito conjugal, suspeitas de traições (nunca confirmadas nem desfeitas), até o momento em que ela desaparece, evento que o narrador nunca chega a superar. Ao contrário, aventa diversas hipóteses e mentiras para o sumiço da esposa: fuga com o francês Dubosc, internação em um sanatório, suicídio e até falecimento durante o trabalho de parto.

Nesse sentido, podemos notar que o relato de Eulálio é lacunar. Afinal, são diversas hipóteses, mas apenas um dado concreto: ela desapareceu. Assim como ocorre com o Brasil, o narrador, por vontade própria, desconhece uma importante parte de sua própria história – dado que o médico francês enviou ao narrador uma correspondência de aproximadamente oito páginas que provavelmente conteria informações acerca do paradeiro da esposa<sup>44</sup>, e Eulálio optou por não abri-la, como o país ainda não abriu muitos dos arquivos da Ditadura, sobretudo os que estão em poder das Forças Armadas, uma escolha terrível para o destino da nação, como veremos posteriormente (FIGUEIREDO, 2015).

---

<sup>44</sup> Pelo confuso relato de Eulálio, uma das hipóteses é que a esposa tenha sido acometida por alguma moléstia como tuberculose.



Ao final do romance, ainda que o mando cordial do narrador tenha perdido força devido à ausência de lastro econômico – tornando o palavrório deste objeto de riso ou simplesmente de desinteresse – (DE BONIS, 2018), Eulálio, imobilizado na cama do hospital, continua um racista inveterado que pratica (não apenas contra a memória de Matilde ou a de Balbino, mas também contra as enfermeiras e seus colegas pacientes) a única violência que ainda pode: a simbólica. Armandando-se de um vocabulário pernóstico e de seus antigos privilégios de classe, dispara seus preconceitos e mandonismos esvaziados como balas de festim.

### **TENEBROSAS TRANSAÇÕES**

A infância e a juventude de Eulálio, nascido em 1907, transcorreram quando o Brasil ainda dava os seus primeiros passos como nação republicana. A Constituição de 1891, concebida dois anos depois do golpe que tirou a monarquia do poder, definiu as bases do novo regime: presidencialismo, federalismo, divisão entre os três poderes, separação entre Igreja e Estado, registro civil (para nascimentos, casamentos e mortes), extinção da vitaliciedade do Senado, sistema bicameral. Isso significou maior autonomia para as regiões administrativas (que antes eram províncias, mas, à época, já, estados) (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Contudo, essa maior autonomia tinha um preço: era necessário votar nas pautas do governo. Este, por sua vez, ignorava abusos, desmandos, fraudes eleitorais<sup>45</sup>, violências e toda a sorte de práticas antirrepublicanas e antidemocráticas que os caciques políticos estaduais cometessem. Era a fórmula da “Política dos Governadores” (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ademais, também estava previsto sufrágio universal. No entanto, era um universo bastante restrito. Afinal, o direito ao voto permanecia como privilégio de alguns poucos considerados cidadãos: somente adultos e homens que soubessem ler e escrever<sup>46</sup> tinham direito ao sufrágio. Mulheres, mendigos, praças, soldados, sargentos e membros de ordens religiosas não podiam exercer o direito. Com isso, o perfil oligárquico da nação estava assegurado, dado o contingente reduzido de votantes e de possíveis candidatos a cargos públicos<sup>47</sup> (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.320).

---

<sup>45</sup> Falsificação de assinaturas, adulteração de cédulas, dentre outros mecanismos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

<sup>46</sup> Em 1900, a taxa de analfabetismo ainda era de 75% (SCHWARCZ, 2019, p.137).

<sup>47</sup> Para que se tenha uma ideia, em 1910, no Brasil, em uma população de 22 milhões de habitantes, somente 627 mil tinham direito ao voto (SCHWARCZ, 2019, p.55).

Ora, se o Brasil continuava aparentando um perfil oligárquico (e com uma maior autonomia das lideranças regionais), não era de se esperar que o poder tivesse mudado de mãos. E o caso da família de Eulálio, cujo avô fora comensal de Dom Pedro II e o pai, republicano de primeira hora, não deveria causar muita espécie, dada a desigualdade social do país e a vocação fisiologista de parcela significativa da elite brasileira. Sendo um senador da República, o pai do narrador desfrutava de imenso prestígio e, graças à união com uma mulher rica (cuja família detinha, em pastagens, mais da metade do Estado de Minas Gerais), Eulálio teve uma infância e adolescência de bonanças, morando em casarões suntuosos e fazendo viagens opulentas, como quando ia a Paris e aos Alpes Suíços com o pai<sup>48</sup>.

Além disso, Eulálio assistiu a um processo de urbanização, industrialização e dinamização da sociedade brasileira. Afinal, quando o narrador nasceu, o país recebia quase 80 mil imigrantes por ano, atraídos pelo mito da abundância alimentar do Brasil e pela política de atração de europeus do governo nacional<sup>49</sup>. A paisagem urbana mudava graças ao crescimento geral da população, à chegada de imigrantes e à política de substituição de importações ao longo da Primeira Guerra Mundial. As principais cidades do país eram Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (SCHWARCZ; STARLING, 2015)<sup>50</sup>.

A cidade do narrador vivia um processo de modernização que congregava embelezamento urbano, ampliação da infraestrutura e diversificação dos serviços com autoritarismo e exclusão social. Importa também mencionar que foi um período marcado por ambivalências: a convivência do arcaico e do moderno; do provinciano com o cosmopolita, da riqueza com a pobreza:

No Brasil que nasceu dos vários projetos modernistas do início do século figuraria um mundo de ambivalências: o passado a conviver com o presente; maxixe e lundu com música clássica; cordel com literatura acadêmica; transporte acelerado com o ritmo do lombo de burro; um país urbano ladeado pela realidade isolada dos sertões distantes; exclusão social com processos de inclusão; clientelismos com processos até então desconhecidos de institucionalização política e social (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.350).

---

<sup>48</sup> Nessas viagens, o pai de Eulálio, o senador Assumpção, teve condutas, no mínimo, pouco edificantes. Quando ia à capital francesa, costumava ficar hospedado no hotel Ritz e atirava moedas de cinco francos às prostitutas, que, nuas e acoradas, deveriam tentar pegá-las sem usar os dedos; a que conseguisse passaria a noite com Eulálio. Já em uma viagem aos Alpes o senador Assumpção deu ao filho cocaína.

<sup>49</sup> Entre 1877 e 1903, 71 mil imigrantes entravam no Brasil a cada ano, 58,5% dos quais italianos. Entre 1904 e 1930, o número aumentou para 79 mil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.323).

<sup>50</sup> Mesmo assim, o Brasil continuava um país predominantemente agrícola. Afinal, das 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões trabalhavam na agricultura, 1,2 milhão na indústria e 1,5 milhão, nos serviços (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.326).

Como o narrador não estava no subúrbio e não vivia as agruras da exclusão social, não havia muitos motivos para preocupação. No entanto, eles não demorariam a chegar, em um cenário de denso nevoeiro. Afinal, como o pai de Eulálio intermediava a compra de café no exterior, a Quebra da Bolsa de Nova York e a Grande Depressão tiveram efeitos extremamente prejudiciais aos seus negócios.

### **CAFÉ AMARGO**

Em janeiro de 1929, tempo da presidência de Washington Luís, Eulálio foi ao porto do Rio de Janeiro receber o francês Dubosc. À época, para alguns setores da oligarquia brasileira, os ventos que sopravam não eram dos mais benfazejos. E, para explicar o impacto da crise de outubro de 1929 em uma família como a de Eulálio, é preciso tecer algumas considerações sobre a política de valorização do café, que vigorava desde o início do século XX.

O Brasil, ao final do século XIX, produzia três quartos de todo o café comercializado no mundo. Produzi-lo era extremamente atraente para os proprietários brasileiros. Entretanto, a elasticidade na oferta de mão de obra e abundância de terras disponíveis nos países plantadores de café, indicavam que, a longo prazo, o produto se desvalorizaria. Vendo a posição privilegiada em que estavam (por controlarem cerca de 75% da produção), os cafeicultores brasileiros decidiram contrair a oferta artificialmente, deixando parte da produção fora do mercado. Com isso, os grandes produtores estaduais de café, aproveitando a autonomia da Política dos Governadores e da consequente descentralização republicana convenceram, no Convênio de Taubaté (1906), o governo a comprar parte do excedente<sup>51</sup> (FURTADO, 2007).

Com a estabilidade dos preços, os lucros se mantinham elevados. No entanto, a redução artificial da oferta acabava por ensejar a expansão dela, uma vez que todos queriam mais lucros. Os governos dos estados produtores não foram capazes de inibir a produção<sup>52</sup>. Como consequência, havia cada vez mais café estocado, produzido, mas fora do mercado – e não havia previsão de utilização desses estoques. Nas palavras de Celso Furtado, esse mecanismo de defesa era “(...) um processo de transferência para o futuro

---

<sup>51</sup> Furtado (2007, p.254) explica que empréstimos estrangeiros financiariam essas compras e que “o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada”. Além disso, os governos estaduais ainda deveriam desencorajar a produção de café.

<sup>52</sup> Para se ter uma ideia da situação, na década de 1920, mais especificamente entre 1925 e 1929, o crescimento da produção de café foi de quase 100%. Além disso, conforme indica Furtado (2007, p.256-257), entre 1927 e 1929, “as exportações apenas conseguiram absorver duas terças partes da quantidade produzida”.

da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave” (FURTADO, 2007, p.256).

Havia, pois, um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura. E a crise de 1929 sequer estourara. Quando isso aconteceu, ficou impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de mais estoques. Afinal, muitas poupanças privadas desapareceram, os países passaram a adotar medidas protecionistas e o crédito evaporou do mercado (HOBBSAWM, 1994). Hobsbawm ainda ressalta que muitos agricultores dependentes do mercado externo se viram arruinados.

Com essa conjuntura externa, três opções se apresentavam: deixar o café apodrecer; comprar e reter o produto (como já vinha fazendo); ou comprá-lo e destruí-lo. Era uma escolha difícil:

A solução que à primeira vista parecia mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que em decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não o café, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos proprietários significava fazer recair sobre estes a perda maior. Ora, conforme já vimos, a economia havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores. Seria de esperar, portanto, que se buscasse por esse lado a linha de menor resistência (FURTADO, 2007, p.264).

O cenário externo do comércio de café envolvia grande acumulação de estoques, liquidação das reservas metálicas brasileiras e frustradas tentativas de financiamento de novas safras. Tem-se, portanto, uma situação de queda brusca do preço internacional do café, bem como de outros produtos primários (FURTADO, 2007, p.264). Para atenuar os prejuízos, uma vez que a produção continuava alta, uma das primeiras ações foi a desvalorização da moeda brasileira e, posteriormente, a compra e queima desses excedentes (FURTADO, 2007). Com essa medida, nas palavras de Hobsbawm:

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. [...] Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1930; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas (HOBBSAWM, 1994, p.97).

Temos, portanto, nesse episódio da queima de café, uma elite se servindo do Estado para assegurar seus interesses.

No romance, pouco depois de ser abandonado pela esposa, Eulálio foi à Europa para tentar saber por que os agentes financeiros do seu pai ignoravam os telegramas da

mãe do narrador. Lá, os outrora sócios de senador ficam extremamente surpresos com a visita do filho do Senador Assumpção<sup>53</sup>:

Em Paris fui recebido com pasmo, me perguntaram se na América do Sul não chegavam notícias do mundo. Havia mais de um mês fora sustada a importação de café em toda a Europa, levando à falência os atacadistas sócios do meu pai. Em Londres, me falaram de calamidades financeiras, milhões e milhões de libras esterlinas fulminadas da noite para o dia, devido ao crack da bolsa de Nova York (BUARQUE, 2009, p.59).

A notícia, ainda que tenha deixado Eulálio incomodado, não foi o suficiente para fazer o narrador perder a cabeça ou temer por seu futuro, afinal:

Quanto ao dinheiro, querendo ou não, mamãe para mim sempre seria uma salvaguarda. Sua família era talvez mais abastada que os Assumpção, só em pastagens os Montenegro possuíam metade do estado de Minas Gerais. É certo que a prole era grande, mamãe tinha cerca de vinte irmãos, mas uma única fazenda de gado leiteiro me bastaria para tocar a vida, ainda que eu vivesse cem anos. Minha pequena filha crescerá cercada do bom e do melhor, e mais bonança terá minha mulher, se algum dia voltasse para casa (BUARQUE, 2009, p.59).

Ou seja: Eulálio tinha tanta confiança em sua herança que sequer se sentiu ameaçado pela maior crise da história do capitalismo até então. No entanto, outro evento, quase contíguo à crise de 1929, deixaria os Assumpção ainda mais deslocados no xadrez político nacional: a Revolução de 1930.

A eleição presidencial de 1930 foi bastante acirrada e representou o fim da Política dos Governadores e da do Café com Leite. Washington Luís, à época Presidente da República, descrito como um político vaidoso e intransigente, rompeu o acordo de cavalheiros ao insistir na eleição de Júlio Prestes, à presidência (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O esperado era que o indicado à sucessão fosse o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. No entanto, ainda em maio de 1928, por ocasião da inauguração da estrada de rodagem entre Rio de Janeiro e São Paulo, Washington Luís apresentou Júlio Prestes como “o futuro presidente da República” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.353).

Andrada, então, voltou a Minas Gerais e começou a articular uma força de oposição. A liderança mineira desistiu de sua possível candidatura e propôs um “alinhamento de forças regionais não associadas ao café” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.353), com amplo espectro político, capaz de abarcar diversas dissidências,

---

<sup>53</sup> Esse é mais um episódio em que Eulálio parece um tanto alheio, fora de sintonia em relação aos acontecimentos do presente.

inclusive os tenentes. Os estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba aceitaram. Eles não identificavam o país somente com o café e gostariam de dar maior ênfase ao mercado interno. Com isso, a chapa de oposição a Júlio Prestes trazia Getúlio Vargas (RS) como candidato a presidente e João Pessoa (PB) como vice. Essa composição oposicionista foi batizada de Aliança Liberal e representou uma grande novidade para a política do país, à época. Afinal:

(...) abrigava um amplo leque de dissidências, viabilizava um eixo alternativo de poder e apresentava uma linguagem política com capacidade de mobilização de um largo segmento da sociedade. (...) A coalizão oposicionista utiliza o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.354).

Além disso, o grupo teve o mérito de, a partir do segundo semestre de 1929, trazer o debate político para o espaço público. Antes, o programa eleitoral era divulgado em ambiente reservado e para convidados escolhidos a dedo. Ter a participação popular no processo eleitoral (ainda mais em uma época em que somente 5,6% da população votava) “era uma novidade e um pequeno escândalo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.355). Para se ter uma ideia do aspecto de novidade do fato, em 02 de janeiro de 1930, Getúlio Vargas reuniu 100 mil pessoas, na Esplanada do Castelo, no centro do Rio de Janeiro, que ouviram a leitura integral das 31 páginas de seu plano de governo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.355).

O povo se sentia atraído pelo programa da Aliança Liberal por vislumbrar maior possibilidade de participação na vida política e de recebimento de maior atenção da parte do Estado. Afinal, entre as pautas da Caravana estavam: anistia aos tenentes, concessão de direitos sociais aos trabalhadores, diversificação da economia, instituição do voto secreto e obras de combate à seca (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ainda assim, entretanto, devido à pequena participação popular, as chances de vitória eram ínfimas. Ademais, fraudes, subornos e coerções de toda ordem, difíceis de provar, poderiam assegurar a vitória de Prestes, como de fato aconteceu: por 1.091.709 votos a 742.794, o político de São Paulo, mesmo com menos apoio popular, foi eleito. Vargas, então, aceitou a derrota, mas alguns de seus correligionários (inclusive os tenentes) cogitavam pegar em armas, para assegurar a vitória ao político gaúcho. (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No entanto, um novo fato político deu nova vida à Aliança Liberal: o assassinato de João Pessoa. Em 26 de julho de 1930, durante um chá na Confeitaria Glória, no Recife, João Pessoa foi morto com três tiros pelo advogado João Dantas, por motivos pessoais. A motivação poderia ser explicada pelo fato de que, algum tempo antes do crime, a polícia da Paraíba vasculhara o escritório de Dantas, confiscara alguns documentos lá e divulgou para a imprensa, com a permissão de João Pessoa, dentre outros achados, as cartas com conteúdo erótico entre o advogado e a professora Anayde Beiriz, que acabou se suicidando (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Ocorre que Dantas era aliado do coronel José Pereira, desafeto de João Pessoa, e responsável pela Sedição de Princesa, um levante que eclodiu em fevereiro de 1930, no município de Princesa, quase na divisa entre a Paraíba e Pernambuco. Os revoltosos se declararam independentes da Paraíba – e resistiram à repressão da Força Pública. Os rebeldes foram ganhando território e receberam apoio de caciques políticos do Rio Grande do Norte, Pernambuco e de São Paulo. Atento, Washington Luís esperava o momento oportuno de declarar intervenção no Estado. No entanto, o assassinato de João Pessoa fez uma crise que era regional se tornar nacional. Assim, as forças oposicionistas se rearticularam e, em 03 de outubro, deram início à revolta que deporia o presidente três semanas depois (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em 03 de novembro, a Junta Provisória entregou o poder a Vargas e a Revolução de 1930 ficou famosa “(...) menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu, nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.361).

É esse contexto histórico que, no romance, pela primeira vez, ameaça o poder econômico dos Assumpção. Na visão do narrador, sorte do senador Assumpção, que já havia morrido e não precisaria passar por certas situações vexatórias e constrangedoras que a nova ordem imporia:

...meu pai jamais se prestaria a permanecer num tempo que não era o seu. Sua fortuna no estrangeiro estava para evaporar, e não consigo imaginá-lo sem suas viagens anuais à Europa, seu camarote, seus hotéis, restaurantes e mulheres de primeira classe. Na política, a civilidade daria lugar ao cabotinismo e ao espalhafato, e tampouco vejo meu pai pedindo votos em praça pública, subindo em palanques, apertando a mão de populares, sorrindo para fotografias com a roupa suja de gordura. (BUARQUE, 2009, p.131-132)

Quem teve a desdita de viver em um tempo que não era o seu foi Eulálio.

## ALIJAMENTO DO PODER

Uma vez no poder, embora estivesse empenhado em estender a cidadania e os direitos sociais, Vargas não tinha tanto apreço pela democracia nem pelos direitos políticos. Por isso, ao receber a faixa presidencial, o executivo assumiu plenos poderes. Entre suas primeiras ações estão a dissolução do Congresso, Assembleias Legislativas estaduais e municipais; a cassação de políticos eleitos na Primeira República; a substituição dos presidentes dos Estados por interventores federais e a censura à imprensa (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O presidente pensava que era necessário transformar o sistema político para institucionalizar a Nova Ordem. Por isso, não seria inteligente convocar novas eleições imediatamente. Nesse cenário, a agenda reformista de Vargas foi implementada através de decretos: anistia aos tenentes, remodelamento do Exército, criação dos Ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e da Saúde Pública. Reforma do Ensino e da Educação Pública. Além disso, em 1932, o Novo Código Eleitoral adotou o voto secreto (o que dificultava as fraudes) e concedeu às mulheres o direito de votar (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Nem todos ficaram felizes com essas medidas. São Paulo, por exemplo, vinha dando muito trabalho ao presidente, que teve de nomear quatro interventores entre o fim de 1930 e os primeiros meses de 1932. Outro aspecto que incomodava as elites estaduais profundamente era o fato de a política de Estado para o café, antes nas mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo, passar a ser conduzida pelo Conselho Nacional do Café, órgão do governo federal, sobre o qual os cafeicultores paulistas tinham menos ingerência (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Assim, em um contexto de crescente insatisfação com o Governo Federal, as elites de São Paulo descobriram uma pauta comum: a exigência de que Vargas convocasse imediatamente uma Assembleia Nacional Constituinte. Estava, pois, consubstanciada a “política do ressentimento” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.364). O que os paulistas tencionavam, efetivamente, era a derrubada de Getúlio Vargas. Com esse espírito, 20 mil soldados pegaram em armas em 09 de julho de 1932<sup>54</sup>. Embora o movimento tenha tido um “fervor cívico que ainda não se conhecia no estado<sup>55</sup>” (SCHWARCZ; STARLING,

---

<sup>54</sup> A data é feriado no estado de São Paulo. Curiosamente, em uma, digamos, ironia urbanística, uma das unidades da Fundação Getúlio Vargas da capital paulista se localiza justamente na Avenida 09 de Julho.

<sup>55</sup> Para se ter uma ideia, cerca de 90 mil alianças de casamento foram doadas, para que o ouro pudesse ser derretido, a fim de que São Paulo tivesse fundos para custear o confronto. Entretanto, os trabalhadores das fábricas ficaram de fora da mobilização, pois as elites, que não estavam preocupadas em atender a qualquer



2015, p.364), não foi o bastante para depor o presidente da república e o estado assinou sua rendição em 1º de outubro daquele ano. Nem tudo, porém, foi negativo para São Paulo: Vargas nomeou um interventor civil e paulista, convocou a Assembleia Constituinte e determinou a data de 3 de maio de 1933 para o calendário eleitoral (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.366).

Assim, em 15 de novembro a Assembleia Constituinte iniciou seus trabalhos, promulgando a nova Constituição em 16 de julho de 1934 e elegendo Vargas, por voto indireto, no dia seguinte. Os parlamentares aprovaram constitucionalmente os decretos de Vargas e ainda o mantiveram na presidência. Mesmo assim, o presidente não estava de todo satisfeito com o teor daquela constituição, pois a nova Constituição permitia que o Executivo fosse fiscalizado pelo legislativo, além disso:

A nova Constituição refletia os esforços modernizadores e democratizantes dos deputados – a racionalização da autoridade, a manutenção do federalismo, o reforço para o desenvolvimento das instituições políticas, a inclusão de novos setores sociais por meio de um processo eleitoral mais alargado. Mas ela também expunha limites dessa mesma República, que continuavam em vigência após 1930: conservou inalterada a estrutura agrária do país e manteve o trabalhador rural fora da legislação protetora do trabalho. Os analfabetos continuavam excluídos do processo eleitoral, e os imigrantes foram submetidos a uma política restritiva em suas garantias individuais, que permitia ao Estado expulsar os estrangeiros considerados politicamente perigosos à ordem pública ou aos interesses nacionais. O texto constitucional também assegurava ao Executivo o uso de um instrumento coercitivo que trazia embutida a concessão de plenos poderes – o estado de sítio – além de permitir a adoção da censura para todo tipo de publicação. Mesmo assim, essa era uma Constituição inovadora, que ampliava as condições para o exercício da cidadania (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.366-367).

Vê-se, pois, como o país continuava a arrastar o pesado legado do passado colonial. A ampliação da cidadania (com mais direitos sociais e políticos) coexistia com mecanismos de mandonismo e autoritarismo (a expulsão dos estrangeiros e os recursos ao Estado de Sítio e à Censura).

Conforme salienta Francisco de Oliveira (2003), a Revolução de 1930 significou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da urbano-industrial. É, portanto, um marco na história do país. Temos, a partir desse momento, diversas mudanças na paisagem social do país – que talvez não fossem as que as camadas mais pobres esperavam. Dentre os benefícios mais propalados pelo governo de Vargas está a criação do salário mínimo, que, em termos práticos, permitiu a mera reprodução da força de trabalho, uma vez que o campo mandava para a cidade um verdadeiro exército de reserva

---

demanda dos trabalhadores, temiam que estes, de posse de armas, iniciassem seu próprio conflito (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.364-365).

de trabalhadores, e norteou a produção das indústrias brasileiras, conforme sugerem os excertos:

(...) os critérios de fixação do primeiro salário mínimo levam em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas, etc) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo comprometimento psíquico, etc. Está-se, pensando rigorosamente, em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho (OLIVEIRA, 2003, p.37-38).

Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho, a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gerar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. No Brasil, também foi assim: começou-se a produzir internamente em primeiro lugar bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa (OLIVEIRA, 2003, p.50).

Ainda segundo Francisco de Oliveira (2003), a expansão do capitalismo no Brasil se deu através da reprodução de relações arcaicas no novo e de relações novas no arcaico, em um sistema que contribuiu para concentrar ainda mais renda, propriedade e poder.

A família de Eulálio, contudo, não soube se movimentar nessa configuração do tabuleiro. No romance, no período entre a chegada do engenheiro francês e a ida de Eulálio à Europa, o narrador, habituado a ter o país nas mãos, após intervenção da matriarca, herdou o posto que era do senador Assumpção na Le Creusot. Ele imaginou que bastaria se vestir como o seu pai e andar por onde ele andava para que sua trajetória fosse exitosa. A função na companhia não parecia extenuante:

Só saía para o trabalho, que a princípio não me exigia grandes quês. Bastava-me pôr uma das gravatas inglesas do meu pai e andar por onde ele andava, como queria mamãe, até que algum dia acertasse meu próprio passo. No Senado era sempre bem acolhido, tomava café em diversos gabinetes, circulava pelos corredores, ficava fumando por ali, não raro era convidado para algum almoço com políticos no La Rôtisserie. Senão, comia sozinho numa casa de pasto, depois passava no escritório da Le Creusot, levava um bombom para a secretária, perguntava por algum cabograma, sentava na cadeira que meu pai deixara vaga. Com os pés sobre a mesa, fumava, olhava o telefone, estava pronto a assumir as funções de papai a qualquer momento (BUARQUE, 2009, p.62-63).

Note-se que Eulálio não esperava ter que fazer qualquer tipo de movimento para lograr o sucesso. Em vez disso, ele julgava que, graças ao prestígio de seu progenitor, por inércia, ele seria procurado pelas pessoas influentes, para desempenhar as mesmas

funções. Grandes Depressões, crises políticas alhures ou querelas no governo federal, nada disso deveria abalar o prestígio e a influência dos Assumpção. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Afinal, como vimos em tópico anterior, após o assassinato do senador, o prestígio da família decaiu vertiginosamente.

É bem verdade que os Assumpção continuavam ricos no raiar da década de 1930, mas, à medida em que a cidadania se ampliava no país, a família (leia-se Eulálio) já não se movimentava com a mesma desenvoltura no xadrez político da época. E não foi por falta de oportunidade. Afinal, após a morte do Senador, doutor Vidal, pai de Matilde, cuja carreira política havia se desenvolvido com o beneplácito do pai de Eulálio, convidou o narrador para integrar seu gabinete, que, no entanto, já não era mais o do partido Conservador, mas o do Liberal. Feliz com o convite, Eulálio tratou de contar as novidades à mãe, que reagiu com raiva, perguntando se o filho havia esquecido do assassinato do pai. Confuso, o narrador não conseguia acreditar que seu futuro sogro pudesse ser o assassino, mas, para a mãe de Eulálio, os opositores políticos teriam sido os mandantes do crime e, sendo doutor Vidal da oposição, alguma culpa ele teria. Ela, então, propôs um arranjo ao narrador.

Eu andava um tanto alheio ao noticiário, ignorava que o pai de Matilde, cuja carreira medrara à sombra do meu pai, se bandeara gostosamente para a oposição. E já ciente de que não podia enfrentar Matilde, mamãe me propôs uma mesada de três contos de réis, mais as obras no chalé, contanto que renunciasse à proposta daquele traidor. Acabei levando quatro contos, e de abono o Ford usado, depois de a fazer ver que um assessor de um deputado federal não ganhava menos que isso. Fui ao meu futuro sogro, agradeci-lhe a oportunidade, mas ponderei que minhas raízes no campo conservador não me permitiam servir a um parlamentar liberal. Ele respondeu que respeitava minhas convicções, mas tampouco poderia conceder a mão da filha quase impúbere a um cidadão sem palavra. Foi quando Matilde entrou com o lance decisivo, comunicou aos pais que estava grávida. Não era verdade, Matilde nunca abriu mão de casar virgem. Mas para um deputado federal, por mais liberal que fosse, ter uma filha mãe solteira não convinha. Então o deputado cedeu a filha, e seus eleitores nunca souberam que ele a deserdou no mesmo ato (BUARQUE, 2009, p.71-72).

Aqui, Eulálio cometeu um erro crasso: vinculou seu sustento à família, e não ao Estado, como haviam feito seus antepassados. Sob a proteção do doutor Vidal, Eulálio poderia ter logrado uma estável carreira política. Afinal, Vargas era um político que tinha algum diálogo com as elites derrotadas (como fizera com os paulistas revoltosos de 1932), de modo que, se estas estivessem dispostas a fazer algumas concessões, haveria lugar para elas dentro do aparato estatal. Quando o narrador decidiu viver das benesses da mãe em lugar das do Estado, ele começou a perder o trem da história.

## DESGRAÇA ATRAI DESGRAÇA

Posteriormente, Eulálio, abandonado pela esposa e tendo criado a Maria Eulália (a filha do casal) sozinho, foi ludibriado pelo marido desta, o ítalo-brasileiro Amerigo Palumba. O genro e a filha insistiram para que o narrador vendesse o casarão em que passara a infância no nobre bairro de Botafogo e que colocasse os fundos da família na carteira de investimentos de Palumba. Eulálio, então, autorizou a comercialização do imóvel e cuidou pessoalmente da remoção de sua mãe, que acabou por morrer no dia seguinte.

No entanto, Amerigo Palumba, nas palavras do narrador, “deu o bote e sumiu”, abandonando Maria Eulália, fugindo com parte significativa da fortuna da família Assumpção e ainda fazendo a filha do narrador ser despejada do palacete onde morava com o marido e o filho pequeno, Eulalinho. Como legado, Palumba deixou vultosas dívidas<sup>56</sup>: “Chegavam as faturas, as prestações do conversível, da companhia de navegação, do antiquário, de todo lado explodiam apólices, hipotecas, papagaios, e você me dizia, eu não disse” (BUARQUE, 2009, p.37-38).

Sem a salvaguarda da mãe e com parte significativa da fortuna dilapidada, Eulálio passou a viver em uma situação de certa dificuldade – mas, ainda assim, confortável, se comparada à da maior parte da população brasileira. Para se livrar dessas agruras, o narrador, depois de muito relutar, trocou o valioso chalé em que fora fugaz e intensamente feliz no casamento por dois apartamentos contíguos de sala e três quartos. Em um ficaria Eulálio e, no outro, a Maria Eulália.

A filha, porém, viajou para os Estados Unidos com uma pintora e, ludibriada por esta, voltou ao Brasil meses depois, com muitas dívidas (o narrador não informa como a filha perdeu o dinheiro), o que obrigou Eulálio a vender um dos apartamentos e a morar com a filha e o neto.

Posteriormente, Maria Eulália se envolveu com Xerxes<sup>57</sup>, meio-campista do Fluminense e, com o fito de dar mais privacidade à filha e ao namorado, trocou o apartamento em Copacabana por dois menores, no bairro da Tijuca, com vista para o estádio Maracanã. No entanto, a relação entre os dois não andava bem:

---

<sup>56</sup> O episódio não tem uma data precisa. É provável que tenha acontecido no final da década de 1940, pois Amerigo Palumba dizia representar grupos que trabalhavam na reconstrução da Europa, após a Segunda Guerra Mundial, que, como se sabe, acabou em 1945.

<sup>57</sup> Eulálio, de modo pernóstico, chama o jogador como center-half. Em seu primeiro contato com o atleta, indicou-lhe o elevador de serviço e ficou muito surpreso quando o rapaz apertou o oitavo andar, onde o narrador morava com a filha (p.142).

Em Copacabana já me torciam o nariz, por dar guarida a um jogador de futebol meio caboclo, ademais eu recebia seguidas queixas do condomínio contra gritarias noturnas no meu apartamento. Porque o Xerxes, quando bebia, costumava bater na minha filha, mas em bairros mais populares cenas do gênero são corriqueiras, não escandalizam ninguém. Nessas noites turbulentas o Eulálio vinha ter comigo, e eu havia mesmo separado o outro quarto para ele, que estava grande para dormir na minha cama. Faltou-me prever que Maria Eulália também acabaria por se juntar a nós, depois que o Xerxes por pouco não lhe abriu a garganta com uma navalha. Aquele cangaceiro continuou morando porta a porta conosco, acolhia criaturas no apartamento da Maria Eulália, para noitadas de aguardente, boleros e pancadaria. E quando viu o oficial de justiça com a ordem de despejo, reagiu à bala. Só consentiu em entregar as chaves mediante recebimento de metade do valor do imóvel, que a minha vendeu para cobrir um rombo na conta bancária (BUARQUE, 2009, p.143).

Assim, no final da década de 1950 ou no início da de 1960<sup>58</sup>, a família Assumpção perdeu mais um imóvel, enquanto o país se via na iminência de perder o regime democrático, o decoro e o respeito à dignidade humana.

## **O PESO DO CHUMBO**

O Brasil vivia um período de instabilidade econômica, política e institucional. No primeiro campo, as gastanças de Juscelino Kubitschek, em seu afã de aprofundar a industrialização e a integração nacional, cobravam a conta: a década de 1950 terminava com uma inflação da ordem de 39,4%. Tanto que Jânio Quadros, o candidato da oposição nas eleições seguintes ao mandato de JK, erigiu sua campanha discursando contra a alta no custo de vida, a inflação, a corrupção e o mau uso do dinheiro público (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Jânio, no entanto, teve vida curta no comando do país. Pouco habituado à liturgia do cargo, não negociava com o campo oposicionista; atacava adversários, funcionários públicos e a imprensa; rompeu com o próprio partido e ainda se mostrou moralista e autoritário (a ponto de proibir o uso de biquínis e regulamentar o tamanho dos maiôs em concursos de beleza) (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em agosto de 1961, ele renunciou. Em seu lugar, assumiu seu vice, João Goulart.

Este era pressionado à direita e à esquerda. Os setores da direita (grandes empresários, proprietários de meios de comunicação, latifundiários, profissionais liberais, além de uma emergente classe média) julgavam que o Brasil estava flertando com o comunismo (NAPOLITANO, 2017). Os principais motivos pelos quais se acreditava em

---

<sup>58</sup> O que nos permite supor essa vaga referência temporal é o fato de Xerxes esperar ser convocado para a Copa de 1958 (p.142).

uma revolução comunista eram as chamadas reformas de base, em que João Goulart vinha se empenhando<sup>59</sup>.

A esquerda, por seu turno, gostaria que Goulart radicalizasse as ditas reformas de base, sobretudo a agrária. Como era um tanto difícil negociar com os congressistas, a esquerda radicalizava o seu discurso e mobilizava as ruas para pressionar os deputados. Parecia haver, portanto, uma aguda dificuldade em enfrentar os problemas do país de forma democrática. Leonel Brizola, cunhado de João Goulart e líder da coalizão de esquerda, achava que era necessário passar por cima do Congresso para aprovar essas reformas (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em 15 de março de 1964, João Goulart encaminhou ao Congresso a Mensagem Anual da Presidência da República, em que demandava a delegação de poderes legislativos ao Executivo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.444).

Ações como essa fizeram a imprensa dar a entender que havia um golpe sendo gestado dentro das instituições e que a Direita, respaldada pelos jornais, deveria realizar um golpe reativo, para assegurar a estabilidade democrática. O discurso, embora verossímil, na visão de Napolitano (2017) era mentiroso, pois Goulart não pensava em golpes.

Roberto Schwarz (2014), em “Cultura e Política: 1964-1969”, ao analisar o principal partido de esquerda do país, o Partido Comunista, elabora um juízo correlato ao de Napolitano. Para ele, não havia ameaça de golpe, o órgão era muito mais anti-imperialista que anticapitalista. Mais: a instituição acreditava em uma aliança com setores ditos progressistas da burguesia; havia uma forte crítica à influência do capital estrangeiro, mas também uma crença na conciliação das classes:

Sumariamente, era o seguinte: o aliado principal do imperialismo, e portanto o inimigo principal da esquerda, seriam os aspectos *arcaicos* da sociedade brasileira, basicamente o latifúndio, contra o qual deveria erguer-se o *povo*, composto por todos aqueles interessados no *progresso* do país. Resultou, no plano político-econômico, uma problemática explosiva, mas burguesa de *modernização e democratização*; mais precisamente, tratava-se da ampliação do mercado interno através da reforma agrária, nos quadros de uma política externa independente. No plano ideológico, resultava uma noção de povo apologética e sentimentalizável, que abraçava indistintamente as massas trabalhadoras, o lumpesinato, a *intelligentzia*, os magnatas nacionais e o exército. O símbolo desta salada está nas grandes festas de então, registradas por Glauber Rocha em *Terra em transe*, onde fraternizavam as mulheres do

---

<sup>59</sup> A respeito do papel da imprensa, Napolitano (2017, p.46) pondera: “Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. A luta pelas ‘reformas’, na visão da imprensa liberal afinada com o discurso anticomunista da Guerra Fria, tinha se tornado a desculpa para subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado” (NAPOLITANO, 2017, p.46).

grande capital, o samba, o grande capital ele mesmo, a diplomacia dos países socialistas, os militares progressistas, católicos e padres de esquerda, intelectuais do partido, poetas torrenciais, patriotas em geral, uns em traje de rigor, outros em blue jeans. Noutras palavras, posta de lado a luta de classes e a expropriação do capital, restava ao marxismo uma tintura rósea que aproveitava ao interesse de setores (burguesia industrial? Burocracia estatal?) das classes dominantes (SCHWARZ, 2014, p.12-13).

Já José Murilo de Carvalho tem uma percepção diferente. Para ele, direita e a esquerda não conseguiriam sobreviver no tabuleiro da democracia:

Direita e esquerda preparavam um golpe nas instituições. A direita, para impedir as reformas defendidas pela esquerda e para evitar o que achavam ser um golpe comunista-sindicalista em preparação. A esquerda, com Leonel Brizola à frente, para eliminar os obstáculos às reformas e neutralizar o golpe de direita que acreditavam estar em preparação. No calor da luta, foram sendo aos poucos abandonadas as possibilidades de negociação no Congresso e nos partidos. As lideranças caminharam na direção de um enfrentamento fatal para a democracia (CARVALHO, 2003, p.150-151).

Seja como for, os ânimos se agitavam na sociedade brasileira. Em 19 de março de 1964, cerca de 500 mil pessoas marcharam da Praça da República até a da Sé, com faixas, bandeiras e terços, na famosa Marcha da Família com Deus para a Liberdade. Roberto Schwarz é mordaz ao descrever os participantes do evento:

Tesouros de bestice rural e urbana saíram à rua, na forma da “Marcha da família, com Deus pela liberdade”, movimentavam petições contra divórcio, reforma agrária e comunização do clero, ou ficavam em casa mesmo, rezando o “Terço em família”, espécie de rosário bélico para encorajar os generais. Deus não deixaria de atender a tamanho clamor, público e caseiro, e de fato caiu em cima dos comunistas (SCHWARZ, 2014, p.19).

Nesse contexto, o golpe foi dado em 31 de março; a presidência foi declarada vaga em 02 de abril. No dia 11, quando os principais deputados da coalizão de esquerda já estavam cassados votaram em uma eleição indireta com um único candidato: o general Humberto de Alencar Castello Branco. Este jurou defender a Constituição de 1946, assegurou que entregaria o cargo ao seu sucessor em 1965 e ainda garantiu que as cassações estavam encerradas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.448).

Em verdade, o que acontecia era que o Brasil começaria um dos capítulos mais sombrios da sua história. O caminho para esse terror foi pavimentado no próprio governo Castello através dos famigerados Atos Institucionais, concebidos para proporcionar um arremedo de legalidade ao governo, que limitaram as competências de outros poderes e instituições e começaram a asfixiar a liberdade política (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O primeiro Ato Institucional foi redigido e promulgado oito dias após o golpe e, com onze artigos, esse mecanismo:

(...) transferia parte dos poderes do Legislativo para o Executivo, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares. Para legitimar esse instrumento com algum grau de embasamento legal, os militares concederam a si próprios poderes constitucionais e embutiram a manipulação jurídica na “Introdução” do primeiro Ato Institucional: “A Revolução vitoriosa [...] é a forma mais expressiva e radical do Poder Constituinte” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.456).

Sumariamente, o AI-1 dava legitimidade ao sistema e institucionalizava a repressão. Além disso, esse instrumento também permitiu que milhares de pessoas fossem afastadas de suas funções no serviço público e até nas Forças Armadas. Foram criadas Comissões Especiais de Inquérito em ministérios, órgãos do governo e empresas estatais. Ademais, Inquéritos Policiais Militares (IPMS) se ocuparam da investigação das atividades políticas de membros da administração pública. No primeiro ano, 10 mil pessoas foram réis em IPMS. Nos quartéis, 1.313 militares foram deslocados para a Reserva (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Entretanto, o AI-1 tinha data para terminar: 31 de janeiro de 1966, quando, teoricamente, acabaria o mandato de João Goulart. Porém, em outubro do ano anterior, Castello Branco prolongou o próprio mandato e baixou o AI-2, que: “(...) mudava as regras do jogo no caso da representação política: suprimia as eleições por voto popular direto para Presidente da República e extinguiu todos os partidos políticos então existentes” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.457).

O AI-2 ensejou uma improvável união entre Carlos Lacerda, Juscelino e João Goulart contra o Regime, através da Frente Ampla. A organização foi decretada ilegal em abril de 1968, por Costa e Silva. Antes disso, em fevereiro de 1966, AI-3 aboliu eleições diretas para governadores. Um ato complementar a este ainda estabeleceu normas para a criação de apenas dois partidos políticos, o MDB e a Arena, organização partidária de triste memória para os brasileiros. Afinal, a agremiação, que congregava as forças conservadoras favoráveis ao governo, não apenas não fora capaz de formular alternativas políticas nacionais, como aprovava quase todos os projetos enviados pelo poder Executivo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.458).

Quem quisesse combater a Ditadura através da política partidária teria de se filiar ao MDB. Entretanto, muitos desconfiavam da legenda, pois era o partido que aceitara fazer o jogo da ditadura. Seus integrantes, acuados, formularam um consenso: era preciso



voltar à ordem democrática. Assim, entre 1967 e 1968, diversos parlamentares da sigla tomaram parte em protestos e denunciaram os abusos do governo. A resposta foi o AI-5, de dezembro de 1968, e a devastação da bancada Mdbista: sessenta parlamentares foram cassados (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.459). O país entraria nos anos mais sombrios da repressão.

Paralelamente, no campo econômico, o Governo tinha como objetivos facilitar o investimento estrangeiro, aprofundar a industrialização, integrar o território e reduzir o papel do Estado (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O golpe, para Roberto Schwarz (2014), foi dado para garantir os interesses do grande capital. Não chegava a ser tão diferente das propostas do Plano de Metas, que fluía sem maiores “constrangimentos institucionais ou questionamentos dos grupos sociais pouco beneficiados”, na visão de Marcos Napolitano (2017, p.147-148).

Essas metas, aliadas à censura e às políticas recessivas de Castello Branco<sup>60</sup> (menos dinheiro, menos crédito, controle salarial e mais impostos), ensejaram a confiança dos investidores externos. De fato, na época do Milagre Econômico o Brasil cresceu uma média de 11% ano, porém o fez à custa de arrocho salarial, endividamento externo<sup>61</sup> (o que tornava o país vulnerável às instabilidades da conjuntura internacional, como ocorreria no início da década de 1980), aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, da desigualdade social (SCHWARCZ; STARLING, 2015; NAPOLITANO, 2017). Marcos Napolitano traz números bem interessantes a respeito das disparidades sociais desse cenário. O historiador informa (2017, p.149) que o salário mínimo teve uma perda real de 25%, entre 1964 e 1966, e de 15%, entre 1967 e 1973. Além disso: “os 5% mais ricos da população aumentaram sua participação na renda nacional em 9%, e detinham 36,3% da renda nacional. Os 80% mais pobres diminuíram sua participação em 8,7%, ficando com 36,8% da renda nacional” (NAPOLITANO, 2017, p.164).

Mesmo assim, em 1970, o slogan do governo na televisão era: “Nunca fomos tão felizes”. Para Napolitano, a pujança do dito Milagre Econômico (o período de 1969 a 1973, quando o Brasil cresceu uma média de 11% ao ano), aliada à construção de obras

---

<sup>60</sup> Segundo Napolitano (2017), o governo de Castello direcionou esforços para lograr o controle da inflação e a reorganização do ambiente macroeconômico. Ele ainda frisa que a inflação foi vencida com controle salarial e inibição da atividade econômica.

<sup>61</sup> Napolitano (2017) enfatiza que o Brasil já tinha uma dívida externa de US\$ 3,8 bilhões quando fez um novo empréstimo junto ao FMI, em 1965, renegociando a anterior.

faraônicas (como a ponte Rio-Niterói), ao crédito barato e ao título (medida do governo Costa e Silva) de tricampeão do Mundo, conquistado no México, explicam a euforia:

É inegável que, para a imensa maioria da população pouco envolvida com a ideologia revolucionária da esquerda e sem uma opinião política muito clara e coerente, o Brasil vivia tempos gloriosos no começo dos anos 1970: pleno emprego, consumo farto com créditos a perder de vista, frenesi na bolsa de valores, tricampeão do mundo de futebol. Grandes obras ‘faraônicas’ eram veiculadas pela mídia e pela propaganda oficial como exemplos de que o gigante havia despertado, como a Ponte Rio-Niterói, a Usina de Itaipu e a Rodovia Transamazônica. Para os mais pobres, a fartura, ainda que concentrada, fazia sobrar algumas migalhas. Era a materialização do projeto Brasil Grande Potência, o auge da utopia autoritária da ditadura, que não deixou de seduzir grande parte da população e da mídia (NAPOLITANO, 2017, p.160-161).

Entretanto, o dito milagre teve vida curta e cobrou um preço demasiadamente alto. A situação começou a ficar perigosa com a primeira Crise do Petróleo em 1973, uma vez que o país importava 90% do combustível fóssil que consumia. Em fins da década de 1970, a inflação batia 77,3% ao ano (NAPOLITANO, 2017).

Se, na economia, já no fim dos anos 1970, o país ia muito mal, na política era possível ao menos entrever algumas fissuras na sustentação do regime e observar, ao longe, um horizonte de convívio democrático<sup>62</sup>. Afinal, sem a estabilidade econômica, os generais perderam sua base de sustentação do governo: o povo estava insatisfeito e críticas ao regime começaram a pulular em diversos setores da sociedade. Com isso, a partir do governo Geisel temos um movimento de abertura. Em fevereiro de 1977, a CNBB lançou um duro manifesto contra o governo, criticando o autoritarismo do regime. Em setembro de 1978, encurralado pelas inúmeras críticas de diversos setores sociais, Geisel anunciou a Emenda Constitucional 11, que revogava o AI-5, a cassação de deputados, a censura prévia, a pena de morte e a prisão perpétua – e ainda garantia a volta do habeas corpus (NAPOLITANO, 2017).

Ademais, em dezembro de 1978, Geisel revogou o decreto que baniu 120 exilados políticos, propôs uma versão revista da Lei de Segurança Nacional e, à meia noite do dia 31 de dezembro de 1978, extinguiu o famigerado AI-5. Posteriormente, em 28 de agosto de 1979, o general João Baptista Figueiredo concedeu anistia aos exilados e presos

---

<sup>62</sup> Schwarcz e Starling (2015, p.470-471) ponderam que a perda do controle da economia foi essencial para o desgaste dos militares: “No final do governo Geisel, o Brasil possuía um dos maiores e mais bem integrados complexos industriais dentre os países periféricos, mas sofria o choque do aumento dos preços do petróleo e de sua comprida fila de consequências: crescimento lento nas exportações, aceleração nas taxas de juros internacionais, aumento da dívida externa. A inflação seguiu ascendente, chegou a 211% ao ano em 1983, 223% em 1984, no final do governo do general Figueiredo e bateu forte no bolso e no cotidiano do trabalhador e da classe média assalariada: descontrole nos preços, contas públicas deterioradas, recessão e desemprego”.

políticos – e aos militares que trabalharam na repressão, tornando-os inimputáveis e garantindo a segurança jurídica do exército (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Além dessa faceta perversa da Lei de Anistia, o Brasil ainda convivia com medidas que davam enorme poder aos generais que dirigiam a nação: decretar estado de sítio, nomear governadores e censurar – eram as chamadas “salvaguardas do Estado” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.478). Mesmo com a inimputabilidade e com mecanismos de repressão à mão, havia alguns setores das Forças Armadas que eram contrários à abertura e fizeram absoluta questão de demonstrar sua insatisfação ao governo: nos primeiros oito meses de 1980, foram registrados 46 atentados terroristas – um dos quais na véspera do aniversário da Lei de Anistia e que matou duas pessoas na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.481).

Contudo, é necessário frisar que o evento mais emblemático foi um atentado que malogrou: na noite de 30 de abril de 1981, uma bomba explodiu no colo do sargento paraquedista Guilherme Rosário, no estacionamento do pavilhão do Riocentro. Rosário, que estava acompanhado do capitão Wilson Machado (ambos do Destacamento de Operações de Informação, DOI), morreu. O capitão Machado sobreviveu. E o governo enfrentou enorme desgaste. Afinal, a bomba seria detonada em um show que reuniria cerca de 20 mil pessoas. Além disso, de acordo com Schwarcz e Starling (2015), Figueiredo sabia do plano e não tomou nenhuma medida para impedir o atentado. Como este falhou, não houve tempo hábil para o exército limpar a área antes da chegada da imprensa. De acordo com a versão oficial, os militares teriam se acomodado no veículo sem notar a bomba, colocada lá por militantes de esquerda (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Mais uma vez, o Exército permanecia inimputável.

Esses eventos mostram que havia uma nova fase no Brasil: não existia ainda democracia de fato, mas a ditadura, conquanto mantivesse uma faceta repressora, não era tão brutal como fora outrora. Exemplo de como o governo, no entanto, ainda mostrava essa face repressora foi o modo como lidou com as greves do ABC Paulista entre 1979 e 1980. Neste ano o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva foi preso e a população acompanhou assustada helicópteros militares fazendo voos rasantes sobre o estádio da Vila Euclides, com armas apontadas para os manifestantes (NAPOLITANO, 2017).

Talvez a definição mais precisa de como foram esses últimos anos da ditadura, antes da transição democrática de 1985, venha de Marcos Napolitano, que observa que o general Figueiredo, ao tomar posse, afirmou que seu governo teria uma mão estendida,

de modo a demonstrar a conciliação; contudo, o historiador avalia que, embora, de fato houvesse a mão estendida, “a outra estava perto da arma, para qualquer eventualidade” (NAPOLITANO, 2017, p.281). Isso quer dizer que o presidente tentou conciliar uma forma de governar que fosse mais próxima da sociedade, mas que não abrisse mão das características da Doutrina de Segurança Nacional (NAPOLITANO, 2017), para garantir uma transição segura e que não investigasse os crimes cometidos pelo Estado e não ensejasse punições aos militares envolvidos em casos de violações aos direitos humanos.

### **O QUE NÃO TEM DECÊNCIA NEM NUNCA TERÁ**

É importante frisar que não devemos conceber o golpe e a subsequente Ditadura como eventos circunscritos aos anos de 1964 a 1985. Esses são processos descivilizatórios (ALENCASTRO, 1994) e inconclusos em nossa história, cujas consequências se ramificam até os dias de hoje. Afinal, esses processos instrumentalizaram práticas de tortura, traumatizaram vítimas e deixaram os perpetradores dessas violências com uma sensação de impunidade (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010). Posteriormente, a Lei de Anistia impôs um perdão sem a confissão dos crimes e, tendo optado pelo esquecimento, paradoxalmente, institucionalizou uma única forma de lembrar (GAGNEBIN, IN: SAFATLE, TELES, 2010), instilou uma cultura de impunidade nas forças de segurança (ARANTES, IN: SAFATLE, TELES, 2010). Para além disso, a Constituição de 1988, no que concerne às estruturas das Forças Armadas e das Forças de segurança, ainda mantém um entulho constitucional autoritário e draconiano (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010).

Toda essa situação é agravada pelo fato de que não se sabe a extensão dos crimes cometidos, uma vez que muitos arquivos ainda não foram abertos. Logo, malgrado os esforços da Comissão da Verdade, ainda paira um imenso desconhecimento sobre esse período.

Nesta seção, veremos os nefastos legados desses fatos históricos, para posteriormente observarmos como aparecem dentro do romance.

Em primeiro lugar, convém mencionar que, nesse período, a tortura não foi uma prática isolada, mas um mecanismo que envolveu todo o aparato da repressão e contou com a conivência de diversos e variados profissionais, conforme salienta Lilia Schwarcz:

A prática da tortura instalou-se nos quartéis ainda no início do governo Castello Branco, e se espalhou como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares. Ao se converter em uma política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso

que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo de delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda, descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática da tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica. Nos primeiros anos de ditadura, o alvo prioritário foram as forças de esquerda que tinham conduzido as lutas sociais do governo Goulart. Mas, a partir de 1966, os estudantes retomaram as manifestações de rua que desaguaram nas grandes passeatas de protesto de 1967 e 1968 e transformaram-se em força de oposição direta ao governo dos militares (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.460-461).

Se nos primeiros anos da Ditadura a tortura já havia se espalhado pelos quartéis, o então ministro da fazenda, Delfim Neto, em 1969, estabeleceu um vínculo com o mundo dos negócios, ao angariar fundos dos empresários para financiar o aparato repressivo da Operação Bandeirante (GASPARI, 2002, apud ARANTES, IN: SAFATLE, TELES, 2010). Isso acaba por transpor um limiar ético depois do qual não há mais retorno. Com a institucionalização da tortura e o apoio do empresariado, entraram em cena, segundo Arantes, o poder desaparecedor e um Estado delinquente em proporções inauditas, capaz de impor as mais abjetas sevícias aos seus cidadãos.

Nesse sentido, Alencastro, em artigo publicado na edição de 16 de maio de 1994 do jornal *Folha de S.Paulo* classificou a ditadura, notadamente a partir do AI-5, como um processo descivilizatório, pois rompeu com um padrão evolutivo que caracterizara o país 1964: o espraçamento progressivo das liberdades e a solidariedade entre as elites.

O AI-5 derruba o padrão político evolutivo plantado desde a independência pelos herdeiros do despotismo ilustrado pombalino. Este padrão pressupunha um espraçamento progressivo das liberdades reservadas à burocracia do Império e às oligarquias. Instituições embrionariamente democráticas iriam ampliando seu escopo, à medida que a população fosse “civilizada” pelas elites. Doravante, a regra não tinha mais validade. A evolução civilizadora foi rompida pelas elites que enveredaram pela barbárie.

Medrou então um monstro nunca visto nestas paragens. Uma direita capaz de atropelar oligarquias, centralizar o poder, comprometer as Forças Armadas. Um regime apto, enfim, a nacionalizar a repressão. Status, galões, apadrinhamentos, tudo ia para o espaço quando a “subversão” entrava em linha de conta (ALENCASTRO, 1994).

Ou seja: os vínculos de solidariedade não existiam mais. A prática da tortura já estava enraizada em diversos órgãos, enquanto isso a população ia bebendo um cálice de vinho tinto de sangue, com toda sorte de violações aos direitos humanos. A pecha de subversivo poderia ser fatal a qualquer cidadão, fosse rico ou pobre, ilustram isso o

desaparecimento/assassinato do deputado Rubens Paiva e o forjado suicídio do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo.

Após a distensão<sup>63</sup> promovida pelo governo Geisel, que pretendia uma abertura paulatina, com a revogação do banimento de 120 exilados políticos e a extinção do AI-5<sup>64</sup>, veio a Lei de Anistia, de 1979, já com Figueiredo na presidência. Conquanto essa legislação tenha arejado o ambiente político da época, graças ao retorno de diversos opositores exilados, e mobilizado diversos setores sociais, foi concebida para garantir a “segurança jurídica da caserna” e tornar “as Forças Armadas inimputáveis” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.479).

Do ponto de vista do Direito Internacional, a Lei de Anistia é uma aberração jurídica. Afinal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, formulada a partir da concepção de que as atrocidades cometidas por Hitler poderiam ter sido evitadas se houvesse um sistema internacional que assegurasse a proteção dos direitos dos cidadãos, determina que nenhum ser humano possa ser submetido à tortura ou a tratamento desumano. Como o próprio nome sugere, está posta a universalidade desses direitos, ou seja, aplicam-se a qualquer ser humano – e são indivisíveis. O modo, pois, como um Estado tratava seus cidadãos deixou de ser visto como uma questão de soberania e passou a ser pauta de discussões nos organismos de proteção aos direitos humanos. O documento assegurou lastro ao desenvolvimento desse campo do conhecimento e, posteriormente, deu origem a outros instrumentos, como o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966), a Convenção contra a Tortura (1984) e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Além da proteção contra a tortura, esses instrumentos asseguram o direito à verdade e à justiça (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.96).

A Convenção contra a Tortura determina que nenhuma conjuntura, por mais extrema que seja, autoriza o uso dessa prática. Nenhuma justificativa pode atenuar o emprego desse instrumento, nem mesmo o cumprimento de ordens superiores. Assim, tendo o Brasil ratificado o documento, em 1989, o país se comprometeu a combater a

---

<sup>63</sup> Não se deve conceber a distensão como o fim da tortura. Para Lilia Schwarcz, a prática vigora como política de Estado de 1964 a 1978 (SCHWARCZ, 2015, p.460)

<sup>64</sup> “Em contrapartida, criou um conjunto de medidas francamente autoritárias que poderiam ser acionadas pelo executivo sem necessidade de autorização legislativa, e que permitiam ao governo suspender garantias legais bem como decretar estado de sítio, nomear governadores e praticar censura. Eram “salvaguardas do Estado” (SCHWARCZ, 2015, p.478).

tortura em seu território e autorizou o monitoramento internacional (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.97):

Considerando que a tortura é um crime que viola o direito Internacional, a Convenção contra a Tortura estabelece a jurisdição compulsória universal para os indivíduos acusados de sua prática (artigos 5º a 8º). Compulsória porque obriga os estados-partes a processar e punir os torturadores, independentemente do território onde a violação tenha ocorrido e da nacionalidade do violador e da vítima. Universal por que o Estado-parte onde se encontra o suspeito deverá processá-lo ou extraditá-lo para outro Estado-parte que o solicite e que tenham direito de fazê-lo, independentemente de acordo prévio bilateral sobre a extradição.

(...)

Ao direito a não ser submetido à tortura somam-se o direito à proteção judicial, o direito à verdade e o direito à prestação jurisdicional efetiva, na hipótese de violação a direitos humanos. Vale dizer, é dever do Estado investigar, processar, punir e reparar a prática da tortura, assegurando à vítima o direito à proteção judicial e a remédios efetivos. Também é dever do Estado assegurar o direito à verdade, em sua dupla dimensão – individual e coletiva – em prol do direito da vítima e de seus familiares (o que compreende o direito ao luto) e em prol do direito da sociedade à construção da memória e da identidade coletivas (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.98-99).

Além disso, o crime de tortura é imprescritível. Ou seja, mesmo que o ato tenha sido praticado antes da assinatura do documento, o país tem o dever de investigar e punir os perpetradores.

Convém frisar que o Brasil não é o único a ter aprovado um perdão aos criminosos do Estado. Afinal, a justiça de transição é um importante instrumento capaz de assegurar uma passagem da ordem autoritária à democrática. Outros países, como Argentina, Chile, Uruguai e Peru, também elaboraram suas leis de anistia, com o fito de garantir a impunidade aos perpetradores de crimes contra a humanidade. Essas leis tentaram virar a página de ditaduras impondo um esquecimento aos crimes praticados pelos regimes. Porém, ao fazer isso, paradoxalmente, os países estão delimitando uma única forma de lembrar de eventos traumáticos, o que não é capaz de garantir uma existência duradoura para as incipientes democracias. Assim, embora esse tipo de legislação garanta paliativamente a sobrevivência da nação, não pode ser uma política de memória permanente (GAGNEBIN, IN: SAFATLE, TELES, 2010).

Por isso, diversas nações têm, paulatinamente, revisto suas leis de anistia. Em 2005, por exemplo, a Corte Suprema de Justiça Argentina avaliou que suas leis de transição para a ordem democrática estavam em desarmonia com os preceitos da Convenção Americana de Direitos Humanos (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.99), o que tem permitido levar militares a julgamento. Situação que não tem acontecido aqui: até o momento de escrita da tese os agentes do Estado envolvidos em crimes não foram levados a julgamento.

À Lei de Anistia, de 1979 seguiu a dos Desaparecidos Políticos, de 1995. Esta reconheceu como mortos os desaparecidos políticos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e assegurou indenizações às famílias das vítimas. Note-se que a segunda lei assegurou o direito à reparação, mas não à verdade e à justiça (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010), o que não está de acordo com as normas internacionais. Os eventos que circundaram esses desaparecimentos e mortes continuaram (e continuam) sem respostas<sup>65</sup>. Os criminosos continuaram (e continuam) sem punição. Nesse sentido, afirma Piovesan (2010), que nossa lei de Anistia é, na verdade, uma autoanistia e configura, portanto, um ilícito internacional. As consequências para a democracia podem ser terríveis: “O risco é que as concessões ao passado possam comprometer e debilitar a busca democrática, corrompendo-a com marcas de continuísmo autoritário” (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.99).

Nesse sentido, não é surpresa que intocabilidade de agentes do Estado envolvidos na violência tenha acabado por enraizar uma cultura de impunidade nas Forças Armadas e nas polícias, que passaram a ver na tortura um método de investigação que não seria passível de punição, o que é fatal para o funcionamento do Estado Democrático de Direito, pois este não pode existir se não houver respeito aos direitos humanos (PIOVESAN, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.106).

Houvesse uma punição, agentes das forças de segurança não se sentiriam à vontade para torturar e violar os direitos humanos (KEHL, In: Safatle, Teles, 2010). Nossa transição, portanto, é um processo incompleto, inconcluso e lacunar de diversas formas.

Para além disso, muito do legado autoritário da Constituição de 1967 permanece em vigor na de 1988. Afinal, esta carta, conquanto pródiga em direitos<sup>66</sup>, ainda manteve intocadas as estruturas de poder das Forças Armadas, ou seja, foi uma Constituição que não questionou como deveria o nefando legado da ditadura militar (ZAVERUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010). O mais grave aspecto da nossa Carta Constitucional é o artigo 142, que delega às Forças Armadas a atribuição de garantir os poderes constitucionais –

---

<sup>65</sup> “Aqueles que não conseguimos enterrar, os *desaparecidos* não são somente fonte de tristeza e de indignação porque não podemos lhes prestar uma última homenagem. Não sabemos como morreram nem onde estão seus restos - e isso nos impede, *a nós todos*, mesmo que especialmente a seus familiares e amigos, de poder viver melhor no presente. Precisamos, pois, enterrar os mortos para saber que nós, igualmente mortais, seremos também enterrados quando morreremos, enterrados e lembrados por aqueles que vêm depois de nós. Os mortos não sepultados como que atormentam os vivos, de maneira dolorosa seus herdeiros e descendentes, mas também e sem dúvida seus algozes passados, que, mesmo quando afirmam não se arrepender, reagem com tamanha violência e rapidez quando se alude ao passado” (GAGNEBIN IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.185).

<sup>66</sup> Ao trabalho, ao salário digno, à educação até o ensino médio; à previdência social, às licenças maternidade e paternidade, dentre outros (ZAVERUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.41).



assegurando a lei e a ordem. (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010). Por essa legislação, os militares estão constitucionalmente investidos da missão de:

(...) *garantir* o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem quando deveria ser o reverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluarte da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do presidente da República e do Congresso Nacional. Portanto, cabe às Forças Armadas o poder soberano e constitucional de suspender a validade do ordenamento jurídico, colocando-se legalmente fora da lei (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.48).

Essa prerrogativa é (mais) uma aberração jurídica. Afinal, não se trata de colocar a força a serviço do poder, mas de delegar o poder àqueles que têm força (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.48). Além disso, frisa Zaverucha (IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.49), ordem e desordem não vêm a ser conceitos neutros, mas susceptíveis a julgamentos subjetivos de determinados setores da sociedade.

Um exemplo de quando as Forças Armadas viram a ordem ameaçada foi, em 03 de setembro de 2018, quando o Superior Tribunal Federal estava na iminência de julgar um habeas corpus pedido pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado na controversa Operação Lava Jato. Na ocasião, Eduardo Villas Boas, então comandante do Exército, afirmou, com meias palavras, a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas, a depender do desfecho do julgamento: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais<sup>67</sup>”.

O general sentiu-se confortável para ameaçar o tribunal mais poderoso do país porque tinha, de fato, esse poder, que fora dado às Forças Armadas pela Constituição, como vimos acima. Afinal, dito sem meias palavras: “(...) a Constituição de 1988, tal como a anterior, tornou constitucional o golpe de Estado, desde que liderado pelas Forças Armadas. Isso sim é falta de lei e ordem” (ZAVERRUCHA, IN: SAFATLE, TELES, 2010, p.49).

Temos, portanto, uma combinação nefasta: arquivos sigilosos da repressão, o que gera um profundo desconhecimento acerca do que se passou nos anos da Ditadura – a ponto de permitir que discursos que atenuem a violência desse período ou que clamem pela volta dos militares circulem – somada a uma cultura de impunidade das forças de segurança, aliada a uma democracia fragilíssima, que está sujeita aos caprichos das Forças

---

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml>

Armadas. Como pode essa nação, tão doente e deformada institucionalmente, ter vida longa?

Como os efeitos desse período se manifestam no romance? Começemos por analisar a relação de Eulálio com o neto.

### **CÁLICE!**

Estudioso e compenetrado, o neto do narrador não largava os livros de história e estava pronto a discutir a situação do país com qualquer um – inclusive com seus professores. Quando o rapaz comunicou ao narrador que havia virado comunista, este ponderou:

Que seja, falei comigo. Se vier o comunismo, Eulálio d'Assumpção Palumba chegará provavelmente a algum bureau político, a um conselho de ministros, se não ao comitê central do partido. Mas em vez disso veio a Revolução Militar de 1964, então tratei de lhe lembrar nossas antigas relações de família com as Forças Armadas, até lhe mostrei o chicote que pertenceu ao seu sexto avô português, o célebre general Assumpção (BUARQUE, 2009, p.126).

Aqui, vemos como o narrador, mesmo não fazendo mais parte do grupo que dirigia o país, era incapaz de renegar sua vocação fisiologista e seu desejo de se atrelar ao poder – estivesse lá quem estivesse. De Bonis (2018) pondera que, com essa escolha, pela primeira vez um Assumpção não estava junto aos usurpadores, uma posição que o narrador, conforme sugere o excerto, não parece ser capaz de entender. Pouco depois, o neto decidiu partir para a clandestinidade, tendo um fim presumidamente trágico, mas não explicado, como o de muitos que se opuseram e lutaram contra o regime.

As circunstâncias que permeiam o desaparecimento e a provável morte do neto são nebulosas. O primeiro evento digno de nota é que a polícia invadiu o apartamento dos Assumpção e procurou por um homem chamado Pablo, sendo extremamente ríspidos com o narrador e com Maria Eulália:

Não demorou muito, sete agentes da polícia invadiram nosso apartamento, vasculharam tudo, sacolejaram Maria Eulália, perguntaram por um tal de Pablo, e eu lhes disse que havia um equívoco, o garoto era um Assumpção de boa cepa. Ainda lhes aponte o retrato do meu avô na moldura dourada, mas um brutamonte me deu um tapa na orelha e me mandou enfiar o avô no cu. Esse ignorante espalhou no chão meu acervo de fotos, e nem adiantaria protestar quando confiscou o chicote florentino. Tempos depois nos telefonaram para buscarmos uma criança no hospital do exército, era o filho do Eulálio e de uma comparsa sua que pariu na prisão (BUARQUE, 2009, p.127).

Esse chicote era guardado pelo pai do narrador atrás de uma enciclopédia Larousse. Ora, esse tipo de livro dava prosseguimento a uma tentativa iluminista de

sistematizar todo o saber. Com isso, quando enuncia que era esse o material que ocultava o chicote, cria-se uma forte imagem: a erudição da elite a ocultar ou envernizar a violência<sup>68</sup> que lhe era inerente. Além disso, o confisco do chicote poderia representar a perda simbólica do mando de Eulálio<sup>69</sup>. O poder agora estava em outras mãos e o narrador se descobriria impotente.

É possível começar a ver manifestações dessa impotência no segundo evento digno de nota, quando o narrador recebeu a notícia de que seu neto tivera um filho na prisão, mas que a mãe havia falecido durante o trabalho de parto. Eulálio foi buscar o bisneto e tentou convencer a incrédula filha de que eles poderiam chegar ao paradeiro do neto, sempre acreditando no poder do nome da família:

Maria Eulália nem queria me acompanhar ao hospital, por ela o bebê teria ficado por lá. Mas eu a fiz ver que poderíamos chegar ao Eulálio, por intermédio daquele coronel gentil, até então as autoridades com certeza não tinham ideia de que mexiam com uma família tão importante. Confirmadas as suspeitas de que o rapaz estava detido em algum porão, sofrendo eventuais constrangimentos, era evidente que seria prontamente libertado. Também seríamos comunicados de algum acidente que lhe houvesse ocorrido, como mais se temia, mas assim à queima roupa o coronel não dispunha de informações mais precisas. Ficou de nos telefonar, sem convencer Maria Eulália... (BUARQUE, 2009, p.145-146).

A cena tem dois aspectos curiosos, que advêm da ignorância de Eulálio. O primeiro é a abissal ingenuidade dele em não perceber a nulidade da família nessa nova ordem. Afinal, mesmo depois de sofrer a humilhação dos agentes da Polícia que lhe vasculharam a casa o narrador ainda julga que o coronel, de alguma forma, possa ajudá-lo, pois as autoridades não sabiam que “mexiam com uma família tão importante”<sup>70</sup>. O outro é o fato de ignorar a dimensão da violência que o regime trazia consigo, ao suavizar as sevícias a que o neto estava submetido “sofrendo eventuais constrangimentos”.

Em verdade, Eulálio não percebeu que a família não tinha mais relevância naquele tabuleiro de xadrez, como muitos membros da burguesia rural, pois famílias como as de Eulálio não eram mais caciques da política nacional:

O governo que resultara do golpe, contrariamente à pequena burguesia e à burguesia rural, que ele mobilizara mas que não ia representar, não era atrasado. Era pró-americano e antipopular, mas moderno. Levava a cabo a integração econômica e militar com os Estados Unidos, a concentração e

---

<sup>68</sup> De Bonis (2018) também pondera que inteligência e violência não seriam elementos incompatíveis para a elite brasileira.

<sup>69</sup> A professora Alexandra Sarmiento, em “Um verdadeiro purgatório: *Leite derramado* em diálogo com a *Divina comédia*” tem percepção similar acerca da simbologia do chicote escondido atrás da enciclopédia e como esse objeto é um símbolo do mando e do poder.

<sup>70</sup> Para de Bonis (2018), ao receber a notícia, Eulálio pensa que está, novamente, junto aos poderosos (p.120).

racionalização do capital. Neste sentido o relógio não andara para trás, e os expoentes da propriedade rural e suburbana não estavam no poder” (SCHWARZ, 2014, p.21).

Evidentemente que o coronel nunca telefonou e que o mistério nunca foi solucionado, como aconteceu com inúmeras famílias de vítimas do regime, nem mesmo depois da redemocratização, quando nenhum governo foi capaz de fazer as Forças Armadas se submeterem ao poder civil, como seria de praxe em uma democracia (FIGUEIREDO, 2015).

Também é curioso que o assassinato do neto não parece trazer a Eulálio a dor que o desaparecimento de Matilde lhe trouxe. Ou seja: de diversas maneiras, tal qual a sociedade brasileira, Eulálio não acusou o golpe e não absorveu as dores que a barbárie da Ditadura instaurou no Brasil. Mesmo assim, ainda que essa não seja descrita como a lembrança mais dolorosa de sua vida, após receber o bisneto na prisão, ele começa a perder o rumo da narrativa, ao confundir neto e bisneto no mesmo capítulo, como indicam os seguintes excertos, o que nos permite supor que ele não fica psicologicamente incólume à experiência:

Quem sabe Maria Eulália não se culpava até mesmo por ter nascido menina, julgando que eu contava com um herdeiro. Mas ainda que assim fosse, ela já havia me recompensado com o Eulalinho, que virou um filho para mim. Por ele até rememorei antigas berceuses, não me encabulava de cantarolar baixinho quando no meio da noite o garoto se metia na minha cama, assustado com alguma coisa. Ensinei-o a ler, arranjei-lhe uma bolsa de estudo no meu antigo colégio de padres onde meu nome ainda abria portas. Apeguei-me ao garoto, que malgrado o Palumba no nome e as feições um tanto rústicas, pertencia com certeza à minha estirpe. Acompanhava-me aos sebos da cidade e me ajudava a desencavar fotografias do início do século, quando os Assumpção davam as cartas no país, conforme lhe ensinei. (...) Eu o levava de calças curtas ao Senado, fiz fotografá-lo na tribuna onde seu bisavô tantas vezes discursou. O garoto não largava os livros de História, enchia a mãe de orgulho com as notas do boletim. Enfronhado em política desde cedo, chegou ao ginásio em condição de discutir, de igual para igual com seus professores, a situação periclitante do país (BUARQUE, 2009, p.125-126).

Tempos depois nos telefonaram para buscar uma criança no hospital do Exército, era o filho do Eulálio e de uma comparsa que pariu na prisão. Esse Eulalinho criei como se fosse um filho, ensinei-o a ler, matriculei-o no colégio de padres onde meu nome abria portas, fiz fotografá-lo de calças curtas no Senado. Desde o princípio se mostrou um aluno sagaz, interessado em História do Brasil, discutia com seus professores de igual para igual, e um dia virou comunista. Esse Eulalinho criei como se fosse um filho, ensinei-lhe a abrir as portas, fiz fotografá-lo de calças curtas com padres vermelhos, mas o sabor do remédio estava estranho (BUARQUE, 2009, p.127).

Nesses fragmentos, tão próximos na obra, vemos como as lembranças dos dois descendentes se sobrepõem na mente de Eulálio e ele perde a noção da própria história, o controle sobre o próprio passado: é uma passagem que ele não é capaz de narrar (DE

BONIS, 2018, p.116). A violência do golpe faz o narrador perder o rumo – ainda que a dor não pareça tão intensa quanto a do desaparecimento de Matilde.

Assim, o bisneto do narrador veio ao mundo e vivenciou a negligência da avó, que achava que o tinha recebido como uma espécie de prêmio de consolação por ter tido o filho morto na Ditadura. Ela se afastou ainda mais do neto quando notou que este tinha a pele escura, algo que também incomodava o narrador (BUARQUE, 2009, p.148-149).

O bisneto, convém mencionar, não era muito afeito aos estudos e ainda herdou do bisavô o poder de sedução. Segundo o narrador, o rapaz não olhava as mulheres com lascívia ou desejo, “mas com solicitude, como quem atendesse a um chamado” (BUARQUE, 2009, p.150). O garoto tinha relações sexuais com um grupo muito diversificado de moças. Entretanto, um dia, apareceu uma “menina muito branquinha, cheirosa, um andar gracioso” (BUARQUE, 2009, p.150) que acabou por despertar a curiosidade do narrador:

Dessa vez coleí o ouvido num copo contra minha parede, curioso dos gemidos dela, queria saber que melodia tinham. Por baixo de uma batucada distingui sua cantilena triste, aguda, que subitamente deu lugar a gritos guturais, fode eu, negão!, enraba eu, negão!, e não sou homem que se melindre à toa. Mas assim que cruzei com ela, me vi compelido a lhe dizer, o negão aí é descendente de dom Eulálio Penalva d’Assumpção, conselheiro do marquês de Pombal. Depois me censurei por minha intromissão, mesmo porque, se eu fosse julgar mulheres pelo que falam na cama, Matilde também não era nenhuma santa. E nem todo dia me apareciam em casa moças à altura do meu neto (BUARQUE, 2009, p.150-151).

Aqui, o narrador parece ter ficado *melindrado* com o fato de a garota ter chamado o seu bisneto de negão. Essa, no entanto, não seria a única tristeza que o garoto lhe daria: tempos depois ele seria morto em um motel, após sair com uma mulher mais velha. Os funcionários ficaram desconfiados ao ver um rapaz humilde com uma senhora que dirigia um carro luxuoso. Ao ouvir os tiros, chamaram a polícia e, para a surpresa de todos, era o garoto quem jazia morto no chão.

Nesse momento, Eulálio sentiu na carne, pela segunda vez, as agruras da subcidadania. Afinal, se com a morte do neto, ele sentiu o peso do “Estado delinquente em proporções inauditas” (ALENCASTRO, 1994), aqui aparecia a cruel realidade de um país no qual os jovens negros são os que mais morrem: Em 2012, foram 56 mil pessoas assassinadas, dentre os quais 30 mil jovens de quinze a 29 anos assassinados, 77% eram negros (SCHWARCZ, 2019). No romance, como costuma acontecer na realidade de muitos brasileiros pobres, não temos notícia de que o crime tenha sido solucionado. E,

nesse momento, o autor vivencia a genealogia da violência que famílias como a dele ajudaram a perpetrar:

A genealogia da violência de que falávamos no começo da análise e que, para os antepassados de Eulálio, era destinada aos de baixo, aos de fora, usada como instrumento de manutenção do poder, agora é vivenciada pelos de dentro do círculo do narrador, que são tanto um membro de sua própria família como os que estão ao redor da sua cama, na emergência (DE BONIS, 2018, p.122).

Antes de partir, porém, supostamente o bisneto de Eulálio engravidou a moça loira que chamara o rapaz de “negão”. Ocorre que ela era neta de uma meia-irmã de Matilde, Anna Regina. Esta convidou Eulálio para um chá e pediu que ele afastasse o bisneto da neta. Entretanto, meses depois, o motorista dessa senhora deixou-lhes na porta um bebê, supostamente o fruto da relação do bisneto com a garota. Eulálio o criou, mas o menino revelou ter um gênio indócil e acabou por enveredar para o tráfico de drogas.

Todavia lhes advirto que se alguém se atrever a me encostar um dedo, terá de se haver com meu tataraneto. Por muito menos, ele em menino tocou fogo na escola, e depois de uma temporada num reformatório ficou mais genioso ainda. Mas nunca deixou de ser o quindim da bisavó, que passava os dias a lhe pentear seus cachos, com medo de que encarapichassem (BUARQUE, 2009, p.169).

Eulálio parece saber sobre o envolvimento do rapaz no crime, mas não entende muito bem os negócios do trineto, que lhe regala presentes caros e se associa a famosos e a pastores agiotas. Em verdade, é muito curioso que Eulálio tenha bastante ciência e descreva com muito mais detalhes as negociatas do avô e do pai do que os negócios do trineto. Ele não é capaz de acompanhar essa teia de relações que abarca subcelebridades, amigos de bairros nobres, viagens à Europa, pastores evangélicos e narcotráfico (DE BONIS, 2018). É como se a capacidade de entendimento desse narrador tivesse se esgotado e tentasse, nas pontes com o passado, estabelecer algumas semelhanças:

Foi nessa ocasião [em que o apartamento no bairro da Tijuca já estava em seu nome] que Eulálio decidiu a levantar um empréstimo e tocar os negócios por conta própria valendo-se de suas relações com fornecedores no Brasil e clientes lá fora. A coisa me parecia um tanto nebulosa, mas para Maria Eulália o garotão seguia os passos do meu pai, que nos bons tempos ganhou milhões de libras com a exportação de café (BUARQUE, 2009, p.173).

Seja como for, é curioso que, sem dinheiro e sem o poder que a família outrora tinha, Eulálio não hesite em se arvorar sobre a proteção de um criminoso, para obter um tratamento privilegiado no hospital: “Deixem meu tataraneto saber como sou tratado aqui, por muito menos ele tacou fogo numa boate em Ipanema” (BUARQUE, 2009, p.171). Como o Estado não é capaz de suprir um tratamento digno ao populacho, estando na face desfavorecida da moeda da subcidadania, é preciso recorrer a alguma outra instância capaz de lhe prover um arremedo de conforto.

O fato de ter um neto traficante só mostra que a família Assumpção perdeu o verniz de legalidade que a cercava: o bisavô do narrador era traficante de escravos; o avô, um higienista que queria mandar os negros de volta para a África; o pai<sup>71</sup>, um senador que vendia canhões superfaturados ao exército brasileiro e que podia ainda fazer outras mil negociatas com seus sócios europeus; e o trineto, um traficante de drogas. Somente o neto e o bisneto não tinham aparentes conexões com o crime – e ambos, ao morrerem, vivenciaram a crueldade e a negligência<sup>72</sup> do Estado Brasileiro.

Antes de ir para o hospital agonizar, porém, o narrador ainda passara seus imóveis para o trineto – e este dera o apartamento em que o trisavô vivia na Tijuca como garantia do supracitado empréstimo a um pastor. Preso e incapaz de pagar, o trineto nada conseguiu fazer quando o religioso foi cobrar a dívida e se apossar do imóvel. Generoso, o pastor Adelton ainda ofereceu uma habitação de um único cômodo para Eulálio e Maria Eulália, em cima da igreja em que realizava seus cultos, em um bairro paupérrimo nas franjas da cidade. Para Maria Eulália, foi um evento trágico:

Maria Eulália recalcitrava, entrou na caminhonete à força e passou a viagem emburrada. Tentei distraí-la indicando as montanhas no horizonte, a mesma paisagem de quando deixávamos a cidade para cavalgar na fazenda, ela na barriga da mãe. A diferença era que ao nosso redor a cidade não acabava mais, grassavam casebres de alvenaria crua e sem telhado, onde antes havia clubes campestres e chácaras aprazíveis. [...] Perplexa, Maria Eulália olhava aqueles homens de calção à beira da estrada, as meninas grávidas ostentando as panças, os moleques que atravessavam a pista correndo atrás de uma bola. São os pobres, expliquei, mas para minha filha eles podiam ao menos se dar ao trabalho de cair suas casas, plantar umas orquídeas (BUARQUE, 2009, p.177).

Pelo excerto, podemos ver que o tempo passou, o Brasil cresceu, mas fez, principalmente, multiplicar a miséria e a exclusão, em que uma casa caiada fosse um luxo a que muitas famílias não poderiam se permitir. Além disso, chega a ser curioso que o narrador tenha utilizado a terceira pessoa do plural para se referir às pessoas que vivem no bairro para o qual ele foi obrigado a se mudar<sup>73</sup> (“são os pobres”). Trata-se de uma tentativa de, ao menos no discurso, manter algum fiapo de seu prestígio de outrora, conforme pontua De Bonis acerca de todo o romance.

---

<sup>71</sup> É muito intrigante que o pai do narrador batize uma rua sem saída (p.77). A simbologia desse artifício pode ser muito interessante: é como se o passado não fosse capaz de levar a lugar algum, a não ser nos deixar presos, sem qualquer possibilidade de escapatória.

<sup>72</sup> No caso da morte do bisneto, não há nenhuma informação de que a Polícia tenha se empenhado efetivamente em elucidar o crime.

<sup>73</sup> É muito curioso que esse local para o qual o pastor os leva é, supostamente, a fazenda da Raiz da Serra, que fora desapropriada para a rodovia. Não é possível, porém, ter certeza.

Uma vez lá, Eulálio continuava a andar com o roupão que ostentava o monograma da família e ainda se permitia certos luxos, como fumar o charuto e beber o vinho francês que ganhara de presente do trineto (mas em copo de plástico), como se esses pequenos mimos fossem capazes de distanciá-lo da realidade de pobreza e de subcidadania em que se encontrava.

Posteriormente, ele caiu e foi parar no hospital, onde passou a ser obrigado a conviver com a precariedade de um estabelecimento que não é capaz de atender a todos adequadamente. Assim, para tentar escapar daquela realidade, vocifera memórias em uma tentativa de reavivar algum vestígio do poder, mas tem de concorrer com a novela, a televisão ou dançarinas tingidas de loiro; no hospital, sua voz ecoa mais como um zumbido (DE BONIS, 2018), até o momento em que ele morre, na cena final do livro.

Como podemos ver pela obra, a queda de Eulálio não significou a derrota de um tipo social ou a construção de uma sociedade mais justa, mas sim o transcorrer de um processo descivilizatório, depois do qual restou a criação de novas formas de opressão e que não permitiram a construção de uma cidadania plena, de uma república verdadeiramente republicana ou de um país menos desigual<sup>74</sup>. O que vemos, isso sim, são um personagem e um país, já eivados de vícios, que perdem o rumo após vivenciar um processo descivilizatório: a Ditadura Militar. Assim, mandonismo, racismo, violência e patrimonialismo, autoritarismo, junto com tanta mentira e tanta força bruta, continuam a permear a sociedade brasileira:

Talvez seja isso o "leite derramado" que não adianta chorar: persistiu a desigualdade, desapareceram o decoro e a autoridade encasacada, e não se instalaram o direito e a lei. É o que no interregno entre antigamente e agora se chamava modernização sem revolução burguesa. Sem saudosismo nem adesão subalterna ao que está aí, a invenção realista de Chico Buarque é uma soberba lufada de ar fresco (SCHWARZ, 2009).

---

<sup>74</sup> Lilia Schwarcz traz mais reflexões sobre esses temas ao longo da obra *Sobre o autoritarismo brasileiro*.



## CONHECIMENTO DO INFERNO

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como *O esplendor de Portugal* versa sobre a segunda (representada pela mãe, Isilda) e a terceira gerações (representada por Carlos, Clarisse e Rui) de colonos portugueses que habitavam<sup>75</sup> Angola desde um período indeterminado entre o final do século XIX e o fim do XX, este capítulo trará a contextualização histórica de algumas características do colonialismo português, com foco no processo específico no domínio de Angola.

O século XIX, em Portugal, após a independência do Brasil, foi marcado por diversas agitações políticas, revoltas e guerra civil (1828-1834). Não será nosso objetivo neste trabalho desenvolver pormenorizadamente essas imbrincadas questões de política interna. Interessa-nos, isso sim, observar o atraso e a irrelevância do país frente às potências industriais e coloniais da época (notadamente a Inglaterra), bem como investigar a nova dimensão que ganharam as então colônias de Moçambique e, sobretudo, de Angola.

Sendo assim, com o fito de gerar certa contiguidade entre este capítulo e o de contextualização histórica do colonialismo português na América, começaremos por abordar o esvaziamento da relevância de Portugal no século XIX, depois da perda do Brasil, e como o país europeu voltou os olhos para a África. Para tanto, serão extremamente valiosas as reflexões contidas em “Entre Próspero e Caliban”, de Boaventura Sousa Santos (2002); *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*, de Margarida Calafate Ribeiro (2004); “Da literatura como interpretação de Portugal”, de Eduardo Lourenço (2009). Além disso, haverá breves comentários sobre *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, escrito por Antero de Quental em 1871 (1987), e *A ilustre Casa de Ramires*, romance póstumo de Eça de Queirós, publicado em 1900 (2000). As duas obras, cada uma à sua maneira, ajudam a entender um pouco o país, à época.

Posteriormente, uma vez em solo angolano, nos deteremos nos processos de hierarquização da cidadania que permitiram a institucionalização de práticas racistas, cuja consubstanciação mais paradigmática viria a ser o famigerado Estatuto Político, Social e

---

<sup>75</sup> Optamos pela utilização do imperfeito – e não do presente histórico – para falar da obra porque, conquanto Isilda tenha ficado em Angola, mesmo depois da independência e da eclosão da Guerra Civil, seus filhos foram enviados a Lisboa.

Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique de 1926, que conferiu base legal ao racismo e à subcidadania nessas colônias portuguesas. As referências que nos serão extremamente importantes para pensar esse período advirão, sobretudo, das reflexões da professora Maria da Conceição Neto presentes nos textos “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX” (1997), “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o ‘indigenato’” (2010).

Como catalisador dessas formas de trabalho e de classificação de seres humanos, temos os interesses e as peculiaridades econômicas do colonialismo português. Assim, para entender melhor as dinâmicas econômicas da colonização e descolonização de Angola, utilizaremos algumas reflexões contidas em *Era dos Impérios: 1875-1914*, de Eric Hobsbawm (2015), e a dissertação de mestrado, *Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruïnosa do mundo: uma leitura de O esplendor de Portugal, de António Lobo Antunes*, de Fernanda Fátima da Fonseca Santos (2016), defendida neste programa de pós-graduação. Tal trabalho também será de extrema valia no momento da análise do romance.

Ademais, também será de fundamental importância entender as diferentes formas através das quais Portugal tentou legitimar a dominação colonial, tanto interna quanto externamente. Para fazê-lo, além da supramencionada obra de Calafate Ribeiro, empregaremos o livro *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, de Cláudia Castelo (1998), que estuda como e quando a mitologia concebida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre acerca do português como um bom colonizador passou a ser absorvida e propalada pela ditadura salazarista – encobrendo diversas atrocidades perpetradas nas antigas colônias.

Ainda *O império derrotado*, de Kenneth Maxwell, e “A revolução angolana”, capítulo do livro *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*, do professor Paulo Fagundes Visentini (2012), ajudarão a entender a guerra de libertação e o violento conflito fratricida que sucedeu à independência angolana.

Convém frisar que, em alguns momentos, outras obras já citadas podem ser mobilizadas para determinados contextos, caso da de Margarida Calafate Ribeiro, empregada em mais de uma seção. Além disso, outros autores que não tenham sido citados aqui podem ser utilizados.

Sabemos que estamos tratando de um intervalo de tempo muito largo e de dois territórios, Portugal e Angola. Não pretendemos esgotar as reflexões sobre os episódios supracitados – e nem seria possível fazê-lo. No entanto, como o romance nos impõe este

desafio, com este capítulo, esperamos fornecer um panorama histórico do colonialismo português em Angola e da sangrenta guerra da libertação e guerra civil, que sucedeu à independência do país, contextos fundamentais para a análise d' *O esplendor de Portugal*.

## DO PROTAGONISMO À IRRELEVÂNCIA

Para entender o colonialismo português do século XX, é preciso tecer algumas considerações sobre a expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI, quando houve uma fusão da imagem nacional com a imperial, consubstanciada n' *Os Lusíadas*, em 1572, de Luís de Camões (RIBEIRO, 2004). Afinal, na época dos descobrimentos, os conhecimentos científicos, o pioneirismo marítimo e o cosmopolitismo alinhavam Portugal ao espírito do seu tempo: a nação lusitana carregava em si o ideário universalista do Renascimento. Além disso, o país ainda tinha um papel de mediador de dois mundos, uma vez que, diante da Europa, assumiu o protagonismo de uma nação que descobria novos territórios; e, diante do novo mundo; era um representante da Europa (RIBEIRO, 2004). Portanto, simbólica, geográfica e politicamente, Portugal estava em posição privilegiada, permitindo a Camões escrever seu poema épico para o país:

(...) *Os Lusíadas* se assumem como o discurso fundador da identidade de uma pátria em expansão que dinamicamente se procura entre a Europa a que pertence e “as novas partes do Oriente” que deseja, entre o arrojo e heroísmo dos homens e a consequência das suas fraquezas e perversidades. Por isso, *Os Lusíadas* simbolizam a gloriosa voz de onde a imagem nacional e a imagem imperial se fundem, e, ao mesmo tempo, a primeira voz de um escritor regenerador da pátria, de que Vieira viria a ser o profeta até a instalação do discurso de regeneração, não só do tempo ideal celebrado no poema, mas da própria pátria, discurso que percorre todo o século XIX (RIBEIRO, 2004, p.39-40).

Essa pátria, cuja identidade era formada e alimentada pelos territórios que conquistava, sofreu um fortíssimo abalo, com o desaparecimento do rei Dom Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, permitindo que o Rei Felipe, da Espanha, reivindicasse a sucessão ao trono português, consolidando a União Ibérica, que duraria de 1580 a 1640. O fracasso da empreitada no que hoje é o Marrocos e o posterior domínio espanhol marcaram de modo indelével a consciência da nação, pois assinalaram o fim de um período de glórias e grandezas – dando início a uma era de subserviência. Tão aguda foi a percepção da perda da dimensão imperial que pululavam diversos mitos acerca do retorno de Dom Sebastião, que voltaria pronto a restituir a antiga glória do Império Português, conforme indicam os excertos:

A expedição do rei D. Sebastião a Marrocos constituía a defesa das teses políticas que viam na expansão africana o natural desenvolvimento da

expansão portuguesa, o que, ao mesmo tempo que satisfazia um desejo de expansão que apelava a um ideário religioso antigo de conquista de terras aos mouros, solidificava o Portugal moderno e imperial, dando-lhe um maior controlo do Atlântico e uma maior afirmação na casa europeia. Aparentemente mais viável, esta opção era, simultaneamente, a maior prova de fidelidade do povo português a Deus e da grandeza de Portugal. Após D. Manuel ter fundado o império do Oriente e D. João ter consolidado o império do Brasil, D. Sebastião seria o rei fundador do império africano, abrindo assim as portas do império universal. A incompletude da missão do soberano, inscrita na derrota de Alcácer-Quibir, marcaria na consciência nacional o fim de uma era de grandeza, a que a subsequente perda da independência viria a dar contornos de catástrofe, ao trazer, claramente, a imagem de que Portugal era também um país “destinado à subalternidade” (Lourenço, 1982: 23).

(...)

Dada a duplicidade intrínseca ao mito, podemos asseverar que com este episódio dramático da história nacional se criava aquilo que viria a ser simultaneamente o maior fantasma e a maior fantasia da mitologia portuguesa, pois nele se concentra a mais profunda imagem de Portugal como periferia – na imagem da nação chegada ao fim – e a mais exorbitante imagem de centro, pela possibilidade de reimaginar a nação desejada, consubstanciada na miragem de “voltar a ser”. (RIBEIRO, 2004, p.41-42)

Em 1640, Portugal lograria recuperar sua soberania graças ao fato de a Espanha estar em guerra com a França e de ter de reprimir uma revolta na Catalunha. Com isso, havia espaço para que uma rebelião conduzisse a Casa de Bragança ao trono português. No entanto, essa manobra não foi executada exclusivamente por Lisboa, mas teve ajuda de Londres: Carlos II, rei inglês, pelo tratado de 1661, casou-se com a princesa portuguesa Catarina de Bragança (e embolsou um dote de dois milhões de cruzeiros) e ainda ficou com o controle das regiões de Tanger e Bombaim. “A essa altura, o império era uma sombra do que fora” (MAXWELL, 2006, p.30).

Boaventura de Sousa Santos é um pouco mais específico ao analisar a situação portuguesa a partir do século XVII:

Portugal é desde o século XVII um país semiperiférico no sistema mundial capitalista moderno. Esta condição, sendo a que melhor caracteriza a longa duração moderna da sociedade portuguesa, evoluiu ao longo dos séculos mas manteve seus traços fundamentais: um desenvolvimento econômico intermédio e uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo; um Estado que, por ser simultaneamente produto e produtor dessa posição intermédia e intermediária, nunca assumiu plenamente as características do Estado moderno dos países centrais, sobretudo as que se cristalizaram no Estado liberal a partir de meados do século XIX...(SANTOS, 2002, p.23-24).

E Portugal continuou a perder relevo ao longo do tempo: Dom Sebastião nunca voltou e o país, cada vez mais dependente da Inglaterra<sup>76</sup>, não foi capaz de recuperar essa imagem de centro, acalentando apenas a ilusão de um dia retomar esse posto. Entretanto,

---

<sup>76</sup> Santos chega a classificar Portugal como uma “colônia informal” da Inglaterra (2002, p.26)

o correr da história não parecia fornecer grandes esperanças para os portugueses. Afinal, enquanto, no século XVIII, a Inglaterra tirava os grilhões da capacidade produtiva com a Revolução Industrial<sup>77</sup> (HOBSBAWM, 2006) e a França assistia ao desenvolvimento dos ideais iluministas, Portugal esteve ocupado em reforçar o poder da Igreja e insistir na centralidade da monarquia:

Nessa mesma época [século XVIII], enquanto a Europa setentrional entregava-se ao surto de interesse pela ciência, liberdade humana e progresso social conhecido como Iluminismo, os governantes portugueses insistiam na ortodoxia da Igreja e na monarquia absoluta. A Inquisição continuava a perseguir hereges e a censurar livros. Com 200 mil clérigos nas fileiras da Igreja, numa época em que a população de Portugal não chegava a 3 milhões de pessoas, Portugal estava, nas palavras de Boxer, “mais atulhada de sacerdotes do que qualquer outro país do mundo, com a possível exceção do Tibete” (MAXWELL, 2006, p.31).

Nessa época, Portugal recebera considerável riqueza oriunda de produtos coloniais, notadamente ouro, açúcar e algodão. Entretanto, Dom João V dilapidou parte considerável dessa fortuna em extravagâncias, como o Convento de Mafra. A metrópole, cada vez mais dependente do Brasil, não parecia capaz de fazer bom uso da riqueza de suas colônias (MAXWELL, 2006).

O século XIX se iniciou com outro revés: a invasão francesa ensejou a fuga da família real do território português, outra humilhação internacional. O destino escolhido foi o Rio de Janeiro. Ou seja: com a transmigração da corte, a colônia passou a ser a capital do Império. Em uma criativa manobra jurídica, Dom João alçou o Brasil à categoria de Reino Unido, colocando-o no mesmo patamar da metrópole. Para completar, o país ainda assistiu à perda do Brasil, em 1822, à época o seu maior território colonial.

Com isso, na primeira metade do século XIX, Portugal mostrava agudo contraste para com os demais países da Europa Ocidental, notadamente com a Inglaterra. Esta, em 1800, produzia 10 milhões de toneladas de carvão por ano (montante equivalente a 90% do que era produzido no mundo); em 1850, a cifra chegaria 50 milhões (HOBSBAWM, 2015). Além disso, em 1830, Londres era a única cidade do planeta que congregava mais de um milhão de habitantes – e, em 1851, chegaria a 2,5 milhões (HOBSBAWM, 2006, 2012). Lisboa e Porto, por seu turno, as maiores cidades de Portugal, reuniam 164.731 e 44.218 habitantes, respectivamente em 1801; em 1864, a capital chegaria perto dos 200

---

<sup>77</sup> Para Hobsbawm (2000, 2006), esse é um evento tão importante quanto a invenção da agricultura, pois possibilitava à humanidade uma capacidade produtiva nunca dantes vista. Com isso, temos novos fenômenos, como a urbanização, o surgimento de fábricas, o relógio (e não a luz solar) a controlar o período de trabalho. Meios de transporte como a ferrovia (na Primeira Revolução Industrial) e o navio a vapor (na Segunda) promoveram uma integração sem paralelo entre as nações.

mil (199.412), enquanto a outra atingiria a cifra populacional de 86.451; por fim, na iminência do século XX, em 1900, os números seriam de 356.009 e 172.421<sup>78</sup>, respectivamente (VEIGA, 2004). Nada minimamente comparável às estatísticas da Inglaterra e da França.

No que tange ao desenvolvimento industrial, não se pode negar a existência de alguma industrialização no país. Entretanto, conquanto pareça um tanto caricato, talvez fosse mais preciso pensar em uma lógica de ilhas fabris cercadas por um mar de oliveiras e parreiras. Afinal, conforme sugere Teresa Rodrigues Veiga:

(...) o processo de industrialização [em Portugal] foi localizado em termos geográficos, tímido e globalmente pouco expressivo. Por si só, ele foi insuficiente para modificar as formas de vivência da população portuguesa, que continuou na sua quase totalidade ligada ao trabalho agrícola, pouco vocacionado para uma lógica de mercado. Os pólos industriais geraram fenómenos de crescimento de algumas regiões específicas e será nelas, sobretudo na capital, que iremos encontrar os primeiros sinais de mudança ao nível dos comportamentos colectivos perante a vida e a morte, os afectos ou a luta desigual entre o homem e o meio. Ao terminar o século XIX, os maiores centros urbanos funcionaram como uma espécie de «tubos de ensaio» para novas formas de relação e novos moldes de convivência (VEIGA, 2004, p.146).

Por novas formas e moldes de convivência, talvez possamos observar a relação entre o trabalho em uma sociedade industrializada e o tempo. Segundo Hobsbawm (2000, p.80), “a indústria traz consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo, e a complexa e cuidadosamente prevista interação dos processos”. Isso significa que a jornada de trabalho não seria mensurada pela duração da luz solar ou viabilizada pelas condições climáticas – como em uma sociedade rural e pré-industrial – mas submetida a um preciso controle de horas, minutos e segundos. As paupérrimas remunerações pelas horas trabalhadas obrigavam que cada funcionário, sob o risco de perder o emprego, só se afastasse da labuta para comer e dormir.

De todo modo, não é nosso propósito aqui investigar as causas da defasagem industrial de Portugal ou fazer um inventário das mudanças ocasionadas pelo advento da Revolução Industrial. Entretanto, é necessário mencionar que, no país, havia uma burguesia que procurava nobilitação e terras. Ou seja: acumular capital para adentrar a nobreza e imobilizá-lo na compra de terras:

A nova burguesia liberal aspirava à nobilitação, mantinha um ideal de riqueza predominantemente centrado nos bens fundiários, especulava improdutivamente, amarrava-se o melhor que podia aos nichos da

---

<sup>78</sup> Juntas, em 1900, somavam pouco mais de 10% da população do país: Lisboa com 7,1% e Porto com 3,3%. Além disso, nessa época, somente 853.037 habitantes viviam nas cidades em Portugal. Outros 3.642.821 cidadãos viviam em freguesias rurais, montante correspondente a 67,2% da população portuguesa (VEIGA, 2004).

administração pública e conservava sob suspeita o valor da iniciativa individual, já então decididamente vitoriosa nas paragens europeias mais desenvolvidas. O que o liberalismo significou, no exterior, de libertação de forças produtivas, cristalizou, em Portugal, no modesto de cadinho de uma simples transferência de título de propriedade (CARVALHO HOMEM, In: TENGARRINHA, 2001, p.346).

Esse apego ao campo era potencialmente mais problemático em Portugal. Afinal, além de ser um país demasiadamente pequeno (92.212 km<sup>2</sup>), somente um terço de suas terras eram agricultáveis. Portanto, a concentração fundiária era um sério problema (MAXWELL, 2006). Diante de tudo isso, não é surpresa que o Portugal da segunda metade do século XIX tenha sido descrito pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, em *Era dos Impérios*, com as seguintes palavras: “era pequeno, débil e atrasado segundo qualquer padrão da época, praticamente uma semicolônia britânica; e apenas o olhar da fé poderia discernir ali indícios significativos de desenvolvimento econômico” (HOBSBAWM, 2015, p.39).

Ficava, pois, a questão: como o país que fora pioneiro nos descobrimentos havia se permitido chegar ao século XIX em um estado de tamanha irrelevância? O poeta Antero de Quental tentou formular uma resposta, no discurso *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, proferido em 1871.

### **CAUSAS DA DECADÊNCIA**

O texto de Antero começava com uma afirmação peremptória: não havia como contestar a decadência que assola Portugal, embora o país ainda se arvorasse sob a mitologia de um passado glorioso. Para o poeta, a nação que havia sido pioneira nas descobertas do Novo Mundo cometera erros crassos que impediram que aquele protagonismo do século XVI tivesse perenidade na história do continente europeu. Para Antero, as forças causadoras da decadência seriam: as conquistas coloniais, a aristocracia, o Absolutismo, e o Catolicismo. As três últimas, relacionadas de modo quase indissociável, trouxeram nefastas consequência para a nação.

De acordo com o poeta, as conquistas coloniais *per se* não eram boas ou ruins, tudo dependia da maneira como elas fossem empregadas. Ele julgava, por exemplo, que a colonização inglesa na Índia era positiva porque possuiria traços civilizadores – ignorando toda a carga de opressão e injustiça que vinha a reboque do colonialismo do século XIX. Os ingleses lá exploravam e combatiam, mas, como já possuíam indústrias, fixavam a riqueza em seu solo. Portugal não: como os nobres deixavam os campos em

busca de glória e do ouro no Novo Mundo, para depois regressar ao país e gozar uma vida perdulária na metrópole, toda a riqueza oriunda das colônias se esvaía para os países industriais com os quais Portugal fazia comércio. As conquistas ultramarinas conduziram o país a uma vocação extrativa e improdutiva: “Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros!” (QUENTAL, 1987, p.59).

Essa mitologia colonial de um povo guerreiro foi cantada e louvada (sobretudo por Camões) na Literatura. Ainda no século XIX, o país continuava a se orgulhar das opacas glórias de um passado remoto. No entanto, afirma Antero, “as nações modernas não estão condenadas a fazerem poesia, mas ciência<sup>79</sup>” (1987, p.55). Algo que Portugal não fazia, graças, sobretudo à mentalidade tacanha de sua aristocracia, que dificultou o desenvolvimento de uma classe média no seio da sociedade portuguesa. Isso porque, após as conquistas, o país habituou-se a extrair recursos das colônias, e não a desenvolver uma vocação industrial e produtiva. Afinal, após séculos de domínio colonial, fora criada uma nobreza ociosa que cultivava o amor ao ouro sem cultivar o amor ao trabalho. A essa nobreza ligavam-se as classes mais pobres, em um complexo servilismo, baseado em relações de fidelidade e de proteção. Inclusive, em Portugal, devido ao estabelecimento da escravidão nas colônias (outra mácula da história lusitana) e também na metrópole até o período pombalino, o trabalho manual foi tratado pejorativamente, como atividade de escravos ou de servos, pontuava Quental.

Outro fator, para o poeta, seria a centralização monárquica, a partir do século XVI, que ceifou liberdades das comunas locais, submetendo-as à autoridade régia. Os reis absolutistas, cegos com seu próprio poder, se tornaram viciosos, promíscuos e perdulários. Habitaram-se a dilapidar a riqueza nacional com suntuosos luxos, repartidos com um restrito séquito de homens, os nobres com os quais mantinham aliança. Esse absolutismo teve uma ligação profunda com a aristocracia: “Governava-se pela e para a nobreza. As consequências sabemo-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades” (QUENTAL, 1987, p.53). Com essa promíscua relação entre realeza e nobreza, de acordo com Antero, uma riqueza faustosa e estéril se concentrou no seio desta classe, que não se preocupava em investir atividades produtivas

---

<sup>79</sup> A ausência de desenvolvimento das Ciências em um século de tantas descobertas nas áreas da Física, Química, Biologia, Engenharia e tantas outras é tratada por Antero (p.26) como mais uma causa da decadência lusitana.



para enriquecer, não se preocupava em dinamizar sua produção agrícola, mas em tão somente extrair riquezas das colônias, isolar-se em suas suntuosas residências ou mendigar empregos na administração pública<sup>80</sup>.

Esse Absolutismo Aristocrático vinha respaldado pelo catolicismo contrarreformista do Concílio de Trento, evento que ajudou a estabelecer a Inquisição, a educação jesuítica e a fortalecer o poder real, investindo-o de autoridade divina. Tal instituição fazia da hipocrisia um vício necessário e transformava o ato da delação em uma virtude; a educação jesuítica atrofiou o desenvolvimento das ciências e da inteligência, reforçando a crença em dogmas e tornando mais exacerbada a religiosidade<sup>81</sup>. Para Antero, o catolicismo pós-Concílio de Trento só poderia oferecer aos povos “a intolerância, o embrutecimento, e depois a morte” (QUENTAL, 1987, p.42).

Talvez possamos resumir a mirada de Antero sobre a decadência de Portugal na seguinte frase: uma monarquia absolutista, com sustentação ideológica católica e ligação orgânica com a nobreza, que depauperou as riquezas das conquistas ultramarinas, contribuiu para a concentração fundiária, a atrofiação das ciências, o aviltamento do trabalho e para a ausência de uma burguesia nacional, levando, por fim, Portugal a um declínio sem par na Europa. Segundo Eduardo Lourenço:

Nunca uma geração portuguesa se sentira tão infeliz – tão funda, sincera e equivocadamente infeliz – por descobrir que pertencia a um povo *decadente*, marginalizado ou automarginalizado na história e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam, extasiados, a *civilização*, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo *ideias*, acessíveis como máquinas, etc (LOURENÇO, 2009, p.90).

Ficava, pois, a pergunta: Haveria alguma maneira de recuperar o prestígio e regenerar a nação?

## ENTRE O FUTURO E O PASSADO

A resposta a essa pergunta passava pelas colônias na África<sup>82</sup>. Afinal, com a perda do Brasil, a irrelevância portuguesa no concerto europeu tinha se tornado mais aguda e

---

<sup>80</sup> É curioso que, até 1911, a Universidade de Coimbra foi praticamente a única instituição de ensino superior de Portugal. Segundo o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho (2012), o curso de Direito que lá era oferecido era utilizado para treinar e doutrinar a elite que trabalharia na burocracia estatal.

<sup>81</sup> Antero não era ateu: para ele (1987, p.33), o cristianismo é um sentimento prenhe de virtudes; já o catolicismo é uma instituição infestada de vícios.

<sup>82</sup> Eça de Queirós, em *As Farpas*, aventou a hipótese de Portugal vender as colônias africanas. Com isso, evitaria a humilhação de perdê-las em uma eventual guerra e ainda angariaria fundos para se desenvolver (RIBEIRO, 2004). Já Hobsbawm (2015) pondera que Portugal só conseguiu assegurar seu império colonial porque as potências europeias não conseguiram chegar a um consenso acerca de como dividir esses territórios.

faltavam territórios capazes de alimentar a pretensão imperial em Portugal – e o país buscou, em Angola e Moçambique, a recriação de seu império colonial (RIBEIRO, 2004).

Parte da elite portuguesa pensava que uma política colonial organizada e científica poderia ser um passaporte para a modernidade. Curiosamente, a justificativa moral para o direito português sobre essas localidades estava ancorada no prestígio do pioneirismo da descoberta de novos territórios nos séculos XV e XVI; era como se o país tivesse legitimidade histórica e simbólica para pleitear territórios africanos (RIBEIRO, 2004, p.67).

Ocorre que outras nações (estas verdadeiramente centrais, notadamente França, Alemanha, Inglaterra e Bélgica) também ambicionavam colônias no continente africano. Com isso, em 1884 a Conferência de Berlim definiu as regras do empreendimento colonial: ciência racista, progresso e fardo do homem branco (SANTOS, 2002).

Foi nesse contexto de partilha de áreas do continente africano que Portugal tentou consolidar seu domínio sobre certos territórios, com os seguintes propósitos:

Externamente visava afirmar e consolidar a soberania portuguesa sobre os seus territórios africanos e assegurar a independência de Portugal como pequeno estado europeu, mas imperial; internamente, pretendia apontar a África como via privilegiada para a regeneração da nação, levando assim Portugal ao reencontro do fio condutor de sua identidade há décadas indefinida entre uma tradição imperial dilacerada, pela perda do Brasil e comércio do Atlântico Sul, e uma renovação consubstanciada entre uma ambígua miragem da Europa e uma reestruturação das antigas formas de imperialismo que tinham caracterizado a ocupação portuguesa em África. (RIBEIRO, 2004, p.73).

Portugal, então, julgando-se uma grande nação imperial do século XIX, quis formar um império de costa a costa no continente africano, unindo os territórios de Angola e Moçambique, recriando um Brasil na África, no famoso mapa cor-de-rosa, de 1886. Havia a ideia de que aquele território era português porque anteriormente gerações de lusitanos haviam derramado seu sangue naquelas plagas. Esse reencontro com a identidade portuguesa, entretanto, falhou, devido não às glórias do passado, mas à decrepitude do presente, conforme explica Calafate Ribeiro:

A ideia de um Brasil em África, de que o mapa cor-de-rosa era expressão, é assim uma ideia portuguesa que obedece aos impulsos imperialistas europeus da época, mas que falha porque esquece a dimensão da metrópole. Traçado sobre uma dimensão imperial simbólica, sem ter em conta as dimensões políticas e económicas que o representavam, o mapa cor-de-rosa era de facto a visão absoluta do império como uma imaginação do centro. Nesta perspectiva, o projeto colonial africano português apresentava uma maior complexidade teórica, anterior ao imperialismo europeu de tipo económico que determinou a corrida para África, ligando-se à definição do país como nação expansionista e colonizadora delineada no momento central da história de Portugal em que a empresa da viagem de Vasco da Gama se fundiu com o canto de Camões, constituindo-se como a imagem referencial da pátria (RIBEIRO, 2004, p.76).

O dito esquecimento da dimensão da metrópole pôde ser percebido no evento mais dramático e humilhante que Portugal vivenciou no século XIX: o ultimatum britânico, de 11 de janeiro 1890. Por razões econômicas, a Inglaterra não estava de acordo com as pretensões imperiais lusitanas; não queria a presença portuguesa nos territórios que hoje compõem Zimbábue, Zâmbia e Malawi, pois o país tencionava construir uma ferrovia que conectasse a Cidade do Cabo ao Cairo, interligando o continente africano de norte a sul. Com isso, o governo inglês intimou o português a desocupar essa área, deixando implícita a ameaça do uso da força (CARVALHO HOMEM, In: TENGARRINHA, 2001, p.352).

O evento foi a suprema humilhação para Portugal. Nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, seria “a ressaca de um século de traumas” (p.55) e um “certificado de subalternidade” (p.90). Com isso, como a identidade nacional era (e quiçá ainda o seja) ligada à imperial, a monarquia acabou por oscilar e o movimento republicano começou a ganhar mais força – no entanto, a monarquia só viria a cair em 1910 (RIBEIRO, 2004).

Mesmo assim, porém, os territórios africanos canalizariam a consciência nacional-imperial, fazendo com que as colônias daquele continente deixassem de ser vistas como espaços de degredo, para serem concebidas como, com certas reservas, espaços de regeneração nacional. “Era, portanto, em África que a imagem imperial poderia ser recuperada e sobre ela cairiam os mitos e as políticas que nos permitiam de novo, através do império, imaginar o centro”. (RIBEIRO, 2004, p.72). E, assim, houve portugueses que foram tentar a sorte no continente africano. Na literatura, um deles aparece na obra que Calafate Ribeiro (2004) considera o primeiro grande romance pós-ultimatum: *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós.

### **UMA CASA DECADENTE**

Grosso modo, esse livro versa sobre o ocioso e decadente fidalgo Gonçalo Ramires, que tenciona lograr prestígio escrevendo a genealogia da sua prestigiosa família, e que, ao cabo de algumas peripécias com os habitantes locais, decide tentar a sorte na colônia de Moçambique, da qual volta rico e exitoso.

Muitos aspectos aludidos por Antero aparecem na obra de Eça. Tal impressão fica reforçada pela cena final do romance, na qual João Gouveia sugere que Gonçalo Ramires, o último descendente da linhagem dos Ramires, seja lido como uma alegoria de Portugal.

As próximas linhas investigarão como interpretar o país pela personalidade de Gonçalo é vislumbrar diversos dos problemas postos no texto de Antero: Portugal, refratado em Gonçalo, seria uma nação passadista, isolada, extrativa, improdutiva, viciosa e que está em vias de cometer os mesmos erros do passado.

Primeiramente, é curioso notar o grande projeto de Gonçalo na obra: escrever um livro sobre a história de sua família ou, como formula o narrador, “condensar em contornos robustos a história dos Ramires” (QUEIRÓS, 2000, p.97). Ele, portanto, devota sua energia a adornar os eventos de seu passado longínquo. Assim como Portugal, Gonçalo debruça-se sobre seu passado, enfeita-o, torna-o grandiloquente, mas esquece de suas necessidades do presente, como demonstra o seguinte excerto: “Rematou logo o capítulo. Estava esfalfado, à banca do trabalho desde as nove da manhã, a reviver intensamente, e em jejum, a história dos Ramires” (QUEIRÓS, 2000, p.101). Notemos que, no afã de cantar seu passado, Gonçalo fica extremamente faminto por estar sem comer.

Se aceitarmos uma interrelação imediata entre Gonçalo e Portugal, veríamos, pois, a imagem de um país debruçado sobre o seu passado e que se esquece de problemas prementes de sua realidade de então. Um outro aspecto que chama atenção no excerto supracitado é a utilização do substantivo trabalho. O que era o trabalho para Gonçalo? A que ele devotava suas energias? Isolado em sua antiga torre, investia seu tempo em reescrever as supostas glórias de séculos longínquos. Assim como Portugal, que vivia a polir sua mitologia, conforme Antero denunciara em seu texto. O narrador, pois, aponta que a acepção de trabalho para o país e para a nobreza não estava ligada a uma atividade produtiva, mas a lustrar o seu passado. Tem-se, pois, a imagem de uma nação improdutiva.

Uma outra faceta acerca das relações de trabalho e da presença de atividades produtivas no romance pode ser extraída ao analisarmos a relação de Gonçalo com sua propriedade. É importante notar que a família de Gonçalo Ramires possui as terras em que vive há muitos séculos, quase mil anos. Os Ramires estão lá desde antes mesmo do estabelecimento do reino de Portugal, que ocorrera na Idade Média. A imobilização de patrimônio fundiário era um problema sério em um país de dimensões tão estreitas e diminutas, já revelara Antero. Gonçalo, contudo, não pensa em plantar oliveiras para produzir azeite; ou quem sabe uvas para produzir vinhos. Ele tão somente tenciona alugar

para algum de seus servos<sup>83</sup>, a princípio Casco, reforçando seu amor ao ouro sem o amor ao trabalho.

Além disso, também é interessante avaliar o tipo de produção que seria realizado nas terras de Gonçalo. Ora, seriam atividades muito mais ligadas ao modo de trabalho da Idade Média/Moderna do que à dinâmica acelerada das indústrias da Idade Contemporânea. Afinal, para Hobsbawm (2000), o ritmo laboral em uma sociedade agrária era bastante diferente do de uma industrializada. Esta, conforme já mencionamos, trazia consigo a tirania do relógio e uma rígida disciplina de horas trabalhadas e peças produzidas; aquela era regulada pelas estações do ano, dependia de condições climáticas e dispunha de precárias tecnologias (HOBSBWAM, 2000).

Isso posto, o episódio em que Gonçalo desiste de arrendar parte de sua propriedade ao lavrador Casco, após receber uma oferta mais vantajosa financeiramente é muito significativo. A justificativa era de que não havia um contrato. Há dois aspectos interessantes aqui: Gonçalo macula a tradição da família de honrar a palavra dada, pois escrevera ele que os Ramires eram mais presos à palavra do que um santo ao voto (QUEIRÓS, 2000, p.101); além disso, o contrato é um instrumento do mundo moderno e industrial (a palavra do mundo medieval) e, ao invocar essa justificativa para alugar seu quinhão de terra a outro arrendatário, Gonçalo se vale dos instrumentos modernos para perpetrar seus vícios. Não seria, portanto, uma simples incorporação de elementos do mundo moderno que purgaria Portugal de seu atraso e sua mediocridade. Não seria tão somente a modernidade que faria a nação abandonar o amor ao ouro sem o amor ao trabalho: os dilemas morais de Portugal não poderiam ser resolvidos com a simples incorporação de elementos modernos às práticas sociais.

Outro aspecto interessante é o modo como Gonçalo fica seduzido pela hipótese de atuar como deputado por Vila Clara. Mais uma vez, há uma questão já trabalhada por Antero: a do governo que atua pela nobreza e para ela. O Estado, aqui, aparece como fonte de renda de um nobre. O mais curioso é que quando o Cavaleiro faz a proposta para Gonçalo ele utiliza o verbo servir: “Se tu quisesses servir o país, ser deputado por Vila Clara...” (QUEIRÓS, 2000, p.203), ao que Gonçalo responde: “Se te posso ser útil e ao país, estou às vossas ordens” (QUEIRÓS, 2000, p.203). Há aqui uma nítida distorção,

---

<sup>83</sup> Interessante notar que as relações sociais são complexas. Gonçalo e seus servos têm uma mútua dependência: estes são leais ao fidalgo e dele dependem para comer; já Gonçalo ora os arvora sob sua proteção (como quando desce da montaria para oferecê-la a um lavrador de pé machucado), ora os fustiga com sua ira (como quando manda prender Casco). Não se trata de uma relação social moderna de patrão e empregado, mas de uma feudal, baseada em laços de lealdade e servilismo.

pois, em verdade, seria Gonçalo que *se serviria* das riquezas do país, o que reforça a vocação improdutiva e extrativa da personagem.

Por fim, tal vocação é também assinalada no desfecho do romance: Gonçalo parte para Moçambique em um navio a vapor, um símbolo da modernidade, pois viagens intercontinentais em embarcações movidas pela combustão do carvão eram capazes de durar tão somente semanas (HOBSBAWM, 2015). Na colônia da África Oriental, o nobre enriquece ainda mais, plantando cacau e borracha (sendo este um produto absolutamente necessário àquela fase da Revolução Industrial).

No entanto, os personagens não creem que ele retorne ao país africano, evocando a imagem criada por Antero do nobre que enriquece nas colônias e vive uma existência perdulária em Portugal. E é assim, sobre um navio a vapor e plantando borracha, dois símbolos do mundo industrial, que Portugal e Gonçalo se valem de instrumentos modernos para perpetrar erros e vícios antigos com novas roupagens.

Para Margarida Calafate Ribeiro, neste romance o destino do protagonista está conectado ao debate sobre os rumos do Império Português. Nesse sentido, a comparação entre Gonçalo e Portugal deve ser lida com algumas reservas, para que a colonização na África não fosse uma missão ou um destino, mas uma empreitada lucrativa, deixando a dúvida se Portugal conseguiria levar esse projeto colonial a bom termo:

A transposição para África da imagem do Brasil, como lugar de fuga à decadência, e como o espaço de metamorfose de um herói decadente num homem novo, é evidente. Da mesma forma que o *brasileiro do torna-viagem* camiliano vai para o Brasil e volta de lá rico, também Gonçalo foi para a África e voltou sadio e rico. Do que lá se passou pouco ou nada sabemos, tal como dos brasileiros do torna-viagem. Mas Gonçalo voltou com projectos: quer continuar os seus investimentos em África, onde tem um bom administrador, recuperar o seu património milenar decadente, investir cá e lá e trazia notas para escrever um livro.

Esta parece-me ser a lição do romance, à luz de Oliveira Martins, ao apresentar, no final do romance, Gonçalo como uma metáfora de Portugal, depois de toda a apresentação da família ter servido ao narrador para nos dar uma sinopse da história do país. A África foi meio de Gonçalo regenerar e enriquecer o seu património milenar, não o seu destino, evitando assim o erro histórico de “confundirmos o que somos com o que fazemos”, o que tinha tornado os Portugueses tão vulneráveis interna e externamente. O regresso de Gonçalo a Portugal é expressão da necessidade de revalidar essa certeza, pela reafirmação do centro, em detrimento da história da dispersão do império. A questão colocada por Gouveia, no final do romance, sobre o estado interior de Gonçalo, funciona assim como que um derradeiro aviso (RIBEIRO, 2004, p.96).

Entretanto, os destinos de Isilda e de seus filhos mostram que aquilo que Gonçalo e Portugal planejaram para a África não foi levado a bom termo.

## RELAÇÕES INCIVIS

Conquanto a presença portuguesa em Angola tenha começado ainda no século XV, não se pode afirmar que esse território fosse uma colônia nos mesmos moldes do Brasil, pois até o início do século XX não havia uma incidência tão significativa de portugueses no interior do território. O historiador Francisco Bethencourt, na obra *Racismos: das Cruzadas ao século XX*, explica que o desenvolvimento da medicina e da indústria bélica foram responsáveis por garantir o efetivo domínio dos territórios africanos:

Em mais do que um aspecto, a África foi o oposto da América: estavam instalados sistemas políticos resistentes e, em certas regiões, a taxa de mortalidade dos europeus podia ultrapassar os 40% (até mesmo os 90%) num único ano. Só a generalização do uso do quinino, na segunda metade do século XIX, a revolução na artilharia e o desenvolvimento das armas de repetição abriram caminho a projetos mais ambiciosos de conquista na África. Após três séculos de colonização (1760), a população portuguesa na África subsaariana chegava a um total apenas de 2500 elementos. (BETHENCOURT, 2018, p.254).

Isso posto, façamos uma brevíssima cronologia da presença lusitana e das práticas segregacionistas instauradas na então colônia portuguesa.

Em 1482, o navegador Diogo Cão, ao chegar à Foz do Rio Congo, estabeleceu os primeiros contatos com os nativos daquela região. A relação entre navegadores lusos e o Reino do Kongo evoluiu a partir de 1506, em decorrência do tráfico de escravos (VISENTINI, 2012). A cidade de Luanda foi fundada em 1576 e até o século XIX continuou a ser conhecida como um dos portos dos quais saíam cativos para o novo mundo – e não por produtos coloniais, como o café e o algodão, culturas que os portugueses tentaram desenvolver no século XVIII (VISENTINI, 2012). Nessa época, a presença portuguesa ainda estava mais restrita ao litoral (Luanda e Benguela) e na região do rio Cuanza, não alcançando números muito significativos: em 1798, ao final do século XIX, Luanda registrava apenas 562 europeus (BETHENCOURT, 2018).

No início do século XIX, a situação ainda não mudara muito. Afinal, a Coroa Portuguesa estava mais preocupada em fugir de Napoleão e manter o domínio sobre o Brasil do que em pensar alguma política colonial para seus territórios africanos. Depois da independência do Brasil, porém, conforme pondera Margarida Calafate Ribeiro, no acordo que sacramentou a separação entre a colônia na América do Sul e a metrópole, assinado em 1825, Portugal assegurou sua soberania sobre Angola e Moçambique. Naquele território se realizava o tráfico negreiro, notada e principalmente por comerciantes brasileiros. Na prática, os traficantes da ex-colônia davam as cartas em um

então território do Império Português. Isso evidenciava um Portugal bastante fragilizado, de certo modo, sujeito à sua ex-colônia, para manter as terras africanas de seu império<sup>84</sup> (RIBEIRO, 2004).

Ainda na questão da escravidão há que se mencionar duas datas importantes: 1836, quando Portugal, após ostensivas pressões inglesas, proibiu oficialmente o tráfico de escravos, e 1878, ano em que a escravidão foi abolida oficialmente em Angola (VISENTINI, 2012).

Isso, contudo, não significou, entretanto, o fim de formas de trabalho compulsórias em terras angolanas. Afinal, a escravidão foi substituída pelo trabalho forçado, justamente em 1878. Havia a ideia de, com isso, fornecer mão-de-obra barata para as plantações. “A base desse sistema estava assegurada por uma legislação que estipulava que os africanos que estivessem sem ocupação poderiam ser submetidos a contratos de trabalho compulsórios” (VISENTINI, 2012, p.47).

Além disso, conforme mostra a professora Maria da Conceição Neto, no texto “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o Indigenato”, nos primeiros dez anos do século XX, pessoas ainda eram capturadas para trabalhos no transporte, serviço doméstico e até para o tráfico interno<sup>85</sup> (NETO, 2010, p.208). Posteriormente, a partir de 1899 passou a existir um Código de Trabalho para os ditos indígenas, o “Regulamento do Trabalho dos Indígenas”, o qual permitia o trabalho compulsório dos nativos. Depois dessa data, houve outras versões desse documento, sobretudo nos anos 1911, 1914, 1919, 1926, e 1954<sup>86</sup> (NETO, 2010).

Na primeira, datada de 27 de maio de 1911, batizada de “Regulamento Geral do Trabalho Indígena nas Colónias Portuguesas”, ficou estabelecida a proibição do tratamento violento, bem como do uso de correntes, algemas e gargalheiras (NETO, 2010). A segunda, a Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, determinava que o governador definiria e regularia o estatuto civil, político e criminal dos indígenas. A terceira data foi marcada pela instituição do imposto indígena, tratava-se de

---

<sup>84</sup> Em verdade, a totalidade das terras de Angola só foram conquistadas no início do século XX (NETO, 1997)

<sup>85</sup> Maria da Conceição Neto ainda informa que, entre 1904 e 1913, os acórdãos do Tribunal da Relação de Luanda registram 87 crimes de cárcere privado ou cativo e 40 de compra e venda de pessoas.

<sup>86</sup> Para além desses anos supramencionados, Maria da Conceição Neto, em outro texto, “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, ainda cita: 1913, data da criação da Secretaria dos Negócios Indígenas, substituída, em 1921, pela Repartição superior de negócios indígenas, órgão, desde 1923, responsável pelo “ensino, instrução e educação dos indígenas não equiparados aos europeus”. Em outros termos: havia um sistema educacional para brancos europeus e outro para os ditos indígenas. Isso só acabou em 1965. (NETO, 1997).



um tributo obrigatório “a todos os habitantes, pretos ou mestiços de Angola e que, pela sua educação, não se afastassem do comum das raças africanas” (NETO, 2010, p.210). Em 1926, foi criado o famigerado “Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e de Moçambique”, que determinava que seriam indígenas todos aqueles que “pela sua ilustração e costumes, não se distingam do comum daquela raça” (NETO, 2010, p.211); isso, evidentemente, dava muito poder ao funcionário na hora de avaliar se o requerente ao alvará de cidadania o merecia ou não (NETO, 2010, p.211). A versão de 1954 ainda tornava o processo de concessão do alvará de cidadania algo “burocrático, kafkiano e humilhante” (NETO, 2010, p.211), pois os pleiteantes deveriam provar (por documentos e por inspeção às residências) “a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses<sup>87</sup>”. Os brancos, por sua vez, eram sempre considerados cidadãos, mesmo analfabetos, degredados ou criminosos. (NETO, 2010, p.211). Tal estatuto só seria abolido em 1961, depois do início da Guerra Colonial.

Notemos, pois, como o segregacionismo ganhava base legal e que, sem eufemismos, os indígenas não eram considerados cidadãos, com uma justiça, legislação, tributos e educação à parte. Na prática, essa legislação servia para salvaguardar os privilégios dos colonos europeus e seus descendentes, conforme frisa Neto (1997):

O indígena estava sujeito a regras jurídicas diferentes do cidadão português. O regime salarial, a obrigação ou dispensa do “contrato” compulsivo, o regime de impostos, a assistência médica, o serviço militar, a posse de terras, a escola dos filhos, a carta de condução, etc. – tudo isso era condicionado pelo facto de ser indígena ou civilizado. O bilhete de identidade era exigido não só para matrícula em escolas secundárias e, obviamente, para profissões especializadas, como também para o emprego na função pública e mesmo para profissões tão banais como parteira ou motorista<sup>88</sup>... O Estatuto de Indigenato contribuía, assim, para salvaguardar os privilégios “naturais” dos imigrantes europeus e, simultaneamente, para criar clivagens sociais entre os colonizados. Não correspondia sequer às diferenças sociais realmente existentes, já que os que de facto iam adoptando modelos culturais ocidentais, especialmente nos centros urbanos, ultrapassavam largamente o número dos assimilados de jure, sendo os próprios indígenas agentes activos das transformações e da adopção de novos modelos de comportamento, de origem europeia ou americana. (NETO, 1997, p.347)

É evidente, pois, que a subcidadania (que desencadeava uma subumanidade) estava posta na letra da lei, institucionalizando a ausência de direitos civis, sociais e

---

<sup>87</sup> É curioso que esse estatuto tenha entrado em vigor em um momento em que Salazar já defendia as teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre – que apregoavam a brandura, a capacidade assimilativa e a ausência de racismo da colonização portuguesa nos trópicos –, no plano internacional, sobretudo na ONU. Esse estatuto ainda é posterior às visitas de Freyre às colónias portuguesas, a convite de Salazar, em 1951 (NETO, 1997).

<sup>88</sup> Não partilhamos da percepção de que as profissões de parteira ou motorista sejam banais.

políticos para praticamente uma população inteira. Além disso, o capricho de um funcionário da administração colonial poderia ter consequências nefastas para um indígena.

Em *O esplendor de Portugal*, temos, logo no início do livro, um comentário de Carlos acerca do quão descartáveis eram as vidas dos indígenas submetidos a esse tipo trabalho:

(...) aguentavam [os trabalhadores da fazenda] um mês no máximo mesmo fortalecidos a clisteres e quinino, a minha mãe entendeu-se com o administrador de Dala Samba e passou a contratar bundi-bângalas que embora fossem mentirosos e lentos sempre duravam um bocadinho mais, havia quem suportasse a safra inteira mas não podia ir embora a chacoalhar o esqueleto porque com as despesas na cantina nos devia as vinte safras seguintes no caso de semear de graça e não comer, os cipaio conservavam-lhes um ou dois filhos na cadeia para se assegurarem que permaneciam conosco, um bocado enfraquecidos, é claro, mas dispostos ao trabalho, aos sábados mostravam-lhes os meninos de longe pelas grades... (ANTUNES, 2007a, p.21-22).

Esse fragmento tão desolador permite ver o valor que tinha a vida de um dito indígena na Angola colonial. A jornada de trabalho extenuante e uma dieta precária faziam com que essas pessoas sobrevivessem por pouco tempo. Caso tivessem essa fortuna, estariam endividadas por um longo tempo, pois precisavam consumir os alimentos vendidos por preços inflacionados no comércio da própria fazenda. Para assegurar que não fugiriam, o sequestro de familiares era uma prática recorrente. Vê-se, pois, como exploração e diversos tipos de violência estavam articulados para garantir os lucros.

## **CAPITALISMO, COLONIALISMO E VIOLÊNCIA**

Tais lucros, no entanto, não eram necessária e totalmente destinados aos colonos e proprietários, mas, sobretudo, ao grande capital internacional, que participou ativamente da colonização de Angola, conforme pondera Fernanda Fátima da Fonseca Santos (2016). Logo, adverte a autora, devemos conceber essas relações como:

...parte de uma escala maior de subordinação exploração, em cujo topo está o grande capital, concentrado nos países de capitalismo avançado, que, por sua vez, regula o restante da escala até a base, nas zonas mais pobres do globo, como é o caso de Angola. (SANTOS, 2016, p.59)

Nesse sentido, ainda segundo Santos (2016), a distinção entre o colonialismo português (concebido como uma missão histórica) e o das demais potências (guiado por interesses econômicos) vem a ser uma falácia. Afinal, aquele esteve caracterizado por uma profunda articulação entre a economia arcaica de Portugal e o pujante desenvolvimento econômico das potências estrangeiras. Ou seja: se há uma distinção do

colonialismo português, ela advém do fato de este ser um modelo capitalista imperial fracassado, mas não uma oposição a ele (ANDERSON, 1966, apud SANTOS, 2016). Para entender melhor essa relação, é necessário fazer outro recuo ao século XIX.

As maiores economias europeias estavam sedentas por matérias-primas, notadamente o petróleo e a borracha, tão caros ao motor de combustão. Aquele produto, entre o final do século XIX e início do XX, vinha dos Estados Unidos e da Rússia; este, dentre outras plagas, poderia ser encontrado nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia. Ademais, ainda havia a busca por metais não ferrosos e, claro, pelos metais preciosos, notadamente o diamante (HOBSBAWM, 2015). O território angolano era rico em diversos produtos, dentre os quais justamente o petróleo e o diamante.

Entretanto, o desejo principal era por novos mercados. Afinal, conforme pondera Hobsbawm (2015), tencionavam escoar suas produções industriais, expandir mercados e obter lucros, em uma era em que os países estavam estabelecendo redes comerciais cada vez mais imbrincadas.

Mas o ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do terceiro mundo. Em um certo sentido, tratava-se da extensão do protecionismo, que ganhou terreno em todas as partes após 1879 (HOBSBAWM, 2015, p. 109).

Toda essa necessidade de recursos naturais, mercados consumidores e lucro motivou o colonialismo das grandes nações europeias. Portugal também tinha pretensões expansionistas e logrou-as – embora não como desejava: o país ampliou seu território colonial em 750 mil quilômetros quadrados. Se a cifra parece impressionar, é muito insignificante perto dos 2 milhões de quilômetros quadrados da Alemanha ou dos 9 e 10 milhões de França e Grã-Bretanha, respectivamente (HOBSBAWM, 2015). Esse quinhão tão pequeno na divisão do mundo era mais um indicativo do atraso do capitalismo português, da irrelevância do país no concerto europeu.

Esse desejo por novos mercados, porém, implicava em uma pequena alteração no sistema de produção. O trabalho forçado, que também norteou o início da colonização de territórios africanos pelas grandes potências, foi, ao longo do século XX, sendo abolido. Afinal, essas nações precisavam de mercados compradores de suas produções industriais. Em Angola, isso não aconteceu. O estatuto do Indigenato vigorou até a segunda metade do século XX. A persistência de uma forma arcaica e violenta de exploração se deve ao

atraso do capitalismo português. Afinal, conforme frisa Perry Anderson (apud: SANTOS, 2016), exceto pelo algodão, o que havia era uma relação econômica inversa: Portugal exportava matérias-primas (vinho, cortiça, por exemplo) e importava manufaturados de suas colônias.

O atraso da metrópole evidentemente refletia-se em suas colônias, onde se mantinham formas arcaicas de organização econômica e onde se instauraram e mantiveram estruturas primitivas de exploração de recursos e da força de trabalho africana. Trata-se de anacronismos que persistiram nas colônias portuguesas na África até o fim do colonialismo, geradores de tensões sociais e desencadeadores de relações violentas em cadeia, amplamente representadas em *O esplendor de Portugal*. (SANTOS, 2016, p.66).

Com Portugal débil e atrasado, a exploração colonial era realizada por empresas com forte presença de capital estrangeiro, principalmente francês, belga e americano. Um exemplo é a Companhia Geral dos Algodões de Angola, Cotonang<sup>89</sup>, com capital português e belga (SANTOS, 2016), que comprava as produções de algodão e submetia os colonos portugueses aos seus interesses e preços. Eram essas companhias, muito mais do que os fazendeiros, que lucravam com os dividendos do trabalho forçado. Estes talvez fossem, nas palavras de Eduardo, pai de Isilda, “os pretos da Cotonang”.

Foi justamente nesse ambiente que ela cresceu, moldou seu caráter e criou seus filhos, Carlos, Rui e Clarisse, que absorveram, perpetraram ou sofreram esse racismo muito mais ostensivo do que o que Eulálio pratica *Leite derramado*.

## MITOLOGIA IMPERIAL

Esta parte do capítulo, conforme indicado nas considerações iniciais, versará sobre o discurso e a mitologia imperial erigida em Portugal, sobretudo durante o salazarismo. O fito é tentar demonstrar como o país justificou e tentou atenuar as atrocidades perpetradas em seus territórios coloniais. Para fazê-lo, recorreremos à obra *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, de Cláudia Castelo, e também a algumas reflexões de Calafate Ribeiro (2004).

Boa parte da mitologia discursiva em torno do império português adveio das ideias de Gilberto Freyre. Uma das grandes originalidades desse autor é a valorização dos negros e indígenas para a formação da identidade brasileira; além disso, segundo ele, a mistura de raças e a mestiçagem teriam sido extremamente positivas para o Brasil. Isso teria

---

<sup>89</sup> Havia ainda Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG), com capital americano, inglês, belga e uma parte minoritária para o governo de Angola (SANTOS, 2016).

acontecido, graças à propensão do colonizador português à mestiçagem e à sua capacidade de integração (CASTELO, 1998).

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre descreve o português como um tipo contemporizador, sem preconceitos inflexíveis ou ideais absolutos, capaz de confraternizar com as raças ditas inferiores, para ainda avaliá-lo como “o menos cruel nas relações com escravos” (FREYRE, 2003, p.264). Posteriormente, na obra *O mundo que o português criou (aspectos das relações sociais e da cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas)*, Freyre estende a toda ação colonizadora de Portugal as características que atribuíra à colonização lusitana no Brasil, em *Casa-grande & Senzala*. Notadamente, a ausência de preconceito de raça e a propensão à mestiçagem.

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre sustenta a sua interpretação psicocultural da formação da sociedade brasileira numa interpretação pessoal das predisposições de carácter do colonizador português. Em *O mundo que o português criou*, faz o mesmo. Agora para um universo mais vasto, e geográfica e culturalmente diversificado. A interpretação das outras áreas da colonização lusitana (na África e na Ásia) volta a assentar numa interpretação causalista da mentalidade e da cultura portuguesas. Sem conhecimento das novas realidades que elege como objeto, o autor limita-se a generalizar, a partir do caso brasileiro. Ao invés de um estudo científico, o leitor depara com uma “invenção” idealizada do “mundo português”. O melhor dos mundos, ou, pelo menos, o mais democrático, o mais humano, o mais fraterno. (CASTELO, 1998, p.34-35).

Finalmente, em *Aventura e rotina: um brasileiro em terras portuguesas*, obra publicada em 1953, após Freyre ter visitado as colônias portuguesas a convite de Sarmiento Rodrigues, então ministro do Ultramar, o conceito de lusotropicalismo, que, conquanto tenha sido questionado academicamente por figuras do quilate de Charles Boxer, chegou a penetrar em currículos universitários e foi classificado por Cláudia Castelo como subsciência<sup>90</sup>.

Freyre ainda publicou duas obras: *Integração portuguesa nos trópicos* e *O luso e o trópico*, ambas encomendadas pelo Estado português. As duas foram utilizadas pelo Estado como instrumentos de propaganda (CASTELO, 1998).

---

<sup>90</sup>“Ao mesmo tempo que formula explicitamente o luso-tropicalismo, Freyre propõe a criação e a introdução nos *curricula* universitários de uma ‘subsciência’ capaz de estudar o modo português de estar e de se relacionar nos trópicos; chama-lhe ‘luso-tropicologia’. Estes novos estudos, eminentemente multidisciplinares, especializam-se na análise e na interpretação do conjunto luso-tropical de cultura: conjunto transnacional a que o autor aplica o critério de área. Na base dos novos estudos, deve estar a <<consideração de um complexo sócio-psicológico que torna Portugal (...) a terra moderna por excelência de Ulisses: um Ulisses às vezes contido, mas não impedido de agir pelo Velho do Restelo. Estas duas figuras míticas do imaginário português são assim chamadas a personificar a dualidade deste povo dividido entre a aventura e a rotina, a mobilidade transcontinental e o apego ao solo pátrio, o Mundo e a Europa. A antítese (Ulisses *versus* Velho do Restelo) tende a tornar-se a síntese sob a forma da civilização luso-tropical.” (CASTELO, 1998, p.36-37).

No entanto, nem sempre a recepção das ideias do sociólogo brasileiro foi linear. Até a Segunda Guerra Mundial, as ideias de Freyre não entusiasmavam muito as lideranças do Estado Novo. Afinal, em 1930, com a ditadura salazarista já no poder, poucos anos antes de *Casa-grande & senzala* ser publicado, Salazar concebeu o Acto Colonial<sup>91</sup>, documento que inaugurou “uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, que irá vigorar até 1951” (CASTELO, 1998, p.45).

A legislação reforçava a vocação e o direito português ao colonialismo. O terceiro artigo qualifica os territórios como colônias e partes constitutivas do império português (CASTELO, 1998). Para Armindo Monteiro, então ministro das Colônias, o império era algo atemporal que pairava sobre toda a nação e que estava acima de questões de ordem política ou econômica; o político acreditava na necessidade de inculcar nos portugueses o amor pelo império. Havia, pois, à época, uma profunda ligação entre salazarismo, nacionalismo e imperialismo. Nesse sentido, não é surpresa que os nacionalistas portugueses do período fossem todos imperialistas (CASTELO, 1998).

Nota-se, pois, como o imperialismo era um pilar da identidade portuguesa. Os outros eram o catolicismo e a vocação rural do país, exaustivamente louvados. Até mesmo a simplicidade e a pobreza eram exaltadas no discurso salazarista:

O Estado Novo vai assim combinar o nacionalismo, patente tanto nos discursos políticos como nos discursos poéticos da época, com o caldo cultural em que mergulhava as suas raízes: o mundo rural e católico que compunha o “país real” - na expressão de Charles Maurras – a que Salazar apelava ao apresentar-se como beirão, católico, “camponês, filho de camponeses”, “pobre, filho de pobres”. Herdeiro desta potencial mistura protagonista da aventura terrunha portuguesa, e gozando de um ambiente europeu favorável aos sistemas totalitários, Salazar vai basear a sua acção política num nacionalismo apelativo da tradição, da história, do império, dos valores morais católicos, da ordem e da unidade nacional (RIBEIRO, 2004, p.118-119).

Além disso, na época da Segunda Guerra Mundial, conforme mostra o documentário *Fantasia Lusitana*, de João Canijo, o país se vendia como um oásis de paz, enquanto a Europa ardia com a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, para reforçar os

---

<sup>91</sup>Um dos aspectos relevantes do documento é que ele, teoricamente, proíbe o trabalho forçado. Entretanto, essa legislação também determinava que o Estado teria autoridade para “compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhe pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais” (CASTELO, 1998, p.46). A situação, como é possível notar, não mudara muito.

pilares aludidos nos parágrafos anteriores e a imagem de paz, em 1940<sup>92</sup>, Salazar organizou a exposição do Mundo Português, em Lisboa, louvando sua religiosidade, as tradições culinárias e culturais do interior do país e expondo os ditos indígenas – como se fossem animais – provenientes de diversos rincões do império. A ideia de Salazar era, como o próprio ditador afirmou, “dar [ao povo português] um tônico de alegria e confiança em si próprio” (RIBEIRO, 2004).

Com o fim da guerra, porém, a divulgação aberta de ideais racistas passou a ser proscrita. Afinal, embasada neles, a Alemanha de Hitler perpetrou um dos maiores horrores que a humanidade já viveu, o holocausto de milhões de judeus. Além disso, a autodeterminação passou a ser considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um direito fundamental e os países membros deveriam ajudar seus territórios não autônomos a lograrem a independência – e ainda deveriam prestar contas à entidade acerca de como vinham administrando suas colônias (CASTELO, 1998).

Assim, ainda conforme mostra Castelo (1998), ciente das novas pressões da conjuntura internacional, em 1951, o presidente do Conselho apresentou à Assembleia Nacional proposta de mudança e revisão do Acto Colonial. Ele ambicionava integrá-lo à constituição, alterar certas terminologias e realizar outros ajustes. Para o governo, o grande objetivo era o de assegurar a unidade nacional. Dentre as terminologias, temos a substituição do termo colônias por províncias ultramarinas e a abolição do termo “império colonial português”. Com isso, a ideia era afirmar a unidade nacional perante a comunidade internacional. Se havia uma divisão no território português, não seria entre colônia e metrópole, mas sim entre um Portugal continental e outro além-mar.

As alterações introduzidas em matéria colonial na revisão Constituição de 1951 têm como principal objetivo fazer frente às pressões externas favoráveis à descolonização e impedir as ingerências futuras de organismos internacionais em “assuntos internos”. No novo texto constitucional, Portugal aparece como uma “nação pluricontinental”, composta por provinciais europeias e por províncias ultramarinas, integradas harmonicamente no todo nacional uno. Como não possui “colônias”, ou “territórios não autônomos”, não precisa de prestar contas à comunidade internacional do que se passa no interior de suas fronteiras. No início dos anos 1950, o regime tenta reorientar a sua política colonial, doravante denominada ultramarina. Como fica patente ao longo do debate na Assembleia, a grande preocupação do momento, ainda que muitas vezes escamoteada, é responder às pressões internacionais do colonialismo, através da afirmação da *unidade nacional*. A tônica dominante passa a ser a “assimilação”. (CASTELO, 1998, p.58)

---

<sup>92</sup> O ano celebrava os oito séculos da nação portuguesa. Havia três datas basilares: 1140, o ano da fundação da nação; 1640, o ano do renascimento, graças ao fim da União Ibérica, e 1940, o ano do ressurgimento. (RIBEIRO, 2004).

Mesmo com as novas terminologias, Portugal passou a sofrer pressões internacionais para garantir a independência de suas colônias na África, ainda mais quando o país ingressou na ONU, em 1955. Foi nesse contexto do início da década de 1950 que as teorias de Freyre passaram a ser utilizadas pelo governo salazarista para defender as colônias. Houve, conforme já mencionamos, até mesmo convites para que o sociólogo viajasse a esses territórios. Por fim, ainda convém frisar que essa alteração na terminologia não significou substanciais mudanças na política indígena e tal discurso duraria até o fim do Estado Novo, em 1974. (CASTELO, 1998).

### **A DISSOLUÇÃO DO MUNDO QUE O PORTUGUÊS CRIOU**

Conforme nos mostra Paulo Fagundes Visentini (2012), a independência de Angola é um processo extremamente complexo, permeado por diversos atores sociais e por um caldeirão étnico. O autor pondera que, embora só se possa pensar no nacionalismo angolano com projeto político de independência a partir de meados dos anos 1950, a contestação ao domínio colonial português teve seu embrião na década de 1920, em centros culturais, como a Liga Nacional Africana e o Grêmio Africano. Outro elemento importante foi a Casa dos Estudantes do Império, criada em 1944, com o fito de incutir nas elites africanas algum apreço pela identidade imperial portuguesa<sup>93</sup> (CASTELO, 2011).

Marcelo Caetano, inclusive, considerava a Casa dos Estudantes do Império uma “filha da mocidade portuguesa”. Porém, essa filha logo começou a revelar contornos de rebeldia: quase todas as lideranças da entidade, em 1946, assinaram a lista do Movimento de Unidade Democrática (MUD):

Na passagem dos anos 40 para os anos 50, a CEI (sede e delegação de Coimbra) começa a afirmar-se como um espaço de socialização anti-salazarista, de (re)descoberta das culturas africanas, de afirmação de identidades próprias (diferentes da portuguesa e diferentes entre si), de emergência de uma consciência anticolonial, por onde passam e ‘se formam’ futuros líderes e militantes dos movimentos de libertação, nomeadamente Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos. (CASTELO, 2011, p.9).

---

<sup>93</sup> Conforme relata Castelo, essa instituição teve seu embrião com a Casa dos Estudantes de Angola, entidade privada, criada, no ano letivo de 1943-1944, para oferecer alguma assistência aos angolanos que estudassem na metrópole. Logo, apareceram outras casas provenientes de outras colônias. Preocupado, o governo português pretende fundir essas agremiações na Casa dos Estudantes do Império. A iniciativa foi endossada pelo então comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano, que acabaria agraciado com o título de presidente de honra da instituição (CASTELO, 2011).



A Casa não demorou a entrar no radar da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e houve propostas de extingui-la e criar um organismo que pudesse fornecer assistência aos estudantes da metrópole e da colônia, a fim de desmobilizar eventuais desejos de independência. No início dos anos 1960, o local já tinha cerca de 600 associados e era um catalisador de mudanças sociais, até ser fechada pela PIDE, em 1965 (CASTELO, 2011).

Além dessas instituições culturais, temos alguns atores em cena, dentre os quais devemos destacar: o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União pela Libertação Total de Angola (UNITA) (VISENTINI, 2012).

O primeiro destes movimentos, o MPLA, foi fundado em 1956, decorrente da união entre o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). O MPLA tinha base urbana, principalmente em Luanda, e orientação marxista (o que ajudava a estabelecer um profícuo contato com a União Soviética e, posteriormente, com Cuba), com diversos brancos e assimilados em seus quadros. Sua liderança, a partir dos anos 1960, era o médico Agostinho Neto, egresso da Casa dos Estudantes do Império (VISENTINI, 2012).

O segundo foi fundado em 1962, em decorrência da União das Populações Africanas (UPA) e o Partido Democrático de Angola. A agremiação se declarava contrária a brancos, portugueses e comunistas; sua base era a população Bakongo, ao norte de Angola. Seus quadros tinham pouco ou nenhum treinamento militar (VISENTINI, 2012).

A outra força era a UNITA, fundada em 1964, por Jonas Savimbi, dissidente da FNLA. Era composta essencialmente por membros de etnias do Sul (Ngangela, Chokwe e Ovimbundu). A base do partido ficava na Zâmbia e, conquanto se declarasse maoísta, tinha alguma flexibilidade ideológica, a depender do apoio recebido – algo que se revelaria explícito quando a organização passou a receber suporte da África do Sul (VISENTINI, 2012).

Havia, além disso, no plano internacional a onda de independências no continente africano, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. No que concerne a Angola, é particularmente importante a independência do vizinho Congo, em 1960, pois a imprensa deste país passou a tecer críticas ao colonialismo português (FREUDENTHAL, 1999).

No final da década de 1950, houve as primeiras ações do MPLA, a fim de arregimentar seguidores e contestar a ordem colonial. A partir do ano de 1959, a polícia

portuguesa passou a realizar prisões de membros do MPLA e enviá-los para Cabo Verde, decisão que não se revelou das mais sábias:

Essas ações do governo português, contraditoriamente, representaram a primeira vitória política do movimento, já que lhe deram a oportunidade de reconhecimento e publicidade. A partir de então, as ações do MPLA tornaram-se mais sistemáticas e coordenadas, com objetivos estabelecidos e direcionados a locais estratégicos, como a Cadeia Civil em Luanda, configurando verdadeiramente ações de uma guerrilha urbana (VISENTINI, 2012, p.51).

Temos, pois, em 1960 as primeiras manifestações angolanas em desafio ao sistema colonial português. Em fevereiro de 1961, as principais prisões de Luanda sofreram ataques, pois os rebeldes tencionavam libertar os líderes do MPLA que estavam presos. Nesse mesmo ano, o MPLA<sup>94</sup> e a UPA<sup>95</sup> (que daria origem à FNLA) organizaram ações no país e pegaram em armas contra portugueses (VISENTINI, 2012). Tinha início a sangrenta guerra colonial<sup>96</sup>.

Em 1966, a UNITA também iniciou sua participação no conflito, com a abertura de uma frente na região leste do país (VISENTINI, 2012). A distribuição geográfica do confronto, ao longo do 1,2 milhão de quilômetros quadrados de território em Angola era a seguinte: o MPLA tinha muita força na região entre Luanda e Malange, no Norte (na região da Cabinda) e no noroeste do país, na fronteira com a Zâmbia; a FNLA estava baseada na região nordeste do país e ainda dispunha de um pequeno território na região de Luanda; já a UNITA ficava no centro-leste do país. Como as forças portuguesas estavam a Oeste e o poderio bélico da UNITA era mais débil, os portugueses lograram, em 1971, um acordo com a organização: ela ficaria onde estava, deveria fornecer ao exército metropolitano informações sobre os outros beligerantes e ainda ajudar a combatê-los.

---

<sup>94</sup> Foi criada a Primeira Região Político-Militar do MPLA, em 1961.

<sup>95</sup> Visentini descreve o movimento da UPA como uma violência gratuita e indiscriminada contra as fazendas e povoados atacados.

<sup>96</sup> Antes do início oficial do confronto, temos um terrível massacre de uma revolta camponesa na região de Baixa do Cassange, perto de onde estaria situada a fazenda de Isilda. Os trabalhadores se revoltaram com as sub-humanas condições de trabalho e assassinaram funcionários da Cotonang, que praticamente detinha o monopólio do algodão no país. A repressão foi cruel – como a revolta ocorreu entre dezembro e janeiro, época da cheia dos rios e da colheita do algodão, o acesso por terra era difícil. Os portugueses resolveram o problema recorrendo a aviões e a bombas de Napalm, que ceifaram entre 5 e 10 mil vidas. (FREUDENTHAL, 1999). Conforme frisa Aida Freudenthal (1999, p.276), apesar da dimensão contestatória ante as condições de trabalho, a violência e os salários miseráveis, não é possível ver nesta revolta um projeto de independência de “uma entidade política chamada Angola”. Nem UPA nem o MPLA reivindicaram a autoria da revolta. Entretanto, de alguma forma, ela contribuiu para acelerar o processo de independência, pois, com a embora precária divulgação do massacre, as críticas externas ao colonialismo português tornaram-se ainda mais contundentes.

A situação era, pois, complexa: não havia uma única força lutando pela independência do país, mas três. Além disso, sendo Angola um território rico em petróleo e diamantes, as potências beligerantes da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, queriam o país em sua órbita de influência. Havia ainda um terceiro fator: a África do Sul temia que, se Angola fosse governada pelo MPLA, o regime do Apartheid ficaria ainda mais fragilizado na África austral (VISENTINI, 2012). Nessa caótica conjuntura transcorreu a guerra.

Acima da linha do Equador, Portugal, com o conflito, via a ditadura salazarista ruir. Afinal, além das pressões externas, o regime começou a perder apoio em decorrência do envio de jovens soldados à África. Em um primeiro momento, o Estado Novo apelou para um discurso de sacrifício e abnegação e sequer chamava o que acontecia nas colônias africanas de guerra, mas sim de ações de soberania (RIBEIRO, 2004). Porém, à medida que esses homens voltam do confronto, seus relatos, suas experiências e os horrores que vivenciaram acabaram por abalar as estruturas do salazarismo:

A realidade por detrás desta ficção tornava-se visível na esfera privada, com a mobilização de filhos, irmãos, namorados ou maridos para a guerra, com as cartas que traziam notícias dessa guerra distante, com um telegrama oficial, com o regresso dos militares a contar histórias de África, com o regresso dos mortos e dos estropiados, com as deserções, as fugas, “a salto” -, e todo um conjunto de situações que foi começando a corroer por dentro o regime e o seu discurso. Vivida, por uns e por outros e por razões muito diversas, como “inconfessável”, a guerra foi, com os seus excessos, o seu suor, o seu cansaço, as suas lágrimas e o seu absurdo, asfixiando o nó sagrado que desde a Exposição do Mundo Português se tinha traçado entre nação, império e regime, acabando por despoletar o seu fim. (RIBEIRO, 2004, p.178)

O saldo de mais de 1 milhão de portugueses que lutaram na guerra contribuiu para que o regime salazarista acabasse ruindo, em 25 de abril de 1974 (MAXWELL, 2006). No entanto, a questão das independências, sobretudo a de Angola não seria tão facilmente resolvida. Além disso, a saída de Portugal não significou, de modo algum, o fim do conflito.

Aliás, se dependesse do General Spínola, sequer a independência de Angola, datada oficialmente de 11 de novembro 1975, teria ocorrido. Ele desejava criar uma Federação de Países Lusófonos e conceder as independências às colônias no espaço de uma geração, proposta não aceita pelo Movimento das Forças Armadas, organizador da Revolução dos Cravos, que dentre suas ambições estava a retirada imediata dos portugueses do território africano (MAXWELL, 2006).

Spínola renunciou em setembro de 1974<sup>97</sup>. Em janeiro do ano seguinte, foi celebrado o acordo de Alvor, que previa a formação de um governo de coalizão, com representantes dos três movimentos, MPLA, FNLA e UNITA, bem como do governo português, a fim de arbitrar conflitos e preparar o país para a independência, marcada para novembro. Os três movimentos concordaram em manter a mesma posição militar em que estavam; em fornecer, cada um, oito mil homens para o exército nacional (além dos 24 mil soldados portugueses que lá estavam e, de lá saíram, em fevereiro de 1976); bem como a realização de uma assembleia constituinte, ainda antes da independência oficial (MAXWELL, 2006).

Os termos do acordo, porém, não foram respeitados e as ostensivas hostilidades entre os movimentos beligerantes fizeram com que a continuação da guerra fosse o trágico destino de Angola. Já em fevereiro de 1976, os conflitos haviam recomeçado (VISENTINI, 2012). A geopolítica dessa guerra era basicamente o apoio soviético e cubano ao MPLA; americano à FNLA e sul-africano à UNITA.

Em meio a esse caos, enquanto Angola era uma espécie de arena de combate dos protagonistas da Guerra Fria, o país se viu com uma infraestrutura precarizada. Afinal, como a sociedade colonial impunha diversas restrições à cidadania e negava a educação especializada aos indígenas, os colonos portugueses ou de ascendência lusitana nascidos em Angola compunham a mão de obra especializada do país. Dado que eles fugiram do país com a violência da Independência e da Guerra Civil, Angola se viu sem quadros competentes. Não demorou muito para que a nova nação ficasse com a produção e a administração inertes. Além disso, em decorrência do conflito, diversas pontes, estradas e veículos de transporte foram destruídos, conforme atesta Visentini.

De fato, com o êxodo português, em 1975, a economia angolana ficou devastada. A maioria dos imigrantes portugueses, administradores econômicos governamentais, ao deixarem o país, levaram consigo capital, veículos de transporte, boa parte da frota pesqueira e - o que era ainda mais importante - a experiência gerencial e a maioria dos trabalhadores qualificados e técnicos que administravam a máquina estatal de forma monopolista. Ainda que o novo governo dispusesse dos meios materiais para reerguer a economia angolana, ele tinha sérias dificuldades para encontrar pessoal qualificado para geri-la” (VISENTINI, 2012, p.68)

Houve ainda episódios de ataques espontâneos de ex-colonos e da população branca a musseques e áreas depauperadas do país (MAXWELL, 2012). Era um cenário dantesco de um confronto que, de forma não linear, perduraria até o início do século XXI.

---

<sup>97</sup> Antes disso, urdiu para excluir o MPLA da mesa de negociações. UNITA e FNLA também tentaram a exclusão do MPLA (VISENTINI, 2012.)

A independência, em um primeiro momento, para esta pobre nação não significou libertação, paz ou justiça, mas uma espiral de violência cujo fim não era possível vislumbrar.

Foi neste ambiente que Isilda, quiçá seguindo os conselhos de Eduardo, seu pai, escolheu ficar em Angola, mesmo depois de embarcar os filhos e a nora para Portugal: “(...)e portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos, mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos bailundos, mas não saias de Angola...” (ANTUNES, 2007a, p.265).

Ela ficou, mas sequer sobreviveu ao fim da Guerra Civil. Apegada à ilusão do dinheiro e do poder, se viu destituída de tudo, enquanto os campos de algodão, de girassóis e a própria nação angolana ardiam ao seu redor.

## QUE FAREI QUANDO TUDO ARDE?

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise de *O esplendor de Portugal* impõe uma série de desafios. Um dos quais advém da própria estrutura narrativa do romance. Afinal, a obra, conforme já frisado, possui quatro narradores: a mãe, Isilda; e os filhos, Carlos, Rui e Clarisse. A primeira, uma grande proprietária de uma fazenda de algodão e girassóis, após a independência de Angola, imbuída de um forte sentimento de propriedade, se recusou a deixar o país, porém, em 1978, enviou seus filhos para Portugal, de onde, na noite de 24 de dezembro de 1995, os três rememoram a vida em Angola, enquanto fornecem detalhes da errática existência em Lisboa. Eventualmente, mais de um membro da família narra o mesmo episódio, o que, conforme frisa Manuela Margarida Duarte Chagas (2003), permite que vejamos o acontecimento por mais de uma lente.

Assim sendo, optamos por dividir a análise em dois capítulos: este se ocupará da matriarca do romance; o subsequente tratará da condição de retornados dos irmãos em Lisboa e das obsessivas memórias que jorram em seus relatos.

Neste capítulo, exploraremos: o papel da família de Isilda na rede de exploração colonial; as diferentes temporalidades que se entrecruzam nos relatos; o vínculo subjetivo de Isilda com Angola, à luz da tenacidade dela em relação à fazenda, mesmo com o dantesco cenário da Guerra Civil; o ciclo de violência perpetrado e sofrido pela personagem; e as dinâmicas de funcionamento da memória no romance. Pela própria estrutura do livro, essas seções não serão necessariamente separadas assim, mas poderão aparecer juntas quando analisarmos os episódios narrados nos capítulos. Para essa análise, utilizaremos novamente a pesquisa de Fernanda Fátima da Fonseca Santos, já empregado no capítulo anterior; bem como “As ruínas da casa portuguesa em *Os cus de Judas e O esplendor de Portugal*”, de Margarida Calafate Ribeiro (2006); “O esplendor de Portugal ou a impossibilidade de aprender a liberdade”, de Teresa Cristina Cerdeira (2016); “O avesso do esplendor e os restos do império: a descolonização em *O esplendor de Portugal*”, de Leonardo von Rommel (2017) *O tempo vivo da memória*, de Ecléa Bosi (2003); e *A memória, a história e o esquecimento*, de Paul Ricouer (2007). Sendo assim, em um primeiro momento, faremos um inventário comentado dos principais episódios narrados nos capítulos da matriarca e, posteriormente, teceremos mais algumas considerações sobre os episódios narrados.

Nosso fito, neste capítulo, é demonstrar como a forma do relato de Isilda imita o de Portugal durante o século XX, mais especificamente nos anos do salazarismo, que, mesmo inserido na rede de exploração capitalista mundial, mergulhou em seu passado colonial e usou de seu suposto e falacioso direito histórico à colonização para perpetrar toda sorte de ignomínias, abusos, violências<sup>98</sup>.

### UMA JORNADA DANTESCA

A questão da temporalidade no romance (e nos relatos de Isilda) é complexa e se apresenta de multifacetadas e complexas maneiras. Nesse sentido, *O esplendor de Portugal*, é marcado por: uma diferença superficial entre o avanço cronológico, nos capítulos correspondentes a Isilda, e a imobilidade nos dos filhos; um contraste entre o suposto registro diarístico<sup>99</sup>, sugerido pelas datas que batizam os capítulos, e a precariedade de referências ao presente<sup>100</sup>; e a presença das memórias do passado como um alento perante a caótica realidade vivida.

Em um primeiro momento, a diferença na estrutura dos capítulos narrados por ela e os dos filhos é que os dela, ao menos nos títulos, avançam cronologicamente, uma vez que se iniciam em 24 de julho de 1978, pouco depois de embarcar os filhos para Portugal e terminam em 24 de dezembro de 1995<sup>101</sup> (mesma data em que transcorrem todos os capítulos dos filhos). Tentaremos mostrar, ao longo da análise, que esse avanço é meramente ilusório, pois, os tempos da narrativa e da narração raramente coincidem, uma vez que à medida que os capítulos transcorrem, a narradora, cada vez mais, mergulha no passado. Isilda revira as entranhas do seu passado e da sua família, evocando tempos anteriores ao seu nascimento e permitindo a interferência de outros narradores (Eunice, sua mãe; Eduardo, seu pai; um falso dentista e o comandante de polícia, de quem fora amante). Assim sendo, podemos afirmar que um dos movimentos do relato de Isilda é essa relação dialética entre oos tempos da narrativa e da narração, deixando suas crenças e valores incólumes ao transcorrer dos anos e às tragédias à sua volta. Para tanto, será preciso retomar o conteúdo de cada capítulo da matriarca.

---

<sup>98</sup> Essa correspondência entre o discurso de Isilda e o do colonialismo português também é percebida por Rommel (2017).

<sup>99</sup> Cerdeira menciona o contraste entre a estrutura diarística e a ausência de coesão e coerência, inerentes a um texto escrito.

<sup>100</sup> Esta característica também está presente no relato dos filhos.

<sup>101</sup> Os capítulos narrados por Isilda correspondem a estas datas: 24 de julho de 1978; 5 de junho de 1980; 21 de junho de 1982; 4 de dezembro de 1984; 26 de fevereiro de 1986; 1 de setembro de 1987; 6 de janeiro de 1988; 10 de maio de 1988; 13 de agosto de 1989; 11 de outubro de 1990; 25 de março de 1991; 10 de abril de 1993; 14 de novembro de 1994; 27 de setembro de 1995; e 24 de dezembro de 1995.

## 24 de julho de 1978

Começamos pela primeira parte do romance, em que se revezam os relatos de Carlos e Isilda. No capítulo inaugural da matriarca (o segundo da obra), em data pouco posterior ao embarque dos filhos a Lisboa, 24 de julho de 1978, ainda que ela comece o relato no presente, temos referências muito esparsas a esse período e logo ela transita para o passado. Observemos o parágrafo inicial:

Há qualquer coisa de terrível em mim. Às vezes à noite o murmúrio dos girassóis acorda-me e sinto o ventre aumentar na escuridão do quarto com aquilo que não é um filho, não é um inchaço, não é um tumor, não é uma doença, é uma espécie de grito que vai sair não pela boca mas pelo corpo inteiro e encher os campos como o uivo dos cães, e então deixo de respirar, agarro com força a cabeceira e os mil caules do silêncio flutuam devagarinho no interior dos espelhos, aguardando a claridade pavorosa da manhã. Em alturas assim penso que estou morta, cercada de cubatas e algodão, a minha mãe morreu, o meu marido morreu, os lugares deles sumiram-se da mesa e o que habito *agora* [grifo nosso] são compartimentos e compartimentos vazios cujas lâmpadas acendo ao crepúsculo para enganar a ausência. Em criança, antes de voltarmos a Angola, assisti ao linchamento do louco da vila em Nisa. Os gaiatos tinham medo dele os cachorros fugiram se calhava passar, roubava tangerinas, ovos, farinha, plantava-se no altar-mor insultando a Virgem, um dia abriu a barriga de um vitelo do pescoço às virilhas, o animal entrou no largo a tropeçar nas tripas, os camponeses da herdade pegaram no louco (ANTUNES, 2007a, p.25).

Notemos que a narradora começa seu relato por uma sensação do presente: a angústia de dormir e acordar em uma casa sem os seus familiares para logo saltar ao passado, à infância. Em seguida, se lembra: do diagnóstico do médico a Rui, seu filho (gerando certa contiguidade para com o relato do louco); das gestações em que abrigou Rui e Clarisse em seu ventre; do saque sofrido na volta à fazenda após embarcar os filhos; da predileção de Carlos, na infância, pela empregada Maria da Boa Morte; de uma recepção suntuosa que seus pais ofereceram; do ciúme da mãe, Eunice, perante uma mulher francesa, suposta amante do marido, Eduardo; de um chapéu que usara quando mais jovem e do qual gosta muito; da precária e destruída infraestrutura do país, no momento do regresso de Luanda à fazenda; da negação dos problemas, mesmo com o horror da guerra; da compra do apartamento na Ajuda; dos enterros do pai e do marido; das ações de sabotagem da UNITA; da diferença social entre a esposa de Carlos, Lena, e a família da narradora. Além disso, ainda se preocupa com o destino dos filhos em Portugal. Ao fim, após tratar de tão variados temas de forma não linear, sobrepõe algumas das imagens em um delírio:



(...) de volta à fazenda mesmo antes de escrever aos meus filhos a informá-los que cheguei bem, estou bem, hei-de estar bem, não haverá maçadas com a safra deste ano, se não vendemos a Portugal vendemos à Tailândia, entendo-me com os russos ou os americanos do petróleo lavrando o mar em Cabinda, no regresso de Luanda, sem responder às vénias do Damião, espanejando loiças, de bata cinzenta que lhe conferia uma pompa de cónego, subi ao sótão, procurei na arca o chapéu esfiado pelas traças, o esqueleto de gaze que levei comigo quando fomos à Europa, visitei Paris com ele, passei-o em Barcelona, tranquei a porta do meu quarto à chave, olhei-me ao espelho mesmo sem batom nem sombra nas pálpebras, amanhã mando arranjá-lo na costureira de Malanje, remendo a copa, dou um jeito na aba, uns pontinhos que mal se notam os buracos do véu, aguardo um mestiço barbudo da Muxima a levantar o braço para me abrir o ventre do pescoço às virilhas  
*não se aflijam que começamos a semear na terça*  
e entro na cozinha, pata aqui pata ali, tropeçando nas tripas, trombando como um vitelo morto de encontro ao fogão (ANTUNES, 2007a, p.37).

Em primeiro lugar, convém notar que a estrutura diarística<sup>102</sup> é subvertida. Afinal, se a respeitasse, a narradora deveria tratar da data de julho de 1978 ou dos dias que a antecederam. Outra subversão à estrutura do diário é o fato de que, conforme pontua Cerdeira (2016), o relato está eivado de marcas de oralidade e não possui a coerência e a coesão inerentes a um texto escrito, como é o caso do diário. Ela ainda frisa que um dos paradoxos do romance é coexistência de relatos delirantes com uma arquitetura tão ordenada (para além das datas como títulos dos capítulos, temos a divisão tripartite do livro, com onze capítulos em cada seção). Além disso, em que pese as diversas referências ao passado, este primeiro exemplo é o de um capítulo em que há muitos elementos do momento da narração na narrativa. À medida que o romance transcorre, o passado vai se fazendo cada vez mais presente no relato de Isilda.

### **5 de julho de 1980**

No segundo capítulo que lhe corresponde, sentada à frente do espelho e com dificuldade de se reconhecer, começa a se recordar de Amadeu, seu marido. Nas lembranças, emergem o alcoolismo; o tempo em que o conheceu<sup>103</sup>; a resistência dos pais após o patético encontro com o então noivo; a visita à unidade da Cotonang (onde ele trabalhava, antes do casamento); a cerimônia de matrimônio; o desinteresse dele pelo comando da fazenda; o descontentamento da narradora com o papel de administradora que se vira obrigada a assumir; depois, investida da função, de uma negociação com um transportador de trabalhadores africanos; do recente assassinato de um padre; de broncas

---

<sup>102</sup> Calafate Ribeiro (2006) utiliza essa expressão de um diário subvertido, mas para descrever os relatos dos filhos, pois considera-os um diário estagnado na noite de 24 de dezembro de 1995.

<sup>103</sup> Convém frisar que, no relato de Isilda, a referência ao alcoolismo do marido precede a ida à unidade da Cotonang, o que demonstra a ausência de linearidade nos relatos.

em Carlos na infância e do fato de o apartamento da Ajuda estar em nome dele; do contato com o bispo, quando era mais jovem. Ademais, ela ainda manifesta sua angústia com a situação vivida em Angola, com a improdutividade da fazenda (tributária do caos existente no país) e com a ausência de comunicação com os filhos<sup>104</sup>. Por fim, o capítulo termina com uma nova – e tétrica – sobreposição alucinatória de imagens: “os brincos de pérola, o batom, o pó-de-arroz, o perfume, estendida na cama à espera dos cubanos, desejando que os cubanos venham e me dêem um tiro” (ANTUNES, 2007a, p.68).

Note-se, pois, que, novamente, ao contemplar uma imagem do presente a narradora vai evocando o passado, de modo não linear ou cronológico, em um vertiginoso fluxo de consciência. Embora ela, por vezes, volte ao presente, não consegue permanecer nesse regularmente nesse tempo. No fim, o capítulo se encerra com uma condensação de algumas das imagens mencionadas em uma mórbida projeção. As projeções ficam ainda mais fortes nas outras partes dos livros, as que ela divide a narração com Rui e com Clarisse.

### **21 de junho de 1982**

O próximo capítulo, justamente o que ocorre a ocupação da casa, sequer é possível saber se ela começa o relato pelo presente:

Compreendi que a casa estava morta quando os mortos principiaram a morrer. O meu filho Carlos, em criança, julgava que o relógio da parede era o coração do mundo e tive vontade de sorrir por saber que há muito que o coração do mundo, o verdadeiro coração do mundo não estava ali connosco mas além do próprio bosque de sequóias, no cemitério onde no tempo do meu pai enterravam lado a lado os pretos e os brancos do mesmo modo que antes do meu pai, na época do primeiro dono do girassol algodão, sepultaram os brancos que passeavam a cavalo e davam ordens e os pretos que trabalharam as lavras neste século e no anterior e no anterior ainda, um retângulo vedado por muros de cal, o portão aberto à nossa espera com um crucifixo em cima, lousas e lousas sem nenhuma ordem nem datas nem relevos nem nomes no meio do capim, salgueiros que não cresciam, ciprestes secos, um plinto para as despedidas em que os gatos do mato dormiam, enfurecendo-se para nós proibindo a entrada. O autêntico coração da casa eram as ervas sobre as campas ao fim da tarde ou no princípio da noite, dizendo palavras que eu entendia mal por medo de entender, não o vento, não as folhas, vozes que contavam uma história sem sentido de gente e bichos e assassínios e guerra como se segredassem sem parar a nossa culpa, nos acusassem, repetindo mentiras, que a minha família e a família antes da minha família tinham chegado como salteadores e destruído África, o meu pai aconselhava  
– Não ouças (ANTUNES, 2007a, p.83-84)

---

<sup>104</sup> Nos relatos de Carlos, já no primeiro capítulo, sabemos que ele sequer abre as cartas da mãe.

Este fragmento é muito interessante em diversos aspectos. O primeiro, conforme já mencionado, é que diferentemente dos outros inícios de capítulos em que ela começa no presente para evocar o passado, neste não é possível saber quando se deu a compreensão da morte da casa, se no momento da narração ou antes disso. O mais lógico seria que antes. Afinal, ela inicia já o relato no pretérito perfeito<sup>105</sup>. A conexão com o presente, vai, portanto, ficando mais frágil. O segundo é que, conforme frisa Santos (2016), existe um esforço da parte do autor de estabelecer uma relação de continuidade e causalidade entre as atrocidades do passado (perpetradas pela família de Isilda) e do presente (sofridas pela família do narrador). Além disso, como vemos pelo excerto, ela e o pai ignoram a cota de culpa que têm pelas violências sofridas no momento presente, como se a colonização portuguesa tivesse sido, de alguma forma, branda (SANTOS, 2016).

Posteriormente, ainda no terceiro capítulo, Isilda começa um processo em que deixa de se reconhecer, por começar a, de fato, perder a condição de proprietária.

visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e que me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia as eduquei e me pertencem, e nisto, ontem, na semana passada, pode ser que no último mês, o capim calou-se, as copas dos salgueiros calaram-se, os ramos dos ciprestes desistiram de falar, os meus passos sumiram-se do corredor, *deixei de distinguir minha sombra* [grifo nosso], as lâmpadas dos rostos nas molduras, fundidas, apagaram-se e entendi que os mortos começaram a morrer e a casa com eles, o esqueleto da casa com pedaços de cartilagens de reposteiros e de quadros suspensos dos ossos, o esqueleto da casa sem ninguém excepto eu, as criadas, a trepadeira da varanda a amortilhar-nos no seu lençol de insectos. Foi de certeza por isso que o Damião se foi embora: ao acordar-me esta manhã não trazia as luvas nem o casaco nem os botões doirados: vinha descalço, sem brilhantina, com uma camisa do meu marido que lhe dei há séculos na condição de não a vestir à minha frente, tornara-se como os tropas do governo que ocupam sanzala agora à espera dos guerrilheiros da Unita ou dos sul africanos ou dos mercenários ocupados a perseguir os leitões que os cubanos se esqueceram de levar ao fugir no que cuidavam ser a direcção de Luanda e não era mais que uma armadilha na primeira ou segunda curva da picada, a tropa do Governo com um cabinda de alpercatas e óculos escuros intitulado-se alferes a subir as escadas da porta principal, a bater, a exigir a minha cama para si e o resto da casa para os soldados tontos de liamba que pegavam as bazucas ao contrário me plantavam mandioca no charcos do arroz  
- Camarada (ANTUNES, 2007a, p.84)

Nesse momento, Isilda recua ainda mais no tempo do que em relação ao capítulo anterior: recorda-se de uma caçada em que seu padrinho a ensinara a atirar e criticava a imperícia da jovem no manuseio de armas. Nesse dia, porém, Sansão, o filho bastardo do

---

<sup>105</sup> O segundo capítulo correspondente a Isilda começa com: “Quando à noite me sento ao toucador para tirar a maquilhagem, pergunto-me se fui eu que envelheci ou se foi o espelho do quarto” (ANTUNES, 2007a, p.55).

padrinho, assassinou-o com um tiro, em uma recordação descrita ao longo seis páginas e que termina assim:

- Sansão

o filho que o escoltava sempre, trotando de sandálias rente à garupa da mula, a largar os binóculos, a encostar a carabina ao peito, a destravá-la, a subir o cano sem pressa até às omoplatas do meu padrinho, a chamá-lo de manso sem que me desse conta que era a primeira vez que lhe escutei a voz

- Pai

e era dia agora porque se percebiam os ramos molhados e as ervas e os primeiros insectos, a chita fora-se, o bode recomeçara a gritar, o meu padrinho encarou o mestiço durante a eternidade de uma vida, continuou a encará-lo no chão cobrindo a nódoa roxa da blusa como uma fraqueza de que se envergonhava ao mesmo tempo que o filho numa serenidade vagarosa sem arrogância nem zanga, tornava a carregar a arma, a encostá-la no peito, a apontá-la alheio ao bode e a nós e ao velho comandando num cochicho como eu no topo da escada para o cabinda do Governo

- Põe-te na rua

o meu padrinho a tentar erguer-se, a expulsá-lo com a bota, a tentar que o corpo inteiro se lhe vestisse de dedos a repetir

- Põe-te na rua

sem arrogância nem zanga também como se ralhasse a um menino ou castigasse uma asneira, quase com doçura, com afecto (ANTUNES, 2007a, p.88-89).

Posteriormente, o soldado do MPLA toma a propriedade de Isilda em definitivo:

a entregar-me a página informando que o Governo acabava de requisitar o que me pertencia, decidir utilizar o que me pertencia até ao termo da guerra, o cabinda sentado e eu em frente dele, eu a preta, a criada, a bailunda do Huambo, em frente dele a ler o papel, a lê-lo de novo, a repetir a leitura enquanto o alferes se penteava ao espelho com o meu pente e experimentava a minha laca

- A tua casa é do povo camarada

a minha casa trocada por uma página de bloco quadriculado com manchas de gordura e carvão, soldados no quarto da minha mãe, nos quartos dos meus filhos (ANTUNES, 2007a, p.92).

É curioso que Isilda se recorde de uma cena em que há um negro (oprimido) a assassinar um branco (opressor). A matriarca traz à tona uma lembrança em que a posição de poder do colonizador é questionada, e que parecia ser a única referência de questionamento às injustiças de que ela dispunha. Além disso, a exemplo do padrinho, que, conquanto não trate o bastardo com a afeição destinada a um filho, o que já evidencia mais uma violência da sociedade colonial, pensa que este fizera uma asneira e o reprime com certa doçura (na visão da narradora), ela também adota esse tom condescendente ao avaliar a situação de perda do imóvel, pois na visão dela, os angolanos acreditavam “(...) na ilusão de não obedecerem aos russos e aos cubanos, estarem livres dos portugueses e mandarem na gente, nos humilharem e saquearem no cais à partida dos barcos de Lisboa” (ANTUNES, 2007a, p.91).

Santos (2016) avalia que Isilda é capaz de enxergar criticamente os interesses as forças em jogo à época da Guerra Civil Angolana, entretanto, tal qual seu padrinho, ignora a parcela de culpa dos colonos portugueses. Além disso, ainda segundo Santos (2016) o elemento comum a toda a narração é a violência, que perpassa o colonialismo e a independência do país.

Como a identidade de Isilda está inexoravelmente ligada à propriedade (SANTOS, 2016), este evento é recordado com mais detalhes e a manutenção do presente da narrativa e da narração<sup>106</sup> é mais longa do que nos demais capítulos. Posteriormente, porém, já formalmente<sup>107</sup> destituída de posses, o vínculo com o presente se tornará mais fragmentado, a coesão e a coerência se tornarão mais precárias e, cada vez mais, o passado será uma espécie de abrigo para a narradora.

#### **4 de dezembro de 1984**

Este capítulo apresenta uma segunda fase da perda da propriedade. Afinal, ela é desalojada para a cozinha de sua casa e ainda realiza um trabalho manual: junto com Maria da Boa Morte, enterra o ex-empregado Fernando, executado pelo MPLA. Além disso, outro indício da perda do poder é o fato de que o militar do MPLA a trate por “tu”, quando lhe indaga onde ela escondera o comissário de polícia, ex-amante da narradora e ela o entrega. Desesperada, então, Isilda começa a se recordar do tempo em que, elegantemente vestida, frequentava os bailes do Clube Ferroviário: “e tinha a certeza de nunca ser velha nem com rugas nem com cabelos grisalhos nem doente e a orquestra tocaria no palco até o fim dos tempos” (ANTUNES, 2007a, p.114).

São nessas lembranças que busca abrigo enquanto tudo se desintegra à sua volta. Afinal, como o próprio fragmento sugere, a eterna performance da orquestra poderia aludir à perenidade da opulência da família de Isilda, que sempre mandaria em Angola. Além da música, a narradora também se recorda dos elogios ao vestido que usava, porém o peso da realidade se faz mais presente na narração e ela projeta a mãe apalpando-lhe e admirando o traje que, de fato, veste: o pano do Congo. É curiosa essa estrutura da narração de Isilda. Afinal, não temos uma personagem tentando sobreviver ao presente e

---

<sup>106</sup> Neste capítulo, ela ainda se lembra de quando deu ao marido dinheiro para a compra de Carlos, do conselho do pai de que os africanos detestavam os portugueses e do momento em que o criado Damião comunica à patroa que está abandonando a fazenda.

<sup>107</sup> Ou tão formalmente quanto possível, uma vez que o MPLA requisita a casa da narradora entregando-lhe um pedaço papel engordurado, como vimos no fragmento da página anterior.

sendo impedida pelos traumas do passado, mas sim alguém que deseja ressuscitar o passado, enquanto é assombrada pela realidade presente.

### **26 de fevereiro de 1986**

Este capítulo já se inicia em uma investigação sobre o passado: a narradora tenta lembrar o momento em que Maria da Boa Morte deixara de chamá-la de Isilda, para utilizar o pronome senhora. É como se, após ser tuteada pelo militar do MPLA, pela lembrança, ela conseguisse, de alguma forma, atenuar a realidade que vivia e resgatar o que seria para ela o correto uso dos pronomes de tratamento na sintaxe do colonialismo.

Nesse capítulo, vemos como Isilda, ainda criança, começa a perceber a perversa arquitetura do sistema colonial, quando visitava o espaço da sanzala: “(...)sentia-me melhor na sanzala do que em casa porque na sanzala todos me obedeciam e se levantavam quando eu entrava e em casa para além de me levantar eu tinha de obedecer a toda a gente (...)” (ANTUNES, 2007a, p.136).

Note-se que, conforme podemos notar neste episódio, muito cedo Isilda começa a sentir o gosto da vã glória de mandar. Ela logo percebeu que, naquele ambiente, havia qualquer coisa diferente que a fazia ter um poder que, em sua própria casa, não possuía. Nesse sentido, de alguma maneira, o deleite dela é similar ao de Eulálio, que manda Balbino subir às árvores para apanhar mangas e cogita ter relações sexuais com este simplesmente por gostar do fato de que o poder de que o narrador de *Leite derramado* dispõe lhe permite tais atitudes. Entretanto, se o mando de Eulálio é cordial, encoberto por uma falsa proximidade de um apelido carinhoso, dado que Balbino pergunta se “Lalá” quer manga, em *O Esplendor de Portugal* isso não acontece, pois a proximidade que Maria da Boa Morte e Isilda um dia tiveram – a ponto de a narradora tê-la considerado uma irmã (ANTUNES, 2007a, p.137-138) – é logo podada pela madrinha desta, que chamou Maria da Boa Morte de “preta nojenta”, fazendo a narradora se atentar para a hierarquia construída entre esses dois seres humanos: “e suspeitei pela primeira vez que a Maria da Boa Morte e eu não éramos iguais por a minha madrinha me não chamar preta nojenta, me não olhar num desgosto indignado, suspeitei que a Maria da Boa Morte era inferior a mim...” (ANTUNES, 2007a, p.139).

Assim, Isilda cresce absorvendo e propalando esses preconceitos. É importante notar como, antes da mudança do pronome, parecia haver uma relação de cumplicidade entre as duas que é transpassada pela ordem colonial, o que nos permite afirmar que, no

romance – e quiçá na vida –, o colonialismo vem a ser um mecanismo de atrofia dos afetos, conforme podem indicar os fragmentos:

(...) eu jogando às cartas no terraço e ela [Maria da Boa Morte] a semear mandioca na lavra embora se me afigurasse impossível que nos separássemos um dia, deixássemos de apanhar enguias no rio e comer muamba na esteira, a mim que aos cinco ou seis anos me apetecia ser preta (...) afigurava-se-me impossível que deixássemos de ser irmãs (ANTUNES, 2007a, p.137-138).

(...) [Maria da Boa Morte] segurando-me o braço para me afastar dos crocodilos do Cambo, não por amizade, por egoísmo, pelo luxo de dormir no meu quarto  
(a espertalhona) (ANTUNES, 2007a, p.141).

No segundo excerto, Isilda, já adulta, está fugindo junto com Maria da Boa Morte e com Josélia. No entanto, a narradora, tão cega está pela superioridade econômica e social que ainda acredita ter, que é incapaz de enxergar um gesto de afeto ou proteção.

Além disso, convém frisar que a fuga da fazenda é narrada muito brevemente, em contraste com as diversas repetições e sobreposições de imagens do passado: “a casa que deixámos ontem a caminho da Chiquita, a Maria da Boa Morte, a Josélia e eu...” (ANTUNES, 2007a, p.138), o que indica a ojeriza e o medo que essa narradora tem da realidade presente – que tornar-se-á ainda mais dantesca na parte seguinte do romance.

### **1 de setembro de 1987**

Em seu primeiro capítulo na parte de Rui, Isilda não narra a existência errante depois de abandonar a fazenda<sup>108</sup>, mas se recorda de diversas lembranças do passado: da gestação em que gerou Clarisse; da inapetência sexual do marido; do jogo de baralho dos pais – permeado pelas provocações de Eunice para com Eduardo; das ameaças de suicídio de Josélia; do pai com as palavras cruzadas; da vinda de Carlos para a família, pouco depois do nascimento dele; e das visitas aos tios em Moçâmedes. Vê-se, pois, como, desta vez quase que totalmente, os tempos da narrativa e da narração já não coincidem. É sintomático que isso aconteça justamente no momento seguinte à saída da fazenda. Desprovida de propriedade, a narradora se refugia no passado e não oferece informações concernentes ao seu presente.

---

<sup>108</sup> Ela se lembra de que Carlos está no apartamento da Ajuda e aventa a hipótese de que ele possa ir até Angola resgatá-la.

## 6 de janeiro de 1988

Neste capítulo, após ignorar a realidade à sua volta, Isilda, incapaz de aceitá-la, começa por negá-la:

Não é verdade, não pode ser verdade que isto esteja a acontecer: continuo na casa da fazenda com o meu marido e os meus filhos, os bailundos pregam espantalhos para afastar os pássaros do arroz, a minha mãe no quarto do primeiro andar chama a Josélia aos gritos, não trago um pano do Congo amarrado à cintura, trago um vestido, nunca morei em palhota nenhuma sobretudo na Chiquita, a aldeia onde passávamos de visita ao meu padrinho, o comércio deserto, as colunas do chefe de posto reduzidas a vigas de metal, duas ou três árvores, um círculo de cubatas que a poeira do jipe dissolvia no susto das galinhas, nunca andei descalça com matacanhas nos dedos, seja onde for preciso da minha almofada para conseguir dormir e portanto não é verdade, não pode ser verdade que isto esteja a acontecer, a Josélia que herdei da minha mãe bebia às ocultas o álcool das feridas, mostrava-lhe o frasco vazio

- Josélia

a Josélia confusa derrubava talheres em gestos que lhe desobedeciam, corria atrás das próprias mãos como de duas borboletas diferentes

- Desculpa senhora (ANTUNES, 2007a, p.183).

Assim, os símbolos da decrepitude de Isilda em Angola são lembrados (o pano do Congo, a saída da fazenda e a ausência dos familiares) e acrescidos de outros (a ausência de calçados e da almofada para dormir). É curioso que ela enuncie a realidade do presente negando-a, como se, nesse momento, nem as lembranças do passado fossem capazes de lhe proporcionar algum arremedo de abrigo em relação ao mundo que se desintegra ao redor de si. Isso, porém, não significa a inexistência de alusões a outras épocas<sup>109</sup>; elas estão presentes, porém, dentre os capítulos da parte de Rui, este é o que estabelece mais sólidas conexões com o presente.

Logo depois da cena descrita, Isilda relata os cuidados que Josélia, outra empregada da fazenda, demonstra para consigo como uma espécie de despeito. Primeiro, ela cita a ocasião em que a antiga empregada lhe oferecia alimentos e a instava a dormir e a acordar, sempre utilizando verbos no imperativo e na segunda pessoa do singular: “engole”, “deita” e “levanta” (ANTUNES, 2007a, p.184).

Este capítulo mostra que, se a posse da fazenda ficou no passado, o sentimento de propriedade em relação a Josélia e Maria da Boa Morte, anteriormente enunciado<sup>110</sup>, não. Em sua visão, as duas criadas são suas propriedades. Convém notar que tão aguda é a percepção de posse que ela nutre por essas mulheres que, mesmo depois de terminado o

---

<sup>109</sup> Ela se lembra da infância, do tio paterno que discursava contra a exploração dos africanos, por exemplo.

<sup>110</sup> “visto que moro no que me pertence, na quinta que fizemos e que me pertence como a Maria da Boa Morte e a Josélia as eduquei e me pertencem” (ANTUNES, 2007a, p.84).



domínio colonial, quando Josélia informa a militares do MPLA que Isilda não era sua patroa, e sim sua comadre, a narradora fica extremamente incomodada com a disfarçada intimidade, mesmo que a mentira tenha o propósito de salvar-lhes a vida. Para Isilda, a atitude de Josélia é tomada “não por amizade, mas pelo gosto de humilhar-me” (ANTUNES, 2007a, p.189). Ou seja, nem o risco de morte a faz abolir a hierarquia racista do colonialismo, impedindo-a de reconhecer um gesto de amizade e de proteção. Mais um exemplo, portanto, de como o racismo atrofia o afeto, fazendo a narradora distorcer uma atitude perspicaz e impedindo a existência do sentimento de gratidão. Temos novamente a ordem social erigida no colonialismo a servir como um mecanismo de atrofia dos afetos e de cegueira.

Neste capítulo, temos ainda uma curiosa manifestação de racismo quando Isilda se ilude de que sua situação possa melhorar:

...mercenários brancos como eu que me dariam comida de branco a comer, não escaravinhos, não formigas, me ofereceriam dinheiro, indenizariam, entregariam aos americanos, levariam para uma casa autêntica mesmo que não fosse minha com paredes autênticas e soalho autêntico, camas, colchões, chuveiros, sofás, pratos, mesas, passadeiras, toalhas, pessoas que eu entendesse e me entendessem, de quem compreendesse os sentimentos e as ideias em lugar de uma lógica sem lógica alguma, tropas mutilados que eles também não olhavam a reunirem-se contra as colunas da vivenda e o ímpeto de braços cegos da vinha-virgem (ANTUNES, 2007a, p.189).

Entretanto, ela é ignorada por esses soldados e ainda presencia quando eles decapitam os que sobreviveram, cena que volta à sua memória e a faz projetar que está sendo degolada por eles (p.194). Ao final do capítulo, a narradora, ainda se valendo do recurso da negação, compõe mais uma tétrica sobreposição de passado e presente:

eu na Baixa do Cassanje, no terraço com os meus pais vestida de branco, de laço branco nas tranças, com dez doze treze anos se tanto, enquanto pegavam-me no colo a protegerem-me da criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser mas não era eu, que estupidez, como podia ser eu que não passo fome, tomo banho, graças a Deus que suspeita mais parva nunca cheirei a preto, eu abraçada à minha mãe fitando a mulherzinha que me mirava da porta, concordando com ela, pronta a gritar com ela na mesma desilusão e no mesmo pavor” (ANTUNES, 2007a, p.195).

### **10 de maio de 1988**

Neste capítulo, Isilda retoma uma fórmula já anteriormente usada nos relatos da mãe e no dos filhos: a contemplação, a partir do presente, de uma cena do passado (SANTOS, 2016), quando relembra o assassinato de uma família de colonos portugueses

em uma paupérrima propriedade próxima à sua fazenda. O fragmento é de uma crueza impressionante:

Devia ter desconfiado que Angola acabou para mim quando mataram as pessoas das fazendas a norte da nossa, o homem de pescoço para baixo nos degraus, isto é pregado aos degraus por um varão de reposteiro que lhe atravessava a barriga, a mulher nua de braços na desordem da cozinha, muito mais nua do que se estivesse viva, sem mãos, sem língua, sem peito, sem cabelo, retalhada pela faca de trinchar com um gargalo de cerveja a espreitar-lhe as pernas, a cabeça do filho mais velho fitando-nos de um ramo, o corpo que a serra mecânica decepara em fatias espalmado no canteiro o filho mais novo nas traseiras (ANTUNES, 2007a, p.209)

Mais uma vez, conforme nos lembra Santos (2016), o elo entre as temporalidades da obra é a violência. Entretanto, essa violência foi praticada por africanos, como uma espécie de resposta às que os portugueses perpetravam em território angolano. Uma delas é relatada por Isilda no próprio capítulo, quando um garoto angolano de menos de dez anos, por roubar um saco de feijão, foi executado por portugueses. Não sabemos a data do assassinato na fazenda, mas podemos supor que o crime contra os colonos donos do casebre tenha ocorrido entre 1961 e 1974, quando o país já estava em guerra pela sua independência. O que nos permite fazer tal afirmação é o fato de o pai de Isilda ainda estar vivo.

Além disso, chama atenção a fragilidade da referência ao presente. Podemos apreendê-la pelo uso do verbo no imperfeito (devia) e pelo contexto dos capítulos anteriores, pois a narração logo mergulha no passado, para Isilda relatar, além do assassinato do menino, a ocasião em que a família dela visitava as futuras vítimas do crime. Nesse episódio, a narradora se lembra da precariedade da mobília, do chá aguado e dos biscoitos<sup>111</sup>. Isso mostra que, dentre os colonos, também havia hierarquias e que a família da narradora estava em uma condição privilegiada naquela ordem colonial. Mesmo despossuídos, eles recusam a ajuda financeira que Eunice lhes oferece e a narradora relata seu fascínio com o poder de abrir a carteira e distribuir dinheiro ao bel-prazer, algo que, conforme apreendemos pela leitura, ela não pode mais fazer.

Depois, ela manifesta surpresa com a violência sofrida pela família:

...não bandos de selvagens bêbados, não grupos organizados pelos comunistas russos ou húngaros ou romenos ou jugoslavos ou búlgaros, não uma liga, um movimento um partido que quisesse mandar em Angola, decidir de Angola, substituir-nos nas companhias, nas repartições, nos escritórios, ficar-nos com as casas e as fazendas, amontoar-nos nos cais abraçados a porcarias sem valor, expulsar-nos, não o ódio ou vingança (porquê Pai do Céu, vingança porquê?)

---

<sup>111</sup> O que contrasta com as festas que a família de Isilda oferecia e que são narradas na parte de Carlos.

ou impotência ou revolta contra nós mas apenas um garoto bailundo de oito ou nove anos com um saco de feijão sob o braço (ANTUNES, 2007a, p.217)

Chama atenção no fragmento que, embora tenha consciência dos interesses internacionais em Angola, Isilda ignore a parcela de culpa<sup>112</sup> de sua família naquela caótica realidade (SANTOS, 2016). Posteriormente, ainda vai negar a existência de escravos:

os trabalhadores os camponeses os operários não escravos  
comprados ao chefe de posto  
assalariados por intermédio do chefe de posto, um amigo dos nativos que lhes defendia os direitos lhes promovia o emprego, os trabalhadores assalariados por intermédio do chefe de posto estranhando a humidade, estranhando o calor, a consumirem-se de paludismo e diarreia  
assalariados com vencimentos perfeitamente justos assistência médica gratuita medicamentos gratuitos escola gratuita habitação gratuita um comércio só para eles liberdade completa onde estão os escravos, digam-me por favor onde estão os escravos (ANTUNES, 2007a, p.219)

Esse fragmento é muito interessante porque, além de podermos refutar o discurso de Isilda pelo contexto histórico, o excerto do relato de Carlos citado no capítulo de anterior desta tese, quando o narrador descreve condições de trabalho dos indígenas como análogas à escravidão, já é capaz de invalidar a argumentação da matriarca da família. Além disso, o próprio verbo que ela utiliza (comprar) já explicita a objetificação dos nativos e as práticas desumanas do colonialismo português. Ou seja: o discurso de Isilda é questionável não apenas pelo cotejo com a história, mas também pelo relato de seu filho, outro perpetrador e vítima das violências coloniais, e até mesmo pelo vocabulário utilizado por ela.

A narradora, mais uma vez, encerra o capítulo em mais uma cena delirante:

o meu pai defunto a defender-se do cheiro dos defuntos, o meu pai de testículos na garganta a fitar-nos de um ramo, não o meu pai que a serra mecânica espalmava no canteiro, o corpo as pernas os joelhos as cartilagens cor de leite os próprios dedos, o meu algodão arder, o meu arroz arder, o meu milho perdido, um motor de electricidade babando um sangue de gasóleo  
sangue  
o cabo a puxar a culatra da espingarda e eu travando-lhe o gesto  
- Não  
o garoto que me matou, correu atrás de mim para matar-me e misturou as minhas tripas com as tripas do cão, o garoto bailundo encostado ao celeiro com o saco de feijão sob o braço a mirar-me como se aceitasse  
não, não como se aceitasse, aceitando  
sem uma palavra um aceno uma ameaça de fuga que eu tirasse a pistola do coldre do meu pai, deslocasse o fecho de segurança  
tic  
apontasse

---

<sup>112</sup> Mesmo ignorando a parcela de culpa de sua família, ela demonstra algum horror com a violência desproporcional praticada contra o menino que roubou um saco de feijão.

tic  
encolhesse o indicador  
tic  
o garoto de oito ou nove anos que continuou a mirar-me à medida que  
escorregava devagarinho celeiro abaixo como escorrega um pingo de cera ou  
de resina, como escorrega uma lágrima até se amontoar no chão  
(ANTUNES, 2007a, p.220-221)

É interessante notar como os delírios vão ficando mais intensos e mais violentos, com uma sobreposição de imagens cada mais alucinatória, depois que Isilda perde a propriedade.

### **13 de agosto de 1989**

Neste capítulo, temos novamente o recurso de já começar no passado. Ela revisita o ressentimento que nutre por Josélia, pelo fato de que, quando Eunice estava agonizante, esta pediu que Josélia – e não Isilda – ficasse ao seu lado, no leito de morte. No meio do caos, portanto, Isilda rememora não o sofrimento da mãe ou a saudade que nutria dela, mas o próprio rancor de ter sido preterida.

Sinceramente ignoro o que a minha mãe via na criatura mas quando estava a morrer foi a ela que chamou, não a mim, a ela que pediu ajuda para encontrar o ar que faltava segurando-lhe a mão, e agora imagine-se a minha figura, o padre às voltas no quarto com as rezas e as benzeduras e em lugar da filha dava com uma bailunda de sandálias de plástico armada em parente à cabeceira da cama, eu empurrada para um canto como ferro-velho junto ao pateta do meu marido, um verbo de encher a que ninguém de bom senso dava atenção, imagine-se a vergonha do quadro, a ingrata da minha mãe trocando a dedicação da família pela criada, trocando-me diante de toda a gente por uma mulherzinha de sanzala  
(e se me troca por uma mulherzinha de sanzala o que sou eu afinal?)  
(ANTUNES, 2007a, p.235).

O excerto é muito impactante, pois a rejeição afeta a própria identidade de Isilda, conforme é possível observar pela última linha. Além disso, aqui temos a ordem colonial servindo novamente como um mecanismo de atrofia dos afetos, pois a narradora é incapaz de sentir sequer um arremedo de gratidão pela ajuda dispensada à mãe, durante o leito de morte desta.

Este capítulo também contém outro aspecto interessante: a intromissão/interferência da voz de Eunice no relato da filha. Desprovida de posses, Isilda perde até o controle sobre o próprio relato. Salta aos olhos na narrativa de Eunice que ela evoque tempos anteriores ao nascimento de Isilda, subvertendo ainda mais fortemente a estrutura diarística, mencionada por Cerdeira. Nem só de passado, porém, vive o capítulo. Há, também, breves interrupções nas memórias para que a narradora dê notícia de que,

durante a fuga, é Josélia quem protege a patroa. “Não é patroa é comadre” (ANTUNES, 2007a, p.245), diz aos soldados do MPLA e da Unita (e novamente Isilda não é capaz de reconhecer o gesto de proteção). Além disso, quando perseguidas por cachorros do mato, é Josélia quem se sacrifica para que as outras duas escapem em um barco. Gesto que não é reconhecido por Isilda:

a felicidade da Josélia foi cair mal um cachorro lhe prendeu o tornozelo, um segundo cachorro lhe prendeu a coxa, foi continuar primeiro de joelhos e a seguir deitada a bater nos bichos com o ramo quebrado, foi desaparecer por fim sob uma confusão de latidos e uivos, uma confusão de unhas, patas, caudas fosforescentes, dorsos que pulavam, a felicidade da Josélia

*se me perguntarem acreditas*

foi os cachorros do mato abrirem-lhe caminho no interior da pele, das costelas, arrancando nacos de pulmão de músculos de fígado, olhando-me

*em Deus não faço ideia*

uma última vez como se quisesse dizer qualquer coisa que eu não entendia, que o barulho do rio me não deixava entender, tentando desculpar-se do que eu não lhe desculpava porque tal como o meu avô não admito liberdades nem má criações a uma indígena, não consinto liberdades nem má criações a uma fulana qualquer (ANTUNES, 2007a, p.247).

### **11 de outubro de 1990**

Depois de se ver sem Josélia, Isilda começa este capítulo recordando os ensinamentos do pai acerca da sociedade colonial, uma mistura de pedagogia do opressor com uma aguda percepção do lugar privilegiado (mas não central) que a família de Eduardo ocupa no ciclo de exploração capitalista-colonial:

O meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África não era dinheiro nem poder mas pretos sem dinheiro e sem poder algum que nos dessem a ilusão do dinheiro e do poder que de facto ainda que o tivéssemos não tínhamos por não sermos mais que tolerados, aceites com desprezo em Portugal, olhados como olhávamos os bailundos que trabalhavam para nós e portanto de certo modo éramos os pretos dos outros da mesma forma que os pretos possuíam os seus pretos e estes os seus pretos ainda em degraus sucessivos descendo ao fundo da miséria, aleijados, leprosos, escravos de escravos, cães, o meu pai costumava explicar que aquilo que tínhamos vindo procurar em África era transformar a vingança de mandar no que fingíamos ser a dignidade de mandar, morando em casas que macaqueavam casas europeias e qualquer europeu desprezaria considerando-as como considerávamos as cubatas em torno, numa idêntica repulsa, num idêntico desdém... (ANTUNES, 2007a, p.263).

Chama atenção como ele expõe, com cruel clareza, os níveis de exploração do mundo colonial. Podemos notar, pelo excerto e pelo que foi analisado até aqui, que tanto pai quanto filha ficaram viciados na “vingança de mandar” e, mesmo que seu genitor previsse a dissolução da ordem colonial nalgum momento, ele a persuadia a ficar quando isso acontecesse: “e portanto não consintas em partir, não saias de Angola, faz sair os teus filhos, mas não saias de Angola, sê bailunda dos americanos e dos russos, bailunda dos

bailundos, mas não saias de Angola...” (ANTUNES, 2007a, p.265). Ou seja, o apego ao mando vinha a ser um tanto quanto ambivalente, pois, ainda que reconhecesse a futura perda de poder, o pai de Isilda não queria que a filha saísse do território em que um dia sua família tivera imensa influência para ir a um lugar em que nunca o tivera (Portugal), como se a sombra dessa força pudesse, de algum modo, amainar as futuras adversidades, como se o passado fosse um abrigo ao qual ela pudesse recorrer.

Ademais, este é mais um capítulo em que temos a voz de Eunice invadindo o relato da filha. Só que desta feita a de Eduardo também se faz presente, recurso que amplia o ponto de vista da narradora (SANTOS, 2016). Já no presente, Isilda relata a caminhada para o norte, a estadia no decrépito prédio da administração em Marimba e o desejo da restauração do passado:

enquanto caminhávamos para o norte ou que cuidávamos ser o norte a adivinhar pelo tom dos arbustos, de sanzala deserta e após as sanzalas pelo acaso da mata à cata de uma cidade de brancos como eu onde pudesse ser branca, a Maria da Boa Morte pudesse ser preta, o mundo redescobrisse a sua antiga ordem, um relógio de parede me trouxesse a segurança e a paz dos seus meneios de gordo, houvesse tratores, sementeiras e colheitas para além de um espelho onde eu verificasse como ácido, corroendo estranho em manchas amarelos, o envelhecia de rugas, cabelos grisalhos, dentes que rareavam, pregas de carne embaciada. (ANTUNES, 2007a, p.270)

Neste fragmento, enquanto está no presente da narrativa e da narração, tudo que Isilda projeta é um retorno ao passado. Mais do que uma inaceitação da realidade, temos uma recusa à possibilidade de se reposicionar em uma nova ordem social.

### **25 de março de 1991**

Na terceira e última parte do romance, ela retoma a perda da propriedade e contrasta<sup>113</sup> os usos que as construções coloniais tinham no passado e têm agora no presente, recurso já utilizado antes e que vai se intensificar nesta etapa, conforme indica o primeiro capítulo de Isilda na seção em que ela e Clarisse dividem a narrativa, 25 de março de 1991:

Como voltar a casa se não há casa, há um pavilhão que o meu pai mandou construir perto de Marimbanguengo, uma barraca sobre estacas no intervalo da mata para dormir e jogar bridge quando procurava com os amigos palancas, veados e pacaças e me levava consigo, lembro-me dos ganchos onde se esfolavam os bichos e da barrica de salgar carne, meu pai estendia uma rede entre troncos e eu ficava a ver o Damião que trazia lenha de uma segunda barraca cercada de borboletas amarelas, mais pequena e sem varanda, onde guardava a esteira dele, a lanterna de azeite e o tabaco, demorávamos meia

---

<sup>113</sup> Ao longo do capítulo, brevemente, fornece indícios da destruição do mundo colonial e do colapso da estrutura do país mergulhado na guerra civil: “nem uma só fazenda, um só comércio, uma só plantação” (ANTUNES, 2007a, p.294).

semana com um jipe e uma camioneta a dançar nas pranchas soltas das pontes, a colocar tábuas no charcos, a emendar com adesivo os furos do radiador, o meu pai, o meu padrinho, o chefe de posto, o veterinário do Estado desculpando-nos as vacas doentes com certificado e carimbos que o matadouro não podia recusar...(ANTUNES, 2007a, p.289).

Aqui, novamente, o vínculo de Isilda com o presente é fragilíssimo. O que ela escolhe lembrar do passado também é importante: mais uma cena de poder, corrupção e violência, em que o pai construía um pavilhão no meio do nada, assenhorando-se de um território para praticar uma atividade de lazer também ligada às armas, a caça; acompanhava-o, além do padrinho de Isilda e da própria filha, o veterinário, que lhe fornecia, mediante um preço, conforme o capítulo sugere posteriormente, os certificados falsos para as vacas doentes.

Neste capítulo ela ainda se lembra de quando aprendeu a andar de bicicleta e das idas ao cinema. Mas a recordação que a joga de volta ao presente é a do assassinato da cadela Lady:

...a Clarisse garantia que tinham sido os bailundos a vingarem-se de um castigo qualquer por roubo de mandioca na cantina, um enforcamento acho eu, e propunha que enviássemos os cipaios à sanzala a fazerem o mesmo a quatro ou cinco antes de perdermos a dignidade de mandar de que o meu pai falava, mas fossem os abutres ou os bailundos era assim que daqui a um mês ou dois o Governo, a Unita, os trãsfugas do Governo e da Unita nos encontrariam em Marimbanguengo se é que alguém ainda se recordava de que Marimbanguengo existia, de repente apeteceu-me esquecer quem era e abraçá-la, não por gostar dela, por não ter mais ninguém para abraçar mas graças a Deus lembrei-me a tempo das figuras da minha mãe com Josélia, a envergonhar-nos a todos, e voltei-lhe imediatamente as costas...(ANTUNES, 2007a, p.293).

Note-se que, mesmo sentindo-se só e com uma imensa carência afetiva, Isilda não cede ao desejo de abraçar Maria da Boa Morte, pois as hierarquias erigidas pela sociedade colonial e a lembrança de sua mãe com Josélia a dissuadem da ação. Mais uma vez temos uma outra manifestação do colonialismo como, também, um mecanismo de atrofia dos afetos.

Por fim, uma notável diferença para muitos outros capítulos da matriarca é que ela encerra a narração evocando uma imagem mais serena do passado: ela adormecida entre o pai, o padrinho e o veterinário. A infância, aqui, emerge como um espaço de segurança, em que ela não apenas aprendia as hierarquias de mando e poder do mundo colonial, como tinha alguém (o pai) que lhe protegesse e lhe resolvesse os problemas, dando a ilusão de que o poder da família seria eterno<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Ou, conforme ela mencionou em outro capítulo, citado mais acima, que a orquestra tocava até o fim dos tempos (p.114).

### **10 de abril de 1993**

Este capítulo alterna o relato de Isilda com o do comandante de polícia, de quem ela fora amante. Há dois aspectos curiosos nisso. O primeiro é uma ausência de coerência mesmo nas temporalidades da narração. Afinal, embora a infância seja um território seguro, não podemos afirmar que a narradora se restrinja às lembranças dessa época na última parte do romance. As várias imagens do passado se sobrepõem em ritmo alucinatório. O segundo é que alguém de fora do círculo familiar invade o espaço da narração: o comandante da polícia.

O relato já começa com uma recordação do passado, com Isilda perguntando ao comandante de polícia o motivo por que viera a Angola, ao que ele responde, segundo conta a narradora, utilizando o discurso indireto, que, em Portugal:

continuava a bater autos à máquina numa esquadra qualquer e a perseguir vendedores ambulantes nas travessas do Castelo ao passo que em Malanje comandava o bando de brancos e cipaios a que chamavam polícia sem ninguém lhe pedir contas tirando Luanda que era distante demais para exigir o que fosse salvo as toneladas de algodão e girassol não diminuïrem no porto...(ANTUNES, 2007a, p.315).

Curioso que, conforme já frisava Fernanda Fátima Santos (2016), existe essa profunda relação entre colonialismo e capitalismo. Afinal, o poder e a infinita liberdade do comandante de polícia estavam assegurados, se e somente se, a produção não diminuísse<sup>115</sup>.

Posteriormente, e podemos notá-lo através do uso do itálico, o comandante toma a narrativa para si e relata uma tensão que tivera com alguns padres que realizaram “sermões subversivos”:

*os padres que me apressei a expulsar para o Cazombo por sermões subversivos e conspiração contra o regime para além de problemas sexuais de que anexo declarações escritas e assinadas das vítimas perante testemunhas que aqui se identificam e assinam também embora se me afigure no mínimo importante manter a confidencialidade deste relatório em virtude de não ser minha intenção prejudicar as nossas relações com a hierarquia da Igreja Católica guardando-o como argumento no caso de uma mansa inquietação do zelo apostólico do Vaticano eu próprio sozinho que estas coisas necessitam de diplomacia e discrição me desloquei pessoalmente às cinco ou seis igrejas do Cassanje a dar-lhes quarenta e oito horas para desampararem o distrito ou*

---

<sup>115</sup> “A liberdade de ação do comandante era legitimada e garantida pelas esferas de poder a serviço das quais ele se encontrava. Dessa forma, ao reprimir qualquer tentativa de sublevação dos trabalhadores ou dos colonos, o comandante, em última análise, garantia a manutenção da ordem requerida pelas grandes companhias para continuarem obtendo seus lucros em Malanje sem maiores transtornos ou convulsões sociais; por outro lado, as autoridades portuguesas faziam vistas grossas aos seus desmandos, contanto que a produção e os lucros das companhias continuassem sendo garantidos, assim como as boas relações entre elas e o Estado português” (SANTOS, 2016, p.109).



*venho cá com a rapaziada e arrasto isto tudo que nem um livro da primeira classe nem um São Filipe lhes sobra sem mencionar os russos que vocês formam na catequese para nos guilhotinarem venho cá com a rapaziada e ofereço a cada diácono uma paróquia de defuntos obedientes sem exigências nem dúvidas sentadinhos com muito juízo nas carteiras apenas com o buraco da orelha um bocadito mais largo mandei nessa noite deitar fogo à creche para sublinhar o discurso a encarnado e na manhã seguinte lá iam eles embora como vão os circos uma fieira de rulotes com um cacho de palhaços de barba postiça dentro convencidos de a golpes de hissope melhorarem o mundo que não quer ser melhorado quer continuar a ser o que é absurdo e cruel e egoísta e violento e injusto e sem sentido algum (ANTUNES, 2007a, p.315-316).*

É interessante notar que a violência indiscriminada de atear fogo a um lugar onde ficam crianças, que nada teriam a ver com os ditos sermões subversivos, não foi a única ação cruel desta personagem, conforme indica seu próprio relato. Afinal, ele ajudou a criar uma própria arquitetura da violência em Malanje, no posto de polícia, onde, antes da chegada dele: “*não existia sala de interrogatórios, não existia cadeia, não existia uma broca de dentista para avivar a memória...*” (ANTUNES, 2007a, p.317). Antes disso, porém, teve atuação de destaque na revolta do algodão de 1961, mencionada no capítulo anterior:

*...sempre defendi que a primeira obrigação da polícia consiste em tornar-se desejada como fomos desejados quando em janeiro de mil novecentos e sessenta e um os bundi-bângalas se recusaram às colheitas, assaltaram cantinas, destruíram sanzalas, vagueavam nos trilhos, presentes mesmo se não estavam e nunca tendo estado logo que recolhemos à cidade, a aviação se foi embora e deslocámos para a baixa do Cassanje, a fim de recuperar o algodão, jingas e tchocuéis com garantia de trabalho, alojamento e paga que cumprimos mesmo que os padres sustentassem maldosamente que não cumpríamos pelo simples facto de os indígenas gastarem sem prudência demasiado peixe seco, demasiada mandioca, demasiado tabaco na venda, peixe seco, mandioca e tabaco que os padres, sem noção do preço das coisas, acusavam de ser demasiado caros do mesmo modo que nos acusam de praticar uma espécie capciosa de escravatura...(ANTUNES, 2007a, p.317-318).*

Por ocasião dessa revolta, Isilda se lembra do diálogo do pai com o governador. Este, preocupado, não queria que a notícia fosse divulgada nos jornais nem em países estrangeiros (como de fato, apesar do esforço das autoridades portuguesas, foi e abalou profundamente a imagem de Portugal), logo aconselhava que se enterrassem prontamente os mortos.

Posteriormente, ele narra quando conheceu Isilda. Ela lhe pediu ajuda em uma querela com um chefe de posto que tencionava ganhar uma comissão maior pelo transporte de alguns trabalhadores. Ele informa, ainda, que a narradora não quis a cadeira oferecida, mas que teria preferido a borda da mesa e que pousou a mão sobre a dele, “*a fim de aumentar o peso das suas razões*” (ANTUNES, 2007a, p.318). Depois, uma vez

resolvida a questão, Isilda pediu para ir ao quarto do comandante e ele, assustado, mostrou-se inepto, nervoso e sexualmente inapetente. Além disso, sentiu-se desprestigiado por ela: “*como se eu fosse de uma raça diferente*” (ANTUNES, 2007a, p.321), uma vez que, antes disso, a narradora lhe perguntara: “*Julguei que vocês se despissem logo que se fecham no quarto com uma mulher o senhor não se despe?*” (ANTUNES, 2007a, p.320).

Ele, porém, apareceu cinco ou seis meses depois na Baixa do Cassanje, avançou pela porta da frente na casa de Isilda (e a narradora ficou sem entender o motivo por que ele não viera pela dos fundos), apagou o cigarro no tanque de peixes e, ao entrar no escritório e, no encerramento do capítulo, devolveu a pergunta que Isilda lhe fizera antes: “*Julguei que vocês se despissem logo que se fecham no quarto com um homem a senhora não se despe?*” (ANTUNES, 2007a, p.326).

Essa ação foi realizada com o fito de humilhá-la, prática que se repete em outro capítulo, quando estava jogando dados com outros fazendeiros no bar embaixo do qual realizava seus encontros sexuais com Isilda. Os outros proprietários fizeram menção de levantar-se, mas o comandante impediu, dizendo que a narradora esperaria o quanto fosse preciso até que eles acabassem a partida e ainda ordenou que ela assoprasse os dados, para lhe trazer sorte. A humilhação se completou com a entrega de notas para a compra de meias de nylon e com o oferecimento de cigarro e bebidas “*não como se oferecem a uma senhora mas como se oferecem a uma massagista de hotel*” (ANTUNES, 2007a, p.121). Mesmo assim, Isilda nutria uma espécie de afeição por ele, conforme relato dela do capítulo de 4 de dezembro de 1984:

a mostrar à roda da chave do quarto como se brandisse um troféu com os parceiros sem coragem de se queixar a Luanda ou a Lisboa no receio de uma emboscada nos lagos de arroz, quartos de pensão barata como se trouxesse ali para ofender-me, se quisesse humilhar outra mulher ou todas por intermédio de mim e no entanto dava-me o que nem meu pai nem meu marido me deram na vida, uma espécie  
(como dizer)  
de esperança  
(é verdade, não me perguntem porque se me perguntarem não sei explicar mas é verdade)  
de alegria... (ANTUNES, 2007a, p.121-122).

Há dois aspectos interessantes nesse fragmento. O primeiro, já aludido, é a extensão do poder e da violência desta personagem (a ponto de os proprietários temerem uma emboscada, caso se queixassem de qualquer ação do comandante). Aliás, ele é

considerado por Santos (2016) a personagem mais violenta do romance<sup>116</sup>. Já o segundo advém do fato de que ele era capaz de garantir o controle de Isilda sobre a propriedade. De algum modo, era uma figura protetora da ordem em que a narradora crescera. Com a relação distorcida que tinham, ela poderia manter a propriedade, enquanto ele estivesse no comando da polícia. Nisso repousam a esperança e a alegria que, malgrado as humilhações, Isilda associa ao cruel comandante. O afeto da narradora, portanto, direcionado ao homem é parte de um amor maior: pelo dinheiro e pelo poder. Por isso que, em capítulo anterior, quando o protegia, ela deveria imaginar que, enquanto ele vivesse, de alguma forma, o poder dela perduraria. Nesse sentido, não é surpresa que o assassinato dele pelos soldados do MPLA seja descrito como “uma porta que se fechava” (p.123).

#### **14 de novembro de 1994**

Este capítulo está mais ancorado no presente. Ou tão ancorado quanto possível – considerando-se o relato de Isilda, pois a narradora vai entrecruzando o presente e o passado. A narrativa começa com Maria da Boa Morte alertando Isilda da presença de abutres sobrevoando a cabana em que se abrigavam:

Só quando a Maria da Boa Morte disse  
- No teu atrás  
e ao voltar-me dei com os cinco abutres no tecto da cabana pequena a olharem-nos mais dois nos ganchos das palancas raspando as cascas das árvores com o bico, compreendi que tínhamos morrido e estávamos não sentadas na varanda de Marimbanguengo mas inchadas como os cadáveres da guerra à espera que o capim se fechasse sobre nós depois da partida dos pássaros (ANTUNES, 2007a, p.341).

A imagem de morte vai permear todo o capítulo, pois, na migração para Luanda, ela classifica a capital de Angola como “a cidade dos defuntos” (p.342). Isilda retoma as alucinações: desta vez, é o comandante de polícia lhe despindo o pano do Congo ou ainda a mãe (ou outras figuras importantes), já morta, dizendo que não poderia fazer nada pela filha:

...a minha mãe  
- O que te aconteceu filha?  
pedindo à Josélia que lhe auxiliasse a deitar no caixão, colocando o crucifixo no peito a explicar-me de pálpebras descidas  
- Já não posso fazer nada por ti filha não posso

---

<sup>116</sup>“...em Malanje esse personagem era temido por todos. Da mesma forma que reprimiu violentamente os trabalhadores negros à ocasião da Revolta do Algodão em 1960, ele também prendeu e torturou quaisquer pessoas que tivesse julgado subversivas; entre elas, fazendeiros que reclamaram do governo de Portugal e padres que acusaram os portugueses de praticarem a escravatura em Angola e que estiveram pregando ideias de liberdade entre os camponeses africanos” (SANTOS, 2016, p.109).

quatro velas aos cantos e mais velas nas cómodas em candelabros, chávenas, tampas de graxa, pratos, mudando do claro ao azul sempre que alguém entrava ou saía, o fumo a embaciar as cortinas, as pessoas das fazendas vizinhas, o secretário do bispo, o tenente-coronel, o ajudante do governador, mulheres de missal, gente de luto segredando, aceitando biscoitos, acenando que não, prevenindo-me  
- Não podemos fazer nada por ti Isilda não podemos (ANTUNES, 2007a, p.348-349).

Note-se que, além da morte, existe a impotência: ninguém pode ajudá-la a sair daquela realidade.

Neste capítulo, ela ainda se lembra de um dentista de araque, que falsificara seus diplomas e prestava seus atendimentos na Baixa do Cassanje. Sem a presença do itálico, ele toma de assalto a narração de Isilda e descreve quando foi degolado pelas tropas da Unita e termina o capítulo com o momento em que Isilda e Maria da Boa Morte, se alimentaram de seus restos mortais para sobreviver<sup>117</sup>:

de forma que logo que as duas velhas, a branca e a preta, ambas descalças e com panos do Congo ao redor da cintura se é que se pode chamar panos do Congo a farrapos desbotados e sujos, um par de velhas como que gémeas, irmãs, empoleiradas no espaldar a olharem-me de cabeça enfiada nas clavículas, principiaram a raspar com o bico o topo da cadeira agitando os trapos das asas compreendi que tinha morrido sem me importar de estar morto, sem me importar que uma grasnasse para outra  
- No teu atrás

dado que é ao furarem-me a pele e ao puxarem-me as vísceras não doía nada como não havia de doer nada quando o capim se fechasse sobre o meu cadáver depois da partida dos pássaros (ANTUNES, 2007a, p.352-353).

## **27 de setembro de 1995**

Este capítulo também é marcado pela forte ancoragem no presente – ainda que permeado por ecos do passado<sup>118</sup>. Entretanto, essa ancoragem não se dá pelo relato direto daquilo que a narradora observa, mas pela recusa em acreditar em seus olhos:

Não pode ser Luanda porque nunca estive aqui  
copiada de Luanda até na ilha em frente, no palácio do Governo, na fortaleza que não é a fortaleza de São Paulo é uma que eles copiaram e a gente olha de perto percebe ser falsa, uma fortaleza como o duende de gesso no quintal que não há a lutar contra holandeses que não há também, canhões de cenário, muralhas de teatro, soldados de metralhadora a fingirem soldados, se

---

<sup>117</sup> Santos (2016) tece os seguintes comentários sobre a cena: “A impossibilidade de apreensão da realidade e a consequente impossibilidade de narrá-la, no capítulo em questão, relacionam-se intrinsecamente às condições de vida a que as duas personagens chegaram, evidenciadas por meio da inversão operada entre a imagem dos abutres, presentes no início do capítulo, e a das duas mulheres transformadas nesses animais, no fim. Isilda e Maria da Boa Morte encontravam-se em uma situação de precariedade a tal ponto desesperadora, que foram levadas a comer os restos mortais, encontrados por elas, do falso dentista” (SANTOS, 2016, p.138).

<sup>118</sup> As visitas das tias de Moçâmedes, que lhe ofereciam chocolates e balas, a raiva do pai dessas mulheres, o sofá peganhento de açúcar, a ausência de desejo sexual de Eduardo por Eunice e o desespero dela, a fazer dieta, maquiarse, comprar novas roupas, para impressionar, sem sucesso, o marido.

empurrarmos com a mão, nem é preciso força, tudo aquilo cai num barulhinho oco e por trás madeira, pano, cabos, um tripé com uma lâmpada redonda de bastidores

o sol poeirento que se acende com uma ficha

actores que mascararam de cadáveres, trapos que mascararam de crianças, repuxos de esferovite que mascararam de árvores, cães que mascararam à pressa de cães, ensinados a farejarem nódoas de tinta e almofadas para julgarmos que farejam vísceras e sangue, a arrancarem os intestinos postíços dos actores, a morderem-se uns aos outros simulando fome, mendigos a quem atarraxaram cotos fingidos e ordenaram

- Agora ficas aqui (ANTUNES, 2007a, p.371-372).

O objetivo desta tétrica encenação seria, segundo a narradora, a tomada, pelos brancos de Lisboa, do algodão, do girassol e da fazenda dela, para, posteriormente, os venderem aos americanos ou os russos. Quando se vê cercada por soldados armados, ao final do capítulo, ela reitera a disposição de seguir o conselho do pai e não deixar o território angolano: “Não me vou embora podem fingir que me matam que não me vou embora não me vou embora ouvirem podem fazer o que lhes der na gana que não saio daqui” (ANTUNES, 2007a, p.385).

Note-se que nem mesmo o dantesco cenário, a iminência da morte e todas as provações vividas demovem a narradora da ideia de abandonar Angola. A morte, a violência e a decrepitude da realidade parecem insuficientes para que Isilda consiga raciocinar e tomar uma decisão sensata de partir de lá. Em lugar disso, ela prefere se enganar, pensando que está em um cenário de filme.

### **24 de dezembro de 1995**

Finalmente, em seu último capítulo, Isilda, totalmente incapaz de apreender a realidade em que vive, pensa na celebração do Natal na fazenda, enquanto espera para ser fuzilada pelas tropas do MPLA. A parte final traz a sobreposição de diversas imagens dos outros capítulos narrados por ela (o desgosto de Eunice com os netos, as idas ao médico com o epilético Rui, os conselhos do pai sobre a ânsia por dinheiro e poder e o alcoolismo do marido, por exemplo), mas também algumas informações novas, como a suspeita de que a narradora não havia se casado virgem e o fato de que o comandante de polícia anterior ao que fora seu amante era considerado benevolente com os africanos. Além disso, conforme pondera Fernanda Santos, pela primeira vez, temos “faísca de questionamento a respeito das ações portuguesas na África, que ainda assim é impregnada de sua visão de classe e que não tem desdobramentos” (SANTOS, 2016, p.139), quando a protagonista se questiona se os portugueses haviam sido injustos com os nativos africanos: “há ocasiões em que me sucede pensar, conforme os comunistas gesticulam

em Luanda ou os chefes da Unita, aqueles macacos horríveis do sul, pilhando-nos no Cacuo, gatunos, gatunos, se seríamos na realidade injustos com eles” (ANTUNES, 2007a, p.408).

Note-se que o termo *faísca* é bem apropriado, afinal as terminologias empregadas pela narradora (“macacos do sul” e “gatunos”) mostram como Isilda sequer os considera seres humanos.

Além disso, o capítulo também é marcado por uma alucinação que traz a confluência do passado e do presente, quando Isilda projeta a mesa de Natal na fazenda:

os meus filhos orgulhosos de mim, o Carlos e o Rui com os fatos de domingo, a Lena naqueles exageros sevilhanos de criatura de musseque, se não disse nada e a aceitei foi porque não podia querer demais para o meu filho, era impossível que não dessem conta pelas asas do nariz e o cabelo, ainda que fosse apenas um trisavô de sangue preto as asas do nariz e o cabelo não mentem sem falar na leveza especial dos gestos, a Clarisse um bocadinho excessiva na maneira de andar mas este ano nem uma observação da minha parte, uma pergunta, a fingir de distraída sobre quando arranja um homem como deve ser e se casa, este ano juntos na Baixa do Cassanje tanto tempo depois, o meu marido sem beber, o algodão e o girassol a brilharem, a minha mãe que não conheceu a guerra, enterrámo-la antes dos cadáveres nas lavras despedaçados pelas catanas, pelas segadoras  
não quero falar nisso agora  
quase contente apesar do genro e dos netos  
*um bêbado, um mestiço, um doente, uma rapariga que há-de acabar nas barracas da ilha a estender roupa com as outras desgraçadas enquanto os clientes não chegam, que sorte a doença ter-te poupado a isto, Eduardo* (ANTUNES, 2007a, p.404).

É curioso que, com a perspectiva da união, todos os problemas familiares são, de algum modo, sublimados: a bastardia de Carlos, as origens de Lena, a promiscuidade de Clarisse, o alcoolismo de Amadeu e os queixumes de Eunice. Para a narradora, nada disso teria importância, pois a ordem colonial em que crescera, com a reunião familiar na fazenda, estaria restabelecida.

Neste capítulo, Isilda ainda se recorda de como, quando criança, sentia-se mortificada ao ver uma nódoa na pele. Ela pensava que, por isso, os pais não a amariam. Além disso, diversos fragmentos de outros capítulos narrados por ela vão aparecendo ao longo deste (como os comentários de Eunice sobre os netos da transcrição acima e os de Eduardo sobre “pretos sem dinheiro nem poder”) para finalmente terminar com uma feliz recordação da infância de Isilda, ela na praia com os pais, enquanto estava prestes a ser fuzilada e a acabar sua trajetória sem glória, enterrada como uma indigente:

...os tropas, mesmo o dos botins de verniz, não iam roubar-me nem levar-me com eles nem fazer-me mal, não havia um só quarto às escuras na casa de Malanje, erguiam metralhadoras, fixavam-me com a mira, desapareciam atrás das armas, o modo como os músculos endureceram, o modo como as bocas se cerraram e eu a trotar na areia na direção dos meus pais, de chapéu de palha a

escorregar para a nuca, feliz, sem precisar perguntar-lhes que gostavam de mim.

FINIS LAUS DEO (ANTUNES, 2007a, p.414).

Como podemos notar, o trecho final condensa diversos aspectos que permeiam a narrativa de Isilda: a negação da realidade (“os tropas, mesmo o dos botins de verniz, não iam roubar-me nem levar-me com eles nem fazer-me mal, não havia um só quarto as escuras na casa de Malanje”), o refúgio no passado, mais especificamente na infância, quando podia contar com a proteção do pai e o encerramento de um ciclo de violência.

### **A PERSISTÊNCIA DA MEMÓRIA**

Como vimos aqui, portanto, a narração de Isilda é marcada pela tentativa de refúgio nas lembranças quando o cenário à sua volta é caótico; pela negação, tanto da realidade que vivencia<sup>119</sup> quanto dos horrores e violências do colonialismo; e pelo delírio, com projeções tétricas de algumas das imagens narradas. Nesse sentido, se Isilda fosse capaz de oferecer alguma resposta à pergunta/título do capítulo, “Que farei quando tudo arde?”, seria: lembrar, atenuar, negar e delirar<sup>120</sup>.

Começemos por tecer alguns comentários acerca do primeiro aspecto mencionado. Em primeiro lugar, é preciso frisar, conforme pondera Ricoeur (2007) que a memória é considerada um privilégio concedido a um acontecimento. Afinal, dentre todos os fatos que marcaram a vida de um ser humano, ele escolhe alguns dos quais gostaria de se recordar. Além disso, ainda na esteira de Ricoeur, a memória é sociointeracional, pois:

Não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vivemos, experimentamos, aprendemos. Tais situações implicam o próprio corpo e o corpo dos outros, o espaço onde se viveu, enfim, o horizonte do mundo e dos mundos, sobre o qual alguma coisa aconteceu (RICOEUR, 2007, p.53).

No que concerne à memória de Isilda, é interessante notar que as lembranças dela estão indissolúvelmente ligadas ao espaço da propriedade ou às lições sobre como conservá-la: seja no aprendizado da opressão do mundo colonial, nos conselhos para que nunca deixasse Angola ou no receio de estar entre os oprimidos (como quando se

---

<sup>119</sup> Von Rommel também partilha desta percepção.

<sup>120</sup> Esse delírio é motivado pela perda da propriedade e pela desagregação familiar: “*N’O Esplendor de Portugal*, a figura de Isilda radicaliza e literaliza a alucinação, que surge então como loucura, pela perda de valores vitais e de coordenação simbólica, num surto psicótico em que o delírio se torna a marca da alienação mental produzida por uma catástrofe externa que compromete definitivamente a estruturação interna da personagem” (CERDEIRA, 2016, p.102).

questiona se é branca ou quando lava com agressividade as nódoas de sua pele). Ela também gosta de relembrar dos bailes, da opulência das festas, dos vestidos e chapéus que usava em ocasiões especiais e da beleza que ostentava na juventude. Essas predileções têm uma razão de ser: para além do fato de que a memória escolhe momentos que se relacionam, lembrar é reviver, conforme pontua Ecléa Bosi (2003). A lembrança parte de um presente ávido pelo passado e, ao narrar esses momentos, o indivíduo se sente rejuvenescido (BOSI, 2003). Assim sendo, não é surpresa que Isilda revise com tanta pertinácia o seu passado – o qual, por sua vez, é assombrado pelo presente, o que acaba por gerar os delírios (como quando imagina a mãe alisando o pano do Congo, o comandante de polícia despindo-a desta peça ou se imagina degolada pelos mercenários brancos).

Essa assombração tende a ficar mais forte quando contrasta o que eram certos lugares (a fazenda, o pavilhão de Marimbanguengo, o edifício da administração e a capital, Luanda) com o que são no momento em que está narrando. Ao ver aquele caótico cenário, a escolha dela é tentar reconstruí-lo através das palavras, entretanto, conforme assinala Ricoeur: “Os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras” (2007, p.57). Ao ver esses lugares, ela pode empregar o recurso da negação (como quando contempla Luanda). Afinal, quando a memória não basta para protegê-la, ela nega a realidade à sua volta.

O segundo aspecto do relato de Isilda, a atenuação dos horrores praticados, como vimos, é desmentida pelas ações da família, pelas vozes dos outros narradores no texto dela, pelos relatos dos filhos (SANTOS, 2016) e pelo próprio vocabulário empregado.

Temos, portanto, uma forma de narrar que mimetiza, em alguns aspectos, o comportamento de Portugal<sup>121</sup> no que concerne à colonização no século XX. Afinal, como vimos no capítulo anterior deste trabalho, desde o século XIX, para justificar a presença em território africano, buscou embasamento no passado e em uma falaciosa especificidade do colonialismo português. Essa especificidade e esse amor pelo império, conforme demonstrou Cláudia Castelo, foram supostas qualidades que o regime tratou de inculcar, mergulhando cada vez mais no passado<sup>122</sup>, para justificar o colonialismo – e as formas brutais de exploração perpetradas nas colônias.

---

<sup>121</sup> Conforme já frisamos, Rommel tem percepção similar em seu artigo.

<sup>122</sup> Conforme relata Maxwell, essa vocação passadista surpreendia alguns agentes da política externa: “Salazar parece acalentar uma imagem romântica de Portugal e seu império, o mundo perdido no tempo,



Posteriormente, na esteira de Castelo, como demonstramos também no capítulo anterior, o governo português passou a se valer de eufemismos (“províncias ultramarinas”, “territórios ultramarinos”, bem como a supressão do termo “império colonial português”) e negar a existência de colônias, para "adaptar-se à nova situação internacional. [O discurso oficial do regime] Prefere abrir mão das palavras a abrir mão das coisas" (CASTELO, 1998, p.55).

A morte desse império colonial e de Isilda se deu sem glória nem esplendor<sup>123</sup> – como talvez tenham morrido outros tantos colonos que se recusaram a sair dos territórios africanos após a independência destes. Isilda, até o último instante de sua existência, não reconhece as atrocidades perpetradas e deseja, doentamente, reconstruir sua propriedade, o que não acontece. Porém, os ex-colonizados tampouco logram a liberdade por que lutaram, como podemos notar pelas cenas de destruição narradas no romance e pelo contexto histórico da Guerra Civil, apresentado brevemente no capítulo anterior. Nesse sentido, afirma Cerdeira:

Nesse romance de Lobo Antunes não há pois uma forma de aprender a liberdade, pelo simples fato de que ninguém escapa da servidão. São todos escravos, falsos Prósperos sem sequer a nobreza que lhes facultaria o (discutível) dom civilizatório, Calibans revoltados mas sem reinado possível. Permanecem portanto ambos escravos, os primeiros, de um passado idealizado pela fantasia, em que a vida de simulacros parecia bastar para a ilusão do poder; os segundos, do presente pelo qual lutaram sem perceber que passavam de um tirano a outro, e do colonialismo ao neocolonialismo.(CERDEIRA, 2016, p.105)

---

convicto de verdades havia muito descartadas em outros lugares, atraente não só para os turistas. O diplomata americano George Ball comentou em 1963 depois de uma visita Lisboa que Salazar parecia viver “em mais de um século, como se o príncipe Henrique, o Navegador, Vasco da Gama e Fernão de Magalhães ainda fossem agentes ativos na formação da política portuguesa” (MAXWELL, 2006, p.37).

<sup>123</sup> Diversos estudiosos notam a faceta irônica do título e epígrafe, pois há um evidente contraste entre a grandiloquência do hino e os horrores perpetrados pelo colonialismo português. O comentário que nos pareceu mais completo foi o de Margarida Calafate Ribeiro: “Obedecendo à época sombria em que foi escrito e evocando os heróis do mar que já não éramos, o hino soava mais a um dobre a finados pelo império sonhado, do que por um império a haver. No hino, que ainda hoje cantamos, o esplendor de Portugal era algo que já tinha sido e que a memória insistia em actualizar de uma forma que era já, a apenas, saudade imperial. Assim, a escolha de alguns versos do hino para epígrafe de *O Esplendor de Portugal* entra em diálogo irónico não só com o título, que os contém, mas com todo o conteúdo do romance em que ‘o esplendor de Portugal’ aparece esboroadado a cada fragmento dos múltiplos capítulos que compõem o texto. África, que esteve na origem deste grito nacional contra ‘os bretões’, depois corrigido para ‘canhões’, é o grande lugar da memória à volta do qual se constroem e desenvolvem os pensamentos das personagens que compõem o texto. Do ponto de vista do autor preside a mesma atitude de desconstrução dos mitos pátrios em relação à presença de Portugal em África e à sua história imperial que durante séculos se confundiu com a história da nação. Contudo, em *O Esplendor de Portugal* a análise da ordem colonial, das condições miseráveis, morais e materiais por ela gerada e do seu previsível e desejado fim é de uma dimensão crítica consideravelmente mais ampla” (CALAFATE RIBEIRO, 2006, p.54-55).

## A OUTRA MARGEM DO MAR

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo versa sobre os outros narradores do romance, os irmãos Carlos, Rui e Clarisse. Desde 1978 eles vivem em Lisboa e seus relatos estão todos datados de 24 de dezembro de 1995. Da capital da metrópole, mais especificamente dos bairros Ajuda, Damaia e Estoril, Carlos, Rui e Clarisse, respectivamente, relatam as lembranças de Angola e a existência errática em Portugal. Ainda que exista a estrutura diarística e que forneçam eventuais informações acerca do presente, parte significativa dos conteúdos narrados versa sobre aquilo que viveram na antiga colônia, mais especificamente na fazenda (SANTOS, 2016, p.93).

Neste capítulo, analisaremos a condição de retornados que lhes é atribuída em Lisboa. Para tanto, será preciso fazer uma breve contextualização histórica acerca desse contingente populacional, que rumou em enorme fluxo para Portugal depois das Revolução dos Cravos. As principais referências serão Maria Paula Meneses e Catarina Gomes (2013), autoras de “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa?” e Helena Matos, autora das reportagens especiais “Chamaram-lhes retornados<sup>124</sup>” (2015a) e “Há 40 anos o desespero dos retornados: tirem-nos daqui<sup>125</sup>” (2015b), ambas publicadas em *O Observador*. Além disso, para entendermos melhor a situação deles em Lisboa, também utilizaremos as reflexões de Luís Fernando Telles (2017) no artigo “A identidade trágica em *O esplendor de Portugal*: ou sobre como exilar-se de si”, bem como das de Margarida Calafate Ribeiro (2004, 2006) e de Cerdeira (2016), também usadas em capítulos anteriores.

Isso posto, nos debruçaremos sobre a estrutura narrativa polifônica desses relatos. Santos (2016), Telles (2017) e Manuela Margarida Duarte Chagas (2003), no capítulo “Da multiplicidade de vozes narrativas à incomunicabilidade: *O esplendor de Portugal* – uma narrativa plurivocal” serão de imensa valia para a etapa.

Sendo assim, diferentemente do capítulo sobre a narrativa de Isilda, em que comentamos data a data o relato dela, desta vez estruturaremos a análise nos eixos temáticos supramencionados: a condição de retornados, a nova realidade econômica a que estão expostos e a estrutura dos relatos que compõem as narrativas dos irmãos.

---

<sup>124</sup> Disponível em: <https://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/>. Acesso em 03/02/2021.

<sup>125</sup> Disponível em: <https://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/>. Acesso em 03/02/2021.

## **RETORNADOS NO NOME, EXILADOS DE SI, APÁTRIDAS NA ALMA**

Antes de nos debruçarmos sobre os problemas inerentes ao conceito de retornados e sobre a condição de Carlos, Rui e Clarisse em Lisboa, será preciso tecer alguns comentários acerca da perturbação causada pelos relatos dos antigos colonos portugueses e dos ex-combatentes da Guerra Colonial aos regimes políticos de Portugal nas décadas de 1960 e 1970. Feito isso, após nos debruçarmos sobre os problemas que circundam o conceito e a identidade desse grande contingente populacional, lançaremos nosso olhar sobre os outros três narradores deste romance de António Lobo Antunes.

Escolhemos o termo “regimes”, no plural, no parágrafo anterior, pois, antes dos ditos retornados (que, conforme explicaremos posteriormente, representavam aquilo de que os militares que conduziram a Revolução dos Cravos queriam esquecer, a herança colonialista), outras vozes portuguesas que pisaram em solo africano abalaram a tranquilidade do país: os relatos dos soldados enviados à Guerra Colonial entre 1961 e 1974, conforme frisa Margarida Calafate Ribeiro (2004), vão desestabilizar a tranquilidade do Portugal de Salazar e fazer o apoio ao regime esboroar. Os mortos da guerra, as famílias destroçadas e os soldados mutilados, que voltavam traumatizados e, não raro, violentos de lá foram fontes de fissura para a ditadura. Nesse sentido, não surpreende que o regime salazarista tenha tentado, em um primeiro momento, calar essas vozes. Para tanto, divulgava-se que o que estava acontecendo nas colônias africanas eram ações de soberania (RIBEIRO, 2004). O que se passava, portanto, nos conflitos coloniais era objeto de censura; as informações reduziam-se a listas de mortos. Vê-se, pois, como ali já havia uma relação tensa entre o excesso de memória individual e a ausência de memória coletiva no espaço público (RIBEIRO, 2004, 2006).

Essa situação de silenciamento perante a guerra colonial (ou as guerras coloniais) perdurou, mesmo depois de consumada a Revolução dos Cravos e a retirada gradual das tropas portuguesas do continente africano. Desta feita, no entanto, Calafate Ribeiro (2006) não vê nisso um artifício de vontade do regime em vigor, mas como o fruto da incapacidade de lidar com uma herança tão sangrenta e dolorosa. Nesse sentido, como já vinha ocorrendo ainda durante o regime salazarista, foi a literatura que rompeu o vazio historiográfico e expôs essa chaga à sociedade (RIBEIRO, 2006). Um dos livros mais importantes nesse processo foi também escrito por Lobo Antunes, *Os Cus de Judas*, lançado em 1979. O autor lutara em Angola e, após o conflito, escreveu um romance autobiográfico sobre a traumática experiência. Na obra, ele questiona o silenciamento em

torno do evento e expõe a incapacidade – e até a inutilidade – da linguagem em lidar com aquele dantesco cenário, e a dele próprio em deixar de reviver a guerra conforme podemos notar nestes trechos:

Porque camandro é que não se fala nisto? Começo a pensar que o milhão e quinhentos mil homens que passaram por África não existiram nunca e estou lhe contando uma espécie de romance de mau gosto impossível de acreditar, uma história inventada com que a comovo a fim de conseguir mais depressa (um terço de peleio, um terço de álcool, um terço de ternura, sabe como é?) que você veja nascer comigo a manhã(...) (ANTUNES, 2007b, p.65).

Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem Pide, nem revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tempo que nos esquecemos deles, marços e abris sem significado apodrecem em folhas de papel pelas paredes(...) (ANTUNES, 2007b, p.193-194).

Nunca as palavras me pareceram tão supérfluas como neste tempo de cinza, desprovidas do sentido que me habituara a dar-lhes, privadas de peso, de timbre, de significado, de cor, à medida que trabalhava o coto descascado de um membro ou reintroduzia numa barriga os intestinos que sobravam nunca os protestos me surgiram tão vãos, nunca os exílios jacobinos de Paris se me afiguraram tão estúpidos (...) (ANTUNES, 2007b, p. 45).

(...) me pergunto às vezes se a guerra acabou de facto ou continua ainda, algures em mim, com os seus nojentos odores de suor, e de pólvora, e de sangue, os seus corpos desarticulados, os seus caixões que me aguardam (ANTUNES, 2007b, p.161).

Como se vê, o narrador deste romance não consegue se livrar das memórias e traumas da guerra, revivendo-os diariamente e critica a falta de debate público sobre o assunto no Portugal dito democrático. Nesse sentido podemos notar com ainda mais força a tensão entre o excesso de memória individual e a ausência de memória coletiva assinalada pela autora. Para ela, aliás, o regime instaurado após o 25 de abril estava “manchado pelo sangue derramado na África” (RIBEIRO, 2006, p.44).

Além dos ex-soldados, outras vozes provenientes da África vieram perturbar o sossego da jovem democracia portuguesa: a dos colonos portugueses (ou de ascendência lusitana) que, fugindo de cenários de guerra civil e de violência, buscaram abrigo na metrópole. São os chamados retornados. O termo, em si, já é problemático, pois indica uma ideia de retorno, situação que não corresponde a de uma parcela significativa das 505.078 pessoas que desembarcaram em Portugal antes de 1975 (GOMES; MENESES, 2013). Desse montante, 60% (298.968) eram, sim, originários da metrópole, mas os demais (206.110) eram considerados portugueses nascidos no outrora chamado ultramar (GOMES; MENESES, 2013). Nesse sentido, ainda segundo as autoras, a viagem a Portugal significou muito mais uma partida do que um retorno.

Olhando especificamente para o caso de Angola, entre maio de 1974 e novembro de 1975, mais de 300 mil pessoas fizeram a rota de Luanda a Lisboa. Nos anos seguintes, o fluxo de portugueses residentes nas então colônias africanas para a metrópole continuaria significativo, tanto que, entre 1974 a 1977, a população de Portugal aumentou em 20% (GOMES, MENESES, 2013).

Ao contrário do que esses números podem sugerir, conforme demonstra Matos (2015a), não era necessariamente fácil deixar as colônias africanas à época. Tanto que, em maio de 1974, só seria possível encontrar um bilhete de avião de Luanda com destino a Lisboa para meados de julho. Também em maio, quem estava em Moçambique só conseguiria fazer a ponte aérea Maputo-Lisboa para agosto daquele ano. Aliás, neste mês, a empresa aérea TAP havia deixado de aceitar bagagem nos voos provenientes de Luanda para a capital portuguesa. Até janeiro de 1975, 50 mil portugueses já haviam deixado Angola (MATOS, 2015a).

A situação era caótica e a infraestrutura – já precária – era destruída pela violência do confronto, como vimos no capítulo de contextualização histórica. Com isso, muitos dos colonos que viveram nababescamente até 1974 (ou 1961, quando começou a guerra de independência) tentavam fugir do país, pois, para além de não poderem mais ser usufrutuários da brutal exploração colonial, viam não apenas suas propriedades (no caso dos grandes fazendeiros), mas também suas vidas ameaçadas. Enquanto isso, em Lisboa, circulava o discurso de que aqueles que queriam deixar o território africano o faziam pois não se conformavam com a perda de privilégios e não aceitariam viver em uma sociedade democrática (MATOS, 2015a e 2015b).

Essas pessoas, quaisquer que fossem suas ocupações<sup>126</sup> (fazendeiros, eletricitas, veterinários, médicos, funcionários públicos) e suas posses (ricos ou pobres) pisavam em Lisboa cobertas “de um manto de ingloria” (GOMES; MENESES, 2013, p.98), pois representavam aquilo que o novo governo queria esquecer: a existência do colonialismo e todas as atrocidades (amparadas pela legislação ou não) cometidas por Portugal em solo africano. Essas pessoas eram vistas como párias sociais: “No contexto revolucionário, quem ‘retornava’ era, como observado, classificado como colonialista, explorador que regressa para competir pelos escassos empregos existentes” (GOMES, MENESES, 2013, p.104). É esse Portugal que recepciona e invisibiliza Carlos, Rui e Clarisse.

---

<sup>126</sup> Em verdade, dentre os 505.078 retornados citados acima somente 8,5% detinham formação superior (GOMES; MENESES, 2013).

Tendo voltado por mar de Angola, em 1978, em péssimas condições<sup>127</sup>, como aqueles 40% de pessoas que eram consideradas portuguesas sem terem nascido no país, Carlos, Rui e Clarisse são, do ponto de vista oficial, classificados como retornados. Porém não são naturais de Portugal – e sim de Angola. Os três mais Lena, esposa de Carlos, vão, a princípio, para um minúsculo apartamento no bairro da Ajuda, de onde se pode ter uma boa visão do rio Tejo. O relato de Carlos dá a entender que a convivência dos quatro no diminuto espaço desse imóvel alude à situação de Portugal, que recebia um imenso contingente populacional naquele período:

Há alturas em que me sucede pensar que a ideia dos meus pais de comprarem um cochicho assim foi obrigar as pessoas que morassem nele a odiarem-se, obrigar a Lena e eu a divorciar-nos dado que não é possível dois adultos viverem esbarrando constantemente um no outro, hesitando sobre quem passa primeiro nas portas num bailado cómico eu tu tu eu, recuando, avançando, recuando, avançando, recuando, avançando em simultâneo a pisar-nos os pés e a resmungar insultos

- Parva

- Parvo és tu meu estúpido (ANTUNES, 2007a, p.99).

De fato, como nasceram em Angola, parecem não reconhecer o espaço português e o termo retornado quiçá não lhes seja o mais apropriado. Como não seria para muitos, afinal é um termo que carece de consenso e que está eivado de ambivalências, nostalgias e ressentimentos, segundo frisam Gomes e Meneses. Uma hipótese seria que fossem considerados refugiados, como alguns se autoproclamaram (GOMES, MENESES, 2013), ou exilados. A segunda definição pode ser válida, entretanto merece ressalvas, conforme assinala Telles (2017), pois o exílio demanda o movimento de se colocar fora de seu lugar, portanto o conceito demanda uma noção de pertencimento a um lugar e exclusão desse mesmo lugar. O que ocorre no romance, porém, ainda segundo Telles, é que essas personagens “são conduzidas a uma condição de exilados, mas sem, contudo, guardarem em si uma noção de pertencimento” (TELLES, 2017, p.18). Afinal, Carlos, Rui e Clarisse não se consideram angolanos (Isilda, Amadeu, Eduardo e Eunice tampouco), mas superiores às pessoas que nasceram nesse território – uma superioridade que, como vimos em capítulo anterior, estava legalmente balizada pelas diversas versões do Estatuto do Indigenato. Logo, o exílio que poderia existir seria de outra ordem, mais subjetivo:

Os filhos, já em sua pátria, por outro lado, encontram-se exilados em relação à terra da mãe e são caracterizados em seus estados degradantes, como seres

---

<sup>127</sup> “catorze dias ao léu na coberta do navio sem toilettes nem espaço para nos deitarmos, sopas e feijões ao meio-dia e à noite, um balde para as necessidades vertido borda fora alegrando os golfinhos, as hélices remexendo-nos a comida no estômago, inclusive na piscina, inclusive nos salva-vidas viajavam pessoas, sacos, baús, malas, um piano despedaçado, periquitos, Luanda a apequenar-se aos sacões até os coqueiros da ilha se evaporarem, já não sobrava nada de África...” (ANTUNES, 2007a, p.282).

decadentes e deslocados da própria pátria em que se inserem. A relação de separação e de incomunicabilidade entre mãe e filhos e entre Portugal e África faz com que as personagens sejam caracterizadas como seres sem lugar, uma vez que não possuem um lugar simbólico de retorno: nem Portugal (o colonizador) e nem África (colônia) mostram-se como possibilidade de lugar ao qual se pode retornar. Se o exílio se caracteriza por um deslocamento de seu lugar de origem e se as personagens de *O esplendor de Portugal* não se mostram como pertencentes nem a Portugal e nem à África, como então seria possível dizer que há uma condição de exílio sendo aí representada? O exílio dos integrantes da família é, pois, um exílio da alma, que só se expressa em termos simbólicos, daí o fato de o deslocamento espacial não ser consubstanciado efetivamente na narrativa pelo trabalho com a categoria do espaço, mas, sim, com a categoria do tempo, que lança a distância a uma esfera outra, que não pode ser resolvida pelas ações das personagens, mas que se opera no nível mental da temporalidade e da memória. É por essa razão que o distanciamento temporal é indicado por meio de um entrecortado narrativo, que coloca os filhos num presente contínuo, a véspera de natal do ano de 1995, e a mãe num passado que progride<sup>128</sup> em direção a esse presente e que tem seu início no momento em que a própria mãe coloca os filhos em situação de exílio em relação a ela (TELLES, 2017, p.20).

Sem excluir essa condição original de exilados da alma, uma outra maneira de conceber a identidade desses seres sem lugar seria defini-los como apátridas, pessoas que não têm a nacionalidade reconhecida por nenhum país<sup>129</sup>. Não em uma acepção literal do termo, pois Portugal até pode reconhecê-los como seus cidadãos através de um carimbo ou um documento, porém os portugueses que sempre viveram no continente europeu não. Afinal, a cidadania deve ser mais que um carimbo ou um documento, mas um reconhecimento dos direitos e da subjetividade de um indivíduo/cidadão, algo de que Carlos, Rui e Clarisse não conseguem gozar, conforme podemos notar na maldosa sugestão que diversos médicos deram a Carlos quando este levava Rui às consultas em Portugal: “Se fosse a si mandava-o de volta a África onde é tudo mais ou menos epilético a fazer asneiras no sertão para distrair os pretos e a furar-lhes os olhos e as tripas que ninguém se rala” (ANTUNES, 2007a, p.206).

Além disso, esses narradores ainda possuem um duplo estigma: Carlos é retornado e mestiço; Rui é retornado e epilético; Clarisse é retornada e promíscua (CERDEIRA, 2016). A condição deles em Portugal pode impactar decisivamente sua autoestima, conforme podemos notar pelo relato de Clarisse:

*sou a tua puta não sou podés confessar que não me zango a tua amante de sanzala não tens de agradar-me te preocupares comigo ser terno quando foi do caroço no peito levaste sumiço porque só tens de pagar sou a tua puta obrigada a ter saúde que recebe dinheiro para ter saúde não para ser ingrata e adoecer podés confessar que não me zango de que serve zangar-me*

---

<sup>128</sup> Vimos no parágrafo anterior que essa progressão é bastante problemática.

<sup>129</sup> Definição proveniente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

na terça-feira ao trazer o uísque ao Luís Filipe, duas pedras, se meto uma ou três pedras cai o Carmo e a Trindade, fica a examinar o copo, a agitar-se, a gritar como se grita a uma criada, duas pedras caramba duas pedras quantas vezes é preciso dizer repetir duas pedras para que  
*sou a tua puta não sou*  
prestas tu Clarisse, ao trazer-lhe o uísque e ao deitar-me no colo dele como ele gosta, com cuidado para não tocar no pace-maker que tic tic como um despertador na camisa (ANTUNES, 2007a, p.358).

Note-se que ela sequer se considera digna de poder desabafar à pessoa com quem tem maior vínculo afetivo a existência de um potencial tumor maligno em seu corpo. Como se essa fosse uma aspiração a que uma retornada da África não pudesse se dar ao luxo. O fragmento, aliás, demonstra mais do que ausência de cidadania, mas uma própria ausência de humanidade. Ela não se considera um indivíduo, mas uma prostituta proveniente da África cuja função é propiciar prazer sexual ao amante.

### **CONTRAPONTO, ROTAÇÃO E GIRO EM FALSO**

No capítulo anterior, analisamos a forma e as características dos relatos de Isilda. Neste, vamos fazer o mesmo com os dos filhos. Conforme já mencionamos, o romance está estruturado em três partes, nas quais ocorre um revezamento narrativo. Em cada uma delas, há a intercalação dos relatos dos filhos (Carlos, Rui e Clarisse) e da mãe (Isilda). Diferentemente dos relatos da mãe, os dos filhos são todos datados da noite de 24 de dezembro de 1995 e o romance se inicia com o convite de Carlos para que os irmãos passem o natal em sua casa – depois de expulsá-los do ambiente anos antes. É a partir do ensejo do convite e da espera de um encontro que não se consuma que cada filho vai desvelando suas rancorosas e ressentidas memórias do mundo colonial.

À primeira vista, essa narrativa polifônica é um procedimento muito rico, pois nos permite que um mesmo episódio seja revisitado por diversas vozes. Um exemplo disso é a relação entre Isilda e o comandante de polícia, já analisada sob o ponto de vista desta narradora no capítulo anterior, cujo adultério é objeto da ira de Carlos e cujos encontros furtivos são percebidos por Rui:

Quando minha mãe me levava ao médico em Malanje e no fim da consulta me comprava um bolo de creme na pastelaria, em vez de regressarmos pela estrada da Diamang, conduzia o jipe a um bairrozito de vivendas iguais nas traseiras do quartel, verificava a gola, compunha o cabelo, corrigia a pintura, passava a rolha do perfume no pescoço, pedia-me com uma festa na cara, de olhar mudado

- Fica aqui quietinho e sem fazer asneiras que eu já venho atravessava a rua com o modo de caminhar diferente, mais bonito, mais vagaroso, que resultava dar conta de a minha mãe ser mulher, deixar de ser minha mãe para ser mulher de tal forma que me apetecia, como às bailundas, rondá-la, farejá-la, tocá-la, tratá-la mal, eu sentado no jipe com um bolo de creme a vê-la atravessar a rua numa dança que abandonava um rastro de homens suspenso e me mudava o ritmo do sangue, contornar uma das casas,



voltar séculos mais tarde já não mulher, minha mãe outra vez mas de pintura fora do sítio e botões trocados, reparar na ausência de um brinco, guardar o que tinha na carteira (...) (ANTUNES, 2007a, p.249).

Mas também notados por Carlos:

mal o meu pai ia fazer as análises ao fígado a Malanje [o comandante de polícia] trancava-se com a minha mãe no escritório, não se ouvia nem um som lá dentro, pensava de orelha na porta, sem coragem de chamar

- Morreram

ficava horas à escuta, preocupado, a única coisa que percebia pelo buraco da fechadura era um ângulo de escrivãzinha e depois ruídos de solas e vozes, o trinco a pular, o comandante da polícia apontando-me o queixo à minha mãe

- Estavas à nossa espera rapaz? (ANTUNES, 2007a, p.105).

E no irônico comentário de Clarisse:

*a minha mãe garantia que se o meu pai fosse vivo e tivesse saúde suficiente para me meter na ordem eu não era assim por uma questão de autoridade e exemplo, a autoridade e o exemplo do amante dela a rondar-me, cuidava que não havia melhor do que o amante dela para endireitar os filhos e por isso esbarrávamos no educador a cada passo* (ANTUNES, 2007a, p.285).

Entretanto, também há no livro, pela própria estrutura, relatos das reações de Carlos ao adultério na narrativa de Clarisse, quando ela informa das discussões, ameaças e agressões entre o irmão e o comandante de polícia. Aquele lhe diz: “Quando eu for grande mato-te” (p.309). Como resposta recebe uma zombaria “Ai matas?” (p.309), um pisão na cabeça e uma ofensa: “Preto de um raio” (p.309). Além disso, Carlos também exorta o pai a agir contra a esposa e o amante: “Porque não vai lá baixo por amor de Deus explique-me porque não vai lá baixo?” (p.310).

Chama atenção o fato de que sabemos muito mais do incômodo de Carlos pelos relatos de Clarisse do que pelos dele próprio.

Outro episódio explorado por diversos olhares é quando Carlos expulsa os irmãos do apartamento da Ajuda. Em princípio, temos a narração da internação de Rui e a alusão à expulsão de Clarisse sob o ponto de vista do primogênito:

a minha mãe que se imaginasse onde o internei me matava como a Clarisse e a Lena, furiosas comigo, quase me mataram quando ordenei ao Rui

- Mete as tuas coisas numa malinha e depressa que o espertalhão do chofer não desliga o taxímetro

não bem uma clínica, não bem um lar, um estabelecimento na Damaia onde recebiam criaturas que estorvavam a família como era o caso, moribundos de cancro, atrasados mentais, ceguinhos, até na marquise havia camas, no corredor, na cozinha, forneciam um decilitro de vinho e uma tigela de arroz-doce aos sábados, mudavam os lençóis de quinze em quinze dias, tomava-se um chuveiro de água quente por mês” (ANTUNES, 2007a, p.44).

aguentei-os na Ajuda sem um protesto três anos seguidos suportando até aos limites da paciência as maluquices de um e os caprichos da outra, ele a esbracejar na alcatifa e ela, mal me apanhava de costas porque tenho de ganhar

a vidinha a deitar Lisboa inteira na cama, chegava a casa estafado do trabalho e a Clarisse muito à vontade repimpada no sofá, a fumar cigarros de filtro doirado que cheiravam para burro imitando tabaco turco a mamar do meu anis na companhia de um espertalhão qualquer

- Não conheces o Francisco?

ou Gustavo ou João ou Feliciano ou Manuel, alheia à lagartixa do Rui aos pés dela a morder-se e a rosnar, a minha mãe que me diga frente a frente que a melhor atitude não é interná-lo onde se ocupem dele e dos possessos como ele vinte e quatro horas por dia<sup>130</sup>, comprimidos, enfermagem, alimentação, exames à cabeça com parafusos ou assim a verificar desarranjos do cérebro, e ajudei-o apesar da indignação da Lena(...)

(...)

do mesmo modo que [Lena] se convenceu de que me queria desembaraçar da Clarisse por não admitir poucas vergonhas em casa, a minha mãe que me jure frente a frente, se tiver coragem que aceitaria a Clarisse (...) (ANTUNES, 2007a, p.74)

É curioso que o primeiro relato de Carlos sobre o local (“não bem uma clínica, não bem um lar, um estabelecimento na Damaia onde recebiam criaturas que estorvavam a família”) contradiz sua argumentação para a internação no segundo fragmento (“interná-lo onde se ocupem dele e dos possessos como ele vinte e quatro horas por dia”).

À primeira vista, Carlos parece uma personagem extremamente cruel – e, de fato, é. Ainda mais pelo fato de que ele cerceava o comportamento sexual de Clarisse<sup>131</sup>. Além disso, o relato de Rui dá conta de que Clarisse era extremamente racista para com o mais velho dos irmãos. Isso é percebido por Carlos, por Rui e admitido pela própria Clarisse.

...a Clarisse, liberta de mim na cozinha, a chamar-me o que nunca me chamavam, o que todos conheciam e evitavam falar, os professores, os colegas de liceu, os amigos do café de Luanda, o empregado da Cuca, a Lena, o que todos conheciam apesar da cor da minha pele, dos lábios estreitos, do cabelo liso, de dizer mãe à minha mãe e de ela me dizer filho como aos outros, das visitas se comportarem comigo como se ignorassem quem eu era, de onde vinha, onde me foram buscar, a Clarisse baixinho, sem raiva, quase com dó  
- Sentes-te vingado dos brancos por bateres numa branca julgas que ficas igual aos brancos por me bateres? (ANTUNES, 2007a, p.81).

Em outro momento, segundo o relato de Rui, ela o provoca de modo igualmente ácido: “*Pelo menos não sou preta como tu sou normal se a mãe não tivesse te comprado em Malanje podias ser meu criado*” (ANTUNES, 2007a, p.155). Na infância, ela repetia feliz que Carlos era preto e ainda perguntava ao irmão o motivo por que a avó tinha vergonha dele. A relação entre ambos era mediada pelo racismo – e a questão da cor causava enorme apreensão no menino Carlos, já ciente do impacto que esse rótulo tinha na sociedade colonial:

---

<sup>130</sup> Um relato anterior do próprio Carlos desmente essa suposta boa intenção na internação do irmão.

<sup>131</sup> “*O Carlos à Lena exibindo pincéis e frascos sem tampa, segurando o soutien de transparências de tule com ar de quem exhibe provas de crime*  
- *Esta puta, esta puta*” (ANTUNES, 2007a, p.151).

Preto como a Josélia, o Fernando, o Damião, os contratados, o capataz ia chegar à cozinha e mandar-me trabalhar na safra, tiravam-me o quarto, os brinquedos, o meu lugar à mesa, comia funge e peixe seco, bebia cerveja na cantina, dormia numa esteira, curava a icterícia com tubérculos, não acreditava em Deus, talvez no próximo Natal, como vivera uns anos por equívoco na casa da fazenda, herdasse os calções usados do Rui... (ANTUNES, 2007a, p.103-104).

Além disso, o convívio com Rui tampouco foi dos mais fáceis. Este tinha impulsos violentos, já manifestados no hábito de torturar animais ou atirar em trabalhadores negros com a espingarda de chumbinho. Carlos, ainda em Angola, tentava controlar o irmão, o que gera ressentimento neste:

...era bem feito que [Carlos] chorasse por me impedir, armado em parvo, com a mania que mandava  
- Rui  
de caçar gafanhotos e os queimar com um fósforo, eu que um dia destes sou grande, me chego a ele, o amarro a um tronco e lhe atravesso a língua com um prego (ANTUNES, 2007a, p.200).

Note-se, pois, que Rui tem um gênio violento, ao qual ele poderia dar vazão na Angola colonial. Em Portugal, porém, esse comportamento gerava diversas situações vexatórias e transtornos à vizinhança<sup>132</sup>, como quando, perdido, encontrava imigrantes caboverdianos e imaginava que eram seus funcionários ou então na ocasião em que furou os olhos dos bichinhos de pelúcia, o que obrigou Carlos a pagar pelo prejuízo, situação que o deixou irado: “O ordenado deste mês deu à justa para a tralha que o chalado matou devia prender-lhe uma argola no nariz e acorrentá-lo à cozinha” (p.180).

E na questão do ordenado reside um grave problema. Afinal, conforme pondera Santos (2016, p.127), as tensões entre os irmãos estão ancoradas na falha tentativa de manutenção da ordem social de que Carlos, Rui e Clarisse dispunham em Angola, mas cuja continuidade não era possível em Portugal:

Pelo fato de a experiência colonial estar demasiado enraizada nos três filhos de Isilda, a dificuldade deles em se desvincularem dessa experiência manifesta-se não apenas em sua subjetividade mas também nas relações objetivas que entre eles se estabeleceram desde que adentraram, juntamente com Lena, o pequeno apartamento da Ajuda. Nesse sentido, é interessante notarmos que, na organização social e econômica que se constituiu no apartamento, reproduziram-se, em alguma medida, as posições que aqueles sujeitos ocupavam na ex-colônia. Dessa forma, Rui e Clarisse, que sempre foram inertes economicamente em Angola (uma vez que os negócios da família sempre foram gerenciados por Eduardo, Isilda e Carlos), em Portugal almejavam permanecer nessa condição. Amparados em suas antigas prerrogativas de colonos brancos ricos, Rui e Clarisse ainda se julgavam socialmente superiores ao Carlos (por ele ser um mestiço) e à Lena (por ela ser uma branca pobre, que vivia em um musseque em Angola) – Clarisse chega a referir-se ao irmão e à cunhada como “[...] uma espécie de primos de província ou de antigos criados

---

<sup>132</sup> Os vizinhos reclamam na ocasião em que Rui atira pedras nos canários.

que subiram na vida e não nos tratam por menina já, tratam-nos pelo nome [...]” [367]. Por isso, os irmãos de Carlos, além de suporem natural que ele os sustentasse, também não admitiam receber críticas ou ordens dele, considerado pelos irmãos como “[...] um mestiço comprado por uma ninharia, como se compra um leitão ou um cabrito, à empregada do refeitório da Cotonang [...]” [267].

Essencialmente, foram essas tensões, que desde Angola permeavam as relações entre Carlos, Rui e Clarisse, que mediaram os conflitos entre os três em Portugal e que tornaram sua convivência no apartamento insustentável. Carlos, que passara a ter sua força de trabalho explorada pela primeira vez na vida em Portugal, não se conformava em trabalhar para sustentar a inércia dos irmãos e, sendo o proprietário nominal do apartamento e o seu mantenedor, exerceu a autoridade advinda dessas condições para tirar Rui e Clarisse de lá.

Ademais, a interpretação que Santos (2016) faz do comportamento de Rui também é bastante interessante. Para ela, a incapacidade da personagem de se adaptar a Portugal se deve ao fato de que lá, seus ímpetos de violência eram, de fato, reprimidos. Não era como em Angola, onde poderia atirar em empregados da fazenda sem que nada lhe acontecesse conforme sugere o fragmento a seguir:

nestes quinze anos não o procurei no lar, tardes e tardes regalado da vida a assistir ao mercado e aos ciganos como assistia de espingarda de chumbinhos à sementeira do arroz, o soba queixou-se à minha mãe, a minha mãe queixou-se ao chefe do posto, o chefe do posto queixou-se aos cipaios e os cipaios entraram na sanzala pisando pés de liamba, bácoros, pintos, chamaram as mulheres de filhos à cintura e esbofetearam o soba à frente delas para o ensinar a ter modos, o soba veio pedir desculpas ao Rui e oferecer-lhe uma dúzia de ovos, o Rui a deixar cair os ovos (ANTUNES, 2007a, p.48).

No caso de Carlos, o bloqueio da liberdade de mando de que gozava em Angola é decisivo para a frustração dele em Portugal (SANTOS, 2016). Afinal, ele vivia em um apartamento minúsculo, junto a outras três pessoas e estava: “(...)a contar tostões ansiosos do princípio ao fim do mês longe da Baixa do Cassanje, do cheiro de algodão, da Maria da Boa Morte, dos criados que faziam por mim com vontade ou sem vontade o que eu tinha de fazer agora sem vontade nenhuma<sup>133</sup>” (ANTUNES, 2007a, p.80).

Em Portugal, ele ganha um salário que considera miserável como delegado de propaganda médica e, por não ser mais um proprietário colonial, não pode dar vazão à sua índole autoritária e violenta (SANTOS, 2016), confirmada no fragmento citado do primeiro capítulo de contextualização histórica, em que Carlos falava da *durabilidade* dos trabalhadores da safra de algodão.

Com a nova conjuntura socioeconômica, portanto, a violência antes destinada aos outros passou também a integrar fortemente a relação entre os irmãos e exacerbou as tensões já existentes. Houve, porém, uma malfadada tentativa de convivência. Afinal,

---

<sup>133</sup> Santos cita uma versão um pouco maior deste fragmento na dissertação dela.

antes, do ímpeto de acorrentar Rui, acima citado, Carlos tentou cuidar do irmão mais novo:

...o Carlos que durante três anos me obrigou a engolir comprimidos que davam sono e tiravam o gosto de inventar degraus e soltar catatuas, cambaleando num cansaço de salgueiro da cama para a saleta e da saleta para cama a levantar as pálpebras no esforço de quem sobe persianas empenadas, levantá-las a duas mãos uma estridência de estores, o Carlos que durante três anos me arrastou de hospital em hospital e os médicos devolvendo radiografias, exames e cartas num piparote aborrecido

(...)

o Carlos preocupado que eu abrisse o gás, me esquecesse de uma torneira a correr e inundasse o prédio, lançasse os móveis e as carantonhas da Lunda janela fora, tudo antigo, tudo desbotado, tudo gasto, tudo rendado pelo apetite de bilros do caruncho e da traça, a gente instalava-se numa cadeira e a cadeira com uma das pernas consertadas a cordel a abanar como um dente de leite e a soluçar (ANTUNES, 2007a, p.205-6)

Note-se, pois, como temos personagens ambivalentes: Carlos é violento e machista, mas sofre com o racismo e é o único provedor da casa; Rui é doente e tem ímpetos de violência irreprimíveis; Clarisse é racista, perdulária e ociosa, mas sofre com o machismo de Carlos – além disso, é ela quem paga a mensalidade da casa em que Rui está internado, algo que Carlos se recusa a fazer. Não há, portanto, personagens inocentes. E essa estrutura em contraponto da narrativa dos irmãos (CERDEIRA, 2016) com uma construção fragmentária dos discursos e permeada por uma nova conjuntura socioeconômica (SANTOS, 2016), ajuda a desvelar as ambivalências, culpas e ressentimentos presentes em cada um dos narradores.

Conforme podemos notar por essas narrativas, segundo pontua Manuela Margarida Duarte Chagas (2003), as personagens são ótimas observadoras do comportamento alheio, mas péssimas na procura da metaidentidade: isso fica claro pelo fato de que o olhar de cada narrador trazer mais informações sobre os outros narradores/personagens do que sobre si próprio. Para ela, Lobo Antunes, com o uso dessa técnica narrativa, promove uma rotação total das personagens, possibilitando uma visão maior das complexidades de cada uma delas (CHAGAS, 2003).

A essa rotação poderíamos ainda incluir um segundo movimento: o de um giro em falso. Afinal, essas personagens, embora deem vazão a seus ressentimentos, não são capazes de verbalizar suas dores ou de revisitar criticamente suas culpas<sup>134</sup>. Essa impossibilidade de interpretar criticamente o passado enseja conflitos e agressões, pois os ressentimentos represados jorram sobre os outros, bem como uma boa percepção do

---

<sup>134</sup> Santos (2016) já frisava a incapacidade de cada personagem revisitar criticamente o passado.

que pode motivar os comportamentos de cada irmão, como quando Clarisse, ao aludir ao convite, aventa os motivos por que Carlos a expulsou de casa:

[Carlos] a falar do Natal como se o Natal passados tantos anos fosse importante para nós, um jogo de monopólio, um revólver de fulminantes, um triciclo, o Carlos a pedir desculpa sem pedir desculpa ou a pretender que eu adivinhasse que pedia desculpa como se as desculpas me interessassem depois de me expulsar por supor que não era filha do meu pai, e vingando-se em mim da minha mãe e do homem que tinha a certeza de ser meu pai por se não poder vingar neles, o Carlos odiando-os através de mim como se cada vez que me olhasse os visse no escritório, os cochichos, os risinhos, os pedidos (ANTUNES, 2007a, p.308-309).

Mas essa percepção convive simultaneamente com uma fragorosa ausência de diálogo. Embora sejam capazes de atribuir culpas e conjecturar justificativas, as personagens são incapazes de avaliar as próprias ações, vivências e culpas (CHAGAS, 2003). Notemos que Carlos, por exemplo, é um mestiço que sofre as dores do racismo no seio familiar, mas não questiona as estruturas de poder que ensejavam essas práticas, pois era também um usufrutuário da posição hierárquica que a família ocupava naquela sociedade colonial (SANTOS, 2016). Assim, fechadas e isoladas continuam a remoer os ressentimentos sozinhas. Com isso, essa estrutura plurivocal e polifônica desemboca em uma irremediável incomunicabilidade de um reencontro que não se consumará (CHAGAS, 2003).

Isso pode ser percebido logo no início, quando Lena, esposa de Carlos, que o abandona durante a espera, sugere o seguinte: “Puseste-os na rua e agora passados quinze anos queres os teus irmãos de volta” (p.14). Carlos tenta encontrar justificativas para a demora (o trânsito, a dificuldade de achar um táxi ou a carência de vagas de estacionamento), enquanto prolonga a ridícula espera. Rui e Clarisse também optam por não ir. Ele prefere errar por Lisboa no trem; ela se entrega ao sono com uma caixa de comprimidos, não sem antes dizer que iria só pelo prazer de espezinhar o irmão mais velho: “Quando telefonou para a consoada claro que respondi que sim pelo prazer de o imaginar a noite inteira à espera no apartamento da Ajuda onde me fez a vida negra durante três anos” (ANTUNES, 2007a, p.301). Logo, devido à ausência de diálogo e à imobilidade dos irmãos, que não agem para evitar a desagregação familiar, conforme pontua Chagas (2003), podemos pensar nessa estrutura dupla em que a rotação total desemboca, na verdade em um giro em falso: ninguém sai de seu lugar.

Com isso, temos os três irmãos à deriva em uma nova conjuntura econômica, cuja forma da narrativa impede que revisitem criticamente o passado (como Isilda é incapaz de o fazer) e não lhes permite um olhar crítico sobre si. Nesse sentido, a estrutura narrativa

imita a estrutura social: a de um país que, ainda que involuntariamente, silenciou sobre a guerra, o colonialismo e os retornados e parece incapaz de lidar com uma herança tão dolorosa (RIBEIRO, 2006) por não olhar criticamente para o seu passado e por não conseguir trazer os ressentimentos para fora da esfera individual. O que fica do romance, portanto, são o ressentimento, o rancor, a esterilidade e uma aguda incapacidade de construir o futuro, depois de séculos de colonialismo, na nova ordem política que nasceu do 25 de abril. Afinal, esse legado colonial está entranhado nessas subjetividades; é impossível esquecê-lo ou extirpá-lo, conforme menciona Carlos: “...enquanto qualquer coisa no meu peito oscilasse da esquerda para a direita e da direita para a esquerda continuávamos a existir, a casa, os meus pais, a minha avó, a Maria da Boa Morte, eu, continuaríamos todos, para sempre, a existir” (ANTUNES, 2007a, p.82)

## DAS NEGATIVAS

Como foi possível notar nos capítulos anteriores, ambos os romances tratam de sagas de famílias que passam por um processo de degradação. À primeira vista, é possível observar diversas semelhanças entre as narrativas de Isilda e Eulálio: ponto de vista narrativo de ex-figurões da elite com dificuldade em lidar com a perda do poder e saudosos de suas propriedades; relatos marcados pela oralidade e com estrutura memorialística que se arvoram no passado como um lugar de proteção. Além disso, enquanto narram a derrocada familiar, vemos seus respectivos países mergulharem em experiências trágicas das quais não conseguiram se recuperar. As duas obras terminam com uma absoluta ausência de horizontes para os narradores e suas respectivas nações, com as mortes de Eulálio e Isilda – além do desencontro dos irmãos, incapazes de experimentar uma genuína afeição uns pelos outros, após a vivência do colonialismo.

Outro aspecto que aproxima esses narradores (sobretudo Eulálio e Isilda) é o desconhecimento da cota de culpa na realidade em que estão inseridos. Como vimos anteriormente, a matriarca portuguesa não qualifica as ações cometidas pela família contra os ditos indígenas como atrocidades e se surpreende quando essa violência se volta contra si. Já Eulálio, acostumado ao topo da pirâmide social e um ingênuo entusiasta da Ditadura Militar, não é capaz de apreender a lógica excludente e segregacionista que norteia o pensamento das elites brasileiras, ao se ver desamparado no hospital.

Além disso, ainda dentre as semelhanças, há narradores traumatizados, melancólicos e que malversam a narração de uma realidade que não conseguem apreender.

Entretanto, em meio a essas similaridades, podemos também observar algumas diferenças (umas sutis, outras nem tanto) que são condizentes com os processos históricos que permeiam os romances e com o lugar que cada família ocupa na cadeia de exploração de seus respectivos países. Podemos notar essas diferenças sobretudo no que concerne à relação com as propriedades. Começemos por este aspecto.

### **PODER E PROPRIEDADE**

É interessante notar que, ainda que Isilda e Eulálio sejam abastados, tenham feito viagens em suas infâncias e visto seus pais se relacionarem com figuras influentes na política, não é possível afirmar que suas riquezas fossem equivalentes. Afinal, a família



de Eulálio era muito mais influente e poderosa no Brasil do que a de Isilda em Angola. O pai do narrador de *Leite derramado*, além de senador, era um proeminente mercador de café e comerciante de armas superfaturadas. Além disso, a família da mãe do narrador era dona de metade do estado de Minas Gerais em pastagem, provavelmente para gado leiteiro, em uma discreta alusão à Política do Café com Leite, período que coincide com o apogeu financeiro dos Assumpção. Nas férias, o narrador viajava à França ou aos Alpes Suíços. Eulálio, portanto, era uma figura cuja família – do avô higienista e íntimo de Dom Pedro II ao pai republicano de primeira hora, que até mesmo recepcionava autoridades internacionais – estava próxima dos círculos de poder.

A mesma afirmação não pode ser feita a respeito da família de Isilda. Afinal, embora na região de Malanje ela e seu pai pudessem ter alguma influência, não estavam, como vimos<sup>135</sup>, no topo da cadeia de exploração da região de Angola. Essa narradora, ainda que tivesse enorme poder sobre seus empregados nativos, estava submetida aos impostos de Lisboa, aos caprichos do comandante de polícia e aos favores do governador. Em Portugal, conforme frisou Eduardo, o dinheiro deles pouco valia e ainda eram olhados com desprezo, por terem aceitado ganhar a vida nas colônias (ANTUNES, 2007a, p.263); eram, pois, uma espécie de portugueses de segunda classe. Nesse sentido, nota-se que a família de Isilda era insignificante para a administração central do império, em Lisboa, e pouquíssimo influente nos assuntos nacionais de Angola. Seu poder, era, portanto, regional e periférico nas órbitas do império português. Percebe-se, pois, como a família de Isilda estava muito mais distante dos círculos de poder do que a de Eulálio.

Em que pese essa diferença, ambos não sabem lidar com a perda do poder que tinham e elaboram uma narrativa voltada ao passado. Quanto mais longínquo for esse passado, mais Eulálio e Isilda se sentem protegidos, uma vez que seu poder ainda estava assegurado. Afinal, a infância desses narradores foi o tempo em que aprenderam o lugar de opressão que ocupavam em seus respectivos contextos sociais e que testaram a extensão dos poderes de que dispunham. Tanto que, como vimos nos capítulos de Isilda, embora o romance tenha uma estrutura diarística cujas datas avançam cronologicamente, quanto mais o tempo passa e mais o vínculo com a propriedade se dilacera, mais Isilda mergulha no passado.

É justamente na infância que Isilda descobre o prazer em frequentar a sanzala, pois todos se levantavam para ela. Além disso, não demorou muito a descobrir que Maria

---

<sup>135</sup> Conforme, também, pontua Fernando Santos (2017) em sua pesquisa.

da Boa Morte, a menina africana que era como uma irmã para a narradora, era negra – e isso lhe conferia uma condição sub-humana naquela sociedade colonial, garantida pelas diversas versões do Estatuto do Indigenato. Há ainda uma cena em que a narradora se lava com força, ao notar uma nódoa na pele e imaginar que pudesse vir a ser negra. Ciente de que era branca, moradora de uma fazenda, onde se recebiam autoridades regionais e se organizavam festas, a narradora se sente confortável em um lugar de opressão (ainda que não o do topo da cadeia) do sistema colonial. Nesse espaço, à medida que a narradora cresce, passa a notar que, embora tenha limitações no trato com Lisboa e com a ordem capitalista, pode dispor como lhe convier dos corpos dos africanos, tratá-los como escravos. E aqui temos uma diferença interessante entre a criação de Isilda e a de Eulálio: enquanto esta cresce em um ambiente no qual o racismo tinha uma base legal (as diferentes versões do Estatuto do Indigenato), aquele viveu em um momento em que a igualdade entre brancos e negros estava prevista em lei<sup>136</sup>, o que não o impedia, como vimos, de propalar seus mal-escamoteados preconceitos sem que se sentisse minimamente vexado. Como, aliás, também fazem os pais do narrador, uma vez que o Senador Assumpção só “apreciava as louras e as ruivas, de preferência sardentas” (BUARQUE, 2009, p.20) e Maria Violeta, quando descobriu que Eulálio estava interessado em Matilde, perguntou-lhe “se a menina não tinha cheiro de corpo” (IBIDEM, BUARQUE, 2009, p.20). Tanto Isilda quanto Eulálio, em que pese a diferença nas legislações das sociedades em que viviam, nutriam sentimento de posse por empregados como Maria da Boa Morte e Josélia – no caso da matriarca portuguesa – e por Balbino – no caso do narrador de *Leite derramado*.

Nessa sociedade desprovida de igualdade jurídica entre os seres humanos, o pai da narradora, Eduardo, que incute nela o amor pela propriedade e a necessidade de ficar em Angola para sempre, naquele episódio em que vimos anteriormente, quando ele ordena<sup>137</sup> que a filha permaneça no território e tente se adaptar à nova conjuntura que viria. Essa ordem, como vimos, é obedecida pela narradora. São visíveis o ressentimento e a raiva de Isilda quando o MPLA toma a fazenda dela. Ainda que parta de sua propriedade, ela se recusa a pensar ou a agir de forma diferente do que antes, quando ainda detinha o poder. Por isso, é incapaz de observar os gestos de afeto de Josélia ou

---

<sup>136</sup> A Constituição de 1891 afirmava que “todos eram iguais perante a Lei”, sem, contudo, tecer maiores considerações acerca do preconceito racial (o termo, aliás, sequer consta no documento), conforme é possível aferir em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm).

<sup>137</sup> Utilizamos o termo “ordenar”, pois Eduardo utiliza o modo imperativo ao se dirigir à filha.

Maria da Boa Morte vistos anteriormente e segue não consentindo má-criação “a uma fulana qualquer” (ANTUNES, 2007a, p.247). Nesse sentido, sendo o pai a figura que lhe inculcou o amor pela propriedade, não é surpresa que a infância (período em que os pais estavam vivos e a fazenda produzia em seu esplendor) seja o período em que se sentisse mais segura e ao qual escolhe voltar quando estava sob a mira das metralhadoras do MPLA.

A relação que Eulálio tem com suas propriedades, porém, é um pouco diferente. Embora desde cedo também tenha aprendido a mandar, o que marca a infância de Eulálio é o fato de dar vazão a seus caprichos sem que sofresse qualquer reprimenda: poderia apertar os seios das babás, urinar sobre o monte de roupa que a empregada acabara de lavar ou virar o prato do jantar, pois sabia que receberia queijo com goiabada antes de dormir. Os únicos que poderiam impor-lhe limites seriam o Senador Assumpção e Maria Violeta, seus pais – e não o faziam.

O pai deste narrador, aliás, é a figura responsável por ensiná-lo a gozar a boa vida: leva o filho à França e, na suíte do Ritz, joga moedas, para obrigar as prostitutas a pegá-las sem usar os dedos e manda a mais hábil subir ao quarto com o filho; oferece-lhe cocaína na Suíça e o leva para brincar no Senado. Com o genitor, Eulálio não aprendeu a conhecer limites; ao contrário: descobriu que tudo e todos estavam à sua disposição.

Nesse sentido, é curioso notar que a derrocada de Eulálio começa justamente após a morte do pai. Com este personagem vivo, desembaraçar mercadorias na alfândega era uma questão resolvida com um breve telefonema ou um despachante qualquer, porém, depois da morte dele, Eulálio precisava se acotovelar nos escritórios do porto e mostrar um cartão de visita que já não valia de nada. Ou então lidar com os estrangeiros arruinados com os quais Senador negociava a exportação de café. Este episódio, aliás, é bastante interessante, pois Maria Violeta informa que, se Eulálio não fosse à Europa, ela mesma, pessoalmente, trataria com os antigos parceiros comerciais da família. Com a justificativa da Crise de 1929, estes informam ao narrador que milhões de libras evaporaram da noite para o dia, fato que o narrador aceita resignadamente. Afinal, frisa Eulálio, apenas em pastagens, a família de sua mãe era dona de metade do estado de Minas Gerais – e uma única fazenda de gado leiteiro bastaria para que vivesse confortavelmente.

Vemos, pois, como os pais de Eulálio e de Isilda ensinam os filhos a ter relações diferentes com a propriedade. Por não estar no topo da cadeia de exploração, Eduardo instrui Isilda a comandar a fazenda, pois ele tem ciência da fragilidade de seu poder naquela ordem capitalista e colonial. O mesmo procedimento não é adotado pelo pai de

Eulálio; este sempre mostra ao filho a extensão da suntuosidade das posses familiares, mas nunca a mantê-las – tanto que Eulálio achava que sua família continuaria ligada aos círculos de poder quase que por inércia. Por isso, o narrador não fica preocupado com a perda de dinheiro ou propriedades; ele as aceita resignadamente, pois sabia sempre que teria à mão diversas outras: a desapropriação da fazenda; o golpe do genro; as dívidas de Maria Eulália que geram a perda do apartamento em Copacabana; a mudança para a Tijuca e as ameaças de Xerxes e finalmente a negociata com o Pastor Adelton. Todos esses episódios são narrados sem ódio, com resignação. Além de serem marcados pela incapacidade de avaliar que o poder e as propriedades minguavam progressivamente.

Com essas diferentes relações com as propriedades, podemos afirmar que o afeto de Eulálio estava mais relacionado ao status e à capacidade de dar vazão aos seus caprichos; enquanto o de Isilda estava diretamente relacionado à produção: ela sente prazer em ver a fazenda produzir algodão, milho e girassol, enquanto faz acordos considerados injustos com Lisboa e com o capital internacional. A ética do trabalho (ou a de explorar a força de trabalho alheia) está muito mais presente em Isilda do que em Eulálio.

Apesar dessas diferenças na criação que os narradores receberam de seus pais, é notável como Eduardo e o Senador Assumpção são figuras fortes, dominantes que funcionam como um anteparo às desgraças que as personagens vivenciariam em suas existências errantes. De certa forma, Eulálio e Isilda ficam até felizes que seus genitores não tenham sido obrigados a pedir votos em praça pública ou vivenciar os horrores da guerra civil, respectivamente. Nesse sentido, não é surpresa que as memórias que lhes tragam maior tranquilidade sejam aquelas em que os genitores ainda estavam vivos, como quando Isilda lembra das recepções na casa dos pais ou dos bailes em que imaginava que a orquestra tocaria para sempre.

Por ter esse vínculo físico e quase carnal com a propriedade, Isilda vai deixando de se reconhecer à medida que a perde, sobretudo quando tem de usar um pano do Congo. O mesmo processo, contudo, não se passa com Eulálio, o que gera cenas um tanto patéticas, como quando, com o roupão bordado com o monograma dos Assumpção, abre o vinho e acende o charuto que ganhara do neto, mas o bebe em um copo de geleia, no imóvel de um único cômodo, onde habitava antes de ir para o hospital.

Esta cena, aliás, é também indicativa de diferentes comportamentos entre esses narradores. Afinal, em *O esplendor de Portugal*, quase ao final do romance, no capítulo “27 de setembro de 1995”, quando Isilda chega a Luanda, ela imagina estar em uma cena

de filme. Vê-se, pois, que essa narradora busca a todo custo negar a trágica realidade que a cerca, enquanto Eulálio não. Ambos, porém, tentam salvaguardar os fiapos do prestígio<sup>138</sup> que outrora tiveram.

Este, aliás, é um aspecto que irmana essas personagens: ambas demoram a perceber que perderam totalmente a influência nas novas ordens que se erigiram. Um episódio que comprova isso em *O esplendor de Portugal* é quando Isilda acha que, por encontrar mercenários brancos será compreendida por eles, entretanto os soldados sequer lhe dão atenção e a tratam com o violento desdém que dispensam às demais personagens (p.189). Já Eulálio acredita que o “coronel gentil” (BUARQUE, 2009, p.145) do Exército seria capaz de lhe fornecer informações acerca do paradeiro do neto, uma vez que “as autoridades não tinham ideia de que mexiam com uma família tão importante” (BUARQUE, 2009, p.146). Ou então, em um episódio menos extremo, não consegue a bolsa para o bisneto no colégio de padres em que estudara, uma vez que seu nome não abria mais portas.

### VASTAS FERIDAS

Na comparação entre os relatos de Isilda e Eulálio, vimos que a infância era um espaço de segurança ao qual voltam por não conseguirem aceitar a realidade em que estão inseridos: ela em fuga em um país dilacerado pela guerra e ele imóvel na cama do hospital. A partir desses diferentes lugares, esses narradores, cada qual à sua maneira, vão procurando na memória alento para os seus sofrimentos. Para os filhos da matriarca, porém, a memória não vai ser necessariamente uma fonte de alegria, mas de ressentimento.

Como frisou Fernanda Santos (2017), grande parte do desconforto de Carlos e Rui em Portugal advém do fato de que, em Portugal, eles não conseguem dar vazão a seus ímpetos violentos e autoritários. Clarisse, ainda segundo Santos (2017), quis manter o estilo de vida que tinha em Angola: homens, compras e diversão – sem que para isso precisasse trabalhar. Como Carlos era o único provedor da família no minúsculo apartamento e como já não tinha uma boa relação com os irmãos pelo fato de ser adotado, expulsou-os de lá depois de três anos.

As lembranças da postura discriminatória da parte de Clarisse e da avó para com Carlos, em Angola, que geravam nele o enorme receio de ser considerado “preto” e, por

---

<sup>138</sup> De Bonis (2018) utiliza justamente essa expressão, “fiapos de prestígio”, para descrever o comportamento de Eulálio no hospital.

isso, receber o desumano tratamento dispensado aos empregados, contribuíram para essa expulsão. Após esse ato, porém, os três irmãos começaram a fermentar as memórias da curta convivência em Portugal em barris de ódio, o que ajudou a consumir a desagregação do núcleo familiar, com a ausência das personagens na ceia de Natal.

Como vemos, portanto, há recordações de três ordens nos relatos dos irmãos: as memórias da convivência e da vida na ordem colonial de Angola, da viagem para Portugal (estas mais breves, presentes nos relatos de Carlos e de Clarisse<sup>139</sup>) e as do cotidiano no minúsculo apartamento da Ajuda.

As primeiras têm uma dimensão frustrante para as personagens, pois elas logo percebem que, na antiga metrópole, não conseguem manter o padrão de vida de que desfrutavam na colônia e tampouco podem dar vazão a todas as suas vontades. Por isso, sentem falta do mundo colonial, para onde rumam seus pensamentos, após a focalização de uma imagem qualquer não demora muito para lhes fazer lembrar de Angola (SANTOS, 2017). O cotejo com o passado gera um estranhamento à nova ordem, este, misturado à tentativa de imitar em Portugal o estilo de vida de Angola (SANTOS, 2017), enseja conflitos, ofensas e agressões, que desembocam na derradeira expulsão dos irmãos.

As últimas lembranças, por sua vez, quando cada irmão está separado, têm uma dimensão imobilizadora. Rui e Clarisse ficam remoendo os três anos do conflituoso cotidiano, permeado por doses de racismo, machismo e violência (aprendidos e apreendidos na sociedade colonial), e optam por recusar a tentativa de reaproximação da parte de Carlos, que também se ressentiu dos três anos em que morou junto com os irmãos no imóvel, por se considerar explorado por eles.

Com isso, notamos que, ainda que não estejam em uma cama de hospital como Eulálio, os irmãos estão, também, de alguma forma, imóveis. O passado, para eles, seja o da ordem colonial ou o pós-colonial, não é um alento como é para Isilda ou Eulálio em diversos momentos, mas uma força imobilizadora e uma fonte de ódio. Vemos, pois, como o excesso de lembranças do passado atrofia a vida dos narradores em Portugal e os impede de construir uma vida nova.

Com Eulálio, porém, embora tenhamos frisado que ele se arvora nas lembranças do passado para escapar à realidade decadente do presente, os anos vividos não são necessariamente apenas de alegrias, pois, como vimos, ele vivencia uma experiência de rejeição, quando a esposa o abandona, a perda de propriedades e a morte de entes

---

<sup>139</sup> Ele aborda o trajeto da fazenda até o porto em Luanda, com ênfase no saque que a família sofre. Já Clarisse menciona a precariedade de condições a que estavam submetidos no navio para Lisboa.

queridos. Entretanto, neste último aspecto, mais especificamente no que concerne à morte do neto opositor da Ditadura, é marcada por uma absoluta falta de ressentimento e de raiva, o que não significa que ele não tenha acusado o golpe, como indicam os excertos já citados no capítulo de análise de *Leite derramado*, mas que merecem ser retomados aqui novamente:

Quem sabe Maria Eulália não se culpava até mesmo por ter nascido menina, julgando que eu contava com um herdeiro. Mas ainda que fosse, ela já havia me recompensado com o Eulalinho, que virou um filho para mim. Por ele até rememorei antigas berceuses, não me encabulava de cantarolar baixinho quando no meio da noite o garoto se metia na minha cama, assustado com alguma coisa. Ensinei-o a ler, arranjei-lhe uma bolsa de estudo no meu antigo colégio de padres onde meu nome ainda abria portas. Apeguei-me ao garoto, que malgrado o Palumba no nome e as feições um tanto rústicas, pertencia com certeza à minha estirpe. Acompanhava-me aos sebos da cidade e me ajudava a desencavar fotografias do início do século, quando os Assumpção davam as cartas no país, conforme lhe ensinei. (...) Eu o levava de calças curtas ao Senado, fiz fotografá-lo na tribuna onde seu bisavô tantas vezes discursou. O garoto não largava os livros de História, enchia a mãe de orgulho com as notas do boletim. Enfronhado em política desde cedo, chegou ao ginásio em condição de discutir, de igual para igual com seus professores, a situação periclitante do país (BUARQUE, 2009, p.125-126).

Tempos depois nos telefonaram para buscar uma criança no hospital do exército era o filho do Eulálio e de uma comparsa que pariu na prisão. Esse Eulalinho criei como se fosse um filho, ensinei-o a ler, matriculei-o no colégio de padres onde meu nome abria portas, fiz fotografá-lo de calças curtas no Senado. Desde o princípio se mostrou um aluno sagaz, interessado em História do Brasil, discutia com seus professores de igual para igual, e um dia virou comunista. Esse Eulalinho criei como se fosse um filho, ensinei-lhe a abrir as portas, fiz fotografá-lo de calças curtas com padres vermelhos, mas o sabor do remédio estava estranho (BUARQUE, 2009, p.127).

Ora, a sobreposição de lembranças, misturada à paradoxal brevidade com que aborda o assunto em seu relato e a ausência de ódio pelos algozes de seu neto, demonstram que o narrador preferiu ignorar a grande tragédia que permeou (e transpassou) sua família, tal qual o Brasil tem feito com a sua própria história. Além disso, a incoerência do enunciado e a rapidez com que o encerra indicam que a lembrança é incômoda e extremamente dolorosa, a ponto de um narrador com um vocabulário tão vasto e uma sintaxe tão rebuscada, não conseguir formular um raciocínio coerente acerca dos efeitos dessa experiência sobre si.

O passado, portanto, para Eulálio não é apenas uma fonte de abrigo, mas também pode ser fonte de uma dor que ele opta por não revisitar. Nesse sentido, é diferente de Carlos, Rui e Clarisse, que obsessivamente recordam as dores, ressentimentos e conflitos que permearam suas existências. Os diferentes procedimentos, porém, conduzem todos a uma condição de imobilidade.

## NARRADORES TRAUMATIZADOS E MELANCÓLICOS

Uma outra forma de olhar para esses narradores – sobretudo Eulálio e Isilda – e para alguns dos episódios dos romances é pensar nessas personagens como seres traumatizados e melancólicos. Antes de explicar os motivos por que podem receber essa caracterização, porém, convém discorrer brevemente acerca dos conceitos de trauma e de melancolia.

O trauma, de acordo com a Psicanálise, é uma experiência que não pode ser assimilada de modo completo, ou seja, algum estímulo externo que transcende a capacidade de assimilação do sujeito (GINZBURG, 2010).

A definição de trauma, diferentemente, aponta para a precariedade das condições de funcionamento da consciência. O impacto violento do trauma se associa ao despreparo do sujeito para elaborar e superar a vivência, e mais ainda, para o conhecimento claro do que foi vivido. Como excesso e ultrapassagem, o trauma é por si mesmo marca dos limites do sujeito em sua própria autoconsciência. (GINZBURG, 2010, p.101)

Segundo Seligman Silva (apud GINZBURG, 2010, p.30), outra característica do trauma é a repetição alucinatória da cena que impactou aquele sujeito. Isso é muito evidente em Eulálio e Isilda. Um exemplo disso, em *Leite derramado*, é o episódio, previamente mencionado, da confusão de memórias entre o neto comunista e o bisneto galanteador. A ingenuidade do narrador claramente contribui para que ele não consiga (ou não queira) ter a dimensão do horror que sua família vivenciou e opta por um precário esquecimento<sup>140</sup>. Mas a imagem volta a lhe assombrar em uma sobreposição sinistra. Outra situação que pode ser entendida como traumática é a rejeição que sofreu da parte de Matilde, tanto que há diversas versões para explicar o desaparecimento da esposa.

A segunda lembrança é um trauma individual que volta a assombrar a sua narrativa o tempo inteiro, com uma profusão de hipóteses acerca do destino da esposa. Eulálio é capaz de enunciar que foi abandonado, mas sempre acredita na possibilidade de que ela retorne. Ele não chega a consumir um luto pela esposa, mas adota uma postura melancólica. Afinal, em Freud (apud GINZBURG, 2010) a melancolia seria o anseio por alguma coisa perdida. Ou seja, o sujeito tem a esperança de recuperá-la. Já o luto pressupõe que a perda seja irreparável (GINZBURG, 2010).

Eulálio adota uma postura igualmente melancólica no que concerne ao neto preso. Ele imagina que coronel poderia ajudá-lo a localizar o descendente. Não chega, portanto,

---

<sup>140</sup> Segundo Gagnebin (2009), dentre as formas de esquecimento, temos: o não saber, não querer saber, fazer de conta que não sabe, denegar e recalcar.



a consumir um luto, diferentemente de Maria Eulália, que se mostra muito mais cética quanto à possibilidade de que o filho possa estar vivo. A diferença aqui é que esse não precisa apenas ser lido como um trauma individual, mas coletivo da sociedade brasileira. Afinal, conforme frisa Jaime Ginzburg: “Um grupo, um segmento social, ou mesmo uma sociedade inteira pode ser alvo de uma ação de impacto, sem ser capaz de, coletivamente, elaborá-la conscientemente, de modo a superá-la” (GINZBURG, 2010, p.99).

Eulálio claramente não tem a consciência do impacto e sequer é capaz de verbalizar como se sentiu perante o desaparecimento do neto. É curioso que ele anuncia a prisão do familiar com a resignação de quem comenta a derrota de seu time de futebol. A dor não é anunciada; a dimensão desse trauma sequer consegue chegar ao plano da consciência: não é uma situação na qual o narrador queira enunciar seus sentimentos e lhe falem palavras, mas uma em que ele não permita que esse horror aflore para a superfície do discurso – talvez por ainda nutrir esperança de que o neto venha a aparecer, uma postura melancólica.

Já o conceito de melancolia, pondera Ginzburg, está profundamente ligado à dificuldade de superar perdas individuais e coletivas e é muito conectado ao trauma, o qual, por sua vez, tende a se manifestar coletivamente em países que tiveram longas experiências com o autoritarismo<sup>141</sup>.

Alguns casos de presença da melancolia na literatura brasileira do século XX seriam, nesse sentido, indicações da dificuldade de superação de perdas, individuais, coletivas. A literatura ligada ao trauma pode importar, em um país calcado em experiências intensas de autoritarismo político e violência coletiva, como uma espécie de “inconsciente político” (JAMESON, 1992), em que o impacto traumático recalcado tenta encontrar formas de se manifestar. Essa tentativa pode ocorrer como reação praticamente imediata ao impacto, ou como reação tardia. (GINZBURG, 2010, p.106)

Essa melancolia talvez se explique pelo fato de não haver qualquer referência a uma indenização ou a algum atestado de óbito concedido depois da redemocratização. Em outros livros que tratam de desaparecidos políticos durante a ditadura, como *K. relato de uma busca* e *Ainda estou aqui*, de B. Kucinski e Marcelo Rubens Paiva, lançados respectivamente em 2011 e 2015, a emissão do atestado de óbito e do reconhecimento da atrocidade cometida pelo Estado é um momento importante da narrativa. Em *Leite*

---

<sup>141</sup> “Entendemos o conceito de autoritarismo, para efeito deste trabalho, do seguinte modo. O autoritarismo é uma caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do Estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social” (GINZBURG, 2010, p.130).

*derramado*, porém, não há qualquer referência a um momento assim. Essa é uma lacuna (possivelmente proposital) do romance.

Essa tentativa de estancar o trauma gera consequências no entendimento do presente e na reelaboração do passado, não por acaso o narrador confunde neto e bisneto naquela cena sinistra.

O presente permanece inacessível, o real como trauma impõe o peso de uma memória fragmentária e incerta, que não consegue constituir, com a clareza necessária, a imagem do que de fato teria sido vivido. Para a vítima de trauma, as referências de tempo escapam ao controle (GINZBURG, 2010, p.107).

Ou seja: passado e presente não conseguem ser lógica e coerentemente elaborados em sociedades permeadas pelo autoritarismo, pela violência e pelo trauma (GINZBURG, 2010). Nesse sentido, como não é capaz de entender o presente, não é surpresa que Eulálio volte tanto ao passado e recorra a lembranças de uma época em que a realidade lhe era inteligível, a experiência poderia ser apreendida e ele ocupava um lugar de privilégio.

Já em *O esplendor de Portugal*, como Angola e Portugal também viveram longos períodos de autoritarismo, também se faz presente um real traumático (GINZBURG, 2010). Afinal, o romance apresenta diversos episódios em que há uma repetição alucinatória de imagens, em que passado e presente se fundem, como nas cenas finais dos dois primeiros capítulos, citadas em “Que farei quando tudo arde?”, ou então na sobreposição em que a menina Isilda fica mortificada ao ver a velha com o pano do Congo. Vale a pena retomar este fragmento:

eu na Baixa do Cassanje, no terraço com os meus pais vestida de branco, de laço branco nas tranças, com dez doze treze anos se tanto, enquanto pegavam-me no colo a protegerem-me da criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser mas não era eu, que estupidez, como podia ser eu que não passo fome, tomo banho, graças a Deus  
que suspeita mais parva  
nunca cheirei a preto, eu abraçada à minha mãe fitando a mulherzinha que me mirava da porta, concordando com ela, pronta a gritar com ela na mesma desilusão e no mesmo pavor (ANTUNES, 2007a, p.195).

É descrita, portanto, uma cena em que Isilda não consegue absorver a experiência traumática da perda do seu lugar no mundo colonial: ela não goza mais do status de uma rica proprietária branca. Isso fica muito visível porque é obrigada a usar um traje que uma mulher de sua antiga condição jamais vestiria: um pano do Congo. Essa peça de roupa era, na Angola Colonial, uma vestimenta que pertence à identidade das camadas subalternas. Porém, como é a roupa que Isilda se vê obrigada a trajar, ela deixa de se

reconhecer. É interessante notar que ela não consegue elaborar criticamente essa situação ou sequer entender a realidade, mas prefere voltar ao tempo em que o mundo era apreensível e sua identidade de branca permanecia intacta, sob a proteção dos pais. Ora, como bem demonstrou uma das citações de Ginzburg acima transcrita, a incapacidade de elaborar uma vivência é inerente à condição traumática e, pela sobreposição alucinatória de imagens, nota-se que Isilda não é capaz de elaborar essa vivência do passado.

É interessante notar que o destino de Isilda pode ser avaliado como trauma coletivo, afinal muitos portugueses perderam suas propriedades em territórios africanos e se viram sem o dinheiro, o poder e o prestígio de que gozavam na ordem colonial. Nesse sentido, é muito coerente que Isilda faça um movimento correlato ao de Eulálio: quanto mais a realidade deixa de ser compreensível; e quanto mais ela se vê exposta às violências, mais mergulha no passado, mais especificamente nos momentos em que a realidade era apreensível e ela se via protegida em seu lugar de privilégio. Ela não encontra lugar nessa ordem pós-colonial e não consegue apreender a nova conjuntura que a cerca.

Entretanto, diferentemente de Eulálio, que não consegue levar seu trauma à superfície do discurso, ela, Isilda, é capaz de fazê-lo, mas prefere negar aquilo que vê, como na cena em que imagina estar em um estúdio de filmagem – e não em Luanda. Convém, por fim, frisar que, ainda que traumatizados e melancólicos, Eulálio e Isilda são personagens com fortes traços de vilania. Eles não se sentem incomodados pelo autoritarismo em si, mas pelo fato de não estarem mais em posições privilegiadas para perpetrar violências, conforme suas vontades.

## O LEGADO DA NOSSA MISÉRIA

Nota-se, pois, como, malgrado as diferenças expostas no capítulo anterior, temos duas narrativas, com Isilda e Eulálio, permeadas pela luta contra a aceitação da perda do poder, em sociedades marcadas por autoritarismo, violências e traumas. Entretanto, como vimos, a saída dessas personagens do tabuleiro político não deu origem a uma nova ordem, mais justa, com maiores oportunidades para os cidadãos ou com justiça social – seja no Brasil, em Angola ou em Portugal.

O que aconteceu em ambos os romances foi que os perpetradores das injustiças mudaram de nomes, mas elas continuaram existindo, como sugere a insólita associação entre um traficante e um pastor evangélico no final de *Leite derramado*, em uma ordem narcopentecostal nas franjas da cidade; o ciclo de violência aparentemente interminável da Guerra Civil de Angola ou a impossibilidade de um mero jantar entre três irmãos que não se viam havia quinze anos. As obras demonstram que: Brasil e Angola continuaram cindidos pela violência, preconceito e desigualdade social; os sonhos de democracia e de libertação não se consumaram; Portugal, mesmo democrático, continuou preconceituoso, excludente e absolutamente incapaz de lidar com as diferentes heranças e dores do colonialismo. Com isso, não é surpresa que os romances terminem com imagens de morte e de imobilidade. Não há perspectiva de futuro enquanto o passado não for adequadamente revisitado.

Os livros trazem, portanto, potentes críticas não apenas aos eventos traumáticos do nosso passado, mas ao modo como lidamos com eles. Estratégias como eufemismos, dissonância entre discurso e prática, evasão para um tempo em que a realidade era inteligível (todas adotadas, em maior ou menor intensidade, por Eulálio e Isilda) e cegueiras para a parcela de culpa que cada um tem nas dores alheias (como fazem Carlos, Rui e Clarisse) são recorrentes nas duas obras, mas não conduzem a lugar algum. Não por acaso, nenhuma das personagens, tal qual seus respectivos países, consegue um arremedo de consciência crítica sobre suas lembranças.

Desse modo, é possível supor que a miséria em comum entre Brasil, Portugal e Angola, para além dos nossos problemas sociais legados pelo colonialismo e por longos períodos de autoritarismo, é a incapacidade de lidar criticamente com os traumas e com as violências do passado.

## BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Benjamin. *Literatura comparada & relações comunitárias, hoje*. São Paulo: Ateliê editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Do poder socioeconômico ao poder simbólico: pensar politicamente o comparatismo literário. In: \_\_\_\_\_ (org). *Estudos comparados: teoria, crítica e metodologia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p.139-168.

ALMEIDA, Djaimila Pereira. *A visão das plantas*. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2021.

ALONSO, Angela. “O abolicionismo como movimento social”. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, novembro de 2014, n. 100, p. 115-127. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002014000300115&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 13 de fevereiro de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>.

ANDRADE, Carlos Drummond. *Antologia poética (organizada pelo autor)*. Prefácio de Marco Lucchesi. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ANTUNES, António Lobo. *O Esplendor de Portugal*. 4.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Os cus de Judas*. São Paulo: Alfaguara, 2007b.

ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.41-76.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. Fim do tráfico. IN: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (org). *Dicionário da escravidão e da liberdade*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.230-236.

ARNAUT, Ana Paula (org). *Antônio Lobo Antunes: a crítica na imprensa 1980-2010: cada um voa como quer*. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

ASSIS, Machado. *50 contos de Machado de Assis*. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Dom Casmurro*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Quincas Borba*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BETHELL, Leslie. *A Abolição do comércio brasileiro de escravos*. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BETHENCOURT, Francisco: *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. Tradução de Luís Oliveira Santos e João Quina. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

BRITO, Ronaldo Correia de. *Dora sem véu*. 1.ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.

BUARQUE, Chico. *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

\_\_\_\_\_. *Leite derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, Luís. Graciliano Ramos. In: \_\_\_\_\_. Uma história do romance de 30. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora Unicamp, 2006. pp. 606-619.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas (episódios)*. Apresentação e notas: Ivan Teixeira. 6.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

CANDIDO, Antonio. Dialética da Malandragem. In: *O Discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993, p.19-54.

\_\_\_\_\_. *A educação pela noite*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

\_\_\_\_\_. Um instrumento de descoberta e interpretação. In: Formação da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014. p. 429-437.

\_\_\_\_\_. *Vários escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARA, Salete. Desafios para uma literatura comparada. In: ABDALA, Benjamin (org). *Estudos comparados: teoria, crítica e metodologia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p.111-135.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO HOMEM. Jacobinos, Liberais e Democratas na Edificação do Portugal Contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. 2. ed. Bauru, São Paulo: EDUSC, UNESP, 2001.

CASTELO, Cláudia. "A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial". 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010, 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha] (Lisboa: CEA, 2010), 2011 Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7\\_6\\_CASTELO%2C%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7_6_CASTELO%2C%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf). Acesso em 26 de julho de 2020.

\_\_\_\_\_: <<O modo português de estar no mundo>>: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CERDEIRA, Teresa Cristina. "O esplendor de Portugal ou a impossibilidade de aprender a liberdade". *Revista Forma Breve. Exodus: contos e recontos*, 2016, n.13, p.99-106. Universidade de Aveiro: Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/formabreve/article/view/4741/3539>

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHAGAS, Maria Manuela Duarte. Da multiplicidade de vozes narrativas à incomunicabilidade. O esplendor de Portugal – uma narrativa plurivocal. In: CABRAL, Eunice, JORGE, Carlos J. F. e ZURBACH, Christine (orgs.) *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes*. Lisboa: Universidade de Évora e Dom Quixote, 2003, p. 171-185.

CHALHOUB, Sidney. "O problema do tráfico africano de escravos na Independência e na formação do Estado (Brasil, décadas de 1820 a 1840)". *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 40(1-2), 2011, p.45–71. DOI: <http://doi.org/10.16993/ibero.53>. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



DE BONIS, Maria Luísa Rangel. *Peso flutuante de uma fala: o Brasil narrado em Leite derramado, de Chico Buarque*. 130f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 130f.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Global, 2007

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação de documentos da Ditadura*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FRANCO JR, Hilário. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREUDENTHAL, Aida. “A Baixa do Cassanje: algodão e revolta”. *Revista Internacional de Estudos Africanos* n. 18 - 22, 1995-1999, pp245-283. Disponível em: [https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pfcecult/publicfiles/projetos/9585/freudenthal\\_revis\\_tainternacionalestudosafricanos\\_1995-99\\_-\\_revolta\\_na\\_baixa\\_de\\_cassange\\_1.pdf](https://www.cecult.ifch.unicamp.br/pfcecult/publicfiles/projetos/9585/freudenthal_revis_tainternacionalestudosafricanos_1995-99_-_revolta_na_baixa_de_cassange_1.pdf).

Acesso em 26 de julho de 2021.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

FUKS, Julián. *A resistência*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.177-186

\_\_\_\_\_. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 300f. Tese (Livre docência em Literatura Brasileira). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da Ditadura Militar: histórias, documentos e depoimentos de agentes do regime*. 2.ed. São Paulo: Alameda, 2014.

GOMES, Catarina; MENESES, Maria Paula. “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa”. In: *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/42480>

GRINBERG, Keila. “Castigos físicos e legislação”. IN: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília (org). *Dicionário da escravidão e da liberdade*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.144-148.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. 2. ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. 12. ed. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e de Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios: 1875-1914*. 5.ed. Tradução de Maria Sieni Campos et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2015.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.123-132.

KUCINSKI Bernardo. *K.: relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

\_\_\_\_\_. O mundo à revelia. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 34.ed. Rio de Janeiro: Record, 1979, p.189-213.

LOURENÇO, Eduardo. Da Literatura como Interpretação de Portugal. In: \_\_\_\_\_. *O Labirinto da saudade*. 6ª. ed. Gradiva: Lisboa, 2009. p.80-117.

MACHADO, Samir Machado de. *Tupinilândia*. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO, Bruno Paes. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2020.

MATOS, Helena. “Chamaram-lhes retornados”. In: *O observador*, 11 de abril de 2015 (2015a). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021

\_\_\_\_\_. “Há quarenta anos o desespero dos retornados: tirem-nos daqui”. In: *O observador*, 19 de setembro de 2015 (2015a). Disponível em: <https://observador.pt/especiais/tirem-nos-daqui/>. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MIRANDA, Clicéa Maria Augusto de. Repercussões da Guerra Civil Americana no destino da escravidão no Brasil. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, 203f.

NAPOLITANO, Marcos. *1964 história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017.

NETO, Maria da Conceição. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”. *Lusotopie*, 1997, n.4, p.327-357. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/neto97.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_. “A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o «indigenato»”, *Ler História* [Online], 2010, n.59, p.205-225. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1391> Consultado no dia 28 janeiro 2020.;

PACHECO, Ana Paula. “A subjetividade do lobisomem”. *Revista Literatura e Sociedade*. São Paulo, novembro de 2010, p.66-83.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Abril, 2010.

PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.91-108.

QUEIRÓS, Eça. *A ilustre Casa de Ramires*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. 5. ed. Lisboa: Ulmeiro, 1987.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. 67. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

\_\_\_\_\_. *São Bernardo*. 34.ed. Rio de Janeiro: Record, 1979.

\_\_\_\_\_. *Vidas secas*. 129.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RIBEIRO, Margarida Calafate. As ruínas da casa portuguesa em *Os cus de Judas e O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, In: RIBEIRO SANCHES: *Portugal não é um país pequeno: contar o império na pós-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, 2006, p.43-62.

\_\_\_\_\_. *Uma história de regressos: Império Colonial, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMMEL, L. von P. (2018). “O avesso do esplendor e os restos do império: a descolonização em *O esplendor de Portugal*, de Lobo Antunes”. *Revista Desassossego*, 9(18), 116-127. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2175-3180.v9i18p116-127>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

ROSA, João Guimarães. *Campo Geral*. 1.ed. São Paulo: Global, 2019.

\_\_\_\_\_. *Grande sertão: veredas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (orgs). *O que resta da ditadura?* São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTANA, Rogério Barreto. *Perdigão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão no Brasil, 1863-1871*. 161f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa. *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2002, p.23-85.

SANTOS, Fernanda Fátima da Fonseca. *Experiência colonial e pós-colonial na ordem ruínosa do mundo: uma leitura de O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016, 150f.

SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARMENTO, Alexsandra Loiola. “Um verdadeiro purgatório”: *Leite derramado* em diálogo com *A divina comédia*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 51, p. 124-153, Agosto de 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182017000200124&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182017000200124&lng=en&nrm=iso). Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de dialética da malandragem. In \_\_\_\_\_ . *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.129-155.

\_\_\_\_\_. “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”. In: *Novos Estudos*. CEBRAP, n.29, março de 1991, p.85-97.

\_\_\_\_\_. “A viravolta machadiana”. In: *Novos Estudos*. CEBRAP. n.. 69, julho 2004. p.15-34.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. “As ideias fora do lugar” In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, Editora 34, 2012b.

\_\_\_\_\_. “Brincalhão, mas não ingênuo”. *Folha de S.Paulo*, 28 de março de 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2803200908.htm>. Acesso em 29 de novembro de 2019.

\_\_\_\_\_. “Cetim laranja sobre fundo escuro”. In: *Martinha vs Lucrecia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012c.

SEIXO, Maria Alzira. *Os romances de António Lobo Antunes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.

VEIGA, Teresa Rodrigues. *A população portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESPE e Edições Afrontamento, 2004. Também disponível em: [https://www.google.com/search?q=a+popula%C3%A7%C3%A3o+portuguesa+veiga&rlz=1C1NHXL\\_pt-BRBR813BR813&oq=a+popula%C3%A7%C3%A3o+portuguesa+veiga&aqs=chrome..69i57j69i64l3.8280j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8#](https://www.google.com/search?q=a+popula%C3%A7%C3%A3o+portuguesa+veiga&rlz=1C1NHXL_pt-BRBR813BR813&oq=a+popula%C3%A7%C3%A3o+portuguesa+veiga&aqs=chrome..69i57j69i64l3.8280j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8#). Acesso em 28 de janeiro de 2020.

VIEIRA JR, Itamar. *Torto arado*. 1.ed. São Paulo: Todavia, 2019.

TELLES, Luís Fernando: “A identidade trágica em *O esplendor de Portugal*: ou sobre como exilar-se de si”. In: *Revista Itinerários*, Araraquara, n.especial, p.13-30, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/11236/7176>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Unesp, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civis-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p.41-76.